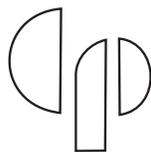
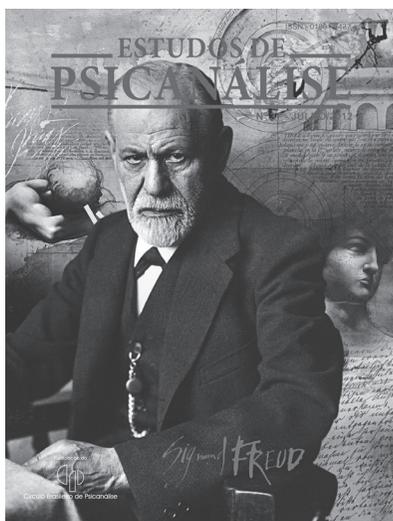






ESTUDOS DE PSICANÁLISE

ISSN - 0100-3437



Publicação do
Círculo Brasileiro de Psicanálise

Estudos de Psicanálise	Belo Horizonte-MG	N. 37	P. 15 – 180	Julho/2012
------------------------	-------------------	-------	-------------	------------

REVISTA

ESTUDOS DE
PSICANÁLISE

Indexada em:
CLASE (UNAM – México)
IndexPsi Periódicos (BVS – PSI) – www.bvs-psi.org.br

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANPPEP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
Classificação Capes/Anppep–B4

Esta revista é encaminhada como doação para todas as bibliotecas
da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP

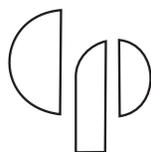
Os artigos são de total responsabilidade dos autores.

FICHA CATALOGRÁFICA

ESTUDOS DE PSICANÁLISE. Belo Horizonte. Círculo Brasileiro de Psicanálise,
n. 37, jul. 2012. 180 p.

Semestral. ISSN: 0100-3437 – 28 x 21cm

1. Psicanálise – periódicos



Revista Estudos de Psicanálise

EDITORES DA REVISTA

Anchyses Jobim Lopes (CBP-RJ)
Anna Lucia Leão Lopez (CBP-RJ)
Isabela Santoro Campanário (CPMG)

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Cristina Teixeira da Costa Salles (CPMG)
Carlos Antônio Andrade Mello (CPMG)
Carlos Pinto Corrêa (CPB)
Cibele Prado Barbieri (CPB)
Déborah Pimentel (CPS)
Fernando César Bezerra de Andrade (SPP)
Marcelo Wanderley Bouwman (CPP)
Maria Beatriz Jacques Ramos (CPRS)
Marie-Christine Laznik (ALI-França)
Noeli Reck Maggi (CPRS)
Paulina Schmidtbauer Rocha (CPP)
Ricardo Azevedo Barreto (CPS)
Stetina Trani de Menezes e Dacorso (CBP-RJ)
Vera Esther Jandir da Costa Ireland (SPP)

CONSELHO EDITORIAL

Miriam Gorender (CPB)
Juliana Marques Caldeira Borges (CPMG)
Rodrigo Cardoso Ventura (CBP-RJ)

FOTO DA CAPA

Freud 1926
Autor: Antonio Augusto Martins Pacheco
(Marthin)

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

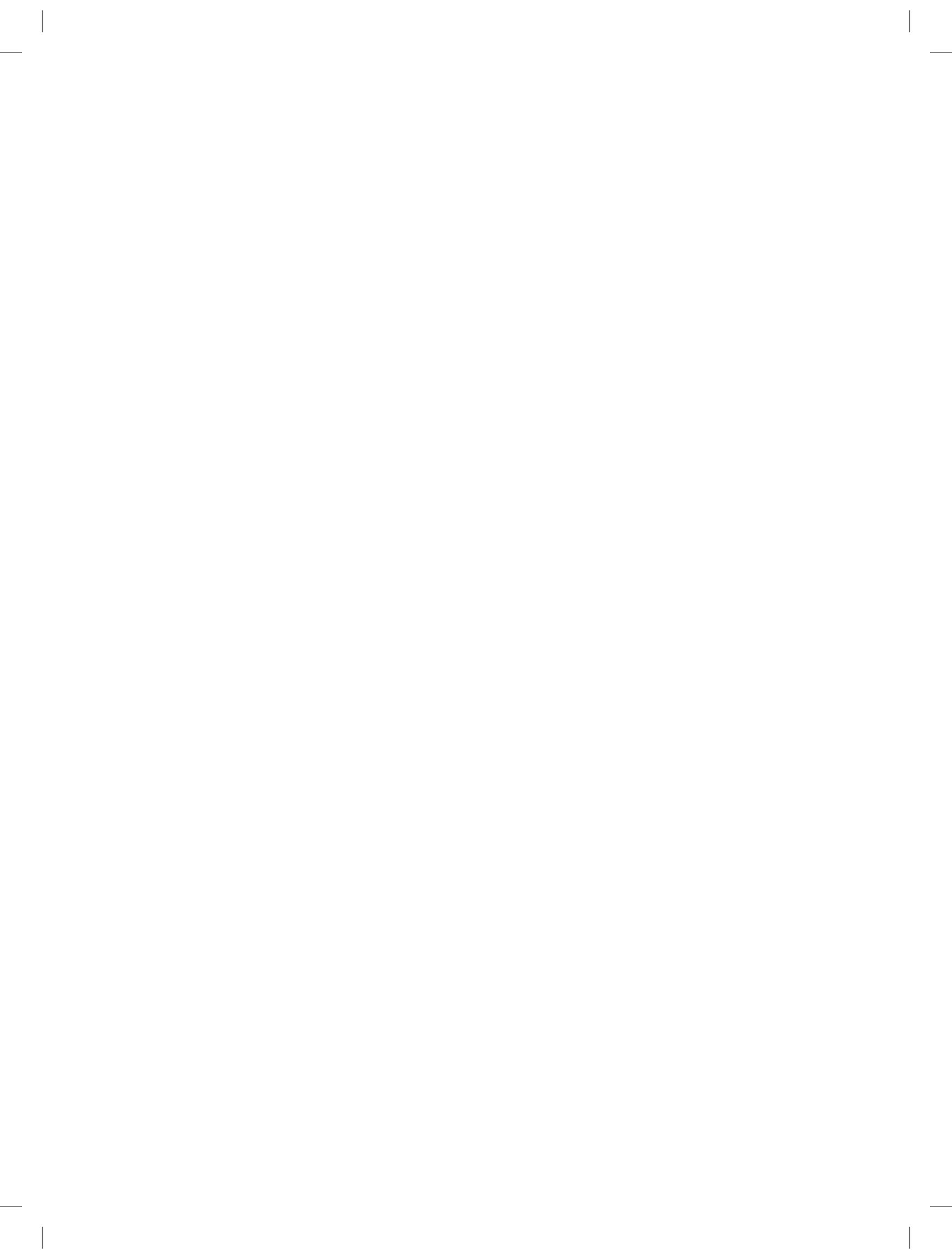
Rua Maranhão, 734/3º andar – Santa Efigênia
CEP: 30150-330 – Belo Horizonte/MG
cbp_br@ig.com.br
www.cbp.org.br

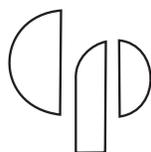
PROJETO GRÁFICO, FORMATAÇÃO E CAPA

Valdinei do Carmo

REVISÃO

Berenicy Raelmy Silva – Português
Anchyses Jobim Lopes – Inglês





Círculo Brasileiro de Psicanálise – CBP

DIRETORIA 2010-2012

PRESIDENTE

Stetina Trani de Meneses e Dacorso (CBP-RJ)

VICE-PRESIDENTE

Maria Beatriz Jacques Ramos (CPRS)

1ª SECRETÁRIA

Elizabeth Damasceno de Souza (CBP-RJ)

2ª SECRETÁRIA

Maria Leda Jucá Sobreira de Sampaio (CBP-RJ)

1ª TESOUREIRA

Suely Almeida Bellinello (CBP-RJ)

2º TESOUREIRO

Roque Meilicke Encina (CBP-RJ)

EDITORES DA REVISTA ESTUDOS DE PSICANÁLISE

Anna Lúcia Leão López (CBP-RJ)

Isabela Santoro Campanário (CPMG)

Anchyses Jobim Lopes (CBP-RJ)

PÁGINA ELETRÔNICA

Natalia Gonçalves Galucio Sedeu (CBP-RJ)





Círculo Brasileiro de Psicanálise – CBP

INSTITUIÇÕES FILIADAS

Círculo Brasileiro de Psicanálise - Seção Rio de Janeiro – CBP/RJ

Av. Nossa Senhora de Copacabana, 769/504 - Copacabana

CEP: 20050-002 - Rio de Janeiro - RJ

Tel: (21)2236-0655 Fax: (21)2236-0279

E-mail: cbp.rj@terra.com.br

Site: www.cbp-rj.com.br

Círculo Psicanalítico da Bahia – CPB

Av. Adhemar de Barros, 1156/101 - Ed. Máster Center - Ondina

CEP: 40170-110 - Salvador - BA

Tel /Fax: (71)3245-6015

E-mail: circulopsi.ba@veloxmail.com.br

Site: www.circulopsibahia.org.br

Círculo Psicanalítico de Minas Gerais – CPMG

R: Maranhão, 734/3º andar - Santa Efigênia

CEP: 30150-330 - Belo Horizonte - MG

Tel: (31)3223-6115 Fax: (31)3287-1170

E-mail: cpmg@cpmg.org.br

Site: www.cpmg.org.br

Círculo Psicanalítico de Pernambuco - CPP

R: Desembargador Martins Pereira, 165 - Rosarinho

CEP: 52050-220 - Recife - PE

Tel: (81)3242-2352 Fax: (81)3242-2353

E-mail: circulopsicanaliticope@yahoo.com.br

Site: www.circulopsicanaliticope.com.br

Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul - CPRS

R: Senhor dos Passos, 235/1001 - Centro

CEP: 90020-180 - Porto Alegre - RS

Tel/Fax: (51)3221-3292

E-mail: circulopsicanaliticors@gmail.com

Site: www.cbp.org.br/cprs

Círculo Psicanalítico de Sergipe - CPS

Praça Tobias Barreto, 510/1208 - São José Ed. Centro Médico Odontológico

CEP: 49015-130 - Aracaju - SE

Tel: (79)3211-2055

E-mail: cps@infonet.com.br

Site: www.circulopsicanalitico-se.com.br

Sociedade Psicanalítica da Paraíba – SPP

Praça João Brasil Mesquita, 19 - Miramar

58043-060 - João Pessoa - PB

Tel/Fax: (83)3021-7888

E-mail: sppb@uol.com.br

Site: www.sppb.com.br



Sumário

- 11** **Editorial**
- 15** **Psicanálise com crianças:**
considerações sobre o sintoma de encoprese
Child psychoanalysis:
considerations about the encopresis symptom
Ana Carolina Teixeira Pinto
Raymundo de Oliveira Reis Neto
- 25** **Considerações sobre o massacre de Realengo**
Thoughts about the Realengo school massacre
Anchyses Jobim Lopes
- 45** **Os desdobramentos do gozo feminino na vida amorosa**
The developments of the feminine enjoyment in the love life
Breno Ferreira Pena
- 53** **O desejo de autonomia num caso clínico**
The desire of autonomy: illustration in a clinic case
Fernando César Bezzera de Andrade
- 63** **Afeto e cognição: uma leitura psicanalítica**
Affection and cognition: A psychoanalytic reading
Maria Beatriz Jacques Ramos
Noeli Reck Maggi
- 71** **Uma criança especial**
e as contribuições da psicanálise
The contributions of psychoanalysis
to a child with special needs
Maria Melania Wagner F. Pokorski
- 79** **O complexo de Jocasta**
The Jocasta complex
Marie-Christine Laznik
- 93** **O crime no divã: fundamentos diagnósticos**
em passionais violentos
Crime on the couch: diagnostic basis
on violent passionate personalities
Marília Etienne Arreguy
- 103** **Tempo e memória**
Time and memory
Miriam Elza Gorender

- 109** **Um falso não todo**
A false not-all
Patricia Léon
- 127** **Algumas considerações sobre o objeto na psicanálise de Winnicott e Lacan: do objeto transicional ao objeto pequeno a**
Some thoughts about the psychoanalysis object of Winnicott and Lacan: from the transitional object to the little a object
Pedro Teixeira Castilho
- 143** **Vulnerabilidade das pessoas em cumprimento da pena à luz da psicologia**
Vulnerability of persons serving a sentence into the light of psychology
Stetina Trani de Meneses Dacorso
Lilian Meneses Dacorso
- 151** **Queixas de aprendizagem – contribuições de outras disciplinas e da psicanálise**
Complaints about learning – contributions of other subjects and of Psychoanalysis
Vera Esther Ireland
- Resenhas - 165** **Resenha do livro “Dimensões do despertar na psicanálise e na cultura”**
Rafael Ribeiro Mansur Barbosa
- 169** **Em torno da Ding-nidade ética de Alberto Giacometti, na “forma de ver” de Paulo Proença**
Renata Mattos
- 173** **Normas de publicação**
- 177** **Roteiro de avaliação dos artigos**

Editorial

O primeiro número da revista *Estudos de Psicanálise* foi publicado há mais de quarenta anos. Desde então o projeto editorial tem sido aprimorado e expandido. Nunca será demais agradecer os criadores originais, sua persistência e a dedicação mantidas pelas duas décadas que se seguiram. Uma notável mudança deu-se nos anos 1990, quando foram ampliados o formato da revista e o número de artigos. A revista obteve a forma e conteúdo que hoje a consagram. Estava sólida a fundação.

Com a diretoria eleita em 2002, tendo Maria Mazzarello Cotta Ribeiro na Presidência do CBP, iniciou-se uma fase de novos avanços que ora completam dez anos: a indexação acadêmica nacional e internacional, o reconhecimento **pela CAPES, ANPPEP, BVS-PSI e CLASE (UNAM-México)**, a publicação em mídia eletrônica pelo próprio CBP e pela BVS, o convite de autores não pertencentes ao quadro do CBP e o aprimoramento do projeto editorial e gráfico. Carlos Perktold, Cibele Prado Barbieri, Déborah Pimentel, Ricardo Azevedo Barreto, Isabela Santoro Campanário, Anna Lucia Leão Lopez, Stetina Dacorso, Presidentes do CBP e editores da revista, cada qual fabricando e colocando mais tijolos na morada.

E, claro, o mais importante, os membros e sócios das sociedades filiadas ao CBP que há mais de quarenta anos vêm se cotizando para pagar a construção. Única fonte de recursos para uma empreitada que não lucra com anúncios e jamais contou com verbas públicas.

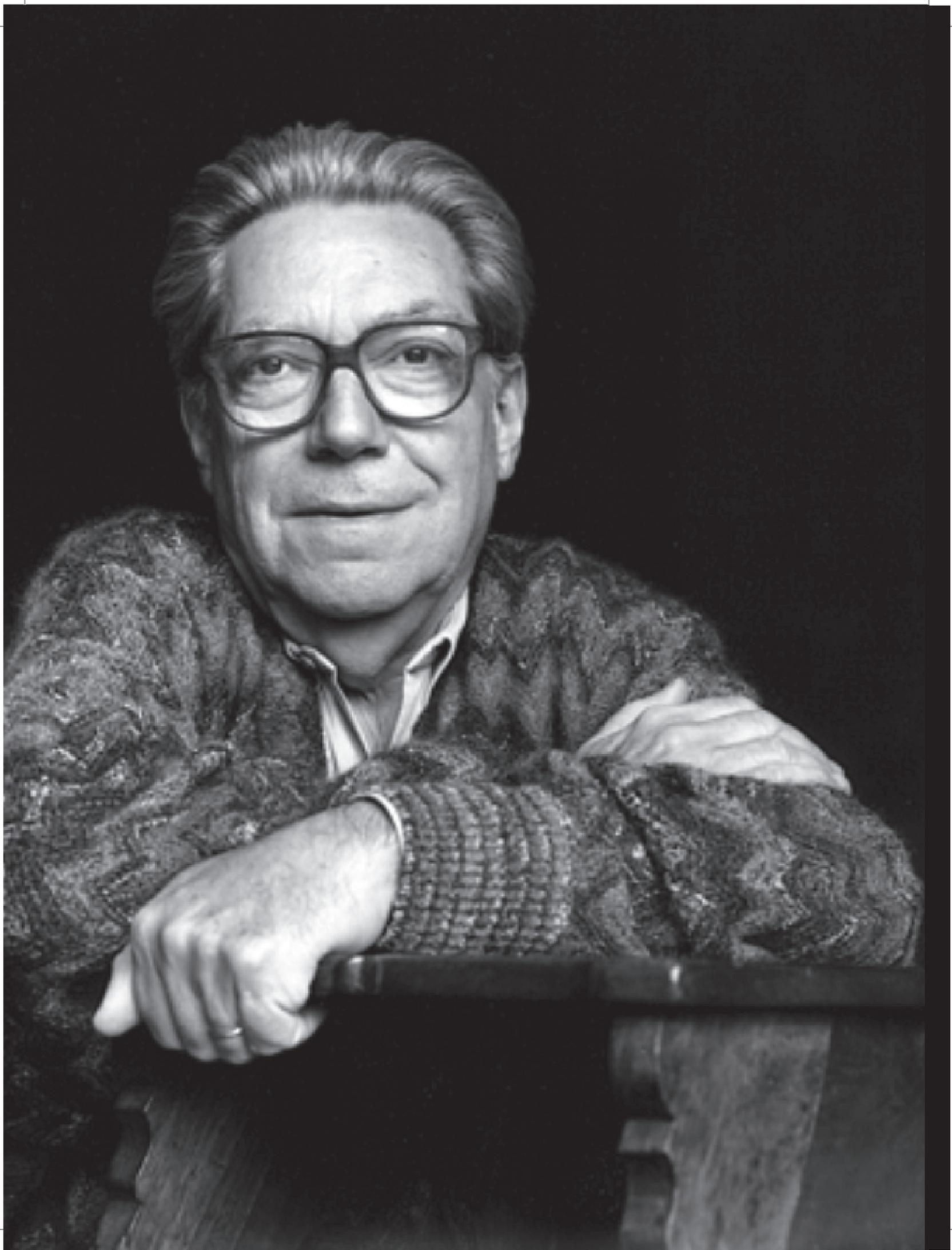
Por outro lado, a *Estudos* sofre as mesmas vicissitudes da Psicanálise. Divulga um saber original e autônomo tal como criado por Freud há mais de século. Saber que possui superfícies comuns com a Medicina, Psicologia, Filosofia, Arte, Pedagogia e quiçá outros saberes. Mas não se confunde nem se deixa dominar por qualquer um deles. Num projeto educacional, ou na absoluta falta dele, em que os saberes oficiais são ciosa e corporativamente mantidos em seus nichos, a Psicanálise permanece ao desabrigo. Não apenas a *Estudos*, mas a enorme e rica quantidade de publicações de sociedades psicanalíticas no Brasil, prova de que não é necessário coberta, estufa ou jazigo.

Outrossim, isto leva que o projeto iniciado há dez anos, buscando reconhecimento acadêmico e governamental, entre em conflito com as origens da Psicanálise. A revista *Estudos de Psicanálise* pertence a um conjunto eclético de sociedades, nas quais há um grande número de não médicos e não psicólogos, inseridas numa terra em que a Psicanálise não possui qualquer legislação oficial, sendo o CBP participante de um movimento nacional que defende a manutenção da não regulamentação como modo essencial de manter a liberdade do pensamento e da prática psicanalíticas.

A não regulamentação da Psicanálise estende-se também a que não possui uma categoria própria para as agências que classificam as revistas. Explica-se como a avaliação acadêmica da *Estudos de Psicanálise* tem sido errante nestes últimos dez anos: Psicologia, Arte, Pedagogia, Música, obtendo o único 'A' em Teologia. Piora quando se pensa na imposição que vem sofrendo o ensino da Psicologia a favor das linhas comportamentais e o da Psiquiatria ao reducionismo das CID e DSM, com os esperados reflexos por toda área oficialmente regulamentada.

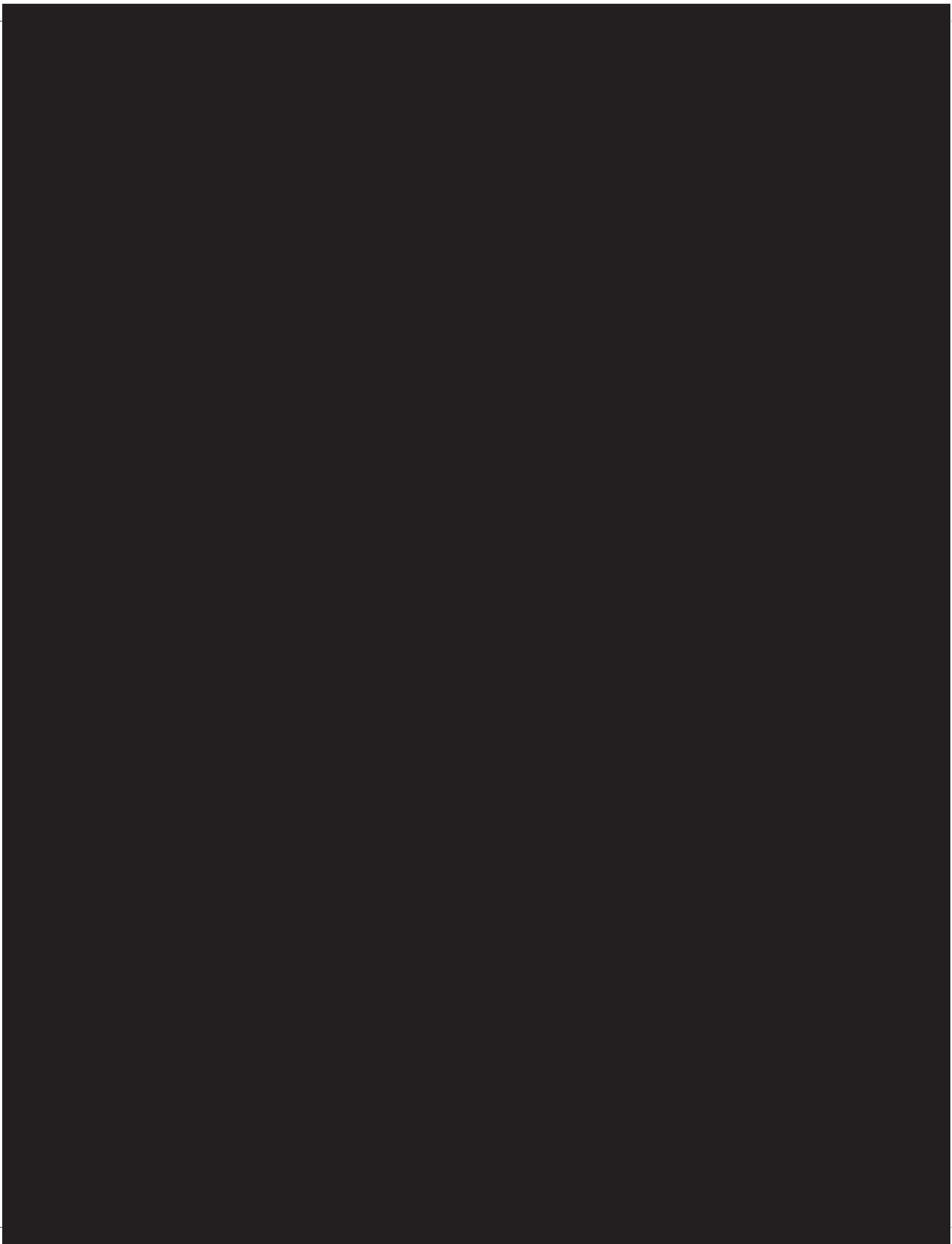
Mas, não é sem modéstia que podemos afirmar: tudo bem, Sócrates, Freud, Klein, Lacan também eram atópicos. A revista *Estudos de Psicanálise* pertence a um condomínio que se dá ao luxo de dispensar o Registro de Imóveis, vivemos no provisório permanente do "adquirido pelo uso", o usucapião. Assim, meio como a vida.

Anchyses Jobim Lopes
Editor



*“o autoerotismo não é, portanto,
absolutamente primeiro,
que precede outra coisa no tempo,
embora seja o primeiro estágio
independente da sexualidade;
não é o começo da relação com o mundo,
mas marca o que chamamos
o tempo ‘auto’ [...]”*

LAPLANCHE, 1992, P.75



Psicanálise com crianças: considerações sobre o sintoma de encoprese

Child psychoanalysis: considerations about the encopresis symptom

Ana Carolina Teixeira Pinto
Raymundo de Oliveira Reis Neto

Resumo

Este trabalho aborda, desde um enfoque psicanalítico, uma das formas de manifestação do quadro designado em psiquiatria pelo termo “encoprese”: “evacuação nas roupas”. Partindo da perspectiva de que, do ponto de vista inconsciente, o sujeito é sempre responsável, destacamos como a aquisição da higiene, ainda que dependa de aspectos biológicos, é resultado de uma escolha (inconsciente) do sujeito diante da demanda do Outro. A partir dessa leitura e de alguns fragmentos de discurso dos pais dessas crianças, tecemos algumas considerações sobre esse sintoma e seu tratamento em psicanálise, mostrando como os meninos que atendemos com esse quadro apresentavam uma postura narcísica, ao não cederem o objeto fezes em favor do amor ao Outro.

Palavras-chave: Psicanálise, Encoprese, Sujeito, Objeto fezes, Demanda.

Introdução

Este trabalho aborda, desde uma perspectiva psicanalítica, um sintoma que tem sido fonte de queixa frequente em nosso trabalho com crianças: a “*evacuação nas roupas*”. O interesse pelo tema surgiu do atendimento de diversas crianças encaminhadas em função desse quadro ao ambulatório de psicologia infantil da unidade de saúde em que trabalhamos. Essas crianças, todas elas do sexo masculino e com idade entre seis e nove anos, foram encaminhadas pelo setor de pediatria com diagnóstico médico de “encoprese”.

Já o nosso primeiro contato teórico com o tema se deu através da leitura das classificações de transtornos mentais mais utilizadas atualmente, bem como de manuais de psiquiatria infantil. Assim como diversos outros sintomas em psiquiatria, a evacuação nas roupas adquire o estatuto de *transtorno mental*, sendo designada, nesse campo, pelo termo “encoprese” e compondo, juntamente com a micção nas roupas (por sua vez, co-

nhecida pelo termo “enurese”), os Transtornos de Excreção.

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR, 2002), os Transtornos da Excreção são incluídos dentre os Transtornos Geralmente Diagnosticados pela Primeira Vez na Infância ou na Adolescência. Esta seção do manual, como o próprio nome já diz, inclui os transtornos mentais que geralmente são diagnosticados pela primeira vez na infância ou adolescência, embora, ocasionalmente, não sejam diagnosticados até a idade adulta.

Ao longo deste trabalho, enfocamos especificamente uma das formas de manifestação da encoprese. Diferentemente dos casos em que a criança deposita as fezes em lugares específicos (num canto da sala, do quarto dos pais, etc.), nos casos que tratamos, mesmo após a evacuação, o sujeito mantém as fezes em contato direto com o corpo.

Ainda que estabelecendo alguns contrapontos com a literatura psiquiátrica sobre a encoprese, abordamos esse sintoma desde

uma perspectiva psicanalítica, da qual destacamos, desde já, a seguinte concepção: do ponto de vista inconsciente, o sujeito é sempre responsável. Partindo dessa concepção, fazemos uma leitura do fenômeno de evacuação nas roupas distinta da perspectiva que trata o sintoma (ou o transtorno) como algo exterior à criança e que, portanto, deve ser extirpado. Tal como sinalizado por Freud desde os primórdios de seu trabalho, o sintoma é sempre também um modo de satisfação. Não se trata apenas de aceitar que a expulsão das fezes tal como é feita gere satisfação pela passagem do bolo fecal pelo reto, mas também apostar que é em conexão com fantasmas inconscientes que tal fenômeno encontra sustentação enquanto modo de ligar o sujeito a um objeto que insiste em escapar.

Na primeira seção, trabalhamos o processo de transição, pelo qual passa a criança na fase anal, do uso das fraldas à aquisição da higiene. Abordando o tema desde um referencial psicanalítico, destacamos alguns aspectos em jogo nesse processo, mostrando como ele não pode ser reduzido a fatores biológicos ou educativos, sendo determinado, prioritariamente, pela relação do sujeito com o objeto fezes e a demanda do Outro.

Em seguida, introduzimos alguns pontos em comum no discurso dos pais dessas crianças extraídos da nossa clínica. Articulado esses fragmentos de discurso com a leitura que realizamos anteriormente sobre a aquisição da higiene pela criança, tecemos algumas considerações sobre a evacuação nas roupas e o tratamento deste quadro em psicanálise.

Sobre a aquisição da higiene

No segundo dos “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”, Freud (1996) postulou as fases do desenvolvimento psicosexual, apontando que, na infância, as pulsões parciais são desvinculadas e independentes entre si na busca do prazer e não se encontram subordinadas à primazia genital. A primeira

fase da organização pré-genital é a fase oral ou canibalesca, na qual a zona erógena é a boca, o prazer está ligado à excitação da mucosa dos lábios e da cavidade bucal e o alvo sexual consiste na *incorporação do objeto*.

Lacan (1995) postula a *frustração* como o verdadeiro centro dessa primitiva relação mãe-criança. De um lado, o autor coloca em cena a frustração da mãe enquanto mulher e, reconhecendo a importância que Freud chegou a dar ao lugar ocupado pelo filho na economia libidinal da mulher, já que simbolicamente este consiste num substituto do falo, afirma que o desejo da mulher pelo falo norteia sua relação com a criança. De outro lado, põe em evidência a frustração da criança na sua relação com a mãe.

Partindo dessa segunda perspectiva, introduz duas vertentes na frustração, o *objeto* e o *agente*. A mãe, enquanto *agente simbólico*, se faz presente e ausente segundo os apelos da criança, dando a ela o seio, *objeto real* de satisfação. No entanto, conforme destaca o autor, nem sempre a mãe vai atender aos apelos da criança. E ao não responder a estes, a mãe passa ao *plano real*. A mãe real surge como onipotente, visto poder atender ou frustrar as demandas da criança segundo sua própria vontade. Esse jogo de presença-ausência da mãe regula a demanda do sujeito, na medida em que é necessário que o objeto falte para que o sujeito possa demandar.

Com isso, o seio, anteriormente objeto real de satisfação, se transforma num símbolo de amor, passando ao plano *simbólico*. A partir de então, ter seus apelos atendidos pela mãe se traduz, para a criança, em “mamãe me ama”, do mesmo modo que não ter seus apelos atendidos ganha a conotação de “mamãe não me ama”.

A mãe se situa como o Outro capaz de atender *para além* das necessidades da criança, conforme explicitado na passagem abaixo.

A demanda em si refere-se a algo distinto das satisfações por que clama. Ela é demanda de

uma presença ou de uma ausência, o que a relação primordial com a mãe manifesta, por ser prenhe desse Outro a ser situado *aquém* das necessidades que possa suprir (LACAN, 1998, p.697, grifo do autor).

Divergindo dos autores anglo-saxões, Lacan afirma que, já no nível da primitiva relação mãe-criança, o objeto da frustração é, portanto, um objeto simbólico, não um objeto real. Tal concepção justifica, por exemplo, que a criança chore mesmo sem estar com fome, na medida em que, para ela, mais importante do que a satisfação de uma necessidade fisiológica é o amor da mãe, presente “mais além do objeto” (LACAN, 1999).

Nesse momento em que a alimentação se coloca como temática central na relação mãe-criança, o alimento é tomado como a principal moeda de troca amorosa, seja da perspectiva de uma ou de outra. Isso por que, no nível da demanda, há uma relação de reciprocidade entre o sujeito e o Outro. Para que a criança possa se constituir como sujeito desejante é preciso que a mãe, enquanto sujeito do desejo, signifique seu choro. No entanto, é preciso também que a criança demande *ao* Outro, o que implica em aceitar a demanda que vem *do* Outro (você está com fome, por exemplo).

Mais tarde, quando a aquisição da higiene passar a ocupar um lugar de destaque na relação entabulada entre a mãe e a criança, outra moeda de troca surgirá nessa relação. A partir do momento em que a mãe, movida pelo *desejo*, começar a empreender tentativas de retirar as fraldas da criança, as fezes surgirão como principal moeda de troca. Essas exigências de higiene introduzidas pela mãe, e apenas aparentemente de caráter exclusivamente educativo, marcam a entrada da criança na fase anal, situada por Freud (1996), aproximadamente, entre os dois e os quatro anos de idade.

Diferentemente da fase oral, em que a primazia é do sujeito de ser nutrido pelo Outro, na fase anal é o sujeito que se encontra su-

jeitado à demanda do Outro. Mais do que a aquisição do controle esfinteriano em si, o que se introduz para a criança quando passa a ser solicitada pela mãe a evacuar nesse ou naquele momento é a *demandado do Outro*. E ao adquirir o estatuto de objeto demandado pelo Outro, as fezes perdem sua conotação exclusivamente biológica (enquanto resto), constituindo-se num objeto altamente valorizado pela criança. Conforme apontado por Freud, as fezes se constituem como dádiva, como um objeto precioso da criança que ela pode dar para alguém (FREUD, 2010).

Com a aquisição do controle esfinteriano, a criança experimenta, pela primeira vez, o sentimento de propriedade em relação aos seus excrementos, enquanto objeto de troca (DOLTO, 1980, p.27-68), se vendo agora imbuída, ela própria, do poder de atender ou não às demandas da mãe. Desse modo, em psicanálise, as fezes são consideradas para além da esfera biológica e a aquisição do hábito da higiene é retirada de um plano meramente educativo, sendo concebida e contextualizada dentro de uma etapa específica da constituição subjetiva em que, pela primeira vez, a criança é chamada a renunciar a um objeto que é uma parte dela mesma.

Se do ponto de vista biológico, a possibilidade de reter e expulsar as fezes consiste num sinal de maior desenvolvimento neuromuscular que viabiliza a aquisição da higiene, desde uma perspectiva psicanalítica, o controle esfinteriano permite ao sujeito ainda reter e expulsar *ludicamente* esse objeto investido de valor na relação com o Outro em prol do seu *prazer autoerótico* (FREUD, 1996).

Por um lado, ao afirmar a erogeneidade da zona anal, Freud relaciona a retenção das fezes à obtenção de sensações de volúpia ao lado de sensações dolorosas, apontando que a retenção da massa fecal pode ser utilizada pela criança para tirar proveito da estimulação da zona anal, na linha da estimulação masturbatória. Aqui, segundo Freud, não interessa à criança sujar a cama, apenas pro-

videnciar “que não lhe escape o dividendo de prazer que vem junto com a defecação” (FREUD, 2010, p.175).

Por outro, aponta para o valor que as fezes assumem para a criança. Mesmo no discurso de mães cujos filhos não apresentaram o sintoma de evacuação nas roupas, podemos identificar aspectos que apontam para a dificuldade do sujeito de renunciar ao objeto fezes, tais como: o fato de a criança ter passado por uma etapa transitória ao longo da aquisição da higiene, durante a qual já evacuava no vaso sanitário e, no entanto, se recusava a dar descarga; a criança permanecer observando as fezes evacuadas com ar de admiração pelo “lindo cocô” que fez; ou passar a evacuar mais espaçadamente do que na época em que usava fraldas (dia sim e dia não, em vez de todos os dias).

Surge então a questão de saber o que leva a criança a evacuar no momento que convém à mãe, renunciando ao prazer proporcionado por esse objeto altamente investido de libido. E, ainda, por que algumas crianças lidam mais facilmente com as exigências de higiene impostas pela mãe ao passo que outras, segundo relato das próprias mães, parecem transformar a evacuação numa espécie de disputa para ver quem decide quanto a essa parte de seu corpo, como nos casos descritos pela psiquiatria sob a rubrica de “encoprese”.

Quanto à primeira questão, recorramos a Freud: “Na defecação o bebê tem que decidir, pela primeira vez, entre a atitude narcísica e a de amor ao objeto. Ou ele entrega docilmente o cocô, *sacrifica-o* ao amor, ou retém para a satisfação autoerótica” (FREUD, 2010, p.258; grifo do autor). Para o autor, o que leva a criança a renunciar a esse objeto e, conseqüentemente, à satisfação proporcionada por ele, é o “amor ao objeto”. Em parágrafo acrescentado em 1915 aos “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1996), Freud já havia afirmado que, para a criança, o conteúdo intestinal

É obviamente tratado como parte de seu próprio corpo, representando o primeiro “pre-

sente”: ao desfazer-se dele, a criaturinha pode exprimir sua docilidade perante o meio que a cerca, e ao recusá-lo, sua obstinação (FREUD, 1996, p.175-76).

Atender às solicitações da mãe quanto à evacuação significa mais do que um sinal de boa educação por parte da criança. Trata-se, antes, da criança presentear a mãe com amor. Chegamos aqui a um ponto fundamental à elucidação do sintoma de evacuação nas roupas. Conforme apontado por Freud e Lacan, *a retenção-expulsão das fezes é empregada pela criança na relação com as pessoas que cuidam dela*.

Na seção seguinte, enfocamos mais diretamente o sintoma de evacuação nas roupas. Para tanto, introduzimos alguns fragmentos de discurso dos pais dos sujeitos que apresentam esse sintoma, destacando algumas particularidades desse discurso que nos permitem tecer algumas considerações a respeito desse quadro desde uma perspectiva psicanalítica.

Considerações psicanalíticas sobre a encoprese

A evacuação nas roupas consiste num sintoma comumente tratado pelos pais do sujeito como uma emergência, principalmente em função do prejuízo que, por vezes, acarreta na vida escolar da criança ou na vida social da família como um todo. Como consequência, soluções imediatas e milagrosas são demandadas ao psicanalista.

Na maioria das vezes, a procura pela psicanálise se dá quando a situação chega ao “*limite*”, para usar o termo empregado pela mãe de uma criança com esse sintoma ao descrever a “*vergonha*” que o filho a fez passar ao “*sujar a cueca*” enquanto os dois voltavam para a casa de ônibus: “*O cheiro era tão ruim que apesar de o ônibus estar lotado, os lugares perto de nós ficaram todos vazios. Era melhor ir em pé do que aguentar aquele cheiro*”.

Em alguns casos, a evacuação nas roupas chega a ocorrer diariamente e o constrangi-

mento gerado por esse sintoma faz com que a própria criança se recuse a frequentar a escola, a casa de parentes e coleguinhas etc. (DSM-IV-TR, 2002). Em outros, a criança não parece demonstrar qualquer constrangimento, chegando ao ponto de negar a evacuação mesmo nas situações em que as fezes são descobertas em sua roupa ou quando o odor decorrente da mesma é óbvio (STUBBE, 2008).

Seja no primeiro ou no segundo caso, identificamos um discurso comum dentre as mães desses sujeitos: *“Não aguento mais ficar com ele no banheiro esperando que faça cocô. Por mais que eu insista, ele não faz. Acho, inclusive, que vou ser demitida do trabalho, porque vivo chegando atrasada. Hoje mesmo fiquei a manhã inteira no banheiro com ele e nada dele fazer.”*

Algumas mães chegam a vigiar constantemente o filho, numa postura sempre alerta e, ao observarem na criança o menor sinal de vontade de evacuar, pedem insistentemente a ela que vá ao banheiro. Diante da resposta negativa da criança, é comum que a obriguem a sentar no vaso sanitário ou no penico até que, enfim, evacue. Mas, para alimentar ainda mais a queixa dessas mães, conforme relatado por uma delas, *“parece até que quanto mais insisto pior fica a situação. Ele pode ficar o tempo que for no banheiro que não faz ou faz só um pouquinho, mas é só ele sair do banheiro que, pronto, faz cocô na calça”*.

Dentre outros aspectos, esse discurso revela que brigar, exigir ou impor nem sempre faz com que a criança atenda às solicitações da mãe para evacuar no vaso ou penico introduzido por ela; ao contrário, são atitudes que parecem somente *“piorar a situação”*.

Como vimos na seção anterior, a etapa de transição da evacuação nas fraldas à aquisição da higiene não é determinada exclusivamente e nem prioritariamente pela maturação ou pelo condicionamento. Ainda conforme já destacamos, esse processo depende, dentre outros aspectos, do posicionamento do sujeito diante da demanda do Outro.

A clínica indica que o sujeito vai atender às solicitações da mãe tanto mais quanto estas forem determinadas pelo *desejo* dela. Em nossa experiência, a competição travada entre a criança e a mãe para ver quem decide em relação às fezes é menos presente se a expectativa dessa mãe de que o filho deixe de usar fraldas e passe a utilizar o banheiro for marcada pelo desejo, diferentemente dos casos em que a mãe parece lidar com as fezes em sua concretude, sem fantasmaturação.

Nos casos em que a criança apresenta o sintoma de evacuar nas roupas, a passagem das fraldas ao uso do penico ou vaso sanitário parece se colocar para ela como uma *imposição* do Outro, e não como uma *demand*a do Outro. Essa postura impositiva da mãe ao apressar o processo de aquisição da higiene é apontada pela psiquiatria como um dos fatores em causa no sintoma que estamos estudando aqui. No campo psiquiátrico, a evacuação nas roupas estaria associada, dentre outros fatores, à expectativa da mãe de um controle prematuro dos esfíncteres por parte da criança (AJURIAGUERRA, 1983). Frequentemente, escutando os pais desses sujeitos, constatamos esse dado, conforme relatado com surpresa por uma mãe cujo filho, após dois anos evacuando e urinando no vaso sanitário *“sem nenhum acidente, nem mesmo à noite”*, voltou a evacuar na roupa: *“Ele deixou de usar fraldas bem mais cedo do que os irmãozinhos!”*

Em psicanálise, é compreensível que o sujeito volte a evacuar nas roupas mesmo após ter largado precocemente as fraldas e ainda que isso tenha se dado sem grandes dificuldades aparentes, visto que o hábito da higiene pode ter sido adquirido exclusivamente em função do condicionamento. O caso de Júlio serve para ilustrar a íntima relação entre o sintoma de evacuação nas roupas e a aquisição precoce do *hábito* da higiene.

Júlio foi encaminhado para tratamento psicológico pela pediatra aos oito anos de idade, poucos meses, de acordo com os pais, após ter começado a *“sujar a cueca”*. Ainda

segundo relato dos pais, Júlio “*aprendeu cedo a usar o banheiro, antes mesmo de ter dois anos*”. No entanto, após anos sem que nenhuma regressão quanto a esse aspecto tivesse sido observada pelos pais, “*de uma hora para outra*”, ele começou a evacuar na cueca praticamente todos os dias, estivesse em casa, na escola, na casa de parentes ou coleginhas, na rua etc.

Apesar de residir com os pais, Júlio “*foi mais criado pela madrinha*”, que morava próximo a sua casa. Em função de seus empregos, os pais passavam o dia fora. Era a madrinha, portanto, quem ficava no pé dele para fazer os deveres de casa e estudar para as provas, quem comparecia às reuniões de pais na escola, quem ia buscá-lo na rua quando ele demorava a voltar para casa etc. A partir do momento em que essa madrinha se mudou para um bairro distante, Júlio acabou ficando “*mais solto*”. Ninguém mais pegava no seu pé para fazer os deveres de casa e estudar para as provas, ninguém mais ia à praça na qual ele costumava brincar com os coleginhas da vizinhança para chamá-lo de volta para casa, até mesmo ao Posto de Saúde ele ia sozinho. Desde então, Júlio passou a ficar na rua até tarde, suas notas despencaram e ele começou a “*sujar a cueca*”.

Observamos nesse fragmento clínico que a aquisição precoce da higiene, enquanto um dos fatores subjacentes ao sintoma de encoprese, não pode ser reduzida ao seu aspecto biológico. Não se trata de precocidade do ponto de vista biológico, visto que o fato de a criança ter adquirido a higiene em algum momento pressupõe que ela já tenha atingido a capacidade de controle dos esfíncteres. Para além da maturação biológica que permite o controle do esfíncter anal, a aquisição da higiene depende de o sujeito se encontrar num momento lógico de constituição psíquica favorável a esse processo. Do contrário, como evidenciado pelo caso de Júlio, a demanda de higiene introduzida pelo Outro acaba não sendo formulada pela criança como uma demanda dela própria e, desse

modo, permanece condicionada à presença concreta de um Outro que a demande.

Cabe introduzir aqui o seguinte discurso de uma mãe às voltas com suas tentativas de tirar as fraldas do filho: “*Na primeira semana foi mais tranquilo, ele aceitou numa boa. Já essa semana está sendo mais difícil, ele voltou a se sujar todo, vamos ver como vai ser semana que vem. Olha, tem que ter muita paciência, dar tempo ao tempo*”.

O tempo parece ser justamente o que as mães de crianças com sintoma de evacuação nas roupas não puderam ter-lhes dado. Não se trata aqui de um tempo qualquer, mas de um tempo necessário para a criança se posicionar, enquanto sujeito, diante da demanda do Outro. Destacamos, na seção anterior, que tão importante quanto a mãe demandar à criança é esta se posicionar diante dessa demanda. Do ponto de vista da criança, é preciso que, em algum momento, a demanda do Outro se transforme numa demanda *ao* Outro (nesse caso em específico, pedir à mãe para ir ao banheiro). Podemos pensar, desde uma leitura psicanalítica, que a atitude impositiva da mãe em forçar apressadamente a retirada das fraldas do filho, impede a emergência do desejo na criança de atender às suas demandas.

Atender à demanda do Outro pressupõe ainda que o sujeito possa se separar do objeto fezes, dificuldade particularmente exacerbada para as crianças cujo sintoma que se coloca em primeiro plano é a evacuação nas roupas. O tratamento psicanalítico desses sujeitos aponta, principalmente ao escutarmos o discurso de seus pais, quanto eles se encontram identificados a esse objeto.

Há, ainda, que se destacar a incidência do significante no sintoma. O pai de uma dessas crianças, na época com nove anos de idade e encaminhada para análise pelo pediatra em função do diagnóstico médico de “*encoprese primária*”, insistia em qualificar o relacionamento que teve com a ex-mulher e a consequente gravidez dela como a maior “*merda que fez na sua vida*”. Já a avó de ou-

tra criança, com o mesmo diagnóstico, se referia a ela como “*essa porcaria*”. Também é comum ouvirmos as mães desses pacientes se queixarem de que o filho “*não come nada que presta*” ou que ele “*só come besteira*”.

Cabe ressaltar que para além de todo o benefício prático do ponto de vista da higiene, as fraldas oferecem à criança uma continência, mantendo seus excrementos em contato direto com o corpo dela. A evacuação nas roupas íntimas consiste numa forma de preservar o contato das fezes com o corpo, assim, o sujeito evita que essa parte de seu corpo se destaque.

Vemos, novamente, quanto a passagem das fraldas à evacuação no vaso sanitário não depende exclusivamente da aquisição do controle dos esfíncteres ou do treinamento. Outro dado que põe em evidência essa perspectiva é a “*dificuldade escolar*” apresentada por esses sujeitos que, apesar da facilidade nas demais matérias, não conseguiram “*aprender matemática*”, mais especificamente “*continhas de dividir*” (por outro lado, ainda conforme dados extraídos da nossa clínica, as crianças que apresentam o sintoma de micção nas roupas – enurese –, seja diurna ou apenas noturna, possuem em sua maioria dificuldade acentuada de escrita). Esse dado reflete a dificuldade do sujeito de lidar com a divisão, com a troca na relação com o Outro. Não podemos desprezar também o fato de as contas de *divisão* exigirem do sujeito a lida com o *resto*, com algo que sobra de uma operação.

Somente ao manejar a transferência de outro lugar que não aquele do qual já respondem os pais da criança, o analista pode intervir de modo a promover uma separação entre o sujeito e o objeto fezes. Para tanto, entendemos ser fundamental que o analista possa suportar a posição narcísica do sujeito.

Num dos casos que atendemos, o sujeito sempre levava para a sessão o brinquedo que ganhava no fim de semana ao comer num *fast food* da cidade e a primeira coisa que fazia ao entrar no consultório era colocá-lo num

cantinho da sala, longe do analista. Somente após diversas sessões, durante as quais o objeto não foi demandado ao sujeito, quando o analista levou um jogo para brincar especificamente com ele, houve uma mudança de posição do sujeito. Este, que até então parecia “dar de ombros” ao analista, começou a oferecer a analista seus brinquedos.

Com o decorrer do tratamento, mais especificamente após essa mudança de posição do sujeito na relação transferencial (*ser amado – amar*), o sintoma cessou, dando lugar a um negativismo na relação com o outro. Diante das mais simples perguntas ou pedidos, principalmente vindos da mãe, a resposta do sujeito era a mesma: “*não*”. Na escola, sempre que solicitado a entregar a folha com o dever de casa, por exemplo, sua resposta era “*não recebi a folha*”.

A oposição até então manifestada no sintoma passou a se apresentar na relação do sujeito com as pessoas em seu entorno, entretanto, com esse deslizamento – do corpo para a palavra – o “*não*” pode se manifestar de forma menos concreta. Esse negativismo através do uso excessivo da palavra “*não*” se mostrou uma etapa comum e transitória no tratamento da maioria dos sujeitos que analisamos com o sintoma em questão, etapa que, uma vez atravessada, deu ensejo ao endereçamento de uma demanda ao analista e a uma maior abertura para o laço social.

Considerações finais

Embora a persistência ou a volta da evacuação nas roupas, assim como qualquer outro sintoma em psicanálise, não possua em si mesma uma significação única, acabamos de ver que, desde uma perspectiva mais geral, podemos considerar esse fenômeno não apenas como relacionado à atividade autocrítica do sujeito, mas também ao valor simbólico assumido pelas fezes na relação com o Outro. O sujeito pode renunciar ou não ao objeto fezes em prol do amor ao Outro ou de seu narcisismo, respectivamente. Vimos, também, que essa dificuldade pode estar re-

lacionada à atitude impositiva da mãe que, tomando as fezes em sua concretude, negligencia o valor simbólico que elas podem assumir na relação com a criança, introduzindo a aquisição da higiene para ela numa etapa de sua constituição psíquica ainda não favorável a esse processo e, ainda, ao lugar que o sujeito ocupa no discurso do Outro – “porcaria”, “merda”, etc.

Quanto ao tratamento, descartamos, enquanto analistas, a possibilidade de conduzi-lo de modo a conscientizar essas crianças ou educá-las visando à aquisição ou reaquisição do hábito da higiene. A condução do tratamento deve possibilitar que os impasses vividos pelo sujeito na relação fantasmática com o Outro e com esse objeto sejam manifestados na relação transferencial, que nesses casos, em sua maioria, é marcada por uma postura narcísica, ou seja, pela dificuldade de ceder o objeto em troca do amor ao Outro.

Para finalizar, embora tenhamos tecido algumas considerações, a partir da literatura e da nossa clínica, sobre o fato de a evacuação nas roupas ter incidência maior em crianças que adquiriram precocemente o controle dos esfíncteres, deixamos em aberto a questão de saber por que os sujeitos com esse sintoma são em sua grande maioria do sexo masculino. Reservamos para um trabalho futuro, também, um estudo sobre outra forma de manifestação da encoprese com a qual temos nos deparado na clínica. Trata-se dos casos em que o sujeito consegue se separar do objeto fezes mais facilmente, elegendo, entretanto, locais específicos para evacuar não destinados a essa finalidade, e que variam caso a caso.

Abstract

This paper deals with, from a psychoanalytical focus, one of the forms of the manifestation of situation designated in psychiatry as “encopresis”: “evacuation in one’s clothing”. Based on a perspective that, from the unconscious point of view the subject is always responsible, we emphasize that because the acquisition of hy-

giene still depends upon biological aspects, it is the (unconscious) choice of the subject in view of the demand of the Other. Thus, based upon this understanding and some fragments of the discourse of the parents of these children, we have produced some considerations regarding this symptom and its treatment through psychoanalysis, showing how the boys whom we have assisted who presented this situation displayed a narcissistic posture, by not ceding the feces object in favor of love of the Other.

Keywords: *Psychoanalysis, Encopresis, Subject, Feces object, Demand.*

Referências

AJURIAGUERRA, J. *Manual de psiquiatria infantil*. 2. ed. São Paulo: Masson, 1983.

DSM-IV-TR- *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Trad. Cláudia Dornelles. 4.ed. rev., Porto Alegre: Artmed, 2002.

DOLTO, F. Evolução dos instintos. In DOLTO, F. *Psicanálise e pediatria*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.VII.

FREUD, S. Sobre as transformações dos instintos, em particular no erotismo anal [1917]. In *Obras completas*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v.XIV, p.252-262.

LACAN, J. (1956/57). *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LACAN, J. (1957/58). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, J. (1958). A significação do falo. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

STUBBE, D. Transtornos de excreção: encoprese funcional e enurese funcional. In STUBBE, D. *Psiquiatria da infância e adolescência*. Porto Alegre: Artem, 2008, p.112-117.

RECEBIDO EM: 14/03/2012

APROVADO EM: 21/03/2012

SOBRE OS AUTORES

Ana Carolina Teixeira Pinto

Psicóloga. Pós-Graduada em Teoria e Clínica Psicanalítica pela Universidade Estácio de Sá. Psicóloga da Fundação Municipal de Saúde de Nova Friburgo-RJ. Coordenadora do Grupo de Acompanhamento Terapêutico PariPassu. Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

Raymundo de Oliveira Reis Neto

Psicólogo. Doutor em Psicologia Clínica pela PUC/RJ. Psicanalista. Coordenador e Professor do Curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá Campus Nova Friburgo Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

Endereço para correspondência:

Ana Carolina Teixeira Pinto

Rua Major Augusto Marques Braga, 07/203
Centro - 28610-210 - Nova Friburgo/RJ
E-mail: tpsicarol@hotmail.com

Raymundo de Oliveira Reis Neto

Avenida Manoel Carneiro de Meneses, 2001
Casa B - Mury - 28615-060 - Nova Friburgo/RJ
E-mail: r.reisneto@gmail.com



Considerações sobre o massacre de Realengo

Thoughts about the Realengo school massacre

Anchyses Jobim Lopes

Em homenagem a:

*Ana Carolina, Bianca, Géssica, Igor, Karine, Larissa,
Laryssa, Luiza Paula, Mariana, Milena, Rafael e Samira.*

Homo sum: humani nil a me alienum puto

(Sou um ser humano, portanto, nada que é humano me estranha).

Publius Terentius Afer, em *Heauton Timorumenos* (O atormentador de si mesmo)

Resumo

Questionamento dos diagnósticos de esquizofrenia paranoide ou de crise catatímica elaborados por psiquiatras forenses para caracterizar o assassino. Defesa do diagnóstico de personalidade esquizoide. Tentativa de explicação do papel da *internet* como uma das causas deste tipo de assassinato em massa. Imaginário e narcisismo. Os traumas sexuais identificáveis a partir das ideias fundamentalistas religiosas misóginas adotadas pelo assassino. Questões relevantes na história do assassino – pré-natais, ao início da vida e primeira infância – que fornecem dados para uma explicação psicanalítica do autor do massacre. Características da personalidade esquizoide descritas por Fairbairn.

Palavras chave: Personalidade esquizoide, Internet, Narcisismo, Imaginário, Fundamentalismo religioso, Misoginia, Trauma.

Introdução

“Massacre de Realengo” é como ficou conhecido o assassinato em massa ocorrido em 7 de abril de 2011, por volta das 8h30 da manhã, na Escola Municipal Tasso da Silveira, localizada no bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro. Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, entrou na escola, onde havia estudado dez anos antes, dizendo que iria apresentar uma palestra. Já numa sala de aula, armado com dois revólveres, começou a disparar contra os alunos presentes, matando doze deles. Não há relatos precisos sobre a duração do evento, mas algum tempo ocorreu até que um sargento da polícia, avisado por um estudante que conseguiu fugir da escola, foi capaz de baleiar Wellington na perna. O atirador se suicidou com um tiro na cabeça

após ser atingido. Wellington portava duas armas, uma delas calibre 38 e um cinturão especialmente preparado, com muita munição.

O massacre, que chocou todo o país, foi amplamente divulgado pela mídia. Uma quantidade bem grande de depoimentos, com os meios-irmãos do assassino, bem como vizinhos e antigos colegas, foi mostrada pela televisão e amplamente transcrita em jornais e revistas. Outro número razoável de entrevistas foi de jornalistas, psiquiatras e religiosos opinando sobre o massacre. Wellington deixou uma carta e um vídeo para serem propagados após sua morte. Outros vídeos e textos foram depois encontrados e parcialmente divulgados. Este material está, até o momento da redação deste texto, à

disposição do público pela *Internet*: em textos, fotos e vídeos. Três temas foram muito debatidos na mídia: a influência da *Internet*, que teria importado uma atrocidade até então desconhecida no país; a possível ligação do assassino com grupos fundamentalistas muçulmanos assim como a influência da religiosidade de sua mãe, evangélica muito devota; e o papel do *bullying* que Wellington sofrera na mesma escola quando nela estudou dez anos antes.

No presente artigo separamos uma tentativa de compreensão do massacre em quatro partes. Primeiro uma discussão mais psiquiátrica que psicanalítica sobre qual seria o diagnóstico de Wellington. Em segundo lugar a possibilidade de a *Internet* ter colaborado, não apenas com os possíveis contatos com extremistas, mas também como meio de comunicação que em si mesmo pode facilitar esta forma de conduta. Terceiro, passamos então a uma discussão sobre as normas sexuais e sociais defendidas pelos vários tipos de fundamentalismo religioso, das quais o comportamento de Wellington aparece como um paroxismo. Finalmente, em quarto lugar, numa discussão mais propriamente psicanalítica, uma tentativa de interpretar as motivações conscientes e inconscientes do assassino, a partir de sua história pessoal, principalmente na primeira infância e na adolescência: sua adoção, possíveis características da relação mãe/filho, sua sexualidade e seu passado de vítima de *bullying*.

Questionamento do diagnóstico de esquizofrenia paranoide

Na noite do massacre e na manhã seguinte, em dois dos programas de televisão aberta mais assistidos do Brasil – o *Jornal Nacional* e o *Bom Dia Brasil* –, Wellington foi diagnosticado por um famoso psiquiatra forense ou como esquizofrênico ou, mais especificamente, como esquizofrênico paranoide (MORAES, 2011). No *Jornal O Globo*, uma famosa autora de livros que popularizam diagnósticos psiquiátricos, obras que com

muita frequência contam entre as listas dos livros mais lidos, afirmou que: “O Wellington era esquizofrênico, e esquizofrenia é uma doença rara, afeta 1% da população mundial” (SILVA, 2011). A partir ou não destas declarações, o diagnóstico foi amplamente divulgado por outros veículos da imprensa escrita, noticiários da *Internet* e por *blogs*. Ocorreram algumas exceções, como a veiculada por um psiquiatra forense no jornal *O Estado de S. Paulo*:

Apesar de ver nele algum desequilíbrio e embora o conteúdo do discurso dele parecesse distorcido, não creio que estivesse claramente psicótico, ou seja, que tivesse uma perda plena de juízo, sendo totalmente incapaz de diferenciar realidade de fantasia. E dar um diagnóstico qualquer sem tê-lo examinado a fundo (ou sem ter elementos suficientes) seria chute (BARROS, 2011).

Maior destaque foi dado a esta última opinião porque dela partilhamos inteiramente. Uma vez que os sintomas dos tipos catatônico e desorganizado de esquizofrenia estão ausentes, resta o de esquizofrenia paranoide. Porém, deste tipo clínico estão completamente ausentes vários dos sintomas mais característicos. Embora um dos profissionais acima (MORAES, 2011), justificando ter se fundamentado pelo vídeo deixado pelo assassino, vídeo que foi postumamente passado e reprisado pela mídia, tenha afirmado que Wellington sofria de alucinações, discordamos completamente. Dentre as mais de vinte reportagens e entrevistas a que tivemos acesso, bem como dos vídeos gravados e dos textos do próprio Wellington, em momento algum pode ser caracterizada a suspeita de alucinações, em especial das auditivo-verbais típicas (vozes que comentem o comportamento do paciente, vozes que xingam e/ou acusam, vozes dialogadas). Também não foram observadas manifestações clássicas de comprometimento da consciência do eu. Sejam alterações da consciência da ativi-

dade do eu – pensamentos impostos, roubo ou bloqueio de pensamento, sonorização de pensamento, etc. –, sejam alterações da consciência da unidade do eu – dois ou mais eus simultâneos. Quanto a este último item, pelo contrário, a impressão passada pelos vídeos e textos de Wellington sugere um eu consciente muito rígido, agindo como um bloco monolítico, eficazmente manipulando a realidade para obter seu objetivo.

Para que se sustente o diagnóstico de esquizofrenia paranoide sobra, portanto, apenas a questão de possíveis ideias delirantes. Deve-se levar em conta que a mudança de eixo da psiquiatria nesses últimos trinta anos, que ocorreu devido à facilidade e ao abuso de diagnósticos de esquizofrenia, assim como ao excesso de tratamentos violentos e de institucionalização dos pacientes, esta mudança procurou restringir a aplicação do rótulo de esquizofrênico. Contou aqui a crítica desde a década de 1960 da antipsiquiatria com modificações políticas e sociais, que no Brasil se refletiram com a criação da Lei Paulo Delgado e dos CAPS. Na área da psicopatologia, em especial na questão dos delírios, grande ênfase foi dada à característica dos delírios da esquizofrenia paranoide que não podem ser qualquer um, mas devem ser especialmente de caráter bizarro (DSM IV-TR, 2002 p.305). Tratou-se de restringir o diagnóstico para pacientes portadores de delírios muito distantes da realidade, grotescos mesmo. Abriu-se espaço para que delírios mais próximos da realidade socialmente aceita fossem diagnosticados no domínio dos transtornos delirantes, antiga paranoia (ciúmes, perseguição, erotomania, hipocondria, etc.), principalmente quando não associados a outros sintomas inquestionavelmente esquizofrênicos, como pensamento desorganizado, abulia ou catatonia, por exemplo.

Em direção paralela também houve a preocupação de que crenças religiosas, principalmente aquelas minoritárias, pudessem ser automaticamente classificadas como delírio. Os delírios em esquizofrenia devem ser “cul-

turalmente inapropriados e completamente impossíveis” (CID-10, 2002, p.86). Mesmo em pacientes não esquizofrênicos, mas portadores de transtorno próximo, como o esquizotípico, crenças estranhas e pensamento mágico apenas podem ser incluídos no diagnóstico quando “inconsistentes com normas subculturais” (CID-10, 2002, p.94). Ora, a religião muçulmana no Brasil cai nesta classificação, e as crenças muçulmanas fundamentalistas veiculadas por Wellington, por escrito e em vídeos, por sua vez, são ainda muito mais minoritárias. É inquestionável que, como todo fundamentalismo, estas crenças revelam: profunda intolerância, misoginia, preconceito e servem de racionalização para comportamentos agressivos. Mas a não ser que, à semelhança de Freud, se considere toda crença religiosa uma forma de delírio, a distinção do grau em que uma fé seria normal ou seria patológica consiste numa arbitrariedade legalizada em nome da psiquiatria.

As crenças de Wellington não se encaixam naquelas bizarras, como ter sido abduzido por disco voador e ser implantado por alienígenas um chip no cérebro que lhe impõe e controla os pensamentos. Os vídeos e a carta de suicídio deixada por Wellington, pelo menos ao que tivemos acesso pela imprensa e pela *Internet*, mostram-se como uma série de ideias religiosas de diferentes origens, superficiais e mal costuradas, mas que também estão longe do diagnóstico de caracterizar um pensamento desagregado ou delirante. Como discutiremos mais abaixo, a superficialidade e a mistura de ideias que mais são apelos chamativos, podem ser mais bem compreendidas a partir da análise dos meios de comunicação como a *Internet* e da propaganda de massa, do que a partir de diagnósticos psiquiátricos.

A mistura de crenças religiosas levou o jornal *Clarín*, por exemplo, a afirmar que o autor concluía sua carta de suicídio “com pedidos de um típico fiel católico” (CLARÍN, 2011). O teólogo Leonardo Boff, por exem-

plo, lembrando o ponto em que o autor da carta cita a segunda vinda de Jesus, afirmou que Wellington “não se liga à religião judaica, muçulmana, nada disso. Ele é da tradição judaico-cristã” (GLOBO.COM, 2011). De fato, apesar da importância dada pela mídia às conexões com muçulmanos fundamentalistas, assim como seu apreço pelo grupo terrorista Al-Qaeda e também por causa de imagens em que aparece com uma longa barba, sua página pessoal no site de relacionamento *Orkut* continha temas religiosos e passagens de livros da Bíblia, como Ezequiel e Eclesiastes (WIKIPEDIA, 2011). Wellington também termina sua carta de suicídio num referencial tipicamente cristão:

Preciso de visita de um fiel seguidor de Deus em minha sepultura pelo menos uma vez, preciso que ele ore diante de minha sepultura pedindo o perdão de Deus pelo que eu fiz rogando para que na sua vinda Jesus me desperte do sono da morte para a vida eterna (OLIVEIRA, 2011).

Aceita a importância dada pela imprensa de que sua mãe adotiva seria uma fanática evangélica, a partir de cuja influência ele teria passado ao fanatismo originário de outra religião, a mistura de crenças pouco sólidas de Wellington também nos parece muito mais fruto de uma racionalização extrema, que justificasse para si e para outros seu comportamento assassino, do que a adesão a alguma prática religiosa específica. Isto pode nos conduzir a interpretações psicanalíticas, mas não “que estivesse claramente psicótico, que tivesse uma perda plena de juízo, sendo totalmente incapaz de diferenciar realidade de fantasia” (BARROS, 2011).

A conduta metódica de pesquisa de armamento que lhe permitisse recarregar as armas e matar o maior número de pessoas, uma visita prévia à escola, tendo antes raspado a longa barba para que sua aparência durante esta visita e para que no dia do massacre sua vinda não despertasse suspeita, todos estes

fatos conduzem à lógica de que Wellington não sofria de alterações da vontade ou do pragmatismo, tão comuns em esquizofrênicos. Mas acima de tudo significam, como foi dito pouca antes, que era capaz de perceber e eficazmente manipular a realidade. Há evidência de que planejava a ação desde o ano anterior, logo o massacre também não se configurou como um ato impulsivo, sob a orientação de um complexo delirante alucinatório, mas resultado de um prolongado, longo e metódico planejamento. Um indivíduo esquizofrênico não teria a capacidade de organização e pragmatismo para arquitetar todo este plano homicida. A esquizofrenia acomete diversos aspectos diferentes do psiquismo da pessoa e costuma provocar uma desagregação do comportamento, do pensamento e das emoções. Caso ele fosse esquizofrênico, certamente daria sinais claros da doença muito antes de ser capaz de um ato deste.

Também não subscrevemos o termo ‘crise catatímica’ usado por Barros (2011) para diagnosticar Wellington. De acordo com um dicionário médico: “a expressão designa um ato isolado e não repetitivo de violência que se desenvolve como fruto de uma tensão intolerável” (MEDICAL DICTIONARY, 2011, tradução do autor). Portanto, o que entendemos pelo termo seria um paroxismo de furor súbito. A palavra crise distingue-se como algo circunstancial, não um estado ou personalidade. A evidência de que o assassino planejava o massacre há pelo menos cinco meses não coaduna com alguma ideia de impulsividade associada ao termo crise.

Parece-nos que o diagnóstico psiquiátrico mais adequado para Wellington seria o de transtorno de personalidade esquizoide, talvez o de transtorno de personalidade esquizotípica. Primeiro por ser uma estrutura caracteriológica que vinha desde o início da infância, e não um processo que surgiu em um início de uma cronologia posterior e que possa ser delimitado. Segundo, pela cons-

tância dos relatos, desde a idade escolar até a adulta, feitos por colegas, irmãos adotivos, vizinhos ou empregadores. Seus colegas de colégio sempre o definem na adolescência como muito calado, tímido e sem amigos. Já na vida adulta, nas várias entrevistas com seus irmãos e vizinhos, esta descrição se mantinha constante: sempre isolado, sem amigos ou namoradas e quase sempre trancado em casa, fixado na *Internet*.

Em nenhum destes depoimentos há traços que levem ao diagnóstico de transtorno de personalidade antissocial. A carta de suicídio revela que tinha a firme intenção de também se matar no massacre, o que é muito raro em tais personalidades. No massacre ocorrido na Noruega três meses depois, o assassino matou 85 jovens, não se suicidou, nunca demonstrou qualquer remorso e até hoje aparece sorridente para as câmeras. Aqui sim, podemos estar diante de um clássico diagnóstico do tipo personalidade que já teve o rótulo de sociopata.

Socialmente, na escola ou no trabalho, Wellington não era: impulsivo, agressivo, irresponsável, não contraía débitos ou mentia compulsivamente. Teve uma vida laborativa de início precoce e se manteve em um mesmo emprego por tempo considerável, tendo sido admitido após uma avaliação psicotécnica. Entre fevereiro de 2008 e agosto de 2010, Wellington deu expediente em uma fábrica de alimentos em Jacarepaguá: “(...) o garoto cuja inteligência dava orgulho à mãe adotiva logo foi progredindo. Começou como auxiliar de serviços gerais e foi promovido a auxiliar de almoxarifado (...)” (EXTRA, 2011). O rendimento no trabalho havia caído um mês antes do falecimento da mãe adotiva. “A indústria, que abate 170.000 aves por dia e aloja cerca de 46 milhões de pintos, considerou ‘baixa’ a produtividade dele (GOOGLE EARTH COMMUNITY, 2011)”. Mas antes que fosse despedido, Wellington pediu demissão. No caso de Wellington também não há qualquer relato do uso de drogas.

Retornemos a uma antiga questão da psiquiatria e da psicanálise: se os transtornos de personalidade são egossintônicos, sem ansiedade ou sentimento de culpa, sem desejo de tratamento pelo suposto paciente e, ao mesmo tempo, se desconhece qualquer tratamento que seja eficaz, trata-se de casos médico, psicológico ou psicanalítico? O relato de um dos irmãos de Wellington é característico das tentativas de tratamento nestas circunstâncias:

Minha mãe o levou ao psicólogo. Na própria escola foi pedido que o levassem ao psicólogo. Ele começou a ir, mas quando fez 18 anos, parou, disse o irmão ao jornal O Globo (O GLOBO, 2011).

Não havendo sofrimento subjetivo, portanto não existindo desejo de tratamento, sem a oferta possível de tratamento medicamentoso ou psicológico conhecido, a psiquiatria e a psicanálise podem ajudar a compreensão dos motivos, mas tais pessoas não se configuram como casos clínicos. Quando cometem crimes, são casos de polícia mesmo.

Que uma estrutura de personalidade esquizoide seja um modo de estar no mundo, uma estrutura egossintônica, segundo Freud, na qual a grande maioria dos portadores constitui-se, em graus variados, de cidadãos produtivos, distantes de qualquer comportamento criminoso, torna Wellington plenamente imputável pelo massacre perpetrado. Fazemos novamente nossas as palavras do psiquiatra forense Barros:

Um criminoso, mesmo muito cruel, não pode ser chamado de doente só por conta de seu comportamento, pois até que se prove contrário isso é sua escolha, não foge ao seu controle (BARROS, 2011).

Torna-se necessária uma reflexão sobre os motivos que levaram a mídia, evidentemente em consonância com a expectativa da maio-

ria de sua audiência, à imediata psiquiatriação do assassino de Realengo. A opinião sobre a raridade da doença, também veiculada no jornal O Globo – “esquizofrenia é uma doença rara, afeta 1% da população mundial” (SILVA, 2011) –, talvez explique um pouco o comportamento de alguns profissionais e da mídia. Em primeiro lugar, uma doença com uma prevalência de 1% constitui uma doença de grande porte em saúde pública – no Brasil pressupõem 1.900.000 (um milhão e novecentas mil) pessoas, número suficiente para ser a sétima maior cidade do país, abaixo apenas de Belo Horizonte (2.375.444 habitantes, pelo censo de 2010). Mas desconhecidas as questões de sanitarismo e de saúde pública pela população-alvo da mídia em geral, a afirmação de raridade distancia a doença do público, dando-lhe sensação de segurança pela pouquíssima possibilidade de ser atingida por tal infeliz acaso. Também coloca Wellington no rótulo de ‘monstro’. Contudo, o ‘monstro’ difere em tal grau da suposta normalidade que suas motivações internas e influências socioambientais – incluindo desde as crenças religiosas até a negligência das escolas em lidarem com o *bullying* – não necessitam ser pensadas. Já descreveu Hannah Arendt com sua famosa expressão *a banalidade do mal*, o quanto pessoas aparentemente comuns podem cometer atos monstruosos. Dizer que Wellington não é um monstro, e nem um gênio do crime, é bem diferente de considerar que seu ato não tenha sido monstruoso e, portanto, plenamente imputável.

A personalidade esquizoide sem dúvida pode ser incluída como uma dentre várias causas, mas não a única. A ausência de um diagnóstico psiquiátrico grave não evita, pelo contrário, obriga-nos a buscar outros fatores coadjuvantes que tornaram a barbárie uma realidade. E, também, a investigar um pouco mais o porquê de uma necessidade de patologização, presente tanto nos profissionais quanto na mídia, de algo tão humano como a crueldade e a vingança.

A influência da *Internet* e a função do imaginário

Além das características esquizoides, todas as entrevistas, artigos e vídeos sobre Wellington também foram unânimes em descrever que desde ainda adolescente ele passava muitas horas na *Internet*. Após o falecimento de sua mãe adotiva e a saída do emprego, Wellington isolou-se completamente na casa herdada dos pais, e todas as indicações são de que permanecia quase todo seu tempo diante da *Internet*. Além desta informação, veiculou-se na edição do “Fantástico”, da Rede Globo, três dias após o massacre, e também foi repetido e confirmado em outras entrevistas e vídeos, que “Wellington possuía no computador diversos jogos violentos e filmes de terror”, e segundo uma vizinha entrevistada pelo jornal, o atirador “vibrava com as cenas de morte” (UOL NOTÍCIAS, 2011).

Como os assassinatos do estilo perpetrado por Wellington eram desconhecidos, ou muito raros, até pouco mais de uma década, e hoje ocorrem em locais e países muito distantes, sempre caracterizados pela presença de adolescentes ou adultos jovens viciados na *Internet*, foi muito discutido pela mídia tratar-se de uma aberração ‘importada’. De fato, em outros massacres ocorridos no Brasil recente, como a tristemente famosa *chacina da Candelária* (em 1993, quando dois maiores e seis menores de idade, todos moradores de rua, foram mortos por policiais militares), as características e os motivos dos autores foram bem diferentes. A comparação do massacre de Realengo foi feita, por muitos, com a matança de Columbine, escola dos EUA onde 15 pessoas foram mortas em 1999 (incluindo os dois responsáveis, de dezessete anos, pelo massacre). O paralelo parece funcionar não só pelo evento de similar mortandade, mas também pela cobertura midiática inconsequente, em que logo foram encontrados os responsáveis: *Internet* e jogos violentos de videogame.

Quando tida como única, afigura-se como mais uma explicação simplista. Mas

não pode ser recusada como uma das muitas causas que, em conjunto, levaram ao massacre de Realengo. Não se está falando apenas da *Internet* como veículo para difusão de ideias fundamentalistas, de propaganda da violência, ou de como obter informações sobre métodos de matar em massa. Sem dúvida esta doutrinação e conhecimento tiveram papel de destaque nas racionalizações de Wellington. Mas a questão principal, que explicaria ainda mais assassinatos tão semelhantes em lugares tão díspares do mundo, é se a *Internet* poderia atuar não apenas no conteúdo das informações, mas também na forma como estas são processadas pela mente.

Em outros textos estudamos a relação entre imagem, linguagem verbal e escrita (LOPES, 1996, 1998, 2001, 2004). O denominador comum destes artigos, ponte entre psicanálise e pedagogia, foi a transformação da palavra escrita em imagem visual, sua importância para a leitura literária e como entender as dificuldades no campo da leitura. É fato constatado que, além das deficiências do ensino no Brasil, as gerações criadas com uma oferta muito grande de imagens visuais possuem uma crescente dificuldade em ler além de textos muito objetivos e diretos. O fenômeno já merecia estudo desde o advento da televisão, mas com a *Internet* e os *videogames* tornou-se muito mais intenso. O problema também se manifesta na dificuldade de alunos – desde o primeiro e segundo graus, até graduação e pós-graduação – em redigir textos mais longos que uma página e também de concatenar ideias em um discurso coerente. A questão os *videogames* violentos são apenas reflexos da violência crescente da sociedade contemporânea, ou eles aumentam essa violência foi nosso tema em outro estudo (LOPES, 2007). Repetiremos algumas das conclusões a que chegamos nestes textos.

Falham todas as tentativas simplistas de ligar diretamente a violência dos dias atuais com a violência dos meios de comunicação. Por exemplo, pesquisas que indagam se a agressividade de desenhos animados conduz

a uma conduta agressiva em crianças, não estabelecem uma relação direta entre os objetos de estudo, ou produzem dados conflitantes que podem ser subscritos tanto pelos defensores quanto pelos críticos da tese inicial. Contudo, concordamos com Maria Rita Kehl (2004) quando afirma haver um consenso sobre as sociedades industriais contemporâneas serem sociedades muito violentas, violência que não pode ser explicada apenas pela exclusão social. Também concordo quando Kehl escreve que sustentaria a tese de que nas sociedades regidas pela cultura de massa a tirania da imagem é avassaladora, e que há, sim, um tipo de violência própria do funcionamento do Imaginário em si (KEHL, 2004), e que a violência do Imaginário independe dos conteúdos das imagens.

O cinema, a televisão e a *Internet*, sem falar dos jogos eletrônicos, são veículos que se utilizam da imagem já pronta, necessitando muito menos esforço mental para serem decodificados em linguagem verbal. Também impõem imagens em tal velocidade e em tal intensidade de conteúdos, que muitas vezes não deixam ao espectador tempo para digeri-las. Ao contrário da imagem criada pela leitura literária, cujo desenvolvimento temporal pertence à sua própria essência, a imagem dos meios de comunicação contemporâneos é instantânea. Se freudianamente conceituarmos trauma como uma quantidade de energia muito grande em um espaço de tempo muito curto, o que causa uma marca – fixação – incapaz de ser elaborada, e cuja defesa psíquica é mantê-la inconsciente, é compreensível como este tipo de imagem é potencialmente traumática e patológica. Soma-se a isso o fato de que as imagens veiculadas são por demais agressivas e/ou erotizadas. De acordo com o aforismo da psicanálise de que *o que se sofre passivamente, inconscientemente se é obrigado a repetir ativamente*, podemos refletir sobre como a compulsividade e a dependência – características de todo vício – criadas deste modo constituem um estímulo ao agir sem pensar.

Assim compreendemos como a imagem traumática sedimentada no registro do imaginário, segundo a concepção lacaniana da psicanálise, opera em sentido inverso ao da imagem da leitura literária. A imagem traumática busca uma satisfação total, conceito lacaniano de um gozo não fálico, que se insere no de Freud de pulsão de morte, porque a satisfação absoluta, completa e eterna seria a morte. Por permanecer inconsciente, a imagem traumática não acrescenta qualitativamente nada a si, a não ser sua intensificação quantitativa. Como em toda dependência ocorre uma busca compulsiva pela repetição do mesmo objeto de satisfação.

Nicholas Carr (2011), um autor contemporâneo que polemiza sobre os efeitos do uso da *internet* seguindo a linha de MacLuhan em que o modo da informação modifica seu conteúdo, afirma que a rede mundial nos coloca em um estado de perpétua distração, de contínuo bombardeio de novas informações. Deste modo, a leitura se torna um simples ato de decodificação, permanecendo sempre num patamar superficial, um acúmulo de informações empilhadas, ao invés de um sofisticado ato de interpretação e imaginação. Podemos caracterizar a linguagem criticada por Carr com a ressalva de que nem toda a *Internet* restringe-se a ela, nem ela lhe é exclusiva, denotativa, caracterizada pela rígida união existente entre o significante e o significado. Meramente informativa, ao contrário da conotativa, não permite qualquer brecha em que se insira um segundo ou terceiro sentidos. Tanto um pensamento flexível e imaginativo quanto um linear e mais profundo são desestimulados.

Colocando em termos dos registros do simbólico e do imaginário, ao invés de o trauma ser, aos poucos, percorrido e dispersado pela linguagem, intensifica-se cada vez mais pelo reforço imaginário. No caso de Wellington, a mistura de ideias religiosas díspares e superficiais revelava apenas um amontoado de informações, até mesmo teologicamente incompatíveis, que como traço

comum só apresentava a inflexibilidade do fundamentalismo. Sua fala gravada e a carta-testamento, postumamente tão divulgadas pela mídia, não caracterizariam, portanto, o pensamento desorganizado de um esquizofrênico grave, mas um frouxo emaranhado de racionalizações a serviço de uma terrível angústia, cujas origens traumáticas, tanto por características pessoais quanto pelo reforço midiático, foram cada vez conduzidas mais e mais longe de alguma possibilidade de elaboração.

A frouxa linha condutora era o traço do fundamentalismo, em parte devido à intensa problemática sexual que ele encobre, em parte porque o imaginário é embebido de narcisismo. Deste modo, quando dominados pelo narcisismo, achamo-nos completos, donos de um saber sem furos e de uma verdade absoluta. A imagem traumática em nada revela ignorância, há a ilusão de um saber absoluto, totalmente confiável e de uma completa inutilidade de toda busca dos limites do conhecimento já adquirido. Uma suposta verdade absoluta não tolera a diferença, muito menos a oposição. A junção entre os registros do imaginário e do real é de exclusão: ou um ou outro. Logo toda crítica a este saber absoluto, ou a busca pelo gozo além do fálico, será respondida com violência. Além do reforço pelo conteúdo o imaginário é violento *per si*. Também se postula a ideia de que, aqui, ou não há possibilidade de que uma linguagem verbal se insira de um pensamento discursivo, ou quando o faz é uma linguagem puramente denotativa. Denotação pura serve apenas de relato a passagens ao ato que já ocorreram e que só podem ser repetidas por uma nova passagem ao ato. Já que a linguagem denotativa, meramente informativa, ao contrário da conotativa, não permite qualquer brecha em que se insira um segundo ou terceiro sentidos, pode-se ter encontrado uma das fontes do discurso perverso da contemporaneidade (QUEIROZ, 2004), e isto se esta fala sequer merece o rótulo de discurso, e não um mero simulacro. Podemos, então,

tentar compreender como todos os fundamentalismos religiosos são seduzidos: pelo narcisismo, pelo dogma, pela impossibilidade em conviver com a alteridade. E também compreender como há na *Internet*, dentre seus efeitos, o de criar casulos onde se pode escolher a comunicação apenas com os que comungam exatamente das mesmas crenças, tornando-se um caldo para o fanatismo religioso, unindo forma e conteúdo, meio e mensagem.

Além da ausência de pensamento crítico e de limite, há outro movimento coadjuvante que torna a imagem predominantemente no registro do imaginário, por si mesma, causa de violência. Apesar da busca compulsiva da repetição pelo prazer trazido, ao mesmo tempo e de modo, aparentemente, paradoxal, na medida em que a imagem traumática é sempre vivida como uma invasão do outro, aumenta seu grau de patologização. Esse outro encarnado é sempre persecutório para o sujeito, pois é uma figura que tudo sabe deste sujeito, do seu desejo, que antecipa para o sujeito muito mais do que ele sabe de si, o que sempre provoca uma reação paranoica. Kehl (2004) chama atenção para a ubiquidade da televisão, que hoje, além da sala ou do quarto, se encontra em qualquer lugar público: restaurantes, salas de espera, rodoviárias. Ou seu aparente oposto, em espetáculos que se ocorrem em ambientes fechados repletos de câmaras ocultas, seja o *Big Brother* televisivo, seja o shopping-center. Além de ser o Imaginário onde o corpo se ancora numa fortaleza narcísica, donde toda alteridade é vivida como ameaça e a única resposta à agressividade, o caráter persecutório das imagens-chave da contemporaneidade acaba produzindo comportamentos violentos, agressividade contra algo que por ser onipresente é impossível de ser combatido, e o vizinho mais próximo será a próxima vítima. Mais um item corroborando que sem pensamento discursivo passa-se diretamente ao ato.

Assim podemos entender por meio do conceito de narcisismo que, apesar de viver

absolutamente isolado na vida real, o que se acentuou após a morte da mãe adotiva, Wellington via *Internet* podia sentir-se todo-poderoso, do tamanho do universo virtual, maior que o mundo real. Ao mesmo tempo, como vimos acima, a *Internet* também pode simultaneamente produzir o sentimento de crescente perseguição, de permanente invasão. Some-se a isto a exposição aos credos de absolutismo religioso. Copiando de um texto publicado anteriormente:

Se a psicanálise busca o registro do simbólico e de sua própria impossibilidade de absolutização, pergunta-se qual o objetivo da religião. Segundo Freud, a religião sempre busca o pai idealizado da infância: todo-poderoso, onipresente e onipotente, infalível, garantia de completa segurança. Pai de um registro herdeiro de uma época do predomínio do narcisismo infantil e suas imagens, época de intensa ambivalência. A religião, ao menos suas vertentes monoteístas e ocidentais, está no registro do imaginário e na possibilidade do absoluto (COUTINHO JORGE, apud LOPES, 2008, p.22).

Consideremos, também, o papel ambivalente da mídia em relação a estas crenças absolutas, na medida em que foram exaustivamente mencionadas após o atentado de 11 de setembro de 2001. Ato terrorista cujas imagens de grande plasticidade foram repetidas para consumo até seu esgotamento. Mais do que isto, o maior ato terrorista do Ocidente, perpetrado contra a mais poderosa nação do mundo, e o líder dos que o cometeram passou a sofrer a maior perseguição individual já registrada na história. Tudo parece encaixar-se com uma luva no desejo de vingança de Wellington em relação a quem lhe teria causado violência no passado. Mas não através de uma fantasia inofensiva ou até útil com o tempo. Como no imaginário não há pensamento, não há linguagem discursiva, também não há possibilidade de elaborar construtivamente um

trauma. Em um círculo vicioso, as crenças religiosas, os videogames e os filmes de terror nada fizeram que não alimentasse cada vez mais e mais o trauma. A vingança não pode seguir os caminhos mais pacíficos e saudáveis de ser realizada por: um sonho, uma fantasia, um devaneio diurno ou mesmo um sintoma mais brando que a descarga absoluta da violência acumulada: passagem extrema ao ato.

Algumas questões sexuais e seu encobrimento pela mídia

Na noite logo após e no dia seguinte ao massacre, houve enorme divulgação da chacina pela televisão e jornais impressos. Embora o número de mortos variasse, toda mídia se referia às vítimas como ‘crianças’. Fato que merece uma reflexão mais ampla. A mais jovem vítima foi um menino de doze anos, as demais tinham entre treze e quatorze anos. Dentre as doze vítimas, dez eram do sexo feminino. A estes dados acrescentam-se dois depoimentos, o da parenta de uma das moças assassinadas e o de um sobrevivente ao massacre. Segundo relato da tia e madrinha de uma das vítimas:

Tenho um filho na mesma turma, que me contou que antes de matar as crianças, o atirador disse que só morreriam as meninas bonitas. Ele se aproximava das meninas bonitas e atirava sem pena. As feias, segundo meu filho, ele deixava passar (JORNAL DO BRASIL, 2011).

Já o aluno de treze anos contou por que foi poupado pelo assassino:

Pedi para ele não me matar e ele disse: ‘Relaxa, gordinho, eu não vou te matar’. (NOTÍCIAS TERRA, 2011). Ele colocava a arma na testa das garotas e puxava o gatilho, sem pena, disse. Os poucos rapazes atingidos foram baleados no braço ou nas pernas, propositalmente (UOL NOTÍCIAS, 2011).

Seja pelo desenvolvimento físico, mas, principalmente, pela prioridade dada às condutas eróticas em nossa sociedade, a idade das vítimas as caracteriza como adolescentes e não crianças. Especialmente em se tratando do sexo feminino. Os relatos acima provam que Wellington procurava matar apenas meninas bonitas. Os tiros em garotos, nos braços e pernas, foram dados principalmente para que impedissem de detê-lo em seu massacre. A despreensão com a qual poupou a vida do menino acima mostra como Wellington havia previamente selecionado bem suas vítimas. Escolha muito diferente da dos matadores no massacre de Columbine, tão comparado pela mídia ao de Realengo, onde das treze vítimas apenas quatro eram do sexo feminino e quando também um professor foi morto.

A escolha prévia e os tiros a queima roupa na testa evidenciam que desejava assassinar o maior número possível de jovens bonitas. Contudo, não foi apenas a imprensa que desqualificou a natureza erótica subjacente ao massacre. As declarações, dadas por dois dos psiquiatras acima referidos (MORAES, 2011; SILVA, 2011), também não mencionam o fato de a maioria esmagadora das vítimas ser adolescentes do sexo feminino. Só alguns dias após o massacre, a partir dos relatos de antigos colegas de Wellington no segundo grau, em que foram descritas cenas de *bullying*, houve alguma suspeita da questão sexual, embora a imprensa continuasse sempre denominando as vítimas de ‘crianças’ e relatasse o abuso sofrido pelo assassino quando adolescente como indiferente segundo o sexo dos abusadores. Segundo as palavras de um ex-colega de Wellington:

(...) certa vez no colégio pegaram Wellington de cabeça para baixo, botaram dentro da privada e deram descarga. Algumas pessoas instigavam as meninas: “vai lá, mexe com ele.” Ou até incentivo delas mesmo: “Vamos brincar com ele, vamos sacanear”. As meninas passavam a mão nele, (...) (FANTÁSTICO, 10/4/2011).

Estes maus-tratos aconteceram em 2001. Naquele ano, em 11 de setembro, ocorreu o maior ataque terrorista de todos os tempos, e que virou obsessão para Wellington. Segundo informou outro colega e amigo do atirador, que estudou com Wellington quando ambos tinham 16 anos, o apelido de Wellington na adolescência era 'Al Qaeda', em referência à organização fundamentalista islâmica, apontada como autora de diversos atentados, e que o assunto de muitas de suas conversas era sobre os atentados terroristas. Segundo este ex-colega, o preferido dele era o ataque às Torres Gêmeas, em Nova York (SZD, 2011). Deste modo, vemos que o desejo de vingança de Wellington, identificando-se com os terroristas que se jactavam de terem se vingado da nação mais poderosa do mundo, possuía grandiosa associação, embebida por narcisismo de morte em seu imaginário e incapaz de elaboração simbólica.

Contudo, esta associação provavelmente só foi possível por sua conexão sexual. Embora tenha sofrido *bullying* também por colegas do sexo masculino, sua obsessão eram as meninas. Nisto a natureza misógina comum a todos os fundamentalismos foi o fator determinante para o processo identificatório com o grupo terrorista Al Qaeda. Também se deve ressaltar que este grupo é composto exclusivamente por homens, e que em outros grupos semelhantes de fanáticos, mulheres são utilizadas, no máximo, como veículo para a execução de atentados. Segundo informações de alunos que conseguiram deixar a escola, antes de matá-las Wellington se referia às garotas como 'seres impuros' (UOL NOTÍCIAS, 2011), o que está relacionado ao conteúdo religioso da carta de suicídio escrita pelo criminoso. Esta carta, apresentando com rigor os detalhes para seu sepultamento, inicia-se pelas exigências feitas aos que iam lidar com seu corpo morto:

Primeiramente deverão saber que os impuros não poderão me tocar sem luvas, somente os

castos ou os que perderam suas castidades após o casamento e não se envolveram em adultério poderão me tocar sem usar luvas, ou seja, nenhum fornicador ou adúltero poderá ter um contato direto comigo, nem nada que seja impuro poderá tocar em meu sangue, nenhum impuro pode ter contato direto com um virgem sem sua permissão (...) (OLIVEIRA, 2011).

Chamam a atenção, no entanto, as semelhanças entre a carta deixada por ele e a escrita por Mohammed Atta, que sequestrou e atirou um avião contra o World Trade Center, em Nova York, em 11 de setembro de 2001. A carta de Atta era datada de mais de cinco anos antes do atentado, o que também invoca uma premeditação do crime semelhante à de Wellington. O terrorista enumera dezoito exigências para seu sepultamento, dentre as quais:

(...) 5. Nem mulheres grávidas nem pessoas impuras devem se despedir de mim – eu não quero isso; 6. Mulheres não devem rezar pelo meu perdão (...); 9. Aquele que lavar meus genitais deverá usar luvas, para que eu não seja tocado naquela região (...); 11. Mulheres não deverão presenciar meu enterro ou visitar meu túmulo em qualquer outra data mais tarde (ATTA, 1996).

Em ambos os textos salta aos olhos, além da impureza, a inferioridade absoluta com que é considerado o sexo feminino. São indignas até mesmo de: sepultar, rezar ou chorar por seus mortos. Mas, acima de tudo, o feminino constitui a fonte de todo o mal, tema básico e comum para as vertentes radicais das religiões monoteístas. Podemos citar as palavras de um dos fundadores da patrística, Tertuliano (160-220) também hostil ao pensamento racional e à filosofia, e que escreveu a célebre frase: '*credibile est, quia ineptum est*' (a mais divulgada, "*credo quia absurdum*"), ele, na realidade, jamais expressou) (MORESCHINI, 2008, p.195). Mi-

sógino de carteirinha, Tertuliano vituperou contra as mulheres em seu escrito *'De Cultu Feminarum'* (TERTULIAN, 2011): “Vocês não sabem que cada uma é uma Eva? Que vocês são o portão do demônio. (...) Vocês que tão facilmente destruíram a imagem de Deus: o homem”. Apesar da diferença de dezoito séculos, o feminino no imaginário de Tertuliano, Atta ou Wellington possui as mesmas características. O corpo masculino, mesmo depois de morto, deve ser excluído de todo contato com o outro sexo, seja por contato físico, seja apenas pela presença no ato fúnebre.

O que chamava a atenção de familiares e vizinhos de Wellington não foram suas crenças, bastante superficiais e confusas, mas sua longa e exuberante barba, com a qual fez questão de ser fotografado e filmado. Material que postumamente foi muito exibido pela mídia, exatamente como premeditara o matador. Sabendo de modo bastante pragmático, e que também revela sua boa percepção da realidade, que a longa barba chamaria atenção e alguma suspeita, Wellington apenas a raspou para executar o massacre. Podemos dizer que a mistela religiosa do assassino de Realengo tinha na barba seu traço comum. Ou melhor, seu fundamentalismo resumia-se na barba. Logo um item que merece mais atenção.

Comum a todos os fundamentalismos monoteístas é uma rígida dicotomia de vestuário e do tratamento dado aos pelos na cabeça. Seitas protestantes de séculos atrás, talvez algumas atuais, judeus ortodoxos e muçulmanos fundamentalistas, todos proíbem que a mulher mostre seus cabelos, a não ser ao próprio marido. Ao homem, todos valorizam barbas longas. O vestuário feminino é codificado em graus variáveis de restrições: desde a proibição em usar calças compridas, passando por saias que mostrem o menos possível das pernas, chegando ao véu e hoje a tão famosa burca. Já para os homens há quase sempre a predominância das vestes negras, no máximo com camisas brancas. A cor

é proibida ao sexo masculino. Eliane Robert Moraes (MORAES, 2011), especialista em literatura e erotismo, escrevendo uma resenha sobre o livro *A Barba e o Véu* do sociólogo tunisiano Abdelwahab Bouhdiba, comenta:

Em suma, como conclui o autor, há um inegável fetichismo do pelo no Islã, cuja significação é simultaneamente sexual e religiosa. Num sentido mais amplo, a barba participa do imperioso fetichismo da vestimenta, instrumento do pudor que deve dissimular o corpo e, ao mesmo tempo, refletir a dicotomia sexual do universo. (...) Os muçulmanos não medem esforços para dar evidência à dicotomia entre o masculino e o feminino, o que resulta em rígida regulamentação da vestimenta e dos cuidados corporais. Daí a interessante oposição entre a barba e o véu – principais símbolos da virilidade e da feminilidade –, que transfere para os rostos as marcas sexuais distintivas de homens e mulheres.

O misoginismo de Wellington associa-se ao uso da longa barba. No extremismo religioso monoteísta é acentuada a crença bíblica de que o feminino é inferior e sede do pecado. Logo, o corpo feminino é proibido, principalmente quanto a tudo que esteja mais perto dos genitais ou a eles se associe, como os demais pelos corporais à mostra. Mas ao esconder tudo o que estiver próximo aos genitais femininos ou a eles possa ser associado, a dicotomia sexual torna-se exageradamente acentuada quanto às características sexuais secundárias. Em sua carta-testamento Wellington enfatiza sua virgindade. No material que deixou para exploração póstuma da mídia a barba longa enfatiza sua virilidade.

No caso do assassino de Realengo, quando há o relato de que dez anos antes do crime, uma das principais formas do *bullying* fora a tentativa das meninas de acariciarem Wellington, vê-se o medo que tinha de seu toque físico. Mas como assinala Freud, todo medo encobre um desejo. A prefe-

rência em assassinar garotas bonitas revela que Wellington não era indiferente ao sexo feminino. Também é notório que armas de fogo, por sua forma e poder, são símbolos altamente fálicos. Os tiros à queima-roupa na testa podem ser interpretados como violentíssima fantasia de penetração sexual. Fantasia semelhante àquelas inúmeras formas mortais de coito, encontráveis nas obras do Marquês de Sade. Ou visualmente concretizadas em muitos filmes de terror.

Coloca-se novamente a questão da personalidade esquizoide, em sua aversão ao contato íntimo, físico e/ou afetivo, e a possibilidade de uma reação violenta quando ocorre este contato sob a forma de invasão pelo outro. O massacre de Realengo – paroxismo sádico e uma caricatura cruel de uma ilimitada potência sexual – remete à incapacidade do esquizoide em conter seu desejo e sua agressividade. Incapacidade para a qual, dentre várias outras causas, a *Internet* com sua fixação em imagens e não no verbal, associada à sensação narcísica de se comunicar e ser do tamanho do mundo, pode contribuir. Sendo o inconsciente freudiano atemporal, assim como uma de suas versões lacanianas, que é a maior parte do registro do imaginário, a violência pode ocorrer na hora da invasão ou dez anos depois, tendo sido cada vez mais reforçada pelas mídias virtuais e filmes de terror.

O que uma leitura psicanalítica do massacre pode acrescentar

A herança genética pode ser um dos fatores concomitantes, mas jamais exclusivo, para explicar algo como o massacre de Realengo. Rotular como aberração de um esquizofrênico, ‘doença rara que só atinge 1% da população’, pode acalmar o público da grande mídia no sentido de que não correm o risco de algo semelhante. Wellington não era humano e ponto final. Já Freud reensinou que dirigíssemos a escuta e o olhar à semelhança da célebre frase de Terêncio: *‘Homo sum: humani nil a me alienum puto’* (*Sou um ser humano,*

portanto, nada que é humano me estranha). E para compreender um ser humano temos de descobrir sua história. Um pouco da história real e muito de como a viveu e a interpretou. Como é de esperar, a mídia tratou o massacre como espetáculo, dando muita ênfase às supostas conexões políticas e religiosas de Wellington, e pouco destaque a sua história pessoal. Infelizmente as informações sobre a infância e adolescência do assassino de Realengo foram poucas, repetidas ao extremo, mas na realidade são dados escassos e muitas vezes contraditórios.

Dentre as informações mais objetivas, temos que Wellington foi adotado por uma senhora na época já com mais de cinquenta anos, e seu primeiro marido. O casal tinha cinco filhos adultos e casados quando da adoção. Segundo relatos de seus irmãos, Wellington foi tratado de modo distinto pela mãe, que imaginava ter que deixá-lo muito cedo devido à idade. A mãe biológica de Wellington era uma sobrinha do primeiro marido da mãe adotiva, e os relatos são de que tinha problemas mentais (GLOBO.COM, 2011). Foram os depoimentos de alguns de seus irmãos e de vizinhos que forneceram dados relevantes, embora conflitantes algumas vezes, coligidos em vários jornais e *blogs*. Dentre estas informações a de que:

Wellington nasce de uma mulher doente, Eliete Pereira, que sofria de esquizofrenia, (...) Após descobrir que o marido tinha outra família, Eliete tenta tirar a própria vida ao jogar-se na frente de um ônibus, ainda grávida de Wellington. O acidente não deixa sequelas no bebê, mas provocou um quadro de alteração psicológica na mãe, que entrou em depressão profunda e teve síndrome do pânico (PONTO DE VISTA, 2011).

A idade da adoção foi relatada ora como tendo sido logo após o nascimento, embora sem especificar se horas ou dias, ora com dois meses de vida (ESTADO DE MINAS, 2011), e até mesmo com dez meses de vida

(BULLY: NO BULLYING, 2011). Os diferentes relatos conduzem à suposição de que além de ter ocorrido mais de 23 anos atrás, tanto os irmãos já casados quanto os vizinhos, provavelmente, não presenciaram de perto a adoção. Também existe a muito humana probabilidade de que estas mesmas pessoas, em seus depoimentos atuais, realizados após o impacto do massacre, tenham tentado eximir a mãe adotiva de Wellington de quaisquer falhas ou responsabilidade. Justificam-se desta forma outras informações contraditórias. Segundo o relato de um dos irmãos de Wellington:

(...) Quando ele fez 15 para 16 anos, minha mãe conversou com ele e contou toda a história para ele [sobre ele ser adotado] (...) Tanto que quando minha mãe contou a história, e que se referiu à mãe biológica, que ele precisava conversar com a mãe biológica, precisava ir lá, conversar e tudo mais. Minha mãe deu conselho: 'você precisa ver porque ela não tem culpa.' (...) Ele foi, viu. Mas ele não quis ficar com contatos (TV CIDADE SUL, 2011).

Este relato conflita com a descrição de que Wellington:

(...) cresceu ouvindo detalhes sobre eventuais problemas psiquiátricos da mãe biológica. Segundo vizinhos, ela [a mãe adotiva] dizia que Wellington havia sido gerado dentro de um manicômio (EXTRA, 2011).

Discordamos da asserção acima de que a tentativa de suicídio de sua mãe biológica com o bebê no ventre não tenha deixado sequelas. Desde que Freud descobriu no adulto a criança, e Melanie Klein na criança o bebê, as fronteiras de quando se estabelece o psiquismo e de quando as primeiras experiências deixam traços tornam-se cada vez mais precoces. Além dos trabalhos pioneiros da psicanalista italiana Alessandra Piontelli (1995), no Brasil, dentre outros, há o nome da psicanalista Joanna Wilhelm (2003) e

tudo um debate com as neurociências sobre o estudo do psiquismo pré e perinatal (ABREP, 2003).

A esta primeira experiência de morte, deduz-se logicamente pelas informações acima que a mãe biológica de Wellington não dispunha, ou não era capaz, de qualquer investimento afetivo no feto ou no bebê recém-nascido. Seria importante esclarecer qual o tempo de privação afetiva e da falta de cuidados básicos: horas, dias, dois meses ou dez meses? Mas, talvez, a questão resume-se à extensão da marca, não que ela deixe de existir.

Além do abandono real, crianças adotadas, por maiores que sejam os esforços dos pais adotivos, em algum grau, sempre carregam consigo o traço da rejeição. Toda criança adotada inconscientemente sabe ser adotada. Este traço pode ser minimizado, diminuído até um limite muito pequeno, mas jamais desaparece. Pais adotivos devem sempre ter algum tipo de acompanhamento psicológico que os ajude a lidar com um bebê ou criança maior que possui alguma forma de déficit. Para isto uma conduta básica é jamais esconder da criança sua adoção. No caso em estudo, a diferença de idade entre os pais adotivos e seus outros filhos torna a fantasia de ser adotado tão comum senão obrigatória em todas as crianças, mais que uma fantasia, uma dedução lógica. Além disso, apesar de os relatos sobre a adoção de Wellington serem confusos, eles apontam que, apesar das boas intenções, ou ocorreu uma mentira bem-intencionada, e/ou nos conflitos mãe filho, que são inevitáveis, a adoção era utilizada como arma de acusação.

No caso de Wellington todos os relatos convergem na narrativa de que a única ligação afetiva que mantinha era com sua mãe adotiva. Irmãos, colegas de escola e de trabalho, vizinhos: há nos relatos um deserto de relacionamentos pessoais. E uma dependência excessiva em sua mãe adotiva. O que sugere, ao contrário do que o leigo possa pensar, ao invés de uma relação onde predomina

mina o lado amoroso, uma simbiose onde a subordinação afetiva mal contrabalança uma grave ambivalência, uma sujeição que precariamente apazigua a lado agressivo. Há também unanimidade nos relatos de que após o falecimento de sua mãe adotiva ocorreu um agravamento da esquizoidia de Wellington. Segundo irmãos e vizinhos, seu isolamento social tornou-se completo.

Retornemos à tentativa de suicídio de sua mãe biológica durante a gravidez e sua rejeição ao bebê depois de nascido, bem ao tempo de privação afetiva e material que antecedeu a adoção. Repensemos as possíveis dificuldades de relacionamento com a sua mãe adotiva, talvez agravada pela idade desta, em que parece ter havido uma superproteção de Wellington, que na prática era um filho único. Pode-se então refletir sobre os trabalhos clínicos e teóricos do psicanalista escocês W. R. D. Fairbairn (1980) sobre esquizoidia e personalidades esquizoides. Para este autor influenciado, contudo também dissidente do pensamento de Klein e Winnicott, vários graus destes transtornos, indo desde traços de caráter até franca esquizofrenia, teriam sua origem precoce na fase oral do bebê.

Se indagarmos mais ainda a respeito das fontes de ser diferente dos outros que caracteriza os indivíduos com um elemento esquizoide na personalidade, encontramos provas do seguinte, entre outros traços: (1) que no início da vida esses indivíduos alcançaram a convicção, seja pela aparente indiferença ou da aparente possessividade por parte da mãe, de que não os queria e não os valorizava realmente como pessoas com direitos próprios; (2) que, influenciados pela sensação resultante de privação e inferioridade, ficaram profundamente fixados na mãe; (3) (...) essa fixação não só estava caracterizada por uma extrema dependência, mas também era convertida numa atitude altamente conservadora e narcisista pela angústia ante uma situação que apresentava como ameaça ao ego (...) (FAIRBAIRN, 1980, p.19).

Do primeiro item, Wellington teve da mãe biológica mais que indiferença, mas tentativa de morte, e da mãe adotiva uma relação tão próxima que beirava a sufocação. Uma vez que toda ligação entre duas pessoas é um vetor com duas direções, pode-se dizer que no segundo caso Wellington reforçou traços que já pertenciam a sua mãe adotiva. A simbiose com esta lhe era necessária, pois servia tanto de proteção contra uma grande angústia quanto de ego auxiliar que amortecia o confronto com o mundo externo. O paradoxo aparente é o de que a pessoa que abrandava a ansiedade era também uma de suas fontes.

Nestes pacientes, Fairbairn também chama a atenção de que o sentimento de ser diferente e superior aos outros, o isolamento social e afetivo, curiosamente também se mescla com a tendência a representar papéis e ao exibicionismo. Ambos criam uma gratificação narcísica sem, contudo, existir verdadeiro envolvimento emocional. Característica que pode ser útil a artistas, mas também para fanáticos de todos os matizes. A religiosidade confusa e superficial de Wellington e sua autocaracterização como terrorista islâmico sugerem mais um ator fraco que verdadeira convicção. E fora de dúvida que o massacre de Realengo foi um grande show de mídia. Amplificado pelos vídeos, fotos e carta deixados pelo assassino.

Outro ponto fundamental para uma compreensão psicanalítica é a questão paterna. O pai biológico de Wellington é tido como um desconhecido. Todos os depoimentos falam muito da mãe adotiva, mas de seus maridos de forma absolutamente tangencial ou sequer os mencionam. A falta de maior menção destes relatos ao pai adotivo não pode ser tomada como mera coincidência. O primeiro marido, com o qual teve cinco filhos e era tio da mãe biológica de Wellington, é apresentado nos relatos como solidário na adoção. Mas não há informações sobre o que lhe sucedeu: se faleceu ou o casal se separou. Muito menos qual a idade de Wellington à época deste evento. Os entrevistados então

apontam para um segundo marido de sua mãe adotiva, que teria tratado seu enteado bem, mas não fornecem quaisquer outras informações. Este segundo esposo teria falecido cerca de três anos antes de sua mulher.

Até o momento os comentários sobre a família e a infância de Wellington foram baseados em depoimentos de irmãos, colegas e vizinhos. Mas existe algo mais fidedigno para um psicanalista, o que o próprio Wellington nos deixou em sua carta e em gravação de vídeo. Na carta escreve: “Se possível, quero ser sepultado ao lado da sepultura onde minha mãe dorme (OLIVEIRA, 2011).” Quando redige sobre o que deve ser feito de sua casa em Sepetiba, Wellington pede que seja doada para alguma instituição que abrigue animais:

(...) cumprindo o meu pedido, automaticamente estarão cumprindo a vontade dos pais que desejavam passar esse imóvel para meu nome e todos sabem disso, se não cumprirem meu pedido, automaticamente estarão desrespeitando a vontade dos pais, o que prova que vocês não têm nenhuma consideração pelos nossos pais que já dormem, eu acredito que todos vocês tenham alguma consideração pelos nossos pais, provem isso fazendo o que eu pedi (OLIVEIRA, 2011).

Neste texto há a única menção do próprio Wellington a alguma figura paterna. Isto é, caso se considere que esta menção está incluída no genérico ‘pais’. De resto as informações do próprio autor do crime corroboram as entrevistas na suposição de uma relação materna simbiótica e uma exclusão da figura de pai. Tomemos o cuidado em considerar que a figura paterna não necessita ser o pai biológico ou mesmo que a mãe biológica ou adotiva concretamente divida o lar com um homem. Hoje sabemos quanto a questão crucial para a psicanálise, a figura paterna e o nome-do-pai, foi tomada de forma concreta. E quanto este pensamento concreto levou a ideologias reacionárias. Uma mulher sozinha também transmite a figura paterna que

ela própria possui internalizada. Sem falar de casais do mesmo sexo que pleiteiam adoção, principalmente se tratando de duas mulheres. No caso da mãe adotiva de Wellington, dois homens estiveram concretamente presentes no lar do rapaz, mas parecem ter tido um mínimo de função paterna. Quem mais poderia garantir-lhe contra uma insuportável angústia, desde aquela de sua experiência de morte intrauterina, daquela trazida por uma mãe bem-intencionada, mas possessiva, isto é, de não sucumbir a uma fusão simbiótica e uma castração completa?

Freud em alguns de seus trabalhos mais célebres – “Totem e Tabu”, “O Futuro de uma Ilusão” e “Moisés e Monoteísmo” dentre outros – cansou de advogar como a figura do deus das religiões monoteístas nada mais era que a figura exaltada do pai, que garantisse segurança diante de todos os medos infantis. Dentre estes o medo à castração. Bastante natural que todos os fundamentalistas vivam em função da imagem de um deus tirânico, que com ainda mais tirania tentam impor perversamente ao mundo excluindo toda percepção de diferença, e tem de eliminar qualquer infiel. No patriarcado a completa submissão feminina é exigida, e as características sexuais secundárias, bem como a vestimenta e papéis sociais de gênero, caricaturalmente propagandeados. Todo este conjunto encobrendo uma grande angústia de castração, que em realidade origina-se na anterior angústia de separação. Pode-se tirar o plural destas frases e, no singular, aplicá-las a Wellington.

Retornando à questão diagnóstica do início, podemos argumentar que não sendo o assassino de Realengo psicótico, existia alguma função paterna, mesmo que muito precária. A hipótese é de que sua mãe adotiva era quem em grande parte exercia este lugar, em parte evitando que fosse sugado pela imagem da mãe biológica assassina, em parte defendendo-o de que a simbiose afundasse em uma fusão com ela mesma. Com a morte da mãe adotiva, Wellington sucumbiu ao de-

sejo de uma completa regressão intrauterina – lacanianos podem dizer um gozo absoluto, não fálico. Infelizmente não por meio de uma psicose, em que teria implodido psiquicamente, mas poupado pelos outros, ao invés de explodir por meio de um comportamento assassino. A tentativa de suicídio de sua mãe biológica com ele no ventre, e a permanente ameaça de morte psíquica que traz a simbiose se conjugam numa imagem mortal de duas mães em uma. A única relação sexual com o sexo oposto na fantasia executada de assassinato das meninas bonitas com um tiro na testa. E, por fim, a realização do desejo de permanecer para sempre deitado na terra ao lado de sua mãe. Excluindo qualquer figura paterna, isto é, qualquer outro homem. Uma versão ainda mais macabra de um dos textos freudianos mais conhecidos:

Podemos argumentar que aqui estão representadas as três relações inevitáveis que, ao longo de sua vida, um homem tem com uma mulher – a mulher que lhe dá à luz, a mulher que é sua companheira e a mulher que o destrói; ou seja, as três formas tomadas pela figura da mãe ao longo de sua vida – a mãe ela mesma, a amada que é escolhida a partir de seu modelo e, finalmente, a Mãe Terra que o receberá uma vez mais (FREUD, 1978, p.301).

Conclusão

Nenhum parente apareceu para fazer o reconhecimento do corpo de Wellington no Instituto Médico Legal. Duas semanas depois do massacre em Realengo, foi enterrado em um dos dois maiores cemitérios do Rio de Janeiro, como corpo não reclamado. O enterro foi feito pela Santa Casa em cova rasa, sem lápide. Exceto os coveiros, ninguém compareceu. Mas muitos *blogs* e endereços de redes sociais começaram a fazer apologia do massacre e de seu autor.

Após cerca de uma quinzena o assunto deixou de ser relevante para a mídia. A descoberta da ocorrência do *bullying* fez com

que a questão fosse explorada pelos meios de comunicação mais algum tempo. Enquanto que o massacre foi facilmente creditado na mídia ao monstruoso, o *bullying* pertence à história da maior parte das pessoas ditas normais. Qualquer criança ‘diferente’ torna-se um bode expiatório em escolas do primeiro e segundo graus. Fora a questão do trote, que alcança até o nível universitário, ocasionalmente provocando até mortes. Ensino público e particular tem a infeliz honra de serem iguais em frequência e gravidade quanto ao *bullying*. Acrescentou-se nos últimos anos um *upgrade*, redes sociais, como *Orkut* ou *Facebook*, passaram a competir com o *bullying* de corpo presente. Assim o linchamento moral também pode ser feito *in absentia* e *in effigie*. O problema do *bullying* passou menos de raspão na maioria do público que a figura mais patética do que trágica do assassino de Realengo. O assassinato em massa só faz com que se tema em ser vítima ou que alguém querido o seja.

Como sempre, a psicanálise deve estar na contramão. Ao invés de pautar-se no histericismo midiático, buscando uma causalidade linear e que não ultrapasse o tempo presente, a psicanálise deve inserir-se numa causalidade múltipla, sempre com referência ao passado remoto do sujeito. Ao invés do pretensão científico de uma psiquiatria rotuladora e pobremente descritiva (que ao menos a antiga escola fenomenológica não era), Freud legou a importância de se tentar entender nos abismos da *psyché* todos os matizes da natureza humana. A partir de Freud, mas procurando abranger um número maior de autores, Eugen Bleuler, também criador da palavra esquizofrenia, cunhou o termo psicologia das profundezas – *Tiefenpsychologie*. Abismos e profundezas costumam ser muito escuros, completamente negros, mesmo.

Assim a psicanálise possui uma tarefa bem mais ingrata e menos lucrativa que o festival da exploração midiática e seus coadjuvantes. Nos abismos da alma, como já usou Roudinesco (2008) como título de um livro,

está a parte obscura de nós mesmos. Em verdade, mera consequência do dito cunhado por Freud quando afirmou que a neurose é o negativo da perversão, destacando que as fantasias dos neuróticos e dos perversos são as mesmas, só que o perverso pode expressar-se diretamente. Sempre se pensa perversão como alguma conduta sexual desviante, não como recusa em aceitar o diferente, ou mesmo o ódio do imaginário quando confrontado com o real. O corolário, não tão explicitamente sexual, da frase freudiana é o que na conduta humana os homens maus fazem aquilo que os homens bons sonham, também título de livro (SIMON, 2009). E que não é bem o vizinho que mora ao lado que é um psicopata.

Abstract

This paper calls into question the diagnosis of paranoid schizophrenia or catathymic crisis used by forensic psychiatrists to describe the murderer. Then it applies to the justification of the diagnosis of schizoid personality disorder and a tentative explanation of the special role of the internet in mass murder cases. The author discusses the concepts of imaginary and narcissism. The sexual traumas deduced from the murderer's religious fundamentalist and misogynistic creeds. Relevant problems about the murderer's personal history – prenatal history, beginning of life and early childhood – that show data to a psychoanalytical interpretation. Schizoid personality characteristics as described by Fairbairn used for the understanding of the murderer's psyche.

Keywords: Schizoid personality, Internet, Narcissism, Imaginary, Religious fundamentalism, Misogyny, Trauma.

Referências

ABREP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DO PSIQUISMO PRÉ E PERINATAL. *Relação mãe-feto – visão atual das neurociências*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

ATTA, M. Carta de Mohammed Atta. In: *Veja as cartas de Wellington e do terrorista do 11 de Setembro*. <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/veja-as-cartas-de-wellington-e-do-terrorista-do-11-de-setembro-20110407.html>. (acessado em 19/12/2011)

BARROS, D. *O massacre de Wellington e a psiquiatria forense*. O Estado de S. Paulo, 10 de setembro de 2010. <http://blogs.estadao.com.br/daniel-martins-de-barros/o-massacre-de-wellington-e-a-psiquiatria-forense/>. (acessado em 13/12/2011)

BULLY: NO BULLYING. *Tragédia no Rio: Foi Bullying?* <http://bullynobullying.blogspot.com/2011/04/tragedio-no-rio-foi-bullying.html>. 10.4.2011. (acessado em 20/12/2011)

CARR, N. *A geração superficial – o que a internet está fazendo com nossos cérebros*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

CID-10. *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

CLARIN. *La carta del asesino: “Necesito que recen delante de mi tumba pidiendo perdón por lo que hice”*. http://www.clarin.com/mundo/atacante-dejo-carta-mensaje-incongruente_0_458354373.html. (acessado em 15/12/2011)

DSM IV-TR. *Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ESTADO DE MINAS. *Parentes ainda não compareceram ao IML para liberar corpo de atirador de Realengo*. 9/4/2011. http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2011/04/09/interna_nacional,220715/parentes-ainda-nao-compareceram-ao-impl-para-liberar-corpo-de-atirador-de-realengo.shtml. (acessado em 17/12/2011)

EXTRA. *Realengo: conheça em detalhes quem era e como vivia Wellington Menezes de Oliveira*. <http://extra.globo.com/casos-de-policia/realengo-conheca-em-detalhes-quem-era-como-vivia-wellington-menezes>

- de-oliveira-1539375.html#ixzz1im03HeJV <http://extra.globo.com/casos-de-policia/realengo-conheca-em-detalhes-quem-era-como-vivia-wellington-menezes-de-oliveira-1539375.html> (acessado em 15/12/2011)
- FANTÁSTICO. *Fantástico revela nova carta deixada por Wellington e nela ele usa o bullying para justificar mortes.* <http://vcartigosnoticias.blogspot.com/2011/04/fantastico-revela-nova-carta-deixada.html> (acessado em 15/12/2011)
- FAIRBAIRN, W. R. D. Fatores esquizoides na personalidade. Em *Estudos psicanalíticos da personalidade*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- FREUD, S. The future of an illusion. In: *The Standard Edition of the Complete psychological Works of Sigmund Freud*, v.XXI. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1978.
- FREUD, S. Moses and Monotheism. In: *The Standard Edition of the Complete psychological Works of Sigmund Freud*, v.XXIII. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, reprinted 1978.
- FREUD, S. The theme of the three caskets. In: *The Standard Edition of the Complete psychological Works of Sigmund Freud*, v. XII. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, reprinted 1978.
- FREUD, S. Totem and taboo. In: *The Standard Edition of the Complete psychological Works of Sigmund Freud*, v. XIII. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, reprinted 1978.
- O GLOBO. *Irmão de Wellington afirma que tratamento psicológico foi interrompido.* <http://noticias.centralblogs.com.br/post.php?href=irmao+de+wellington+afirma+que+tratamento+psicologico+foi+interrompido&KEYWORD=10743&POST=4037702> (acessado em 15/11/2011)
- GLOBO.COM. “*Ele sempre foi um adolescente muito ausente*”, diz irmão do atirador. <http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/ele-sempre-foi-um-adolescente-muito-ausente-diz-irmao-do-atirador.html>. (acessado em 19/12/2011)
- GLOBO.COM. *Saiba mais sobre as citações religiosas na carta do atirador.* <http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/saiba-mais-sobre-citacoes-religiosas-na-carta-do-atirador.html>. (acessado em 19/12/2011)
- GOOGLE EARTH COOMMUNITY. *Atentado aconteceu na manhã desta quinta-feira em escola na Zona Oeste do Rio de Janeiro.* <http://bbs.keyhole.com/ubb/ubbthreads.php?ubb=showflat&Number=1412945> (acessado em 22/12/2011)
- JORNAL DO BRASIL. “*O assassino optou por matar apenas as meninas bonitas*”, diz tia de menina morta com tiro na testa. <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/04/07/o-assassino-optou-por-matar- apenas-as-meninas-bonitas-diz-tia-de-menina-morta-com-tiro-na-testa/> (acessado em 15/12/2011)
- KEHL, M. R. Televisão e violência do imaginário. E. BUCCI, E. ; KEHL, M.R. *Videologias – ensaios sobre a televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LOPES, A. J. Breve Súmula de Ateologia Prática. *Estudos de Psicanálise*, Salvador, n.31, out./2008, p.17-28. Publicação anual do Círculo Brasileiro de Psicanálise.
- LOPES, A. J. Contribuições de uma teoria da leitura e de uma nova estética para a educação. *Leitura: Teoria e Prática – Revista da Associação de Leitura do Brasil*, n.31. Campinas: ALB/apoio Faculdade de Educação – UNICAMP, 1998, p.69-81.
- LOPES, A. J. *Estética e poesia: imagem, metamorfose e tempo trágico*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- LOPES, A. J. Novos paradigmas: hipercomplexidade e autopoiese - algumas considerações para a defesa da alfabetização, leitura e escrita. *Leitura: Teoria e Prática – Revista da Associação de Leitura do Brasil*, n.37. Campinas: ALB/Apoio Faculdade de Educação – UNICAMP, 2001, p.23-33.
- LOPES, A. J. O Texto literário: metamorfoses e viagens ttemporo-espaciais. *Leitura: Teoria e Prática – Revista da Associação de Leitura do Brasil*, n.41. Campinas: ALB/apoio Faculdade de Educação – UNICAMP, 2004, p.66-72.
- LOPES, A. J. Psicanálise, Poesia e Educação: a Imagem Furo e a Leitura Poética. *Estudos de Psicanálise*, Salvador, n.30, jul./2007, p.17-27. Publicação anual do Círculo Brasileiro de Psicanálise.
- MEDICAL DICTIONARY. *Cathathymic Crisis*. <http://medical-dictionary.thefreedictionary.com/cathathymic+crisis>. (acessado em 18/12/2011)
- MORAES, E. R. *A barba e o véu – Sociólogo tunisiano reflete sobre a sexualidade islâmica e mostra como há distorções nas visões de ocidentais e dos próprios muçulmanos.* http://www2.uol.com.br/entrelivros/reportagens/a_barba_e_o_veu_imprimir.html. (acessado em 20/12/2011)

MORAES, T. de. *Psiquiatra explica provável doença do matador*. Jornal Nacional, 7/4/2011. <http://www.youtube.com/watch?v=Blgo6En7> - (acessado em 13/12/2011)

MORAES, T. de. *Psiquiatra analisa vídeos e define Wellington como 'esquizofrênico'*. Bom dia Brasil, <http://www.brasil247.com.br/pt/247/brasil/1009/www.brasil247.com.br/> (acessado em 13/12/2011).

MORESCHINI, C. *História da filosofia patrística*. São Paulo: Loyola, 2008.

NOTÍCIAS TERRA. "Relaxa, gordinho, eu não vou te matar", disse atirador a aluno. <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5054491-EI17958,00-Relaxa+gordinho+eu+nao+vou+te+matar+disse+atirador+a+aluno.html> (acessado em 18/12/2011)

OLIVEIRA, W. M. de. Carta de suicídio. In: *Massacre de Realengo*. http://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Realengo. (acessado em 18/12/2011)

PIONTELLI, A. *De feto a criança*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

PONTO DE VISTA. <http://www.blogdosjornalistas.com/2011/05/ponto-de-vista-ha-mais-coisas-entre-o.html>, 21.5.2011. (acessado em 20/12/2011)

QUEIROZ, E.F. *A Clínica da Perversão*. São Paulo: Escuta, 2004.

ROUDINESCO, E. *A parte obscura de nós mesmos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SILVA, A.B.B. *Existe hoje na internet um submundo da maldade*. O Globo. Rio de Janeiro, 17/4/2011.

SIMON, R.I. *Homens maus fazem o que homens bons sonham*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SZD. *Atirador sofria bullying e era conhecido como "Al Qaeda", diz amigo*. <http://www.sidneyrezende.com/noticia/127401+atirador+sofria+bullying+e+era+conhecido+como+al+qaeda+diz+amigo>. (acessado em 19/12/2011)

TERTULIAN. *On the apparel of women*. Disponível no site www.newadvento.org. Acessado em 21/01/2011. Texto em latim no site www.thelatinlibrary.com. Acessado em 21/01/2011.

TV CIDADE SUL. "Transtornada", família de atirador tem medo de sair à rua, diz irmão. <http://www.tvcidadesul.com.br/masterConteudo.php?idC=1&idN=10467>, 13/4/2011 (acessado em 20/12/2011)

UOL NOTÍCIAS. *Atirador preferia matar meninas e disparava "sem pena", diz aluno sobrevivente da tragédia no Rio*. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/04/07/atirador-preferia-matar-meninas-e-atirava-sem-do-diz-aluno-sobrevivente-da-tragedia-no-rio.jhtm> (acessado em 15/12/2011)

UOL NOTÍCIAS. *Em bilhete à polícia, atirador afirmou que destruiu computador para "preservar fornecedor", diz jornal*. <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2011/04/10/em-bilhete-a-policia-atirador-afirmou-que-destruiu-computador-para-preservar-fornecedor-diz-jornal.jhtm> (acessado em 18/12/2011)

UOL NOTÍCIAS. *Em bilhete à polícia, atirador afirmou que destruiu computador para "preservar fornecedor", diz jornal*. <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2011/04/10/em-bilhete-a-policia-atirador-afirmou-que-destruiu-computador-para-preservar-fornecedor-diz-jornal.jhtm> (acessado em 18/12/2011)

WIKIPEDIA. *O massacre de Realengo*. http://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Realengo (acessado em 10/12/2011)

WILHEIM, J. *O que é psicologia pré-natal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

RECEBIDO EM: 20/01/2012

APROVADO EM: 27/01/2012

SOBRE O AUTOR

Anchyses Jobim Lopes

Médico. Bacharel em Filosofia pela UFRJ. Mestre em Medicina (Psiquiatria) e em Filosofia pela UFRJ. Doutor em Filosofia pela UFRJ. Psicanalista e Membro Efetivo do Círculo Brasileiro de Psicanálise – Seção Rio de Janeiro (CBP-RJ). Presidente do CBP-RJ 2000/04 e 2008/12. Presidente do Círculo Brasileiro de Psicanálise 2004/06. Professor Adjunto de cursos de Graduação em Psicologia e Especialização em Psicoterapia Psicanalítica.

Endereço para correspondência:

Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 132/308
Copacabana - 22030-040 - Rio de Janeiro/RJ
Site: www.anchyses.pro.br
E-mail: anchyses@terra.com.br

Os desdobramentos do gozo feminino na vida amorosa

The developments of the feminine enjoyment in the love life

Breno Ferreira Pena

Resumo

Trabalhar a partir do ensino de Lacan com os possíveis desdobramentos do gozo feminino, diante das vicissitudes da vida amorosa, é o objetivo deste artigo. Com esta proposta procurou-se situar o arcabouço teórico do qual se favoreceu Lacan para articular como este modo de gozo feminino, quando vivenciado junto às contingências do encontro amoroso, provoca efeitos completamente opostos, que podem levar a mulher tanto à devastação quanto à experiência de um êxtase sexual.

Palavras-chave: Feminino, Édipo, Gozo, Devastação, Êxtase.

Para trabalhar com o gozo feminino e seus desdobramentos na vida amorosa da mulher é importante, inicialmente, marcar o percurso teórico realizado por Lacan para que ele pudesse propor suas formulações acerca deste tema. Investigar o complexo de Édipo na menina e suas transformações durante o ensino lacaniano se mostra, portanto, fundamental para entender as especificidades que dão origem a este modo de gozo próprio ao feminino, que nos encontros e desencontros do amor pode levar a mulher tanto à devastação quanto ao êxtase.

No início de seu ensino, enfatizando a vertente simbólica, para constituição do sujeito, e muito próximo ao texto freudiano, Lacan ao trabalhar as questões que estão em torno do complexo de Édipo, o faz sempre pela lógica castração/falo. Divide, assim, o complexo de Édipo formulado por Freud em três tempos, que, como faz questão de ressaltar, são lógicos e não necessariamente cronológicos. O primeiro tempo se caracteriza essencialmente por um assujeitamento da criança ao desejo do Outro primordial, o bebê é aí convocado pela mãe a ocupar o lugar de falo imaginário. Em um segundo tempo, com o desvelamento da função pa-

terna, o nome do pai mostra à criança que se colocar como falo imaginário é um engodo, o desejo da mãe está em outro lugar. A partir desse momento, segundo Lacan, a criança pode deixar “o jogo da tapeação” com a mãe e em um terceiro tempo, via castração, sair finalmente do tempo de ser o falo para entrar na dialética de ter ou não tê-lo. Até aí o complexo de Édipo se mostra semelhante tanto para a menina quanto para o menino. Lacan, no entanto, não deixa de salientar que existem diferenças neste complexo para os dois sexos e será a partir dessas diferenças que começam a ser apontadas que, em um segundo momento, ele vai poder traçar as particularidades do gozo feminino.

Para Lacan, se ambos os sexos, através do ideal do eu, fazem uma identificação viril ao pai, o que permite à criança se colocar em uma posição desejante, por se separar do Outro materno e sua lei caprichosa, cabe ainda à menina a tarefa de se fazer mulher, pois ao contrário do homem, ela não possui um significante próprio para representar seu sexo: “No caso do menino, a função do Édipo parece muito mais claramente destinada a permitir a identificação do sujeito com seu próprio sexo, que se produz, em suma, na re-

lação ideal, imaginária, com o pai” (LACAN, 1995, p.208).

Ao final do Édipo o menino consegue que lhe seja permitido ter um pênis e, além disso, possui um significante que representa seu sexo, o falo. Ele tem um título de posse de virilidade do qual terá que dar provas, é verdade, mas já possui o falo como um significante identificatório do que é ser homem. Para isso ele conta com a identificação viril ao pai e com o suporte imaginário do próprio corpo. Já as meninas, por não terem o suporte imaginário do corpo e por ser o significante da sexuação apenas um, o falo, não conseguem ter um significante que diga do seu sexo. Lacan, entretanto, adverte que mesmo não tendo o falo localizado no imaginário do corpo e nem como significante que representa seu sexo, isso não impede que a mulher o tenha e que este seja invariavelmente um fator determinante no encontro entre os sexos: “Mas não ter o falo, simbolicamente, é dele participar a título de ausência, logo, é tê-lo de alguma forma. O falo está sempre para além de toda relação entre o homem e a mulher” (LACAN, 1995, p.155).

Para a menina, neste primeiro momento do ensino de Lacan, parece restar então apenas duas saídas para ela lidar com sua subjetividade feminina, todavia, ambas se dão por uma vertente estritamente fálica: sua relação com o homem ou com um filho. Estas formulações, assim, se mostraram insuficientes para pensar a mulher, já que com o filho, mesmo que em alguma medida tampone sua falta fálica, isso diz respeito à mãe e não resolve seu lado mulher. Já com seu parceiro, nesta perspectiva fálica, restaria à mulher, para ser amada, apenas tornar-se o que ela não tem, ou seja, o falo ao se identificar ao significante do desejo do homem para atraí-lo. Esta estratégia, no entanto, que põe em evidência o ter e pretende esconder a falta, vai se mostrar, ao longo do ensino lacaniano, muito mais como uma solução histérica do que uma saída possível para a mulher.

Lacan (1999), neste período, entretanto, diz que uma posição decidida de ir buscar o falo, em quem supostamente tem, torna a saída do Édipo na menina mais fácil, mesmo que, como afirma o próprio autor, isso possa trazer por si mesmo todo tipo de complicações e impasses para a sexualidade feminina no futuro. Conclui que tanto para Freud (1996) quanto para ele, a menina ao final do Édipo, diante do complexo de castração, possui uma saída mais simples que a do menino: “Para ela, com efeito, essa terceira etapa, como sublinha Freud – leiam seu artigo sobre o declínio do Édipo –, é muito mais simples” (LACAN, 1999, p.202). Esta suposta facilidade, segundo Lacan, seria em virtude de a menina não ter que dar provas da virilidade, ela já sabe quem tem e onde deve buscá-lo e vai em direção ao pai, que neste caso, para o autor, não encontraria dificuldade de se fazer preferir à mãe.

Lacan, portanto, demonstra que o complexo de Édipo não se dá da mesma maneira entre meninos e meninas, mas mesmo evidenciando estas particularidades de cada sexo, como destaca Zalcberg (2003), em um primeiro período do ensino lacaniano, estas diferenças se dão estritamente a partir da referência fálica, não se levando em conta o que há de mais marcante no ser de uma mulher, o que se encontra além do falo.

Uma releitura do Édipo feminino

A partir dos anos sessenta, Lacan iniciará um segundo momento de seu ensino. Já com suas formulações sobre o gozo e o objeto *a*, irá destacar a vertente própria ao real, essencialmente, como um registro que resiste a qualquer simbolização. Propõe, assim, que a lógica castração-falo, que se apoiava, sobretudo, nas vertentes simbólica e imaginária, era útil para explicar o Édipo no menino, mas se apresentava pouco eficaz para demonstrar as particularidades do complexo edipiano da menina, pois há especificidades extremamente relevantes em sua constituição, enquanto mulher, que se

encontram voltadas exclusivamente para a vertente do real.

Ao propor uma rearticulação do conceito de castração com o de gozo, Lacan (1998) obtém o fundamento teórico necessário para formular uma releitura do Édipo feminino. Assim, se pensava a castração como a interdição realizada pelo pai, que desloca a criança do lugar de falo imaginário da mãe dando-lhe a possibilidade de ter e não mais ser o falo, agora, apesar de manter esta perspectiva para castração, dá também um novo sentido para ela, trata-se de uma perda no nível do gozo. Com isso, concebe uma castração estrutural que se dá pela proibição de se manter um gozo original sem limites, um primeiro modo de gozo, que se esvai quando a criança entra na linguagem: “Aquilo a que é preciso nos atermos é que o gozo está vedado a quem fala como tal (...)” (LACAN, 1998, p.836).

Ao retomar a questão do feminino, em seu texto “Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina”, de 1960, Lacan pode, a partir de um novo entendimento a respeito da castração, ressaltar que a falta de um significante que represente o feminino tem como consequência para a menina ter algo do seu ser fora da simbolização. Apesar de ser marcada, em parte, pela castração, ela está inserida na linguagem, o que propicia uma perda de gozo, outra parte dela não se submete à operação simbólica da castração; portanto, na menina algo escapa à lei edípica e efetivamente não pode ser simbolizado. Assim, com parte de seu ser sem recobrimento simbólico, as mulheres, ao contrário dos homens, conseguem ter acesso, além do gozo fálico, a um outro modo de gozo que, ao não ter sido modulado pela linguagem, se mostra “envolto em sua própria contiguidade” (LACAN, 1998, p.744). Esta especificidade do feminino, diante do gozo, irá marcar definitivamente o modo com que Lacan vai pensar a mulher e sua sexualidade, pois esta além de ter que lidar com o gozo fálico, como o homem, tem que se haver também com ou-

tro modo de gozo que é, inclusive, mais real por estar totalmente disjunto do significante. Como destaca Soler (2006), é um gozo bem peculiar o feminino, pois se não sabe nada sobre o falo, fica completamente foracluído do simbólico e “fora do inconsciente”. Um gozo que não se faz representar, inacessível à linguagem, escapa a qualquer significação.

Por este novo prisma teórico, Lacan pôde, no Seminário *Mais, ainda, livro 20*, trabalhar com as diferenças do gozo fálico, este marcado pela linguagem e evidenciado pela relação com o falo em ambos os sexos, e o gozo propriamente feminino, que denomina de suplementar. O gozo fálico, ao qual o homem está inteiramente submetido e a mulher parcialmente, é aquele que após a operação da castração resta ao ser falante, um gozo sexual, descontínuo e regido pela fantasia. Já o gozo suplementar, que Lacan faz questão de ressaltar que não é complementar, não se submete à castração promovida pela linguagem e por isso transcende o próprio sujeito que o vivencia pelo real: “Ao contrário do gozo fálico, o gozo outro, suplementar, ‘ultrapassa’ o sujeito. Para começar, por ser heterogêneo à estrutura descontínua dos fenômenos regulados pela linguagem, com a consequência de que esse gozo não é identificatório” (SOLER, 2006, p.56).

Para a menina há um gozo que não pode ser nomeado, ex-existe ao simbólico, mas com o qual ela vai ter que lidar, em suas vivências psíquicas, durante toda sua vida. É relevante ressaltar ainda – mesmo Lacan (2003) tendo destacado, neste segundo momento do seu ensino, que a menina enquanto mulher espera mais substância da mãe do que do pai – que um significante que possa ter a função de representar o feminino também não pode ser fornecido pela mãe à filha, nem mesmo através de seu lado mulher. É a partir desta particularidade própria da mulher que Lacan (1985) pôde propor, então, que não existe “A mulher” como universal, elas devem se fazer, por uma ficção que vai se estruturar de maneira única, cada mulher

deve construir a sua, diante de uma parceria amorosa.

É bom frisar, todavia, que o gozo fálico também captura a mulher que pode estar nele a toda, como faz questão de destacar o próprio Lacan, embora demonstre que o que dá ao feminino suas particularidades é o gozo suplementar. Assim, cabe à mulher em sua relação com o homem, se fazer enquanto tal, diante deste modo de gozo que, como lembra Miller (2008), é ilimitado, mas por isso mesmo está na base tanto do amor quanto da devastação feminina. Um gozo exclusivo do feminino, que é contínuo e não tem a marca do falo, e que por estas propriedades pode favorecer a uma mulher a vivência da devastação, mas também lhe propiciar um encontro com êxtase sexual.

Êxtase e devastação

As propriedades do gozo feminino abrem a possibilidade para a mulher vivenciá-lo de maneiras completamente distintas a partir das contingências da vida amorosa. Esse gozo suplementar, sem nenhuma representação possível no psiquismo, quando se encontra em excesso, traz uma vivência de devastação para as mulheres. No encontro com um homem, entretanto, pela via do amor, também lhes é possível, através das especificidades deste gozo, alcançar um êxtase sexual que não pode nem sequer ser nomeado, por não ter nenhuma marcação simbólica: “O gozo feminino pode ter esse vínculo direto e sem resistência com a vida pulsional, o que explica encontrarmos na mulher não só a sexualidade em êxtase e transes, mas também em uma dimensão mortífera” (ZALCBERG, 2008, p.144).

Para Lacan, o amor na mulher é algo que favorece uma amarração para o ilimitado do gozo feminino. Nesse momento de seu ensino, entretanto, não se trata mais para a mulher, em sua parceria amorosa, ser tão somente o significante do desejo de um homem, o falo, mas, sobretudo, conseguir se colocar como objeto causa de desejo para

seu homem. É necessário, assim, que a mulher possa construir uma saída pelo feminino, solução que consente com o sexual e que lhe possibilita o êxtase no exercício de sua sexualidade. Na posição feminina, ao contrário da posição histérica que o recusa, a mulher aceita o lugar de objeto *a* na fantasia do seu parceiro. Com isso ela pode ocupar o lugar designado pela fantasia do homem; entretanto, como frisa Zalcberg (2008), também é fundamental que esta mulher possa ser desejada e amada por seu parceiro, nesta posição, para que consiga aferir uma significação fálica a este lugar e também obtenha mais consistência em seu lado mulher, via um homem, que vai representar para ela o significante do desejo e fazê-la se reconhecer como sua mulher. Assim, ela apazigua seu ser em falta de um significante que a represente como mulher e possibilita uma amarração para o ilimitado do seu gozo feminino. Como lembra Soler (2006), mesmo não existindo A mulher, é possível ainda ser ‘uma’ mulher, ou seja, a escolhida de um homem.

É preciso que a mulher, no entanto, aceite ocupar o lugar de objeto *a* na fantasia de um homem, o que se mostra, muitas vezes, uma incumbência difícil para ela. Ao não consentir ocupar este lugar, todavia fica bem mais vulnerável às vivências da devastação, via gozo feminino. É pela mediação de seu parceiro amoroso, que a coloca como objeto *a* em sua fantasia, e por seu consentimento de ocupar este lugar que a mulher, na contingência do encontro amoroso, consegue dar mais consistência a seu ser: “O homem serve aqui de conector para que a mulher se torne este Outro para ela mesma, como o é para ele” (LACAN, 1998, p.741). Mas para que isso aconteça também é necessário que o homem inclua sua mulher em sua fantasia ao colocá-la como objeto causa de seu desejo, dando possibilidade a ela de também incluí-lo na fantasia dela, o que possibilitará a esse homem tocar em seu gozo feminino.

Para Lacan, esse gozo suplementar que só a mulher experimenta, quando vivido

no encontro amoroso, pode propiciar a ela o êxtase, por estar fora da referência fálica. Entretanto, para que ela possa ter acesso a esta experiência de transe depende também, necessariamente, da presença do gozo fálico de um homem, embora ele não consiga efetivamente participar deste gozo extasiante que possibilita a sua mulher, “[...] fazendo-a parceira de sua solidão, enquanto a união permanece na soleira” (LACAN, p.467). Neste momento, Lacan evidencia mais uma vez que não há como se pensar em uma união entre sexos, pois no transe sexual uma mulher é levada para além de si mesma e goza sozinha, na solidão, já que este outro gozo fora do simbólico, o homem não pode vivenciar de nenhuma maneira, é exclusivo dela.

Lacan (1985) também frisa que diante do gozo suplementar, nenhuma mulher sabe dizer nada; por estar inteiramente fora do simbólico, ele só pode ser vivenciado como êxtase, mas se elas o experimentam, sabem disso muito bem. Isso porque este gozo disjunto do significante possibilita à mulher que o experimente em sua sexualidade como uma espécie de transe, que não pode ser significado: “Há um gozo dela, desse *ela* que não existe e não significa nada. Há um gozo dela sobre o qual talvez ela mesma não saiba nada a não ser que o experimente – isto ela sabe. Ela sabe disso, certamente, quando isso acontece. Isso não acontece a elas todas ” (LACAN, 1985, p.100). O gozo feminino por ser ilimitado, em um encontro amoroso, pode propiciar a uma mulher o êxtase sexual, todavia, esta mesma propriedade que o caracteriza como ilimitado, lhe dá também a possibilidade de se apresentar como devastação para mulher.

Portanto, o gozo feminino que não tem uma modulação propiciada pelo simbólico se desvela, quando em excesso, repleto de pulsão de morte e favorece um modo de gozo devastador, que se não puder obter limite pelo amor, pode produzir consequências desastrosas para a mulher, que o experimenta como devastação. Lacan, em um primeiro momento de seu ensino, formula

a devastação para caracterizar um gozo que perpassa a relação mãe e filha. Entretanto, como ressalta Soler (2006), ao longo de seu ensino, também descreve a devastação a partir das parceiras da mulher com um homem devastador. A mulher sempre tem que se haver com um outro gozo; assim, por vezes, o homem nas contingências do encontro amoroso pode favorecê-la a experimentar este modo de gozo feminino também como devastação: “Pode-se dizer que um homem é para uma mulher tudo que quiserem, a saber, uma aflição pior que um sintoma. Vocês podem inclusive articular isso como lhes for conveniente. Trata-se mesmo de uma devastação”(LACAN, 2007, p.98).

A relação mãe e filha, todavia, como lembra Zalcberg (2003), pode interferir na sexualidade da filha de tal maneira que a menina ao se tornar mulher recuse ou tenha enormes dificuldades de ocupar o lugar de objeto na fantasia de um homem, o que favorece a repetição da devastação também na vida amorosa. Esta recusa se daria já que a menina, presa na devastação com sua mãe, não pode lidar com sua própria sexualidade, que requer que ela construa de maneira própria e singular sua identidade feminina, na parceira com um homem, para que consiga se colocar como objeto causa de desejo deste seu parceiro amoroso. Entretanto, mesmo que a menina não tenha uma vivência devastadora com a mãe, isso não é garantia de que não vai encontrar com a devastação, posteriormente no amor, pois mesmo que possa ocupar o lugar de objeto na fantasia de um homem, ainda depende das contingências do encontro com seu parceiro. Isso porque o amor pode propiciar encontros que favoreçam um limite para o excesso do gozo feminino, mas a vida amorosa também se faz de desencontros, não encontros, além de estar sujeita a todo tipo de vicissitudes que o próprio existir pode impor como, por exemplo, a perda ou a morte do parceiro amoroso. Para Lacan, todavia, a devastação na mulher está irremediavelmente ligada às particularidades do

gozo outro, feminino. E como ressalta Soler, este modo de gozo sempre deixa suas manifestações no psiquismo de uma mulher:

“É esse o núcleo da devastação: é o gozo outro que devasta o sujeito, no sentido forte de aniquilá-lo pelo espaço de um instante. Os efeitos subjetivos desse eclipse nunca faltam. Vão da mais leve desorientação até a angústia profunda, passando por todos os graus de extravio e evitação” (SOLER, 2006, p.185).

Na verdade, a mulher, queira ou não, vai sempre ter que se haver com um gozo ilimitado, parte de seu ser é inexoravelmente submetida a ele, e por consequência, exposta a seus efeitos. Um modo de gozo que se faz como pura intensidade, e por sua característica pulsional de não ter uma marcação fálica, abre a possibilidade para a mulher vivenciar seus desdobramentos psíquicos de duas maneiras bastante antagônicas. Pode possibilitar a devastação, mas também favorecer a ela um estado de êxtase nas vivências de sua sexualidade. São especificidades de um modo de gozo que dá uma particularidade ao feminino e propicia outro entendimento da subjetividade da mulher a partir das incidências do real.

Abstract

The objective of this text is to work upon the Lacan's teaching about the possible developments of feminine enjoyment in front of vicissitudes of love life. With this proposal, the author tries to trace the theoretical framework from which Lacan uttered how this type of feminine enjoyment, when it is experienced within the contingencies of the love encounter, may cause completely opposite results either conducting the woman to a devastating experience or to sexual ecstasy.

Keywords: *Feminine, Oedipus, Enjoyment, Devastation, Ecstasy.*

Referências

FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.XIX, p.193-199.

LACAN, J. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente* (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, J. Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina (1960a). In LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.734-745.

LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960b). In LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.807-842.

LACAN, J. *O seminário, livro 20: mais, ainda* (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. *O seminário, livro 23: o sintoma* (1975-1976). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LACAN, J. O aturdido (1972). In LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.448-497.

MILLER, J.A. Teoria de los goces. In MILLER, J.A. *Recorrido de Lacan*. Buenos Aires: Manantial, 2006, p.149-160.

MILLER, J.A. Una repartición sexual. In MILLER, J.A. *El partenaire-síntoma*. Buenos Aires: Paidós, 2008, p.303-318.

SOLER, C. *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ZALCBERG, M. *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro: Campos/Elsevier, 2003.

ZALCBERG, M. *Amor paixão feminina*. Rio de Janeiro: Campos/Elsevier, 2008.

RECEBIDO EM: 14/03/2012

APROVADO EM: 21/03/2012

SOBRE O AUTOR

Breno Ferreira Pena

Psicólogo. Mestre em Psicologia pela PUC-MG.
Psicanalista. Membro do Círculo Psicanalítico
de Minas Gerais. Coordenador da Clínica
de Psicanálise do Círculo Psicanalítico
de Minas Gerais.

Endereço para correspondência:

Rua Ceará, 1709 - Sala 1003 - Funcionários
30150-311 - Belo Horizonte/MG
Tel.: (31)3221-4045
E-mail: brenopena@hotmail.com



O desejo de autonomia num caso clínico

The desire of autonomy: illustration in a clinic case

Fernando César Bezerra de Andrade

Resumo

No contexto da teoria freudiana sobre o narcisismo e de sua crítica pela teoria laplancheana, neste artigo recorre-se ao conceito de “desejo de autonomia” (MAIA, 1991, 1996, 1997) para discutir dois fragmentos de um caso clínico em que o masoquismo mais se destaca. Do ponto de vista metapsicológico, argumenta-se que o desejo de autonomia desenvolve a revisão que a teoria laplancheana faz da teoria freudiana do narcisismo, por trazer à luz um princípio de funcionamento psíquico negado que, de modo mais parcimonioso que o modelo freudiano do autoerotismo e da pulsão de morte, explica aspectos narcísicos, de repetição e de autossuficiência em formações psíquicas. Para examinar essa hipótese e evidenciar o desejo de autonomia, apresenta-se a perlaboração do paciente em relação aos dois fragmentos do caso clínico, um sintoma e um sonho, inferida a partir do abandono de conduta de alto risco e de significativo aumento da disponibilidade para estabelecer vínculos amorosos.

Palavras-chave: Metapsicologia, Narcisismo, Desejo de autonomia, Caso clínico, Masoquismo.

Para o Dr. Luís Martinho Ferreira Maia: *Non desinis oculis mihi aperire* (“Não cessas de abrir-me os olhos”). Marco Aurélio (citado por Tosi, 2000, p.170)

Narcisismo, tempo “auto” e desejo de autonomia

A considerar a história da teoria freudiana (LAPLANCHE e PONTALIS, 1991; ROUDINESCO; PLON, 1998), a década de 1910 a 1919 assistiu a uma intensa produção em torno da metapsicologia. Nela, um conceito em particular adquiriu, gradualmente, proeminência – o narcisismo. Pensado inicialmente como parte da explicação para a etiologia da homossexualidade (atualmente, não mais uma patologia) e da psicose, o narcisismo foi empregado como um termo cuja acepção é cada vez mais abrangente, a ponto de, a partir de 1914, designar “o complemento libidinal do egoísmo da pulsão de autopreservação, que, em certa medida, pode justificavelmente ser atribuído a toda criatura viva” (FREUD, 1974 [1914], p.90).

Ora, a ascensão desse conceito, de uma perspectiva epistemológica, não foi gratui-

ta, pois se observa – como o faz Laplanche (1992, 1997) – na confluência de dois vetores: a fundamentação da teoria do inconsciente sobre bases argumentativas cada vez mais biológicas; e a modificação nos pontos de vista tópico, dinâmico e econômico sobre o psiquismo, em direção a uma nova polarização pulsional (com o surgimento das pulsões de morte) e à segunda teoria das instâncias psíquicas, para o que a consolidação do narcisismo teve valor de engrenagem que manteve o sistema teórico freudiano em funcionamento – a despeito dos problemas dele decorrentes.

Assim, o narcisismo foi inicialmente pensado por Freud, numa “encruzilhada de diversas linhas de pensamento e de associação”, com “fios há muito separados e relativamente independentes: o da ‘tópica’ e o da ‘teoria das pulsões’. Daí essa situação de ‘ponto nodal’ [...]” – pensa Laplanche (1985, p.72)

– cujas tendências epistemológicas distintas são levadas a direções opostas.

De um lado, a relação entre narcisismo e identificação (FREUD, 1974 [1914], 1974 [1917]) registra, para explicar as origens e a natureza do psiquismo, a influência de argumentos fundados na primazia da alteridade (pelo recurso à intersubjetividade e à estrangeiridade interna do inconsciente). Em termos laplancheanos, é um traço da lógica “copernicana” (LAPLANCHE, 2008a) que se faz sentir na obra de Freud, originalmente associado às explicações de fenômenos considerados psicopatológicos. Por outro lado, porém, o mesmo conceito de narcisismo tem uma acepção muito mais aut centrada, na vertente da tendência própria à lógica “ptolomaica” (LAPLANCHE, 2008a), que prioriza uma versão solipsista e biologizante das origens do psiquismo.

Nesse sentido, a emergência do conceito de narcisismo atesta a convergência do que antes era distinto: se antes a libido era pensada do lado do inconsciente e dirigida aos objetos pelo ego, gradualmente será associada à autoconervação e ao ego (FREUD, 1911, 1915, 1920).

Os adjetivos “primário” e “secundário”, aplicados ao narcisismo, serão prova das dificuldades enfrentadas por Freud para ajustar sua teoria das pulsões e sua tópica à ascensão duma hipótese genética. Por exemplo, o que viria primeiro, o ego – decantado de identificações com imagos dos primeiros objetos amorosos (as figuras parentais) – ou as excitações corporais prazerosas, de caráter autoerótico, anteriores ao próprio ego? O problema de atribuir a primazia a um ego-representação ou a um ego coextensivo ao corpo é somente em parte resolvido pela divisão entre dois tempos (primário e secundário) e pela associação entre ambos através de uma sequência genética – o primeiro tempo, biológico, reservado ao autoerotismo (narcisismo anobjetal), ultrapassado (mas não eliminado) pelo segundo tempo, psicológico, do narcisismo especu-

lar (de um ego em relação a objetos com que se identifica).

Aqui, portanto, o autoerotismo confunde-se com o narcisismo e com o início da própria vida psíquica. O narcisismo primário, que antes coincidia e era condição do aparecimento do ego-instância, agora coincide com o início da vida do indivíduo. Seu modelo é o sono ou, mais radicalmente, a vida intrauterina. [...] É o modelo da mônada primitiva (MAIA, 1991, p.32).

Ao examinar o problema freudiano, Laplanche adota uma posição clara: “o autoerotismo não é, portanto, absolutamente primeiro, que precede outra coisa no tempo, embora seja o primeiro estágio independente da sexualidade; não é o começo da relação com o mundo, mas marca o que chamamos o tempo ‘auto’ [...]” (LAPLANCHE, 1992, p.75). Dessa perspectiva, todo narcisismo, portanto, é secundário, por não existir desde o princípio (do ponto de vista cronológico e psicológico) e, **na mesma medida**, primário (do ponto de vista psicanalítico), por tornar patente o primeiro tempo de uma sexualidade cuja fonte é o inconsciente e cujo alvo é, ao lado dos objetos, também o ego. Portanto, “autoerotismo e narcisismo não definem modos fundamentais de relação com o mundo em geral, mas modos de funcionamento sexual e de prazer” (LAPLANCHE, 1992, p.77).

Na esteira do pensamento laplancheano e ao pensar a teoria freudiana sobre o narcisismo no contexto da década aqui considerada (sobretudo em comparação com os textos freudianos de 1911, 1915 e 1917, sem descuidar dos problemas apresentados no texto de 1920), Maia (1991, 1996, 1997) pensou a noção de **desejo de autonomia**, pela qual expõe a face radical do narcisismo, isto é, a busca de negar a dependência do sujeito em relação ao outro – este que intimamente passa a ser tratado como objeto controlável (no paradigma da brincadeira do *fort-da*, descrito por Freud em 1920), mas que também é

ameaçador em seu estatuto de objeto interno inconsciente, a atacar o ego.

Ao explorar as polaridades ego-prazer e ego-realidade, apresentadas por Freud em 1911 e 1915, Maia (1991) constata nelas princípios de funcionamento psíquico (e não dois tempos da constituição do ego) relativos ao mesmo ego: um que consiste no amor aos objetos externos que garantem o prazer, enquanto o outro diz respeito ao domínio desses objetos, através da sua incorporação no próprio ego. “Delineia-se, pois, aqui, não apenas um princípio de prazer-desprazer, mas o que se poderia denominar um princípio de dependência-autonomia” (MAIA, 1991, p.34).

Nessa direção, o princípio de autonomia ressalta a feição narcísica do ego-realidade. Tem-se uma realidade específica – a do ego –, que não se confunde com a realidade externa: ao tempo em que a realidade externa remete sempre à interdependência humana (em última instância, própria ao campo da Psicologia e da Filosofia), a realidade que interessa ao ego (e de que trata a Psicanálise), contraposta ao prazer/desprazer, é a do próprio ego – logo, narcísica. “A oposição ego-prazer/ego-realidade trouxe-nos um narcisismo e uma anobjetalidade que se diriam essenciais, não fora suspeitarmos que se trata da negação da dependência ao outro” (MAIA, 1991, p.37). Não é da realidade externa que se trata, mas daquilo que o ego verifica de si mesmo como contraposto ao que vem do inconsciente.

Pode-se admitir que a teoria freudiana incorpora em sua metapsicologia um movimento que, na origem, é do próprio sujeito psíquico: negar a dependência – o que, na teoria, é simétrico a confundir realidade psíquica e realidade externa, empurrando a oposição que mantém a dinâmica dualista freudiana para uma contraposição entre indivíduo e realidade empírica (MAIA, 1996).

Desse modo, pela própria aceção do conceito de autoerotismo na obra de Freud e por seu lugar na sequência pretendida para

situar o narcisismo numa perspectiva genética, Maia identifica uma negação do princípio de autonomia, oculto por trás de um modelo biologizante, adaptativo, relativo a uma realidade externa (que, pela negação, encobre a realidade interna):

O autoerotismo é um... complexo, solução de compromisso entre dois princípios interdependentes. Como Freud nega o princípio de autonomia, princípio de negação, tenderá cada vez mais a descrever uma criança solipsisticamente orientada. Tendo desistido de encontrar qualquer derivação razoável entre o real e a fantasia, Freud tende cada vez mais a fazê-la brotar de uma endogenia e, sobretudo, de uma filogenia, com a memória da espécie restabelecendo uma equação perdida. Freud esperava que a fantasia se derivasse da realidade assim como a representação se deriva da percepção. Mas a fantasia não se deriva da realidade, a fantasia é a negação da realidade da dependência (MAIA, 1991, p.42).

Se o princípio de autonomia descreve uma tendência para funcionar narcisicamente, mantendo (e ocultando, simultaneamente) o conflito no interior da sexualidade (erótico *versus* narcísico), o desejo que lhe corresponde faz atuar esse princípio no contexto das relações de objeto. Com isso, o desejo de autonomia é a hipérbole do narcisismo, que consoma o paradoxo de **desejar não desejar** o outro (nem dele precisar), **não reconhecer a interdependência** que caracteriza a condição humana, pela ótica da subjetividade. Por conta da ação psíquica orientada por esse não desejar, **o outro e a dependência em relação a ele desaparecem das origens do conflito**. Assim, esse desejo corresponde à **fantasia de não precisar do outro**, de estar imune as suas vicissitudes. Mais: de eliminar qualquer traço de desejo (MAIA, 1991, p.44-45).

Esse desejo concorre para interpretar, de modo muito eficaz, o frequente movimento ptolomaico do eu, pois, como em outros casos da metapsicologia, o desejo de auto-

nomia não consiste apenas numa hipótese explicativa de um fenômeno clínico, mas, também, na descrição das linhas gerais de uma tendência psíquica de caráter universal – “que emerge em reação ao descentramento copernicano da sedução originária” (MAIA, 1997, p.50) – típica a qualquer humanização e que pode, também, derivar para quadros psicopatológicos:

Falo de desejo de autonomia, no sentido literal do termo: desejo de ser governado por suas próprias leis. Insubordinação à lei do desejo enigmático do outro. No limite extremo poder-se-á até imaginar uma criança que, cansada de se perguntar: “o que me quer este seio?”, cansada de não obter respostas, possa até desertar pela indiferença ao enigma da mensagem do outro. Afinal, um enigma só existe para quem o quer decifrar (MAIA, 1996, p.4).

Por esse ângulo, o desejo de autonomia não apenas pode explicar manifestações narcísicas da sexualidade (em que, por exemplo, o sexo pode ser utilizado como linguagem para negar a dependência afetiva em relação ao outro), mas – numa hipótese alternativa àquela da pulsão de morte – esse desejo também explica a destrutividade com que os objetos que remetem à alteridade são tratados (MAIA, 1991).

Logo, a indiferença ou o ódio destruidor ante o enigma são reconhecidos como expressões de oposição narcísica à sexualidade erótica. Não mais se deixar mover pelo que vem do outro equivale ao esforço (narcísico) de evitar qualquer brecha que permita a esse outro (interno e/ou externo) desorganizar a feição egoica. “O desejo de autonomia aparece como negação da dependência a este outro que, enquanto protetor é amado, enquanto se recusa é odiado, mas, sobretudo, enquanto emissor de uma mensagem enigmática é excitante e persecutório” (MAIA, 1996, p.4). O paroxismo dessa tendência leva ao paradoxal sofrimento do sujeito que se esforça por não sofrer em razão do outro.

O desejo de autonomia é um conceito que desenvolve a crítica laplancheana à noção de narcisismo primário, ao evidenciar que, na metapsicologia freudiana como no funcionamento psíquico, com a presunção de um autoerotismo primário se dá a negação da dependência em relação ao outro, gerando axiomas que são mais ideológicos que científicos (no caso da teoria) e (no caso da clínica) sintomas psíquicos fortemente atravessados pela compulsão à repetição, por comportamento autossuficiente e narcisístico.

Expande-se o conceito freudiano de narcisismo: enquanto este explica o amor (e os desejos) pela própria imagem, o desejo de autonomia implica na busca de nada desejar, dando ao princípio de Nirvana, por Freud definido no contexto da perspectiva econômica e associado à pulsão de morte, um claro significado dinâmico e, do ponto de vista psicanalítico, sexual – já que todo narcísico é libidinal.

Dessa forma, sempre emoldurado pela interpretação laplancheana da obra de Freud, também permite articular narcisismo e agressividade de modo mais epistemologicamente parcimonioso do que pelo recurso à pulsão de morte. Esta articulação, inclusive, também contribui para a teoria laplancheana, já que emprega sua força explicativa a fenômenos associados à linguagem da violência, tanto nas relações sociais quanto em figuras psicopatológicas, como o sadismo ou o masoquismo.

O exame de dois extratos de um caso clínico (uma cena erótica e outra cena onírica) de um paciente neurótico cujo psiquismo era marcado por uma configuração masoquista que pesava contra suas relações amorosas e profissionais, a seguir, serve de ilustração para a capacidade explicativa do desejo de autonomia.

Expressões do desejo de autonomia: sintoma e sonho de um paciente masoquista

Se o narcisismo está na confluência das polaridades e dualismos econômicos, dinâmicos e mesmo tópicos que constroem o psi-

quismo, muitas podem ser suas expressões, cada uma conforme a combinação única de identificações que vêm a constituir o ego. As transformações do narcisismo em desejo de autonomia também ganham feições próprias a cada patologia e a suas fantasias.

No caso do masoquismo, o próprio sofrimento aparece como uma resposta autoagressiva para mensagens enigmáticas parentais cuja tradução é marcada por um esforço narcísico de preservação em relação ao que houver de restos recalcados da sedução originária da criança pelo adulto. Desse processo, a sequência já apresentada por Freud (1974 [1919]) é um exemplo primoroso: meu pai bate na criança que eu odeio (porque me ama) → meu pai bate em mim (porque me ama) → bate-se numa criança. Nessa fantasia, o desejo de autonomia aparece no terceiro tempo: “uma criança é espancada” é uma formulação tão neutra que, manifestamente, nada expressa de desejo, é puramente descritiva – nela, graças a um verbo na voz passiva sintética (“espanca-se”) ou analítica (“é espancada”), apenas o objeto da ação, e não seu autor, é identificável. Nenhum rastro do desejo, portanto, a não ser disfarçado pelo espancar.

Reconhece-se, então, que o desejo de autonomia realiza-se, nas configurações masoquistas mais complexas e acabadas, em um prazer decorrente do poder suportar a dor, do ser forte para aguentá-la até o limite da vida, em rituais (eróticos, fantasmáticos ou relacionais) tão fixos e autossuficientes que, ao lado da gratificação erótica, são mais narcisicamente defensivos do que aberturas para o outro na relação. Se algo diferente ocorre na rotina (erótica, fantasmática ou relacional), reaparece a agressividade, refletida sobre si mesmo por não ter impedido o risco de voltar a desejar.

Quer o pai bata na criança que odeio, quer em mim, o ego está no centro da solução porque a posição passiva, tanto na fantasia erótica quanto na cena agressiva, já indica uma forma particular de reagir, através da

tolerância à (e da busca pela) dor, à inexorável passividade egoica, em relação ao inconsciente. Suportar a dor (distante, impessoal) torna-se expressão de não desejar, de anular a força do outro, de eliminar o risco de vir a precisar (ou reconhecer que precisa) de quem bate. A violência é desejada por afirmar uma autonomia imaginária que afasta do plano consciente a dependência em relação ao objeto ou ao perpetrador da agressão.

Um jovem, a quem se emprestará o nome de Gregório, de origem financeira e socialmente difícil, na infância apanhara com frequência da mãe, insatisfeita com o próprio casamento. Em sua psicanálise, descreveu surras em que ela parecia gozar com o cansaço decorrente do esforço físico de manter preso por uma mão o filho que, sovado, corria à sua volta para escapar das pancadas. Ao final, os espancamentos eram seguidos de cuidados e palavras ternas. Seu pai, indiferente a todos da família numerosa, desejado pela esposa a ele submissa, vivia em bares e jogatinas: não batia, mas não parecia importar-se. Adulto, Gregório não conseguia acreditar em relacionamentos nos quais, ao contrário da fórmula sádica materna ou do narcisismo paterno, seu parceiro demonstrasse ternura e interesse sem violência. Sua vida profissional também estava ameaçada por inibições e desvalorização do trabalho, sempre tratado como um fardo obrigatório, fortemente marcado pela relação com a mãe.

Nos primeiros três anos de sua análise (finda há mais de uma década), Gregório foi refratário ao *setting* e às intervenções de seu psicanalista. O que o mantinha em psicanálise, inicialmente, eram seus sintomas, intensas dores pelo corpo diagnosticadas como fibromialgia, em razão das quais a análise foi recomendada por seu médico. “Parecia que levava uma surra todo dia”, queixara-se na primeira entrevista. Nesse período inicial, parecia testar os limites do enquadre, como se quisesse ver repetidas, na tina analítica, as cenas sadomasoquistas implantadas por sua mãe e, em parte, seu pai.

A forma mais evidente disso eram os sucessivos relatos de seu sintoma mais preocupante: a atuação de uma fantasia erótica de alto risco em que ele, quando muito angustiado, saía à noite para deixar-se penetrar por homens pobres e menos escolarizados, pertencentes à sua antiga classe social, num encontro sexual sem repetições em que, durante e após o sexo, era fisicamente maltratado e moralmente ofendido com palavras homofóbicas, arriscando-se a apanhar e a ser roubado por seus parceiros, que não usavam preservativo. Porteiros e vigias, inclusive os do prédio em que atendia seu psicanalista, eram todos envolvidos, sem que Gregório se dispusesse a analisar o significado de tudo aquilo nesse período.

Algumas sessões após um evento que quase lhe custou a vida, foi-lhe interdita a atuação – ou parava de repetir aquele comportamento provocativo e começava a falar desses desejos em análise (ao invés de simplesmente relatar comportamentos, sem adentrar em seus eventuais significados), ou a análise seria interrompida. Graças à força da transferência, sustentado o lugar do enigma pelo analista, Gregório decidiu manter-se em análise, em que passou a investir consideravelmente mais. Um sonho veio algumas sessões após essa adesão ao processo analítico: “Voltava para casa, ia almoçar antes de trabalhar. Passando por um restaurante *self-service*, sem querer entrar, inicialmente, olhei, gostei e fiquei. Ao ser mal servido por uma moça que lhe lembrou uma garçonete protestante de uma lanchonete na universidade em que estudava, foi reclamar com o avô dela, que aparentou neutralidade, mas ficou do lado dela, afirmando não quererem mesmo muita clientela e não ser aquela uma hora (meio-dia) de pique. Repeti o prato.”

A garçonete parecia-lhe atraente, rígida como um homem; o avô, também severo, parecia um dirigente do banco em que trabalhava. O restaurante foi associado ao banco.

Evidentemente que aqui são apresentados fragmentos de uma análise mais complexa

e minuciosa, para explicitar, na cena erótica (principal sintoma) e na cena onírica o desejo de autonomia do paciente. Primeiramente, deve-se lembrar que o arranjo erótico protegia o analisando de qualquer imprevisto que ameaçasse sua fantasia: antes submisso a um mundo em que somente através do revestimento erótico é que a dor lhe parecia suportável, na cena Gregório tudo dominava. Mesmo sofrendo, o controle dos homens por quem se deixava possuir – determinado pela superioridade financeira e social – dava, ao lado do anonimato, um enorme prazer ao jovem. Ele não estava mais sujeito à fúria materna ou à indiferença paterna – por sua fantasia, **a escolha agora era dele**, uma escolha que sugeria, em sua repetitividade e inviabilidade afetiva, o desejo de não se submeter a quem quer que pudesse evocar seus desejos infantis. O desejo era de não desejar – estando a cena erótica desprovida de profundidade outra senão a de ativar o gatilho do curto-circuito narcísico. “Quanto mais eu suportar as pancadas, menos dor sentirei – pois menos precisarei de quem me bate (ou de quem assiste minha surra)”, parecia ser a tradução da cena masoquista. Quem quer que fugisse a esse esquema era eliminado – os que queriam namorá-lo sem dor eram vistos como fracos ou enganosos, traiçoeiros como pai.

Maia (1997) não ignora que, num primeiro plano, a fantasia masoquista, por sempre incluir um outro que assuma as funções sádicas, parece atentar contra essa autonomia. Todavia, num segundo plano, percebe-se que a ritualização da cena masoquista (seja ela erótica, fantasmática ou moral) vem a serviço do disfarce e da neutralização do desejo. Pode-se até gozar, desde que não se deseje: “Desejo ou gozo? Esta é toda a questão: o curto-circuito do desejo operado pelo gozo apaga as marcas desta sutil dialética da emergência de um sujeito de desejo – e, portanto, de falta – e determina a compulsão de repetição” (MAIA, 1997, p.57).

Como o sintoma masoquista, o sonho de Gregório, com a bela metáfora do alimento,

é paradigmático, condensando e deslocando seus principais conflitos, e permite entrever tanto a identificação ambígua com o feminino – que tende para o masculino (a moça tem atributo associado ao masculino, a rigidez) – quanto seu desejo de proteção por uma imago ao mesmo tempo paterna e masculina (o avô, homem mais velho), diante do mal-estar provocado pela figura feminina.

O *self-service* (um **autoserviço**, tradução que Gregório conhecia bem) que o paciente melhor conhecia era o de seu esquema erótico masoquista, de fundo narcísico. Ele, sem precisar das relações típicas a um restaurante *à la carte* (os garçons, por exemplo, com quem se mantém uma conversa, e a escolha por um prato do menu, que completa a sedução, já que o desejo por esse ou aquele prato se manifesta), podia alimentar-se quase sem recorrer ao outro e, claro, sem ter de pagar preços mais altos, inclusive os afetivos, para além dos sexuais.

Protegido em sua passividade, o sonho, nesse “*sem querer entrar*” inicial, seguido de “olhar, gostar e ficar”, resume tanto o compromisso com a interdição acordada com seu analista quanto à realização desse desejo fantasmático: ele não só gosta, fica e come, mas **repete o prato!**

A imago do analista parece, também, incluir-se na sequência masculina iniciada pelo avô: este aparenta ser neutro, mas toma partido (pela neta). Em contexto transferencial, o paciente poderia estar a dizer: “sim, o *service* não é tão *self* assim, afinal... Mas você me paga, por não me ter deixado à vontade, por ser um homem a quem eu não posso ter e que ainda me proíbe de brincar lá fora!...”. Repetia-se o prato, ele voltava a cada sessão, mas se sentia maltratado, pois sua fantasia estava ameaçada pela análise. As resistências, naturalmente, não sumiam no ar como por encanto, e o não poder servir-se sozinho, em paz, no *self-service* da fantasia até antes da interdição provocava também queixumes contra o analista e a análise.

Considerando as variações da resposta masoquista, já apontadas por Laplanche

(2008b) – a submissão e a despersonalização do algoz –, pode-se formular, respectivamente, ao menos duas traduções masoquistas: “eu me submeto a meu senhor, que de mim cuida e sobre mim investe como sua coisa, batendo-me (sem precisar que eu o queira)”; e: “sou tão capaz de gozar com a dor que me infligem que quem me bate não tem a menor importância (e, portanto, não preciso querê-lo)”.

Nelas, o investimento libidinal narcísico recai sobre a capacidade do eu em **suportar a irrupção** (pela submissão ou dor) **do outro em si para**, exatamente, **não precisar desejar o outro**, não se excitar pelo que comporta sua alteridade: aliás, a alteridade é esvaziada ou tornada inócua – é, por assim dizer, “decifrada” através da submissão/dor. Com isso, a fraqueza e a vulnerabilidade são transformadas, paradoxalmente, em força e inexpugnabilidade do ponto de vista egoico, poupando-se o eu dos movimentos que o fazem desejar, enquanto durar a fantasia masoquista.

Gradualmente refinado, esse mecanismo termina por dar ao masoquista um grau considerável de autonomia, pois, como já percebera Freud e ressaltou Laplanche, a partir de um certo estágio, a tensão entre o outro e o sujeito é internalizada, restando o estranho e o eu num conflito permanente que, necessariamente, supõe o complemento sádico para que o circuito sadomasoquista se feche.

É quando, nesse circuito, o masoquista carrega consigo o sádico, que consegue neutralizá-lo: trata-se, aqui, novamente, de um exercício do que Laplanche chama de “tempo auto”, para cuja compreensão a noção de desejo de autonomia, formulada por Maia (1991; 1996; 1997), traz uma contribuição decisiva, no campo da clínica.

Note-se que, nesse contexto, o desejo de autonomia permite entender por que (e como) o componente narcísico entra em jogo para manter o conflito, explicando-se como a sexualidade pode voltar-se contra si mesma, já que manifesta em diferentes avatares: aquele, já realçado pela Teoria da Se-

dução Generalizada (TSG), da estrangeiridade própria ao inconsciente, e o narcisista, em que, a serviço do eu, ela se presta a movê-lo em direção ao objetivo... de não desejar. No mesmo universo, o da sexualidade, duas de suas formações, decorrentes da plasticidade da pulsão sexual.

A mortífera autonomia da sexualidade narcísica: considerações finais

Com o desejo de autonomia, completa-se e se detalha o modelo que permite entender tanto o prazer quanto o desprazer a partir de um único vetor pulsional, o da sexualidade, tida, a partir da TSG, como a única pulsão possível. Neste paradigma, a pulsão de morte é “excesso de bagagem”, só compreensível num outro projeto de viagem, que já se demonstrou, para os fins pretendidos segundo os critérios epistemológicos consagrados para um roteiro de viagem científica, tortuoso, arriscado e desbaratador, por levar a becos sem saída...

O que está para além do princípio de prazer não é outra senão a própria sexualidade desligada de objetos externos e totais, que investe contra o eu – cuja relativa autonomia permite que ele se volte contra quem ele percebe como ameaça à autoimagem, construída, paradoxal e dialeticamente, à custa do que o constitui! Prazer sexual, expresso no desejo, e prazer do eu, expresso no não desejar, confrontam-se.

Assim também fica claro por que a angústia e o mal-estar não são inerentes a nenhuma pulsão, mas a seus efeitos sobre o eu, que, compulsivamente (porque narcisicamente), tenta repetir esforços para reparar-se numa dinâmica que, como o mito grego de Sísifo, reabilitado pelos filósofos contemporâneos, não tem fim, precisamente por dar conta de um conflito essencial desenvolvido a partir da Situação Antropológica Fundamental, modelo de compreensão do que universalmente constitui a sexualidade infantil, perversa, polimorfa, recalcada, apanágio dos humanos.

Essa sexualidade, funcionando ora sob o registro da alteridade, ora o do autocentramento entra, assim, em conflito consigo mesma. Por ser pulsão, como indicara Freud (1915/1974), o objeto em que investe é menos relevante que o próprio investimento e, com isso, a descrição do conflito pela tensão entre Eros e Tânatos não importa: se admitida, seria só fenomênica, não revelando a natureza última desse jogo.

Dirigir-se-ia a teoria, com isso, a um monismo? Absolutamente não! Adere-se aqui ao instrumental que Freud apresentou em sua primeira teoria das pulsões, no que a TSG conseguiu desenvolvê-lo com originalidade. Nele, o dualismo permanece e é essencial, a pulsão sexual continua a ameaçar o eu, que, se pode, defende-se, valendo-se para tanto, inclusive, do arsenal de sexualidade narcísica de que dispõe. O conflito, então, permanece estruturalmente, sendo explicado no plano tópico e dinâmico a partir de uma clara posição sobre a natureza do plano econômico.

Responder de forma masoquista é, ainda assim, reagir à dependência que o sofrimento e a humilhação, em princípio, podem dolorosamente lembrar. Gozar com o sofrimento não só pode comportar uma resposta em que se verifique a influência da mensagem de internalização do outro que bate, mas também a luta para negar essa ascendência do outro sobre a vida psicosssexual, particularmente no que ela comporta de constatação da própria interdependência em relação a esse intruso que não só humilha e bate, mas debocha da fragilidade do eu.

Abstract

In the context of Freud's theory on narcissism and its revision by Laplanche's theory, this article refers to the concept of "desire of autonomy" (MAIA, 1991, 1996, 1997) to discuss two fragments of a clinical case characterized by a masochistic defence. From the metapsychological point of view, it is argued that the desire for autonomy develops Laplanche's review of the Freudian theory on narcissism, for bringing to light a denied principle of mental functioning, which (more parsimoniously than that the Freudian model of autoerotism and of death drive) explains elements of narcissism, repetition and self-sufficiency in psychic formations. To examine this hypothesis and highlight the desire for autonomy, it is presented the working-through of the patient in relation to two fragments of the clinical case, a symptom and a dream, inferred from the abandonment of a high-risk behavior and a significant increase in willingness to establish bonds of love.

Keywords: Metapsychology, Narcissism, Desire of autonomy, Clinical case, Masochism.

Referências

FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. In *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v.XII, p.277-286.

FREUD, S. Luto e melancolia. In *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v.XIV, p.275-292.

FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes. In *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v.XIV, p.137-164.

FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v.XIV, p.89-122.

FREUD, S. Uma criança é espancada – uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v.XVII, p. 225-258.

LAPLANCHE, J. *Vida e morte em psicanálise*. Trad. Cleonice P. Barreto e Consuelo F. Santiago. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

LAPLANCHE, J. *Novos fundamentos para a psicanálise*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAPLANCHE, J. *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante*. Trad. de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAPLANCHE, J. Ponctuation: La révolution copernicienne inachevée. In LAPLANCHE, J. *La révolution copernicienne inachevée (1967-1992)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2008a, p.03-35.

LAPLANCHE, J. Masochisme e Théorie de la Séduction Généralisée. In: LAPLANCHE, J. *La révolution copernicienne inachevée (1967-1992)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2008b, p.430-456.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MAIA, L. M. F. Sobre um princípio negado de funcionamento psíquico. *Cadernos de Psicanálise*. Círculo Psicanalítico de Pernambuco, n. 1, ano VII, abril de 1991, p.30-48.

MAIA, L. M. F. Entre alucinação e desejo: para uma análise da tendência ptolomaica em Freud. *Terceiro Colóquio Internacional J. Laplanche*. Práctica Psicoanalítica y Mensaje Enigmático. Madrid, 19 a 21 de julho de 1996.

MAIA, L. M. F. O desejo de autonomia à prova de uma formação masoquista. *Psicanalítica*, n.5, v. único. Recife: Círculo Psicanalítico de Pernambuco/Sociedade Psicanalítica da Paraíba, 1997, p.45-61.

MAIA, L. M. F. Narcisismo e autoconservação. *Rencontre J. Laplanche*. Lanzarote, Ilhas Canárias, Espanha, 20 a 22 de julho de 1999.

ROUDINESCO, E. PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

TOSI, R. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RECEBIDO EM: 14/03/2012

APROVADO EM: 21/03/2012

SOBRE O AUTOR

Fernando César Bezerra de Andrade

Doutor em Educação (UFPB). Psicanalista da Sociedade Psicanalítica da Paraíba. Professor do Departamento de Fundamentação da Educação/Centro de Educação Universidade Federal da Paraíba.

Endereço para correspondência:

Avenida Eptácio Pessoa, 753/809
Bairro dos Estados
58030-904 – João Pessoa/PB
E-mail: frazec@uol.com.br

Afeto e cognição: uma leitura psicanalítica

Affection and cognition: A psychoanalytic reading

Maria Beatriz Jacques Ramos
Noeli Reck Maggi

Resumo

Este texto propõe uma reflexão sobre os elementos da subjetividade humana implicados nos processos de identificação e aprendizagem. Aborda o desenvolvimento emocional e intelectual nas perspectivas psicanalítica e psicogenética. Nesse sentido, aprender representa uma renúncia do sujeito à sua condição de desconhecimento e uma aventura no enfrentamento de desafios que o crescimento pessoal requer.

Palavras-chave: Aprendizagem, Desejo, Subjetividade.

Introdução

O referencial teórico da psicanálise faz alusão à saúde mental como resultado das primeiras vivências e vínculos experimentados no contato com o outro. O ambiente facilitador para as aquisições básicas do bebê propicia uma passagem gradual da dependência, que no início é absoluta, para a independência relativa. Esse processo de desenvolvimento psíquico é também sustentado pela função materna e paterna, por meio da qual é mantida tanto a provisão das necessidades quanto as primeiras experiências de frustração.

Os cuidados adequados à criança supõem o desenvolvimento da sua independência e da realização de seus próprios desejos. Esses cuidados introduzem na criança projetos antecipados de nome, posição no grupo, realização, capacidade e autoria possibilitando-lhe assumir formas cada vez mais complexas de representação psíquica. Assim, a criança é desejada e posteriormente passa a desejar o que o outro deseja. O ser humano, para pensar e desejar precisa da função materna e paterna, do acolhimento exercido pelos pais biológicos ou por outro ser que seja desejante e pensante, de modo a construir sua vida de relação.

Geralmente, os cuidados iniciais são exercidos pela função materna envolvendo pro-

visão e desejo antecipado sobre o filho, mas é a função paterna que, ao frustrar, impede que o desejo da mãe se complete no desejo do filho. A frustração da criança, por não se encontrar gratificada plenamente, o faz desejar e buscar possibilidades de encontrar o suposto objeto ausente. O ser humano desenvolve a capacidade de pensar ao longo da vida, de modo gradual, e na relação estabelecida no vínculo com outras pessoas.

A psicanálise kleiniana e os estudos psicogenéticos

Nos estudos clínicos de Melanie Klein existe, desde o nascimento, uma relação do bebê com a mãe enquanto agente de maternagem que lhe possibilita percebê-la em termos de presença, olhar, colo, odor e calor sustentados nos mecanismos de projeção e introjeção sob a ação das forças pulsionais.

Para ela, há um ego rudimentar, não coeso nos primeiros meses de vida, que sofre a ação da pulsão agressiva – angústia de aniquilamento – com uma tendência à desintegração devido às privações externas.

Enfatizei que a dinâmica da mente é o resultado do trabalho das pulsões de vida e de morte e que, juntamente com essas forças, o inconsciente consiste no ego inconsciente e,

em seguida, no superego inconsciente. Faz parte desse conceito o fato de eu considerar o id como idêntico às duas pulsões (KLEIN, 1991, p. 277).

Essa concepção remete à particularidade do mundo interno formado de imagos primitivas baseadas em experiências que sofrem a ação das fantasias inconscientes. Essas fantasias constituem a primeira relação do sujeito com o mundo externo e a realidade, uma realidade irreal, na qual está fundada a gênese do superego, que tem como base os primeiros objetos parciais incorporados.

De acordo com minhas observações, a formação do superego se inicia ao mesmo tempo em que a criança realiza a primeira introjeção oral de seus objetos. Uma vez que as primeiras imagos que ela forma possuem todos os atributos do intenso sadismo associado a esse estágio do desenvolvimento, e como mais uma vez estes serão projetados para o mundo exterior, a criança pequena é dominada pelo medo de sofrer ataques de uma crueldade inimaginável, tanto por parte dos objetos reais quanto de seu próprio superego. Essa angústia servirá para aumentar seus próprios impulsos sádicos, pois instiga a criança a destruir esses objetos hostis a fim de escapar de seus ataques (KLEIN, 1996, p.289).

Nessa perspectiva, as fontes de angústia no recém-nascido decorrem da separação, da ruptura com o espaço uterino e da frustração das necessidades corporais. Portanto, a pulsão agressiva precisa ser jogada para fora, projetada (deflexão da pulsão de morte) e o primeiro objeto externo é o seio da mãe.

No artigo “Sobre o desenvolvimento do funcionamento mental”, escrito em 1958, Klein (1991) reforça a importância das experiências de gratificação para os processos de internalização. As relações do lactente são moldadas por mecanismos de introjeção e projeção entre objetos e situações internas e externas. Esses processos participam da

construção do ego e do superego primitivos e preparam o complexo de Édipo no primeiro ano de vida.

A luta entre a pulsão de vida e de morte persiste ao longo da história de cada sujeito. O medo da morte existe no inconsciente (KLEIN, 1991) e desempenha um papel importante nas várias manifestações de angústia.

Com o prosseguimento do trabalho kleiniano a psicanálise expandiu os conhecimentos sobre a vida afetiva e a inibição intelectual. A cisão que pesa sobre a criança pode explicar suas falhas intelectuais. A criança luta com o princípio de realidade e com as condições do ambiente, procura prender-se num modo onipotente de laborar com a realidade com tendências compulsivas e maníacas, num esforço contra o que é imposto na relação com o outro, resistindo contra a autoridade externa.

Nesse ponto é importante verificar os paradoxos de duas teorias, balizadas em observações e experimentos sobre o desenvolvimento infantil, a psicanalítica e a psicogenética.

Piaget (1896-1980), estudioso do desenvolvimento intelectual, constatou que o conhecimento humano é adquirido na experiência com o mundo social e físico, pois não pode ser considerada uma coleção de fatos isolados, mas sim uma estrutura organizada. Um esquema de ação motora e intelectual é produto de aprendizagens. As aprendizagens são provocadas por situações e por um conjunto de relações entre o sujeito e o objeto.

A criança procura compreender o mundo num relacionamento ativo com pessoas e objetos. Ao deparar-se com fatos e acontecimentos, vai adaptando-se e construindo estruturas mentais que apresentam relações com as anteriores e garantem uma equilíbrio cada vez mais complexa.

A *inteligência* é construção do real e dos objetos pelo pensamento, é essencialmente prática, forma-se a partir dos reflexos, dos esquemas de ação motora, tornando-se re-

presentativa. Aparece antes da linguagem; possibilita a solução de um problema novo para cada pessoa.

O conhecimento ocorre na relação entre a vida afetiva e a cognição. Tanto sujeito quanto objeto se transformam na interação figurativa e operativa a partir do segundo semestre de vida no processo evolutivo.

O objeto só é completo quando a criança tem quatro ou cinco meses de vida, ou seja, podemos ainda acrescentar, no início daquilo que Piaget nomeou terceiro estágio da inteligência sensório-motora e da construção do real. Até a idade de quatro ou cinco meses, decididamente tão importantes, o lactente reconheceria os objetos não por suas propriedades intrínsecas (qualidades sensíveis ou aparência fenomenológica, no sentido filosófico), mas unicamente por suas características espaciais; repouso ou movimento, posição (PETOT, 2003, p.82).

Esse é um modo de referir-se ao objeto parcial kleiniano na imagem da mãe, já que ela está associada a uma posição, ou a um movimento determinado, que persiste enquanto portadora deste lugar.

É total e única a mãe identificada por suas características próprias, independente da posição e do movimento. Piaget, Bower e Melanie Klein concordam, concluindo que esta unificação totalizadora do objeto é efetuada por volta do quinto mês do primeiro ano de vida (PETOT, 2003, p.83).

No primeiro ano de vida, os comportamentos afetivos denotam angústia de separação, bem como mudança na conduta intelectual e motora devido ao amadurecimento neurológico e aparecimento da linguagem. No segundo ano de vida, nota-se a evolução dos movimentos amplos e finos (caminhar, pegar, atirar objetos), o controle esfinteriano, a fala e a dependência. Permanecem, de maneira acentuada, as manifestações da

agressividade, visíveis nas modulações de dominação e submissão. Nesse período, também tem início a função simbólica e as noções de certo e errado, proibido e permitido.

O objeto é doravante uma pessoa completa, um objeto real que é menos deformado pelas fantasias e cujas manifestações são associadas em virtude de um princípio objetivo, ou pelo menos pré-objetivo, fundamentado no reconhecimento de suas características percebidas e corretamente reunidas e não no seu único valor de prazer e desprazer (PETOT, 2003, p.73).

A relação objetal evolui quando a motricidade e as condições perceptuais do lactente se modificam em torno dos nove meses com a locomoção e a formação do esquema da permanência do objeto físico, bem como as condições nas quais a situação de perda da outra pessoa é experimentada. De tal modo se verifica que a transição do objeto permanente em permanência do objeto pulsional necessita de um longo período.

A partir do terceiro ano de vida, nota-se um aumento da curiosidade, perguntas, interesses sobre fatos da vida (nascimento, gravidez, propriedades dos objetos), manifestações mais acentuadas de ciúme, raiva, medos. A criança identifica os gêneros sexuais e procura aproximar-se de modelos significativos. Há um crescente aprimoramento da motricidade e das percepções, ainda que o pensamento se mostre animista e egocêntrico. Nas brincadeiras e desenhos recriam a realidade, elaboram medos, usam a imaginação e a ilusão para satisfazer as necessidades e desejos. Têm capacidade para simbolizar (pensar sobre as experiências vividas).

A formação ontogenética da inteligência comporta uma sequência de estádios ou modificações. Cada sujeito começa por uma reconstrução sobre um novo plano de estruturas elaboradas no decurso da precedente e essa reconstrução é necessária às constru-

ções posteriores. A função cognitiva é essencialmente dinâmica e a concepção kleiniana não atribui um determinismo pulsional à gênese das estruturas cognitivas e motoras. Para Petot (2003), as nuances das relações objetais são uma consequência dos estádios de evolução das funções motoras, perceptivas e cognitivas.

Afeto e cognição

A vida afetiva depende da qualidade dos encontros entre o adulto, mãe e pai, à medida que asseguram a existência da criança pela via da gratificação e identificação com aquele que nutre o corpo e o self, que possibilita a unificação da representação de si mesmo e do outro.

A capacidade de discernir a realidade interna da externa não é inata. A mãe oferece os parâmetros para o sistema de comunicação da criança. Percepções provindas do interior e do exterior deixam traços mnêmicos e formam uma rede de lembranças que auxiliam a suportar o adiamento do desprazer. À medida que a mãe vai nomeando as percepções à criança, ela pode ligá-las às palavras, aos símbolos. Desde uma idade precoce, aprendemos a ser nós mesmos e o significado que temos para os outros.

Ser visto, falado e nomeado é tão importante quanto tocar e ser tocado, principalmente quando se analisa a repetição e o encontro do sujeito com seus objetos e com os objetos inconscientes comuns e partilhados com os outros.

Os bebês têm sonhos, ainda que diferentes dos adultos, alicerçados nos restos diurnos e nas impressões delineadas nos relacionamentos, na rede de identificações e complexo edipiano arcaico. Sorriem, se contraem, mostram receio e alegria baseada nas trocas com o mundo externo. Projetam agressividade, oriunda do desconforto, ou indiferença contra pessoas e objetos, assim como olhares de carinho e conformação. Desde o começo os sentimentos de inclusão e exclusão são internalizados pelo recém-nascido com

percepções deformadas por fatores pulsionais e pelo superego primitivo, favorecendo diferentes tipos de comportamento. Amor e o ódio são vivenciados pela mesma pessoa. Meninos e meninas se identificam com os pais ou cuidadores e observam a realidade como uma extensão narcísica de si mesmos.

A vida psíquica se organiza na nominação do outro. O que favorece o amadurecimento emocional? O que favorece o desenvolvimento intelectual? Os gestos, as palavras pronunciadas pelo outro. Os pais repetem com o filho o que seus pais repetiram com eles. Assim é constituído o ser humano. Quanto maior o desvio na ligação amorosa, mais difícil será a confiança e a manifestação de Eros na criança. Se os pais oscilam entre atender e rejeitar, a tendência é formar comportamentos infantis instáveis. As modalidades de comportamentos da mãe e do pai ficam gravadas no psiquismo infantil como um modelo de funcionamento das pessoas, bem como de expectativas quanto aos futuros vínculos consigo mesmo e os demais.

O singular corresponde ao espaço psíquico individuado que marca com sua especificidade a estrutura, a história e a subjetividade de um sujeito singular: sua organização pulsional, fantasias, mecanismos de defesa, conteúdos recalçados ou clivados, suas identificações, suas relações de objeto, em suma, o que singulariza seu desejo inconsciente (KAËS, 2010, p.54).

Para que o sujeito se expresse simbolicamente precisa fazer uso da identificação, alicerçada no prazer e no interesse, pois o fundamento do simbolismo é a sublimação e por meio dela se produzem atividades criativas nas leituras e escritas que apontam às fantasias inconscientes e à capacidade de tolerar a realidade e as ansiedades.

A infância representa um grande cenário no qual se misturam personagens, afetos e processos maturacionais discrepantes. Cada criança apresenta uma estrutura singular

atrelada à linguagem, à história pessoal, à filiação. Do mesmo modo, o grupo familiar representa um padrão para as relações com os demais grupos humanos. Nele se estabelecem conhecimentos, afetos, hierarquias, identificações, funções, valores, proibições. Na intersubjetividade se inscreve o inconsciente manifestando-se em diversas nuances e linguagens grupais.

Ser e aprender: sobre desejo e pensamento

Aprender significa incorporar conhecimentos, normas sociais e competências culturais. Leva à mudança de ação, de relacionamento com os outros e com os objetos, evoca a relação inicial com o cuidador, com a mãe, crucial nas diversas fases do ciclo vital. Também vitaliza o complexo de Édipo, essa passagem do ser humano pelo desejo, pelas proibições, perdas, descobertas sobre a identidade sexual e amorosa; estruturante do ponto de vista psíquico.

Na infância os pais são percebidos com seus defeitos, forças e fraquezas, por meio de relações regidas, em parte, por fantasias inconscientes, medos, idealizações e ressentimentos.

Hoje, as crianças vivem um tempo caracterizado pela vulnerabilidade oriunda do meio social. Organizam-se em grupos nos quais podem ocorrer mecanismos regressivos que levam à perda da identidade individual. Nesses grupos os ideais narcísicos ligados à onipotência, negação da realidade e cisão predominam, com a consequente perda ou diminuição do senso crítico e da autonomia individual.

As dificuldades para existir, ser e aprender decorrem das falhas existentes nas primeiras relações com os pais. Sabemos que os sentimentos de ter e pertencer são componentes necessários no desenrolar da identidade da criança. A destrutividade dirigida a si mesmo ou aos outros pode representar uma identificação, uma reação a um sentimento de ameaça ou de falência da capacidade psíquica de suportar as pressões internas e externas as

quais foi submetida. É importante frisar que a demanda de identificação tem início no nascimento, a partir dos anseios, projeções, idealizações conscientes e inconscientes no imaginário dos pais. Um processo pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, introjetando e se apropriando das características e traços culturais da família e da sociedade.

Nesse sentido, a cultura moderna favorece a liberação dos impulsos agressivos e sexuais de maneira direta e nem sempre sublimada, fazendo com que meninos e meninas sofram as consequências ativas impostas pela sociedade em termos de consumo, distorção afetiva, violência.

O termo violência vem do latim, *violentia*, ato de violentar, constrangimento físico ou moral, ao qual se pode acrescentar a coação psicológica. Por outro lado, a família, que é a primeira e a mais importante norteadora dos limites humanos e provisões necessárias para o crescimento e amadurecimento psíquico, exibe laços esmaecidos e ambivalentes. Muitos pais mostram-se confusos quanto aos papéis e limites a serem transmitidos, bem como em relação à sustentação das ligações afetivas.

É momento de pensar sobre o que acontece na sociedade e na família, pois na contemporaneidade tudo ocorre em nome de uma pseudoliberalidade e uma busca de prazer incontida. Um prazer que provoca frustração e sofrimento, que leva ao vazio, que revela a crueldade do superego erigido no sadismo, na desconstituição do sujeito e do outro, na destrutividade voltada contra si mesmo, contra o conhecimento escolar e a comunicação com os demais.

Para compreender as inibições intelectuais é necessário:

- analisar para onde apontam de modo inconsciente os processos cognitivos, criativos e afetivos;
- ponderar sobre as relações entre sexualidade e aprendizagem, as manifestações de prazer, repetições, fixações e modalidades de apreensão da realidade;

– considerar aspectos da representação de si mesmo, as manifestações do narcisismo e da cognição presentes na dimensão corporal;

– avaliar as dificuldades nas estratégias pessoais para aprender, as possíveis falhas na aquisição, armazenamento e utilização dos conhecimentos; verificar os níveis de exigência, as qualificações/desqualificações, expectativas dos outros – família e escola;

– incluir as determinações culturais, históricas, os papéis sociais, estereótipos, os mitos familiares e os comportamentos relativos; mapear a história de aprendizagem, qualidade de vida (segurança, atividades, rotinas, cuidado);

– observar a forma como as pessoas tole-ram a ansiedade, a realidade e como lidam com a capacidade de postergar, contornar, controlar os impulsos, utilizar as experiências;

– verificar a flexibilidade do ego para enfrentar novas situações, produzir ideias linguagens de forma discriminada, com antecipação e coordenação das ações mentais na execução de tarefas, bem como a capacidade de associação e de realização das novas aprendizagens.

Para acessar os processos de aprendizagem, é necessário voltar ao princípio, voltar aos primeiros meses de vida, aos primeiros olhares, às primeiras palavras. Voltar para o bebê para encontrar a criança, o adolescente e o adulto. Voltar para compreender as vicissitudes da vida imaginativa, da capacidade de criar e recriar a realidade com base nas emoções que impulsionam o crescimento e a representação integrada de si mesmo.

Com esse propósito deve-se trabalhar a reconstrução da história individual, buscar o passado para retomar o presente; procurar o olhar da criança, seus brinquedos – bonecas e carrinhos – para entender as inibições intelectuais, os esquecimentos, os atos falhos, os sintomas que afetam o corpo, a inteligência e o desejo.

Afeto e cognição são temas relacionados a fatores pouco visíveis, que concorrem para a determinação e ocorrência de dificuldades

no desenvolvimento e aprendizagem. Nesse sentido, o tratamento dessas questões requer prudência na análise de aspectos circundantes ao problema e que são apontados como responsáveis por um determinado conflito. A prudência para se encontrar o que há de original no sujeito e no seu desejo ocorre na escuta detalhada e na observação das expressões gestual, verbal e até mesmo no seu silêncio.

Pais e professores trazem, de modo inconsciente, expectativas e experiências pessoais que influenciam as respostas da criança. Neste sentido, as primeiras inscrições do sujeito são traduzidas em desejos pessoais e também dirigidas ao outro. A constituição psíquica do ser humano se revela no cotidiano das relações, nos espaços familiar e social. Espaços e tempos que, na maioria das vezes, não adotam uma lógica, mas apresentam o desejo presente tanto em experiências prazerosas quanto em situações que não podem ser suportadas.

Os sintomas que se manifestam como inibições intelectuais indicam o imperativo de deciframento desde a origem até seus desdobramentos na vida de relação do sujeito. A subjetividade de cada criança ou adulto se constitui no discurso do outro que traduz o lugar que o personagem representa no mito familiar. Ou seja, antes da concepção a criança como objeto de desejo, tem um lugar no inconsciente materno e paterno.

Quando a criança possui uma razoável capacidade para tolerar frustração, pode suportar a experiência de esforço, conflito, busca de alternativa para atender a uma demanda. Por outro lado, a criança que não suporta as frustrações causadas pelo desafio e pelo desconforto da incerteza terá dificuldade para pensar e se distanciar da realidade que lhe convoca a assumir a sua autoria.

Abstract

This paper proposes a reflection on the elements of human subjectivity involved in identifying and learning processes. It approaches the emotional and intellectual development in psychoanalytic and psychogenic perspectives. In this sense, learning is a renunciation of the person's condition of ignorance and an adventure in facing the challenges that personal growth requires.

Keywords: Learning, Desire, Subjectivity.

Referências

LEVISKY, D. *Adolescência e violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

KAËS, R. *Um singular plural*. São Paulo: Loyola, 2010.

KLEIN, M. Sobre o desenvolvimento do funcionamento mental. In: KLEIN, M. *Inveja e gratidão*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KLEIN, M. O desenvolvimento inicial da consciência da criança. In: KLEIN, M. *Amor, culpa e reparação*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

PETOT, J. M. *Melanie Klein II*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

RECEBIDO EM: 21/03/2012

APROVADO EM: 28/03/2012

SOBRE AS AUTORAS

Maria Beatriz Jacques Ramos

Psicanalista. Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Presidente do Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul.

Noeli Reck Maggi

Psicanalista. Professora do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Instituto de Psicanálise do Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul.

Endereço para correspondência:

Av. Protásio Alves, 1981/Conj.309
90410-002 – Porto Alegre/RS
E-mail: nrmaggi@portoweb.com.br
e mbjramos@terra.com.br



Uma criança especial e as contribuições da psicanálise

The contributions of psychoanalysis to a child with special needs

Maria Melania Wagner F. Pokorski

Resumo

O texto descreve algumas situações do atendimento psicanalítico de uma criança especial que teve uma hidrocefalia detectada antes de seu nascimento. Durante o período de gestação e posteriormente, essa criança tinha sido submetida a procedimentos cirúrgicos para implante e controle de válvula. Muitas dessas intervenções foram revividas durante as sessões analíticas. Buscamos compreender a organização psíquica dessa criança com base nos referenciais de Aberastury, Winnicott e Nasio.

Palavras-chave: Criança especial, Organização psíquica, Intervenções.

Descrevemos o caso de uma menina especial no momento em que crianças especiais cada vez mais estão sendo incluídas no ambiente escolar e em vários outros espaços onde antes ficavam afastadas. Procuramos entender o que pode ser atribuído ao aspecto neurofisiológico em si e quais as suas repercussões na motricidade, na organização psíquica e na área cognitiva.

Inicialmente queremos esclarecer que este caso está sendo retomado. O atendimento à pequena paciente iniciou em abril de 2005. O caso foi apresentado em uma jornada de estudos em 2006 e fez parte da última etapa de três anos de supervisão clínica necessária à formação em psicanálise. Apesar do grande desafio e complexidade do caso, essa vivência tornou-se apaixonante, tanto pelas respostas quanto pelas situações traumáticas revividas durante as sessões com a menina, a quem chamaremos Vivian. Em função dos muitos desdobramentos, não enfatizaremos as questões pertinentes à família, apenas pontuaremos que esta se mostrou o tempo todo colaboradora, não medindo esforços em relação ao bem-estar da menina.

O período inicial da criança é constituinte de sua estruturação neurofisiológica, psí-

quica, mental e relacional. Alguns autores da psicanálise distinguem o período inicial em *infans* – antes da linguagem – e *infância* – depois da linguagem.

Quanto à organização psíquica, Freud (1924) define três estruturas: a psicose, a neurose e a perversão. Em 1949, psicanalistas americanos definem uma quarta estrutura, denominada *borderline* – um estado fronteiro entre psicose e neurose, também conhecida como doença narcísica. Atualmente, aponta-se ainda uma quinta estrutura: o autismo. Os estudos de Laznik (2004) têm como principal objetivo um trabalho preventivo, intervindo no laço mãe-bebê. Para Laznik (2004), o autismo “é consequência de uma falha no estabelecimento desse laço, sem o qual nenhum sujeito pode advir” (LAZNIK, 2004, p.23).

Para o caso em questão, no entanto, vamos apenas diferenciar a psicose da neurose. Para Nasio (2011), as defesas usadas nessas duas estruturas são a forclusão e o recalque respectivamente. A psicose pode ser consequência de um trauma infantil, quando o *eu* ainda não consegue dar conta das muitas vicissitudes que a realidade impõe à criança. A neurose, por sua vez, corresponde à etapa do

complexo de Édipo, em que a pessoa procura esquecer a situação penosa vivida ou fantasiada. A forclusão é uma defesa de *recusa* na qual uma ideia fixa e falsa se repete e acaba por impedir que a pessoa saiba, sinta ou aja. Observa-se, no discurso dessas pessoas, um plano para realizar, mas o tempo passa e elas permanecem apenas no discurso.

Ao iniciarmos o atendimento de Vivian, muitos questionamentos nos inquietavam. Havia inclusive dúvida se poderíamos chamar esse tratamento de análise, pois se tratava de uma criança especial com comprometimentos neurológicos que afetavam a organização da realidade psíquica interna e externa da paciente. Entretanto, sem adentrarmos em particularidades, queremos destacar algumas situações vivenciadas com Vivian durante os atendimentos, nos quais a paciente trazia diferentes contextos causadores de angústia em seu cotidiano. Poder revivê-las passou a ser uma forma de recordá-las e de tentar elaborá-las.

Quando o atendimento iniciou, Vivian tinha sete anos de idade e frequentava o Nível B da Educação Infantil em uma escola pública de Porto Alegre. A paciente repetia então o Nível B a pedido da mãe, que percebia na filha certas dificuldades em acompanhar as atividades escolares. A escola, por sua vez, acolheu a solicitação da mãe.

A gravidez havia sido planejada. Em uma ecografia fora constatado que o bebê possuía hidrocefalia. Aquele foi um momento muito difícil para o casal. Na época, vários médicos foram consultados em poucos dias. Houve desde o médico que recomendou o aborto por meio de pílulas para a eliminação do bebê até aquele que apostou em uma intervenção cirúrgica, ainda durante a gravidez. A cirurgia acabou ocorrendo em outro Estado brasileiro. Após o nascimento da criança, outras cirurgias foram necessárias para troca da válvula cerebral. Vivian teve várias convulsões e por isso precisou tomar anticonvulsivos.

A paciente, desde os primeiros atendimentos, mostrava-se uma criança linda e

encantadora. Ela apresentava ótima linguagem tanto em relação ao vocabulário variado quanto ao emprego correto das palavras. Porém, por vezes, a linguagem era confusa quanto à sequência de ideias, principalmente quando contrariada ou quando se encontrava em situação mais regressiva. Percebíamos nela algum comprometimento motor, cognitivo e psíquico. Na parte motora, o lado esquerdo (perna e braço) respondia menos aos movimentos, e no lado direito a mão tremia, o que prejudicava sua motricidade fina. Nas noções de espaço e tempo, mostrava-se bastante confusa.

Os desenhos no início eram pouco estruturados e fragmentados. Quando Vivian nomeava que faria uma casa (ano de 2005), não havia uma integração entre os elementos da casa. Porém, ela nomeava que estava fazendo paredes, porta, cama, sofá. Em junho de 2006, ela fizera a primeira casa com estrutura de casa – paredes, porta, janela, telhado, chão, pátio para os cavalos e um jardim com flores.

Das sessões de atendimentos ressaltaremos a capacidade da paciente em brincar. Embora, por certo período, repetisse um mesmo tipo de brincadeira, percebíamos riqueza na sua criatividade, imaginação e no uso variado de palavras selecionadas do seu ambiente de convívio. Esse repertório léxico variado sugere uma boa memória.

A repetição de brincadeiras durante os atendimentos mostrava um pouco de seu enredo psíquico, do que a afligia e angustia. A repetição nos remete a um movimento inconsciente que Freud aponta como sendo impossível de dominar. Ele faz com que a pessoa reproduza seguidamente atos, pensamentos, ideias ou sonhos que, em sua *origem*, produziram *sofrimento*. Para Roudinesco e Plon (1998), “a compulsão à repetição provém do campo pulsional, do qual possui o caráter de uma insistência conservadora” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.656).

Em várias sessões, Vivian propunha organizar uma festa de aniversário e cantava o

‘Parabéns a você’. Geralmente eu era a aniversariante, que completava sete, oito ou quinze anos de idade. Percebíamos que era uma forma de *celebrar a vida* já que o seu começo tinha sido tão difícil. Para Dolto (2005), todo ser, pelo fato de nascer, “é porque ele desejou nascer. [...] eis você vivo muito mais por você ser sujeito de desejo” (DOLTO, 2005, p.109). E Dolto menciona que, antes de a mãe saber sobre a gravidez, a criança vive conhecida apenas por si mesma.

Nas festas de aniversário, os alimentos eram preparados pela mãe de Vivian com todo capricho e cuidado, a partir de massa de modelar. Certamente uma necessidade de incorporar e introjetar alimentos bons e nutritivos com todos os tipos de afetos.

Em outras sessões, Vivian me acomodava na cama do hospital (divã), dizendo que a válvula seria colocada na minha cabeça para me ajudar e que eu não tivesse medo. Ela, como mãe, deixaria um paninho comigo sempre que se ausentasse. Dizia que torcia por mim. Aqui o significado do objeto transicional, descrito por Winnicott (1975), estava muito presente. A sessão permitia a Vivian reviver e entender melhor aqueles momentos angustiantes no hospital, projetando em mim as suas ansiedades e medos.

Em suas falas, percebia uma mãe muito presente, cuidadora, carinhosa, uma mãe que transmitia segurança ao bebê que não sabia o que o aguardava no momento seguinte. Para Aberastury (1992), “a criança que sofreu a experiência penosa de uma operação a elabora com um jogo, no qual o outro, ou um boneco, padece, enquanto ela assume o papel de cirurgião” (ABERASTURY, 1992, p.49). Nesse caso, ela assumiu o papel de mãe.

Penso que, para uma criança com o mundo interno e o externo pouco integrados, a mistura de sofrimento com fantasias próprias da idade deixava-a muito angustiada. Para Klein apud Zorning, (2000), desde o nascimento existe um eu suficiente para experimentar angústias. Porém, é um eu não integrado que reage às angústias por meio de

mecanismos de projeção e introjeção e que, muitas vezes, transformam parte dessa angústia em agressividade.

Para Winnicott (1990), é na relação precoce da mãe com o bebê que o psiquismo do bebê se estabelece. Ele destaca como fundamentais os cuidados maternos e o espaço transicional que faz parte desta primeira relação.

O paninho que Vivian me oferecia representava um objeto transicional. Para Winnicott, apud Nasio (1995), o objeto transicional

representa a mãe. Ele é dotado das qualidades da mãe nos momentos tranquilos. Ele representa a transição do bebê que passa do estado de união simbiótica com a mãe para um estado distanciado em que a criança se relaciona com a mãe como uma coisa externa e separada (WINNICOTT apud NASIO, 1995, p.194).

Para compreendermos a organização psíquica do bebê, cabe mencionar o estudo de McDougall (2000), *Teatros do Corpo*, no capítulo sobre “a matriz do psicossoma”, em que ela explica as origens do indivíduo. O eu se constitui gradativamente e é dividido em muitas partes – a saudável, a raivosa, a amorosa, etc. A palavra *indivíduo* significa uma unidade indivisível, em que há uma fusão mãe-bebê. Uma fantasia de formar apenas uma de duas pessoas (mãe-bebê). Nessa etapa, a mãe não é um objeto total nem separado para a criança; é a etapa anobjetal. Mesmo que seja uma etapa bem inicial do bebê, em momentos mais regressivos da pessoa, ela pode querer buscar esse estado de fusão.

Outro movimento é o da necessidade de separação e da diferenciação entre o eu e não-eu. Aos poucos, durante o desenvolvimento do bebê, as origens do universo simbólico vão se organizando a partir do paninho, da linguagem e, sobretudo, da palavra *mamãe*. Com essa palavra, a criança passa a evocar o calor e a proteção da mãe. Poder evocar e nomear a mãe é uma situação essencial à estruturação psíquica. No autista, a

mente se fecha ao externo ou fica desligada das mensagens afetivas e não evolui para essa etapa de separação.

Vivian, além de reviver momentos angustiantes do início de sua vida, trazia ao consultório suas angústias em relação à aprendizagem. Nesses momentos, propunha brincar de escola, cenário onde ela assumia o papel de professora. Inicialmente representava uma professora muito brava, que exigia um trabalho correto de seus alunos. Por vezes chegava a gritar com os alunos, transmitindo-lhes medo. Para Aberastury (1992), as crianças com dificuldades na escola “costumam brincar de escola, tomando o papel de professores severos, que castigam e repreendem as crianças que sempre se enganam e não aprendem” (ABERASTURY, 1992, p.49).

Essas brincadeiras, com o tempo e com algumas intervenções, foram se modificando. Os papéis passaram a se alternar entre Vivian ser aluna ou professora. A professora se mostrava mais compreensiva. Quanto à troca de papéis, para Aberastury (1992, “a função do jogar é a de elaborar as situações excessivas para o eu – traumáticas –, cumprindo uma função catártica e de assimilação por meio da repetição dos fatos cotidianos e das trocas de papéis, por exemplo, fazendo ativo o que foi sofrido passivamente” (ABERASTURY, 1992, p.49).

Durante o período de férias escolares (ano de 2006), Vivian repetia nas brincadeiras o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental. A mochila era arrumada com cuidado. A babá preparava o lanche bem reforçado e a mãe a levava para a escola. Imaginava e vivenciava o seu primeiro dia no primeiro ano. Em uma sessão, durante o mês de fevereiro, ela fez cinco folhas de atividades. Copiou o título do livro “A Branca de Neve e os Sete Anões – conto que gostava muito de contar e ouvir – do seu jeito, tudo eram bolinhas. Para Bettelheim (1980), essa história “trata essencialmente dos conflitos edípicos entre mãe e filha na infância e finalmente na adolescência, dando maior ênfase ao que

constitui uma infância feliz, e que é necessário para crescermos a partir dela” (BETTELHEIM, 1980, p.241). Na segunda folha copiou “Rapunzel”; na terceira, uma atividade de matemática; na quarta fez uma pessoa; e na quinta fez um menino indo para a escola. Aqui lhe surgiu uma dúvida e perguntou: “Como é um menino?”

Diante de sua pergunta eu me questioneei: “Será que agora está se dando conta da diferença de quem tem e quem não tem pênis? Ou ainda nega que é ela quem está se preparando para o primeiro ano e projeta isso no menino?” Parece que eram as duas coisas – a diferença e a negação do que está por vir.

As dúvidas que Vivian apresentava são próprias no período de três a seis anos de idade, quando a criança percebe a diferença de quem tem e quem não tem pênis. Nessa fase, as crianças bombardeiam os pais com os porquês. A descoberta implica entender que, de fato, alguma coisa falta. A falta remete a uma perda. A criança se dá conta de que já perdeu o seio, as fezes e se pergunta o que mais pode perder.

À angústia das perdas Freud, apud Kupfer (1997), chama de angústia de castração. A criança descobre diferenças que a angustiam. *Entretanto, é essa angústia que a faz querer saber.* Nessa fase ocorre o complexo de Édipo, quando a menina se define como mulher e o menino como homem. *O desejo de saber associa-se ao de dominar, de ver e de sublimar.* Assim, a criança sai do mundo da onipotência, no qual pode tudo, e entra no mundo da cultura, onde segue e compreende que há leis e regras que devem ser discutidas e cumpridas.

Os contos de fadas são considerados um recurso terapêutico. Vivian seguidamente solicitava a leitura de alguma história. Guttfreind (2010) reúne autores da psicanálise que defendem a importância do conto como recurso terapêutico com diferentes tipos de crianças (portadoras de carência afetiva, autista ou psicótica) e afirma que essas crianças reencontram, “através do conto, o fio da me-

ada do pensamento e da subjetividade de si e do outro” (GUTFREIND, 2010, p.157).

Outro tipo de brincadeira com Vivian envolvia a questão da alimentação. Esta aparecia nas festas de aniversário e nos lanches escolares. Na realidade, Vivian não comia vários alimentos. Quando insistiam com ela para que os comesse, ela os vomitava.

Sobre a alimentação Vivian ditou sua primeira história no segundo ano de tratamento, a partir da escolha de uma das gravuras do CAT. Ela contou a seguinte história: “Era uma vez uma galinha que estava com seus pintinhos fazendo comida. Por isso que ela inventou engravidar. A galinha estava engravidada de quatro pintos. Só que já tinha seis. Ela era sapeca, dizia o que não era para dizer – nomes feios. E dos seis pintinhos só um não estava com o guardanapo e dois estavam com fome. Essa é a nossa história de hoje”.

Aparentemente havia ainda confusão em relação às quantidades e à sequência de ideias. Porém, estar ‘engravidada’ aponta para novas possibilidades; há movimentos brotando. Dizer o que não era para dizer denota algum segredo de algo que não se podia conhecer. Estar com guardanapo e dizer nomes feios remetem à regra de etiqueta. Um sem guardanapo e dois com fome – fala de três, de uma possível triangulação. Além disso, pode ser ela quem estava sem guardanapo; aquela que é diferente dos seus dois irmãos saudáveis.

A história leva-nos a alguns questionamentos, inclusive sobre o fato de ter escolhido a gravura sobre alimentação. O que a alimentação e o novo têm a ver com o aprender? Para Fernández (2001), aprender é como alimentar-se. As raízes do aprender estão na significação inconsciente dos próprios processos de alimentação. O início de uma aprendizagem representa reviver um processo semelhante aos primeiros contatos com o mamar da fase oral que, para ela, fora difícil em função das frequentes hospitalizações. O bebê, quando mama, por mais passivo que pareça, realiza um trabalho de apropriação

e transformação do leite em seu próprio corpo. Na aprendizagem, a informação que se recebe do professor precisa deixar de ser igual àquela que o professor oferece para que passe a fazer parte do seu eu, como um processo de internalização e interiorização.

Em algumas brincadeiras, Vivian dramatizava situações envolvendo um conflito edípico de se arrumar e sair com o pai para uma diversão. A mãe, nessas ocasiões, ficava de fora. Em sua fala, “o pai tinha olhos só para ela”. Parece que nessas ocasiões a paciente desejava ultrapassar ou negar etapas. A brincadeira de namorar ou de se casar parece indicar a possibilidade de ter vencido a barreira do aprender a ler e escrever. Às vezes dizia-se grávida de oito meses mostrando a barriga que já estava crescida. Na realidade, parecia confundir-se com a noção de tempo. Coincidentemente, porém, estando há oito meses em acompanhamento analítico, talvez se sentisse grávida de ideias e de possibilidades de vida.

Em várias sessões Vivian solicitava brincar de eu ser a ‘ceguinha’. Nessa brincadeira a minha mão tremia, as pernas ficavam fracas e, por vezes, a boca ficava repuxada por estar tendo uma convulsão. Vivian apresentava essas características da mão, das pernas e da convulsão. Sua visão global era prejudicada por não possuir uma visão periférica. Durante a brincadeira, enquanto eu assumia o papel de filha, ela, na maioria das vezes, era a mãe ou a professora. E, novamente, uma mãe exemplar, que ficava ao meu lado para me tranquilizar e lembrava-se de buscar todos os recursos para os momentos de crise – médico, ambulância, etc.

Quando a mão tremia, ela, como mãe, confortava-me dizendo que estava ali – “Mãe te ama muito, fica tranquila, filha!” Mais uma vez me interrogo sobre o que é neurológico e o que é psicossomático quando uma mão treme. Quando eu ficava no estado de cega, ela segurava a minha mão para eu poder escrever melhor. Parece que, nessa brincadeira, ela experimentava o que é escrever

para mim, como se a minha mão servisse de espelho para ela tentar fazer as letras. Com o passar do tempo, as brincadeiras de eu estar cega evoluíram do completamente sem enxergar para o enxergar um pouco, até não estar mais cega. Então me pedia: “Vamos brincar de mamãe e filhinha?”

Para a psicanálise, o que significa não poder ver? O visual é um aspecto constante e constitutivo das pulsões sexuais, onde o desejo de saber associa-se ao de dominar, de ver e de sublimar. Para Freud, apud Kupfer (1997), a fantasia da cena primária, uma das três fantasias universais, “é objeto de uma visão pela qual o sujeito imagina (põe em imagens) a sua origem” (FREUD apud KUPFER, 1997, p.83).

O não enxergar pode remeter à outra situação em que não há nada para ser visto porque não há o que olhar, a pessoa está cega. Talvez uma dor que Vivian não quisesse ver ou até uma percepção endopsíquica. Para Freud, apud Nasio (1995), “O conceito de percepção endopsíquica é o conceito de percepção visual endopsíquica, na qual não há ninguém olhando. Seria como se, dentro de nós, algo olhasse algo; não é que nós olhemos para algo, mas algo no analista olha para algo. (...) há uma relação autoperceptiva de um inconsciente que olha para o inconsciente...” (FREUD, apud NASIO, 1995, p.113).

Frente a essa variedade de brincadeiras propostas por Vivian, durante o atendimento aos pais, a mãe queixava-se de que a menina, em casa, apesar dos diversos brinquedos e bonecas, não brincava sozinha. O único momento em que brincava sozinha era quando ficava próxima ao espelho. Embora no consultório demonstrasse criatividade quanto às brincadeiras, acreditamos que havia um eu ainda pouco constituído e que o movimento de ficar separada e diferenciada do eu e não-eu estivesse ainda em processo.

Para Winnicott (1990), a capacidade de ficar só tem a ver com a maturidade emocional. Essa capacidade se constitui gradualmente. O ambiente auxiliar do eu é intro-

jetado e, na personalidade da criança, surge a capacidade de estar só. Assim, há sempre alguém presente, um equivalente à mãe ou a quem estava identificada com todas as necessidades do bebê no início. Vivian não pôde contar com essa continuidade de um eu auxiliar em razão de suas contínuas hospitalizações. Para Winnicott (1990), “à medida que o tempo passa, o indivíduo introjeta o eu auxiliar da mãe e, dessa maneira, se torna capaz de ficar só sem apoio frequente da mãe ou de um símbolo da mãe” (WINNICOTT, 1990, p.34).

Considero significativo observar como Winnicott (1990) caracteriza o ‘eu estou só’ em diferentes momentos da constituição do eu. O primeiro sinal é o uso do eu na fala, o que indica uma unidade, uma organização e o núcleo do eu. Quando isso não está constituído, a criança refere-se a si mesma como outra pessoa – *Maria* quer, em vez de *eu* quero. Outra etapa é quando usa a expressão ‘eu sou’. Isso é possível onde há um ambiente protetor e uma mãe identificada com as necessidades da criança. Na última etapa, com o uso das palavras ‘eu estou só’, a criança precisa perceber a existência contínua de sua mãe. Isso requer uma percepção consciente. Em relação a essa terceira etapa, Winnicott (1990) enfatiza a necessidade de “uma mãe disponível cuja consistência torna possível para a criança estar só e ter prazer em estar só, por períodos limitados” (WINNICOTT, 1990, p.35). No caso de Vivian, as intervenções hospitalares e as repercussões do que, no início, era neurológico devem ter prejudicado a organização dessa última etapa.

Considerações finais

Percebe-se que entre Vivian e a analista havia uma relação de confiança. Vivian sentia que podia mostrar suas necessidades e seus conflitos.

Brincar, jogar, criar, desenhar, modelar, dramatizar e escrever é forma lúdica de entrar em contato com conteúdos inconscientes que, na fala direta, para uma criança,

são difíceis de nominar. Essas representações lúdicas permitiram a Vivian expressar seus mais profundos conflitos e ansiedades. Como vimos, Vivian pôde reviver no brincar angústias de hospitalização, conflitos ao entrar em contato com a leitura e escrita, e outras situações que precisou experimentar. Para isso utilizou a analista como um espelho, a mão que não tremia e outras situações descritas.

As interpretações precisaram ser muito sutis, porque Vivian, muitas vezes, recusava-se a aceitar qualquer vinculação entre as situações encenadas e vivências suas.

De maneira geral, percebemos que poder representar e reviver angústias, em diferentes situações, permitiu que Vivian entendesse o que, por vezes, parecia tão confuso, sem nexos ou sem direção. Para ilustrar, tomemos o exemplo do desenho da casa ou da figura humana. A casa, inicialmente, era totalmente fragmentada. No desenho da figura humana, após duas semanas de férias, o rosto apareceu representado com olhos, nariz e boca fora do círculo. Aqui percebemos quanto a separação era angustiante para Vivian. Na escrita, durante o seu primeiro ano no ensino fundamental, ela conseguiu escrever a maior parte das palavras em nível silábico alfabético. Contudo, havia oscilações em suas conquistas de acordo com seu estado emocional.

Ao examinar alguns referenciais teóricos, percebemos que há diferentes pontos de vista quanto ao atendimento psicanalítico de crianças. Alguns questionam a análise com crianças pela própria constituição do aparelho psíquico. Bleichmar, apud Zorning (2000), divide a clínica com crianças em período anterior e posterior 'à instauração do recalçamento originário' e questiona como falar de sintoma antes dessa instauração.

Melanie Klein (1997) defende um aparelho psíquico constituído desde muito cedo. Desde o nascimento existiria um eu capaz de experimentar angústias utilizando-se de mecanismos de defesa e organizando relações de

objeto primitivas na fantasia e na realidade. O objetivo da análise de criança, para Klein (1997), é "capacitar a criança a se adaptar à realidade [possibilitando] uma diminuição de suas dificuldades educacionais à medida que elas se tornam capazes de tolerar as frustrações inerentes à realidade" (KLEIN (1997, p.32).

Winnicott (1990) estuda a inter-relação da vivência mãe-bebê considerando a influência do *ambiente* no ser psíquico. Ele chama a atenção para os primeiros cuidados considerando-os fundamentais. Quando há a falência desses cuidados no ambiente, os processos de maturação e o crescimento afetivo ficam impedidos. Para Winnicott, a técnica psicanalítica precisa oportunizar ao paciente um ambiente novo, adaptado a todas as suas necessidades, onde os sentimentos de amor e ódio possam ser experimentados e o analista não morra, mas sobreviva e sustente os mais diversos sentimentos externalizados pela criança.

Abstract

This text describes some situations observed during the psychoanalytical treatment of a child with special needs, whose hydrocephaly diagnosis was detected before birth. During her fetal development, the child was submitted to intrauterine surgical procedures for implants and valve control. Many of such experiences were relived during psychoanalytical sessions. We aim to comprehend this child's psychical organization based on the referential studies of Aberastury, Winnicott and Nasio.

Keywords: *Special child, Psychical organization, Interventions.*

Referências

ABERASTURY, A. *Psicanálise da criança*. Porto Alegre: Artmed, 1992.

BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DOLTO, F. *A causa das crianças*. São Paulo: Ideias & Letras, 2005.

FERNÁNDEZ, A. *O saber em jogo*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREUD, S. Neurose e psicose. In: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.XIX.

GUTFREIND, C. *O terapeuta e o lobo: a utilização do conto na psicoterapia da criança*. Rio de Janeiro: Artes e Ofício, 2010.

KLEIN, M. *A psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

KUPFER, M.C. *Freud e a educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 1997.

LAZNIK, M.-C. *A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito*. Salvador: Ágalma, 2004.

MCDUGALL, J. *Teatros do corpo: o psicossoma em psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NASIO, J.-D. *O olhar em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

NASIO, J.-D. *Os olhos de Laura: somos todos loucos em algum recanto de nossas vidas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudo sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed, 1990.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ZORNING, S. *A criança e o infantil em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2000.

RECEBIDO EM: 02/03/2012

APROVADO EM: 09/03/2012

SOBRE A AUTORA

Maria Melania Wagner F. Pokorski

Psicanalista. Associada do Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul. Psicopedagoga. Mestre em Educação. Professora de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade Porto-Alegrense.

Endereço para correspondência:

Av. Assis Brasil, 3532/1012

91010-003 - Porto Alegre/RS

E-mail: mariamelania@fapa.com.br

O complexo de Jocasta¹

The Jocasta complex

Marie-Christine Laznik

Resumo

A autora trata das questões femininas na meia-idade, a inibição da sexualidade e o complexo de Édipo reeditado com o seu filho, agora objeto inconsciente do seu desejo incestuoso.

Palavras-chave: Complexo de Édipo, Complexo de Jocasta, Menopausa, Incesto, Pulsão sexual.

O terceiro período do Édipo na mulher

A crise da meia-idade da vida, que, para uma mulher, corresponde à menopausa, é um momento crucial na modificação da economia libidinal. Mas tentarei mostrar que não é somente por causa de um confronto com a realidade objetiva e inelutável do tempo que passa e que nos restringe a um reconhecimento de nossa finitude ontológica, mesmo que isto seja sempre verdade. Haveria um outro elemento, bem mais inaudível, que prestaria contas do silêncio que reina a respeito da menopausa. Para defender minha hipótese, quero lembrar aqui como a descoberta da realidade da castração leva a menina a mudar de objeto de amor: deixa de ser o falo para a mãe – na equação simbólica – e vai em busca daquilo que possa ser o falo para ela. Freud (2005), em “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”, chama isso de entrada da menina no Édipo. Na menopausa, a presença de um bebê substituto fálico não é realizável. Isso coincide, o que não é raro, com a saída dos filhos de casa. O que podia lhe dar um sentimento fálico na maternidade – certo poder imaginário derivado da dependência de seus filhos em relação a ela – vem a faltar. Então a pergunta da saída do Édipo é feita. Em que consistirá para uma mulher?

Durante mais de quarenta anos, Freud afirmará que há um aumento da libido no momento da menopausa. Ele o coloca em paralelo com a puberdade: uma moça inibe seu desejo porque é cedo demais e uma mulher na meia-idade porque é tarde demais. Como entender essa inibição? Hélène Deutsch (1994), em *A psicanálise das mulheres: estudo psicanalítico*, lembra os trabalhos de Freud sobre os fantasmas incestuosos na puberdade: no momento em que há aumento das pulsões sexuais, estas terão como objeto o parente edípico. A puberdade é um segundo rejuvenescimento do complexo de Édipo e, para ela, a menopausa seria um terceiro. Ela associa então a hipótese da existência na menopausa, como na puberdade, de fantasmas incestuosos; exceto que é o filho dessa mulher madura, e não mais o pai, que agora ocupa o lugar de objeto incestuoso. Este filho não fora, ao nascer, investido de todas as qualidades do Ideal com o qual a mãe prestigiava, ainda criança, seu próprio pai? Freud já dizia que o laço carinhoso na criança é infiltrado de junções sexuais inconscientes. Deutsch dá aqui, me parece, sua mais importante contribuição para a sexualidade na meia-idade da vida.

Ela afirma que, se algumas mulheres menopáusicas fogem de sua vida sexual, seria

1. Artigo publicado na *Revue Française de Psychanalyse*, em setembro de 2005, traduzido do francês pelo Prof. Adebaldo Matos Montalvão, com revisão de Isabela Santoro Campanário.

por consequência desse tipo de fantasma incestuoso, e ela dá um exemplo disso. Uma de suas pacientes, uma musicista na faixa dos cinquenta anos, foi casada durante dez anos com o seu professor, quinze anos mais velho do que ela. Seu casamento foi tranquilo, mas sem prazeres sexuais nem filhos. Até o dia em que um jovem aluno muito dotado, trinta anos mais jovem do que ela, veio morar com o casal. Agitada e irritável, ela deixou o domicílio numa excitação rotulada de menopáusicas. Foi preciso que o jovem homem fosse embora para que ela pudesse voltar à casa e encontrasse a sua calma, mas logo entrou numa grave depressão. O trabalho analítico revelou que ela havia perdido o jovem homem por quem ela estava inconscientemente apaixonada. Se seu marido pudesse encontrar nesse rapaz o filho que faltava para ela, ela não teria investido em um novo amor materno por causa do desejo sexual que ela tinha sentido.

Nem sempre é necessário que o jovem homem seja um estranho. Em minha prática analítica, encontro inibições da sexualidade que derivam desse mesmo complexo: a angústia diante da presença de um filho ternamente amado que, do dia para a noite, se torna um belo homem em plena posse de seu poder sexual.

Ingrid, uma loira bonita e alta, na faixa dos quarenta anos, se queixa de um novo desinteresse por sua vida sexual, por mais surpreendentemente que o seu marido a ame e a deseje. Um pouco mais velho do que ela, esse homem ainda vigoroso dá valor à vida erótica deles. Esse desinteresse coincidiu, para ela, com a puberdade de seu filho mais velho, grande homem, que ela descreve com uma abundante cabeleira erigida em volta da cabeça. Ela tem, aliás, a impressão de que cuida muito dele, como se fosse preciso proteger a humanidade dos excessos sexuais que ela supõe para esse filho. Ela diz, em análise, entre outras coisas, que ela precisa ser menos possessiva em relação a ele. A análise de um primeiro sonho a leva a tomar medidas de

seu laço incestuoso com o filho, o que a deixa mais livre e mais tranquila em sua relação com ele. Durante algum tempo, ela descobre uma vida sensualmente mais radiante com o seu marido. Um novo desinteresse sexual ocorrerá no momento da menopausa que coincide com a entrada na puberdade de seu segundo filho. A reativação do fantasma incestuoso inconsciente é evidente no pesadelo que ela traz, muito angustiada, a uma sessão. Encontra-se em uma praia com o segundo filho, quando uma baleia chega e o come. As associações são mais difíceis do que de costume. Uma baleia? A princípio isso não lembra nada a ela. Mas, há alguns dias, se olhando no espelho, ela achou que estivesse grávida, como uma baleia. Essa análise vem de uma comunidade alemã do sul do Brasil, onde é comum dizer que uma mulher um pouco forte se parece com uma baleia. Aliás, ela nada vê. Nós conduzimos esse tratamento em francês, língua que ela fala muito bem, mas eu pedi a ela que traduzisse o seu sonho para a língua portuguesa. Quando ela ouviu dizer, na língua de seu país, que a baleia comeu o jovem homem, ela caiu na risada. De fato, no Brasil, *comer*, quer dizer em uma linguagem gíria “transar”. No entanto, a baleia tinha comido o filho dela à beira-mar.

Poder falar disso permite manter uma distância divertida em relação a esse tipo de fantasma inconsciente bem mais frequente que só levaria a pensar no silêncio que a cerca. Aliás, Hélène Deutsch só anuncia a possibilidade de semelhantes fantasmas amorosos. Ela afirma que o objeto de amor da mulher dessa idade é o filho. Para Deutsch, trata-se de um novo mito de Édipo. Como esse fantasma incestuoso é intolerável, nós vemos emergir, em certo número de mulheres, uma luta contra qualquer fantasia sexual. O conjunto constituído pelo fantasma do desejo e os mecanismos próprios para impedi-la de emergir merece, no meu ponto de vista, o nome de *complexo de Jocasta*.

Os estudos de populações (DELBÈS & GAYMU, 1997) indicam que certo número

de mulheres mostra um desfeto, até abandonam toda vida sexual nesse momento da vida. Certamente existe uma real dificuldade de encontrar parceiros sexuais para mulheres dessa idade, mas os estudos constatarem esse desfeto até mesmo naquelas que têm um parceiro. A resposta habitualmente dada a esse fenômeno é que há então – contrariamente ao que Freud pensava – uma diminuição da libido. Tal hipótese permite descartar qualquer comparação entre menopausa e puberdade e enfraquecer a ideia defendida por Freud e Deutsch de uma angústia suscitada por esse novo impulso libidinal.

Parece-me possível encarar esse desfeto como o efeito do que eu proponho chamar de *complexo de Jocasta*. O caso não é raro. É até típico da posição de um número respeitável de mães menopáusicas, dedicadas ao amor do filho – judias, italianas e outras – e que são objeto de um bom número de nossas brincadeiras. O preço a ser pago para manter o amor do filho é, apesar de tudo, o abandono do interesse pela sexualidade.

O que é notável é que a própria hipótese da existência desses fantasmas incestuosos nunca foi discutida pelos psicanalistas que, depois, escreveram sobre a menopausa. Essa ideia² quase sempre foi passada em silêncio, como se ela nunca tivesse sido formulada. Maria Langer (1978) lembra a hipótese de Deutsch na qual uma mulher na menopausa terá uma escolha de objeto do lado da geração dos filhos, mas ela não a desenvolve. Gueydan (1991) também a cita resumidamente, mas também não a discute. Se, a partir de Freud, os fantasmas incestuosos dos filhos em relação a sua mãe são retomados com muito prazer por qualquer psicanalista, os da mãe para com o seu filho, tornado

homem, são inauditos. Existem, no entanto, alguns belos exemplos na literatura³, mesmo que um deslocamento aconteça com outro jovem homem. A ideia de Freud de que um desejo pulsional tanto aumenta na menopausa como na puberdade, e a hipótese de Deutsch de fantasmas incestuosos ligados ao filho são inquietantes e até escandalosas. É preciso concordar com isso. Não teríamos a chave do silêncio que reina sobre esse tema no meio psicanalítico? Esse tema suscita pavor, mesmo entre nós.

Os psicanalistas das gerações posteriores, os da segunda metade do século XX, se encarregaram de dar outro parecer a esse respeito. Para alguns, a solução foi a de recusar na menopausa qualquer interesse como sujeito psicanalítico. Quando eles tratam do desejo ou da sexualidade das mulheres, eles recusam, em geral, abordar a menopausa. Os livros sobre a sexualidade feminina acabam, como um acordo em comum, na faixa dos quarenta anos. A iniciativa da *Revista Francesa de Psicanálise* de produzir um número sobre o assunto da crise da meia-idade da vida é motivo para se homenagear por sua coragem.

Parece mais fácil abordar a crise na meia-idade da vida em seu laço com a velhice. Ora, quinze anos separam seu início da menopausa; e ainda deixando de lado a terceira idade, já que restam, em média, uns trinta anos para uma mulher viver após a perda de sua capacidade de ter filhos. Sandra Bemdeserfer (1994) observa que não há muito tempo que não são mais tratados sistematicamente juntos menopausa e velhice. Pareceriam, então, menos perigosas essas Jocastas sedentas de desejos por seus jovens Édipos?

Por que menopausa e velhice?

A capacidade de procriar – enquanto existir na mulher – espelha-se na morte. Mais além,

2. Maria Langer (1978) evoca a hipótese de Deutsch de que uma mulher na menopausa teria uma escolha de objeto incestuoso junto à geração dos filhos, porém, ela não irá levá-la a diante. Gueydan (1991) também cita vagamente esta hipótese, mas não a discute.

3. Como por exemplo, *Le Mirage* de Thomas Mann ou *Vingt-quatre heures dans la vie d'une femme* de Stefan Zweig.

nada mais interrompe a fuga do tempo até a aniquilação final; pouco importa para o inconsciente o número de décadas ainda para viver. As coisas não evoluíram muito após o Talmud, onde está escrito: “Uma mulher está velha, isto é, atingida pela menopausa, quando, com a aproximação da idade crítica, ela não vê seu fluxo menstrual durante três épocas consecutivas” (ARMAUD, 1995, p.9).

Mas com que idade somos considerados velho ou velha? Essa idade regressa paralelamente até quando nos tornamos menopáusicas? Os progressos técnicos da medicina, da cirurgia estética, o Botox® – que permite diminuir o aparecimento dos sinais de envelhecimento – e o critério da idade que considera que a velhice está começando, mudaram nas últimas décadas. Em 1932, o termo “velho” designa qualquer pessoa com mais de 50 anos. Hoje, uma pessoa é considerada idosa a partir dos 65 anos (LE BRAS, 1999, p.109). A idade da velhice que muda em função da expectativa de vida ganhou quinze anos entre 1931 e 2001. Mas esses progressos não modificaram praticamente a data na qual uma mulher cessa irremediavelmente de poder ser mãe. Recentemente, experiências permitiram, em alguns países, que mulheres fossem mães aos sessenta anos. Mesmo que essas experiências sejam eticamente duvidosas, parece que há um novo fenômeno de sociedade que devemos pelo menos citar⁴.

Mas não me parece que a ausência da barreira entre a menopausa e a velhice possa estar sozinha por causa desse tabu em volta do tema na literatura psicanalítica. Tomo como prova que alguns psicanalistas anglo-saxões puderam abordá-la com a condição de deixar para lá a ideia de um aumento da libido nesse momento da vida.

4. Em certos países, algumas experiências permitiram que mulheres sexagenárias se tornassem mães. Mesmo que tais experiências sejam, a partir do ponto de vista ético, duvidosas, parece que estamos diante de um novo fenômeno social que precisa, ao menos, ser citado.

Para Benedek (1973), a afirmação freudiana de uma excitabilidade sexual que aumenta tanto no climatério como na puberdade está ultrapassada. A angústia das mulheres é motivada “por um sentimento interno de frustração causado pela percepção da capacidade de se sentir gratificada” (BENEDEK, 1973, p.344). O que repercute na dificuldade de encontrar um parceiro, mas, sobretudo, no receio inconsciente dos fantasmas incestuosos. Mas estes nem são evocados por Benedek. A energia liberada pela emancipação da competição sexual e do medo de ser rejeitada como objeto sexual deixa lugar para a emergência de talentos e qualidades que não se podem suspeitar. O climatério é, portanto, uma fase de desenvolvimento graças ao abandono da sexualidade.

Harris (1990) foi a primeira a ver de perto o que Freud tinha escrito a respeito da menopausa e a perceber isso. Mas sua pertinente consulta ao índice da *Standard Edition* teve como objetivo mostrar quantas de todas as suas observações levantaram falsas ideias veiculadas pela medicina da época. Não apenas suas opiniões são errôneas, mas se obstinou em repeti-las durante meio século. Harris nos dá um resumo da aproximação que alguns psicanalistas americanos têm de Freud. Até recentemente, poucos outros estudos psicanalíticos foram consagrados a esse assunto⁵.

Isso me leva a pensar que o inaudito do fantasma incestuoso de uma mãe para com o filho seja a raiz do tabu no que concerne à menopausa. O que levou Deutsch a descobrir esses amores incestuosos nas mulheres na meia-idade da vida é, sem dúvida, o seu interesse por Ninon de Lenclos, mulher com hábitos livres, que marcou todo o século XVII

5. É importante citar o livro de Gueydan (1991) e o livro coletivo organizado por Fourcade (2004). Para o agrupamento de estudos mais antigos, consultar: M.-C. Laznik, *L'impensable désir: sexualité et féminité au prisme de la ménopause*, Paris, Denoël, 2003, p.17-19.

e que foi a amante de grandes personagens de seu tempo. Na faixa etária dos cinquenta anos, ela não desdenhou o amor que o jovem marquês de Sévigné dedicava a ela. Hélène Deutsch atribui o sucesso tardio de Ninon de Lenclos aos homens, o que ela chama de certo narcisismo feminino, verdadeira fonte da juventude. Ela cita Freud (1969): “O amor por sua própria pessoa é talvez o segredo da beleza” e acrescenta que “não saberíamos superestimar a importância desse tipo de mulher para a vida amorosa do ser humano. Tais mulheres exercem o maior encanto sobre os homens, não somente por razões estéticas, pois elas são habitualmente as mais belas”, mas também por causa do “encanto pelo narcisismo dos que sabem mostrar sempre mantendo distância do seu eu que o diminuiria” (FREUD, 1969). Trata-se, portanto, de mulheres capazes de suscitar um olhar que se assemelha ao do pai maravilhado diante do seu bebê. Aliás, é por isso que Freud associa: “Parece, de fato, que o narcisismo de uma pessoa manifesta uma grande atração sobre os que se despojaram de seu próprio narcisismo e estão à procura do amor de objeto: o encanto da criança se fundamenta em boa parte em seu narcisismo” (FREUD, 1969).

Um dos métodos mais eficazes, segundo Deutsch (1967), para superar o desastre da menopausa “consiste em saber se fazer amar de maneira contínua, método que caracteriza as mulheres de uma estrutura nitidamente narcísica” (DEUTSCH, 1967, p.407-408). Lacan nos ensinou a entender a passivação do verbo *fazer* como que designando o terceiro período do circuito pulsional. Quando, sem saber, Deutsch escreve *se fazer amar*, ela saiu, na minha opinião, do campo puramente narcísico, ela está no registro pulsional. Aquela que *se faz* coloca-se no lugar de objeto por um outro que é propriamente sujeito da ação, até mesmo de amar.

Hélène Deutsch instituiu Ninon de Lenclos como Ideal para gerações de mulheres menopáusicas que se tornaram sedutoras. Mas como fazer para manter essa posição quan-

do a realidade do corpo bate à porta com as suas inevitáveis alterações? Quais seriam as formas possíveis do encanto na menopausa?

Martine Lerude (1998) sugere que o investimento narcísico da imagem do corpo seria apenas uma das vertentes do que poderia seduzir um parceiro masculino. Haveria um outro em que uma mulher investiria de modo particularmente criativo: “Ela pode ter espírito, humor, inventar a arte de falar bem, encontrar um estilo de discurso e fazer valer uma palavra que lhe permita manter este lugar de ideal fálico” (LERUDE, 1998). Ainda que ela não se expresse em termos pulsionais, Lerude questiona aqui, me parece, as diversas maneiras para uma mulher *se fazer* objeto de desejo.

Um dos exemplos mais comoventes do poder sedutor do falar bem feminino nos é dado em um traço particular da ligação entre Colette e Bertrand de Jouvenel. Ligação que constitui uma ilustração de uma das formas que pode ter o complexo de Jocasta⁶. O “poder do falar bem” toma aqui a forma de uma carta, redigida por uma mulher cujo corpo é agora o de uma quinquagenária que tem a sua idade. Escrita no momento em que o seu jovem amante de 24 anos devia deixá-la para se casar com uma moça jovem, tal carta nunca chegou até ele. Sua nova noiva a tinha impedido – ela confessou muito mais tarde e a recitou⁷. Ela a descobriu antes de destruí-la, de tão bonita que ela a achou. A jovem moça temia o poder dessa prosa a quem ela amava. O que a jovem noiva joga na lixeira são palavras cujo encanto opera a exemplo de um filtro. Temos aí, na prática, o poder do falar bem que vai além da possibilidade de oferecer a imagem de um corpo feminino, prometido ideal fálico. Mas raras são as mulheres que têm o talento da arte de escrever de uma Colette. Quais formas de sedução fi-

6. Sobre esta ligação, ver M.-C. Laznik, *idem*, p.235-240.

7. H. Lottman (1990). Ele cita Bertrand de Jouvenel, *La vérité*.

cariam para as outras? Para responder a essa pergunta, é preciso que façamos um desvio pela crise do casal da meia-idade da vida.

A meia-idade da vida e a crise do casal

Na menopausa, quando a imagem corporal muda, apenas o olhar do parceiro pode acalmar a impiedosa condenação de um espelho. Este, como sabemos, dirá certamente que há, apesar de tudo, uma mais bela. Acontece que se trata da fragilidade feminina que precisa ser sempre reconstruída, por não poder se contentar em ser a única⁸. Então, o desespero sentido pode levá-la pelos caminhos da regressão à megera ou ao dragão, diz Freud. Françoise Héritier (1996, p.84) lembra que um dos destinos possíveis da mulher menopáusicas é a bruxa.

Para não se tornar bruxa, a pobre madrasa de Branca de Neve teria feito melhor se questionasse o olhar amante do rei que poderia apoiá-la e acalmá-la. Onde ele estava? Estava correndo atrás de uma pastora? A clínica nos ensina que certo número de casais atravessa então uma crise de cuja fragilidade narcísica da imagem corporal feminina não pode, por si só, dar conta.

As pesquisas em andrologia nos ensinam que, em um quarto dos casos, a diminuição das relações sexuais se deve às dificuldades de ereção do cônjuge (CHANNON & BALLINGER, 1986). Ora, se a identidade feminina só se mantém em observar o Outro, as falhas do parceiro para se manterem erigidas a sua prova de respeito podem causar efeitos nela. A falha do poder macho pode ser interpretada pela esposa como testemunho da perda de seus encantos. Basta que ele vá confirmar a sua virilidade com outra mulher, certamente mais jovem, e a hipótese inicial que a sua mulher fazia se confirma.

Porque “a sexualidade do homem maduro se submete, também, a algumas modificações

inelutáveis às quais ele não fica insensível. Entre estas, a ereção, que não reage mais aos únicos incitantes puramente psíquicos e que leva mais tempo para acontecer, o período refratário que se torna mais longo e a impotência secundária que se torna cada vez mais frequente” (NEUTER, 2001, p.75-105), escreve o psicanalista Patrick de Neuter. Diante desse órgão viril que poderia vir a falhar e, para além do órgão, que o falo imaginário – símbolo da fecundidade e de todo-poder – possa faltar, o homem à medida que envelhece revive sua angústia de castração, e Neuter acrescenta: “Esses receios e terrores são tanto mais prováveis e mais fortes quando o homem conjuga sua vida com uma mulher que fez carreira, que tem poder e saber, que toma a iniciativa na relação de sedução, ou, ainda, que pode dominá-lo por sua inteligência ou pela importância de seus bens materiais. Tais mulheres, que tiveram êxito na vida segundo alguns critérios de hoje, podem, contra si mesmas, reativar nos homens fantasmas da infância de dominação por uma *imago* materna fálica e, portanto, voltada para a feminilidade” (NEUTER, 2001, p.75-105).

Freud fala de um climatério no masculino para designar esse momento em que um homem conhece uma certa diminuição de seu poder. O que não quer dizer que o seu desejo diminua: Freud afirma claramente que há, também no homem, aumento da libido. Parece assim que esse parceiro masculino vá buscar onde satisfazer sua libido, sempre tranquilizando o seu poder. Com uma parceira bem mais jovem, ele poderá compensar essa perda do poder com mais facilidade.

Lembre-mos de que, segundo Benedek (1973), para que uma mulher se sinta gratificada, basta que ela renuncie às pulsões sexuais e se consagre a objetivos de mais socialização, sublimados. Seu ego se encontra então investido de um narcisismo secundário. Contudo, ela declara que essa solução proposta do climatério põe em risco o equilíbrio do homem na meia-idade da vida. Aborrendo o que chamaríamos de função fálica

8. Para a questão da fragilidade da identidade feminina consultar Laznik (2004), p.94-108.

no homem, ela escreve: “A autoestima no homem não é unicamente derivada da função profissional, mas também de seu poder sexual; essas duas fontes de gratificações são complementares” (BENEDEK, 1973, p.348). Na mulher, ela acrescenta, essa autoestima vem sobretudo de sua função materna, sua carreira será portanto mais tranquila do que a do homem e tanto mais satisfatória, que ela saberá, no climatério, recuperar toda a energia empregada para educar seus filhos.

Se o falo remete àquele que, no plano simbólico, falta ao sujeito, as observações de Benedek mostram que esse mesmo significante tem dois gumes: no plano imaginário, marca o poder viril. No jogo do desejo entre homem e mulher, é justamente no irreconhecível desse duplo caráter do falo que reside frequentemente uma das causas da crise dos casais na meia-idade da vida. Vejamos como.

Primeiramente, que relação existe entre o falo e o órgão masculino? Esse órgão, Lacan não o chama de falo, e sim constata, sobretudo, quanto se torna enfraquecido para manter essa função. Observemos a angústia que suscita uma situação em que esse *órgão amboceptor* se torna a única prova de falcidade que um homem possa dar a sua companheira. Isso pode se apresentar quando o órgão é a única forma imaginária de falcidade do qual ela ainda poderia se privar. Disposição um tanto mais angustiante para um homem que está na faixa dos sessenta anos se não puder renovar nele mesmo, imediatamente, a sua prova de respeito. Essa situação concerniria menos aos “grandes homens”, pois falo imaginário eles têm em outro lugar.

Anunciar que há perigo em um casal quando a “balança do poder” pende do lado feminino não está nas condições do momento. Entretanto, as mulheres executivas ficam frequentemente mais sozinhas do que seus homólogos masculinos. Os estudos demográficos sobre esse assunto mostram uma disparidade (DELBÈS & GAYMU, 1997) que a função do falo permite, me parece, ler. Por que o falo imaginário (dinheiro, poder) das

mulheres não chama a atenção dos homens? Não é a sua necessidade de ter o falo em seu espaço, o que explica, em parte, os casais com mulheres mais jovens? A função do falo também permite compreender por que os homens mais velhos, com salário superior, têm tantas oportunidades para ter uma parceira sexual como homens mais jovens com salário inferior. Em nossa sociedade, o dinheiro é uma das formas do falo imaginário. Falando das relações sexuais, ter falo imaginário favorece os homens e não as mulheres, e isto por razões de estrutura.

Uma dissimetria necessária ao desejo masculino

Para apontar o objeto da causa de seu desejo, ainda é preciso que ele possa se apoiar no falo como se estivesse de seu lado, como que se constituísse seu prato de alimento. Trata-se, portanto, de um falo colorido de uma positividade imaginária, indispensável para que o desejo possa se erigir. Todo desejo implica nesse elemento levemente perverso: a positividade do falo. Ora, para qualquer sujeito neurótico, o falo só se apresenta como o modo da ausência. O sujeito só pode encontrar o falo de forma positiva no olhar do Outro, sua companheira do outro sexo. É ela que garantirá que a seus olhos o falo – ou, antes, um de seus avatares imaginários – encontre-se em seu devido lugar. Há aí uma fraqueza masculina que a feminilidade adivinha, contanto que uma mulher suporte visar ao falo no lugar de seu parceiro, o que supõe que ela reconhece essa falta. Se, no plano intelectual, os dois parceiros têm o mesmo poder fálico, não é dessa forma que a dissimetria funcionará. É por isso, sem dúvida, que os casais formados por um grande professor e sua jovem aluna maravilhada dão mais certo.

Para que um sujeito possa manter a sua virilidade com desejo no que diz respeito a uma companheira do outro sexo, é preciso que ele tenha a impressão de que o falo se encontra em seu devido lugar. Pode acontecer que uma mulher sinta dificuldades para

expressar ao seu cônjuge que, aos seus olhos, ele tem falo. Sua independência financeira extrai do dinheiro do marido o valor de um falo imaginário do qual ele seria provido e o qual faltaria para ela. Nas gerações anteriores, as mães das atuais quinquagenárias não trabalhavam, o que garantia uma dissimetria. Sua carreira a leva a receber tantas honras quanto ele. Também não é o reconhecimento social que pode encarnar, imaginariamente, a presença do falo no campo dele. Na menopausa, a mulher dele nem mais poderá receber um filho dele. Esse processo de destruição de qualquer dissimetria está apenas acelerando. Muitas mulheres que estão na faixa dos trinta anos têm hoje carreiras muito bem-sucedidas, melhores do que as dos seus parceiros masculinos. Um novo fenômeno de sociedade começa a aparecer, já enfatizado na Inglaterra. Parece que havia mais de um milhão de mulheres de executivas com a faixa etária acima dos trinta anos que não têm nenhum parceiro masculino. Certo número delas alugaria homens para se apresentar a certos jantares ou recepções. Gail Sheehy (1999) observa que, mesmo com os casais constituídos, a perda do desejo sexual desde o final dos trinta anos está relacionada a uma luta pelo poder entre os dois parceiros.

Algumas mulheres têm, todavia, habilidade suficiente para dar a entender ao seu parceiro que, aos olhos dela, o falo está em seu devido lugar. Senão ele achará que só conseguirá provar a função do seu falo sob a forma do órgão ereto. Esse órgão, mesmo que ele tenha muito na imaginação a função fálica, é apenas um dos avatares e um dos mais frágeis. Intimado a ir sozinho provar a existência desse poder, ele tanto pode falhar quanto o homem que está na faixa etária final dos cinquenta anos, por não estar mais no auge de suas performances nesse domínio.

No homem dessa idade, a angústia da castração também é reativada pelo sentimento de que a morte não é mais uma abstração. Na medida em que ela significa a suspensão

da possibilidade de procriar, a menopausa de sua companheira tira, como dissemos, o que poderia criar obstáculo para a morte. Freud escreveu aos 50 anos: “Nós afirmamos de boa vontade que a morte é o fim necessário da vida... No entanto, na realidade, tínhamos o hábito de nos comportar como se fosse de outro modo. Nós manifestamos uma nítida tendência em colocar de lado a morte, para eliminá-la de nossas vidas. Tentamos abafar o caso... Ninguém acredita na eventualidade de sua própria morte... No inconsciente, todo mundo está convencido de que é imortal” (FREUD, 1981, p.300-301).

De Neuter (Patrick De Neuter) estabelece a lista das possíveis reações do “homem que começa a envelhecer” para tentar manter a negação e as diversas formas do “não quero saber de nada”. A que toca mais a parceira menopáusicas é, certamente, o desejo que alguns têm de se lançar “em certos amores, com mulheres bem mais jovens do que eles. Alguns até se lançam em novas paternidades. Amor e procriação criam tentativas de cura da angústia suscitada pela velhice e a morte, angústia que Freud comparou com a angústia da castração” (NEUTER, 2001, p.75-105).

Todo novo amor, lembra de Neuter, independentemente da idade do amado, induz nos amantes um sentimento de renascimento. “Compreendemos que esse sentimento de renascimento será bem maior do que será para a amada por ter a idade da filha do amante invadido pelas angústias do envelhecimento e da morte” (NEUTER, 2001, p.75-105). A criança não está apenas cheia de sentidos pela mulher. A clínica mostra que o homem pode ter a declaração visível de sua virilidade, a confirmação de seu poder, o adiamento de sua vida além de sua morte e a garantia da perpetuação da genealogia (STRYCKMAN, 1993, p.91-92).

O mito de Zeus e de Europa

Zeus, tendo sucumbido aos encantos de uma jovem mortal, se transforma em um bonito touro branco e manso no qual a jovem moça

sobe. Ele declara a ela a sua paixão, casa-se com ela e lhe dá três filhos. Não apenas fornecedor de falos imaginários para a jovem moça, Zeus encarna o próprio poder, enfatizado pelo touro.

Para De Neuter, o mito de Zeus e de Europa representa bem “o homem no tempo em que vai envelhecendo” investido pelo “demônio do meio-dia”. Muitas mulheres, cujos maridos são bem mais jovens, veem nas marcas do tempo que começam a se fazer sentir sobre o seu corpo a razão do desafeto em relação ao marido. Ora, no mito, nada diz que Zeus tenha abandonado sua mulher Hera porque esta teria perdido seus encantos. Aliás, é difícil imaginar que uma divindade do Olimpo defina. Pelo contrário, De Neuter enfatiza que Zeus devia ter algumas dificuldades com o seu par em relação à dissimetria fálica. Alguns mitos lembram que Hera é a esposa de Zeus, mas que é, antes de tudo, sua irmã. É ela quem dá a soberania.

Zeus não teria ido à casa da jovem moça por razões ligadas à própria estrutura do desejo masculino? Com Hera, nada lhe indica que o falo se encontre do seu lado, pelo contrário. Esse gênero de situação é frequente em nosso mundo. “Isto também nos ajuda a compreender as dificuldades que certos homens podem encontrar com mulheres providas desses atributos fálicos que constituem o saber universitário, o poder político ou ainda o êxito financeiro” (NEUTER, 2001, p.75-105), dirá De Neuter.

O problema ainda é mais claro quando a companheira não pode mais ter filhos, provas visíveis do poder fálico de seu marido. Ora, ninguém pode acreditar que uma deusa possa ficar menopáusicas, castração impensável para uma divindade. Pelo contrário, seus filhos mais célebres Hera os concebeu sozinha, seja batendo no chão com a sua mão, seja comendo uma alface que a deixa fecunda sem que Zeus a tocasse. Assim, os gregos já tinham a Procriação Medicamente Assistida, exceto que a divina também se privasse de médico. E resultado: Hera se encontra na

mesma situação que muitas mulheres menopáusicas: o marido dela vai em busca de outra onde possa provar seu poder paterno e fálico.

Quando uma mulher chega a pensar que é o desgaste de seu corpo que desliga o desejo do parceiro, ela frequentemente baixa os braços e considera que não há mais lugar para continuar representando o papel daquela de quem ele precisa para satisfazer os próprios desejos. São feministas, é claro, por denunciarem o que elas chamam de redução de uma mulher a objeto, redução que o próprio Lacan reconhece: “Ela não se torna objeto total; ela se torna totalmente objeto” (LACAN, apud LAZNIK, 2003, p.137), escreve. Mas nem muitas sempre se enganam, se prestam a isso de bom grado, e até brincam com esse objeto que é a causa do desejo do parceiro. Lembremo-nos de que há, no desejo, um elemento necessariamente perverso: O objeto não pode deixar de faltar. É preciso estar do lado de um esconde e mostra do falo que fingimos supor, sempre sabendo que não é bem isso.

O filme de Claude Berry, *A Debandada*, é uma parábola. Um homem que está na faixa etária dos cinquenta anos fica perturbado por não mais poder erguer o órgão que prestava homenagens a sua mulher. No auge de sua carreira, ninguém poderia acreditar que este expert internacional encontraria em sua notoriedade como estabelecer a sua certeza fálica. É evidente que aos olhos do seu meio profissional ele tem falo. Mas nem isto nem sua imensa cultura parecem impressionar sua mulher. Visto que ela também, agora, tem uma bela carreira. Então ele se obstina: de seu próprio pequeno órgão, ele quer provas indubitáveis de poder.

Para sua mulher, basta que ele a faça atingir o orgasmo de outro modo e que o órgão desejado no inconsciente da infância não sirva mais para medir seu esplendor fálico, tanto melhor; ela não mais sentirá a humilhante ferida de ser, como toda mulher, desprovida. Talvez seja essa dimensão que conferirá à

personagem feminina, muito bem representada por Fanny Ardant, certa densidade subjetiva. Contudo, ela o ama, é indubitável, ela até deseja estar do lado dele e protegê-lo com um modo bastante materno, o que confere certo orgulho de seu marido.

Eu tinha enfatizado que, quando o desejo de um homem chega a faltar, sua mulher – que frequentemente está na faixa dos cinquenta anos – atribui isto ao que ela acha ser a diminuição de seus próprios encantos. Nesse filme, a escolha de uma atriz tão bela como Fanny Ardant abre um parêntese tido como simplificador: quando o marido vai se acalmar com outra, mais jovem, ela não atribui a perda de sua beleza. E quando surge a loirinha, amiga da moça do quinquagenário, é evidente que ela não tenha as capacidades requisitadas perante a legítima, ela não se arrisca a fazer ciúmes. Frequentemente, na clínica da crise do casal da meia-idade da vida, a nova não tem as capacidades requisitadas perante a antiga; aliás, é por isso que ela foi escolhida: para que ela pese menos do lado fálico! Às vezes, até a beleza pesa desse lado. A prova é que, *jogo de sedução e beleza* não estão na mesma ordem. Isso é frequentemente ignorado pela mulher do quinquagenário em crise.

Ruth Lax acha que as mulheres – com a sua vergonha perante as mudanças corporais e a sua própria angústia psíquica – têm tendência a recusar problemas, tanto psíquicos quanto físicos, que se cruzam com os cônjuges na meia-idade da vida. Uma paciente, cujo casamento estava em crise durante sua menopausa, se sentia em perigo pelas declarações que o seu marido prodigalizava com mulheres mais jovens. Ela manifesta em uma sessão: “E ele pode se safar, e recomeçar tudo, tantas vezes quanto ele queira, e eu fico presa com as crianças e nem posso mais ter outras. Como se eu fosse insensível e não pudesse mais viver. Estou presa em minha vida... ele não” (LAX, 1997, p.202). Eu diria que ele também, sem conseguir compreender sua castração, mas ela só podia descobrir, em

toda sua vivacidade, seu *Penis peid* renovado. Isso pode levar a mulher a ficar insensível em relação ao seu cônjuge.

Para que um homem possa erigir sua prova de respeito a sua parceira, duas condições me parecem necessárias; é agradável ver como Claude Berry as põe em cena em seu filme.

Em primeiro lugar, para se apoiar em sua falcidade, é preciso que um homem possa ver no olhar dela, que ele tem e que ela o admira. Para o herói de *A Debandada*, após quinze anos de vida conjugal, não é mais aos olhos de sua mulher que ele é rico, apesar do amor que ela sente por ele; amor e desejo não são do mesmo registro. Quanto à loirinha, não é nem sua beleza nem seu *sex-appeal* (atração sexual) que ela transmite a ele, mas sua admiração. Estagiária de seu estudo, ela bebe literalmente suas palavras escutando discorrer sobre tal pintor, tal obra de arte ou tal antiguidade; até esquecer o que ela tem em seu prato, ele a leva a jantar em um grande restaurante. Ele fala, ela – com os olhos arregalados – o escuta.

Em segundo lugar, o desejo masculino visa, na mulher, a um objeto que o provoca. Opera-se assim como um recorte no corpo feminino. Nosso herói buscava manter seu desejo com meias, cinta-liga e outras roupas de baixo que seduzem no corpo de sua mulher. No filme, ele se queixa de que a partir de certo tempo ela só usa calcinhas brancas “Barquinho”. Evidentemente, ela não tem mais vontade de se prestar como objeto de desejo dele. Apenas empresta seu corpo aos jogos da encenação que têm, no filme, a forma de um convite em que se veste de freira e ele de padre. Esse jogo maroto, visto que a personagem é judia, comporta uma nota um tanto perversa de transgressão das proibições, próprias do desejo. Desses jogos eles não se privavam, pelo menos há quinze anos; agora, acabou. Ela o repele, não sem ressaltar o lado inconveniente e até louco de suas propostas.

O quinquagenário volta a casa cada vez mais tarde, após ter ido se prostituir com ou-

tras, na esperança de encontrar um pouco de compreensão quanto às condições do desejo masculino. Mas o epílogo é simpático: uma noite, após uma infeliz aventura, ele levanta o lençol e encontra sua mulher, fingindo dormir, com cinta modeladora vermelha, meias pretas de renda e de salto alto. O filme termina com esta imagem da mulher amada, que quer, novamente, tomar o lugar do *objeto de*, razão de desejo dele enquanto homem. Claude Berry, o produtor, não ficou na sutileza. O desejo masculino vem certamente firmar-se a esse traço: as pernas ou as nádegas, um brilho no olhar ou na cabeleira, o contorno dos seios ou ainda tais roupas. Mas ele também pode tomar como objeto certa maneira de se sentar, de se vestir, certa modulação da voz. É o *objeto de*, que pode se destacar no corpo dela, que causa desejo nele. Não esqueçamos de que falamos aqui de desejo e não de amor; esse último diz respeito a todo o ser. O final feliz do filme só é possível porque ela acreditou que as dificuldades de seu marido vinham da perda de seus encantos. Ensino a ser meditado.

Se não fosse assim, o caso da personagem representada por Fanny Ardant, sabemos que certas mulheres se tornariam mais litigantes na meia-idade da vida. Não é apenas por estarem tranquilas, pois é provável que, para algumas, o fim do papel materno – ou, em todo caso, o fim da possibilidade de ter filhos – lhes permite redescobrir, ou descobrir, o desejo sexual por seu parceiro. A recusa do feminino, isto é, a recusa do prazer vaginal, parece enfraquecer no momento em que elas fazem o luto de ser mãe, ao mesmo tempo em que certo luto de sua própria mãe (Gueydan, 1991). Ei-las, enfim, aptas a receber o marido-amante, o invasor⁹ que as levará aos céus com um prazer que acaba de se abrir para elas.

Mas, na opinião dela, quando o marido só consegue provar o seu poder fálico e as per-

formances de seu órgão, ele pode ficar com receio. Ele procurará evitar situações em que o seu poder fálico corre o risco de ser testado em termos de suas performances eréteis. Uma brincadeira americana, feita pelo sério jornal *Le Monde*, resume perfeitamente essa situação: “Um marido está em pânico por não encontrar sua mulher em casa, uma hora após ter tomado Viagra®. – ‘Tente com a faxineira’, aconselha o médico. – ‘Mas com ela nunca tive problema’, responde o paciente muito irritado... É desse modo que, na França, nós nos encontramos com um número igual de homens e de mulheres sozinhos aos cinquenta anos, exceto que as mulheres têm em média o mestrado e os homens, o ensino médio”. (LE MONDE, apud LAZNIK, 2003, p. 142).

Entender algo sobre as condições específicas do desejo masculino supõe, para muitas mulheres, todo um trabalho psíquico sobre o desejo do pênis, sobre sua rivalidade fálica, perguntas que podem ser trabalhadas em uma psicanálise na meia-idade da vida. Se, como foi dito, os êxitos profissionais de uma mulher podem perturbar o parceiro do outro sexo, paradoxalmente é menos difícil, então, para uma mulher pressentir sua divisão, seu ser de sujeito, que é bem-sucedido profissionalmente, e seu feminino que poderia se prestar ao jogo do “quem perde ganha”, como expressa Schaeffer. É mais fácil aceitar ser o objeto do outro quando se consegue não se reduzir a ser esse objeto. Divisão própria no jogo feminino da encenação, que permite a uma mulher encontrar sua capacidade de sedução. Não seria então impossível esperar que, os encantos ardentes de seu estado indiano que procuram acalmá-la no plano dos fantasmas incestuosos, ela poderia se colocar no lugar do parceiro do outro sexo para que ele possa segui-la até o outono da vida saboreando os frutos.

A crise da meia-idade da vida: momento propício para um trabalho analítico na mulher

Supomos que, como frequentemente, Freud tenha razão. Que o homem de trinta anos

9. Para este conceito, consultar J. Schaeffer, *Le refus du féminin*, Paris, PUF, 1997.

seja de fato um indivíduo juvenil, de preferência inacabado, enquanto uma mulher da mesma idade apresenta uma rigidez psíquica que parece imutável. Aos trinta anos, seu narcisismo de jovem mãe e de mulher adulada pode chegar à conclusão de que sua libido esteja instalada em posições que ela não mais abandonará. As posições libidinais¹⁰, que achávamos que ficassem fixas de modo definitivo, se desabam. Não há mais nada a perder, uma vez que já está perdido. Despersonalizada como mulher, ela pode então estar pronta para reconhecer muitas coisas em comum: sua identidade feminina, cujas bases precisam ser revistas; seus investimentos libidinais, precisam ser deslocados. Em minha experiência clínica, muitas mulheres são capazes, agora, de investir em um trabalho analítico que progride frequentemente mais rápido do que nas mais jovens.

Mas uma condição prévia é necessária, que a negação da crise da meia-idade da vida seja levantada por seu analista, que ele seja capaz de entender que a menopausa é um momento maior de despersonalização para uma mulher. Ora isso não é evidente. Em 1994, no contexto da reunião anual da American Psychoanalytic Association (APA), um assunto consagrado à menopausa¹¹ reuniu a iniciativa de Owen Renik¹². Ressaltando o caráter inédito desse primeiro encontro, observou-se que as regras e a menopausa eram temas evitados na literatura psicanalítica até

10. Na metade da vida, outras posições libidinais são possíveis: como, por exemplo, a escolha de um objeto do mesmo sexo. Consultar M.-C. Laznik, idem, p.203-216.

11. Uma nova discussão sobre este tema ocorre no Congresso da IPA em 2005. Acredito que neste tempo nada mais houve no meio da IPA.

12. Renik interessou-se por algum tempo pela menopausa através de seus trabalhos sobre a menstruação. Consultar O. Renik, An example of disavowal involving the menstrual cycle, in *Psychoanalytic Quarterly*, LIII, 1984. A case of premenstrual distress: Bisexual determinants of a woman's fantasy of damage to her genital, in *J. of Amer. Psychoanalytic Ass.*, v.40, n.1, 1992.

criar injustiça e se pergunta por quê. Sandra Bemederfer também constata a pobreza das produções analíticas que contrasta com a superabundância de livros “grande público”, escritos sobre o assunto. E, a respeito de um caso clínico, ela confessa como ela mesma pôde entender, com as queixas de uma paciente, que abordava a respeito da menopausa, por receio, analisa a sua própria. Sem para tanto precisar as raízes desse receio, ela invoca uma injustiça tanto com os pacientes como com os analistas. O que é negado, Ruth Lax lhe responde, não é o próprio acontecimento da menopausa, mas seus efeitos psíquicos. Ora, ela acrescenta, apenas esses últimos são corretamente reconhecidos como os lutos das perdas que se tornam possíveis e que uma mulher pode então olhar para frente. Suponhamos que seu analista não seja insensível ao inaudito do fantasma de Jocasta, que ele aceite a ideia de que a meia-idade da vida seja um momento muito importante de despersonalização para uma mulher e que ele permita a ela reescrever sua identidade feminina. No plano erótico, só poderíamos esperar que uma mulher fosse capaz de colher as uvas de seu gozo feminino? Na verdade, só há colheita de frutas no outono.

Abstract

The author discusses the woman's issues in middle age, the inhibition of sexuality and the Oedipus complex re-edition with her child, the current unconscious object of her incestuous desire.

Keywords

Oedipus complex, Jocasta complex, Menopause, Incest, Sexual drive.

Referências

- ARNAUD, R. *La ménopause à travers l'histoire*. Laboratoires Ciba-Geigy, 1995, p.9.
- BELOT-FOURCADE, P. ; WINAVER, D. *La ménopause: regards croisés entre gynécologues et psychanalystes*. Ramonville-Saint-Agne : Érès, 2004.
- BEMESDERFER, S. Psychoanalytic aspects of menopause. In *J. of the Amer. Psych. Ass.*, 44/2, 1994.
- BEMESDERFER, S. A revised psychoanalytic view of menopause. In *J. of the Amer. Psych. Ass.*, 44/Suppl, 1996.
- BENEDEK, T. Climaterium: a developmental phase. In *Psychoanalytic Investigations*, New York, Quadrangle, 1973, p.322-345, 1948.
- CHANNON, L. D. ; BALLINGER, S. E. Some aspects of sexuality and vaginal symptoms during menopause and their relation to anxiety and depression. In *Br. J. Med. Psychol.*, n.59, p.173-180, 1986.
- DELBÈS, C. ; GAYMU, J. L'automne de l'amour: la vie sexuelle après 50 ans, in *Population*, n.6, novembre-décembre, Éd. de l'INED, p.1439-1484, 1997.
- DEUTSCH, H. (1994), *La psychologie des femmes: étude de psychanalytique*, v.II. Paris: PUF, 1967, p.391-418.
- FREUD, S. (1895). *Du bien-fondé à séparer de la neurasthénie un complexe de symptômes déterminé en tant que "névrose d'angoisse"*. OC, v.III, Paris: PUF, 1989; GW, v.I, p.43, p.52-53, p.102, n.1, p.336-33.
- FREUD, S. (1912). Des types d'entrée. In *La maladie névrotique*, OC, v.XI, Paris: PUF, 1998, p.124.
- FREUD, S. (1913). The Disposition to Obsessional Neurosis. *SE*, v.XII. London: Hogarth Press, 1981, p.323-324.
- FREUD, S. (1914) Pour introduire le narcissisme. In *La vie sexuelle*. Paris: PUF, 1969, p.81-105.
- FREUD, S. (1917). XXV. Leçon: L'angoisse. In *Leçons d'introduction à la psychanalyse*, OC, v.XIV, Paris: PUF, 1981, p.402-403.
- FREUD, S. (1923) *Le Moi et le Ça*, OC, v.XVI. Paris: PUF, 1981, p.300-301.
- FREUD, S. (1925), Quelques conséquences psychiques de la différence anatomique entre les sexes. *Rev. franç. Psychanal.*, 4/2005.
- FREUD, S. (1926). *La question de l'analyse profane*, OC, v.XVIII, Paris: PUF, 1981, p.69-70.
- FREUD, S. (1937) *Analysis Terminable and Interminable*. *SE*, v.XXIII. London: Hogarth Press, 1981, p.226.
- GOUDEKET, M. *Près de Colette*. Paris: Flammarion, 1956.
- GUEYDAN, M. *Femmes en ménopause*. Toulouse: Érès, 1991.
- HARRIS, H. A critical view of three psychoanalytical positions on menopause. In R. Formanek, *the Meanings of Menopause*, Hillsdale (NJ), Analytic Press, p.65-77, 1990.
- HÉRITIER, F. *Masculin-féminin: la pensée de la différence*. Paris: Odile Jacob, p.84, 1996.
- JOUVENEL, B. de *Un voyageur dans le siècle: 1903-1945*. Paris: Robert Laffont, 1979.
- LACAN, J. *Le Séminaire*, livre XX: *Encore*. Paris: Le Seuil, 1975.
- LANGER, M. "A menopausa, Considerações Finais". In *Maternidad y sexo: estudio psicoanalítico e psicossomático*. Porto Alegre: Artes Médicas, p.237-248, 1981. Traduit de l'original en espagnol *Maternidad y sexo. Estudio psicoanalítico y psicossomático*. Buenos Aires, Editorial Paidós.
- LAX, R. The expectable depressive climateric reaction. In *Bulletin of the Menninger Clinic*, 46 (2), p.202, 1982.
- LAX, R., The menopausal phase: Crisis, danger, opportunity. In *Becoming and being a Woman*, London: Jason Aronson Inc., 1997.
- LAZNIK, M.-C. *L'impensable désir: féminité et sexualité au prisme de la ménopause*. Paris: Denoël, 2003.
- LAZNIK, M.-C. Petite histoire des idées de Lacan sur l'hystérie. In *Hystérie*. "Monographies de psychanalyse de la *Revue Française de Psychanalyse*". Paris: PUF, 2000.
- LAZNIK, M.-C. La mise en place du concept de jouissance chez Lacan. In *Revue Française de Psychanalyse*, t. LIV, "Plaisir et jouissance". Paris: PUF.

LAZNIK, M.-C. *O complexo de Jocasta: feminilidade e sexualidade pelo prisma da menopausa*. Trad. Sandra Regina Felqueiras. Rio de Janeiro : Companhia de Freud, 2003.

LE BRAS, H. Le vieillissement n'a pas d'âge, in *La Recherche*, n.322, juillet-août, p.109, 1999.

LERUDE, M. Belle ou pas belle, une question analytique? In *Bulletin de l'AFI*, n.76, janvier, 1998.

LOTTMAN, H. *Colette*. Paris: Gallimard, 1990.

MANN, T., *Le Mirage*. Paris: Albin Michel, 1997.

NEUTER, P. de Le mythe de l'enlèvement d'Europe: considérations actuelles sur le désir de l'homme à l'aube et au midi de la vie. In *Le Bulletin freudien*, n.37-38, septembre 2001, p.75-105, 2001.

NEUTER, P. de. "Démon de midi" et angoisses masculines de la cinquantaine. Communication au Colloque du Centre de pathologie sexuelle masculine de l'Université de Louvain, à paraître.

RENIK, O. A case of premenstrual distress: Bisexual determinants of a woman's fantasy of damage to her genital. In *J. of Amer. Psych. Ass.*, v. 40, n.1, 1992.

RENIK, O. An example of disavowal involving the menstrual cycle. In *Psychoanalytic Quarterly*, v.LIII, 1984.

SCHAEFFER, J. *Le refus du féminin*. Paris: PUF, p.91-92, 1997.

SHEEHY, G. *Understanding Men's Passage*. New York: Ballantine Books, 1999.

STRYCKMAN, N. Désir d'enfant. In *Le Bulletin freudien*, n.21, p.91-92, 1993.

ZWEIG, S. (1927) *Vingt-quatre heures de la vie d'une femme*. Paris: Stock, 1993.

RECEBIDO EM: 20/01/2012
APROVADO EM: 27/01/2012

SOBRE A AUTORA

Marie-Christine Laznik

Doutora em psicanálise, Membro da Association Lacanienne Internationale (ALI). Professora convidada da Universidade de Paris 13. Co-coordenadora da Pesquisa Pre-aut na França. Autora de vários livros entre os quais: O que a clínica do autismo tem a dizer aos psicanalistas. Ágalma, 1991. *Rumo à palavra: Três crianças autistas em psicanálise*. Ágalma, 1997. *A voz da sereia. O autismo e os impasses da constituição do sujeito*, Ágalma, 2004; *O complexo de Jocasta*, Companhia de Freud, 2003.

Endereço para correspondência:

45, rue de Richelieu
75001 - Paris - FRANCE
E-mail: mclaznik@club-internet.fr

O crime no divã: fundamentos diagnósticos em passionais violentos¹

Crime on the couch: diagnostic basis on violent passionate personalities

Marília Etienne Arreguy

Resumo

O presente artigo tem por objetivo realçar os principais critérios diagnósticos para a compreensão da passionalidade violenta com base na psiquiatria clássica, especificamente na psicopatologia fundamental, e no saber psicanalítico. Recorre-se a formulações conceituais de Clérambault e de Freud, fundantes de um campo diagnóstico das paixões violentas, para incrementá-las com a visão de psicanalistas contemporâneos. Outro recurso utilizado é a descrição de um caso clínico-criminal estudado por Daniel Lagache, em que as interpenetrações da paranoia com o ciúme e a violência atuada na relação amorosa fazem pensar numa espécie híbrida de passionalidade, definida pelo seu avesso como *pseudopassional*. Como mote para a compreensão dos conceitos apresentados, faz-se também alusão a alguns aspectos fenomenológicos da passagem ao ato nas paixões trágicas através de ilustrações literárias já consolidadas na narrativa universal de Machado de Assis, com *Dom Casmurro*, e de Shakespeare, com *Otelo*.

Palavras-chave: Crimes passionais, Psicopatologia, Psicanálise, Literatura.

Há uma série de ambiguidades em julgamentos de crimes passionais, especialmente por conta da atribuição cultural de uma falsa normalidade ao agressor, já que apresenta uma preservação do raciocínio lógico ao longo do tempo em contraposição ao paroxismo temporário que circunscreve o ato homicida. Além disso, o delírio de ciúme por vezes aparenta alguma verossimilhança com a realidade, justamente por ter respaldo no imaginário cultural a respeito da exigência de exclusividade e fidelidade nas relações amorosas, haja vista o propagado temor coletivo em relação à vergonha e desonra de ser traído(a). No campo jurídico, a violência passional chegou a ser considerada normal (Ferri, 1934), por tratar de crimes que aconteciam geralmente uma única vez, quando o sujeito assassinava em revida a um adultério. Assim, criminosos passionais comumente obtinham indulgência em seus julgamentos

(RINALDI, 2004; ARREGUY, 2011). Essas distorções históricas foram em parte corrigidas desde os avanços propiciados pelo movimento feminista, em que o julgamento de Doca Street, datado de 1980, foi um marco e, mais recentemente, graças às novas conquistas alcançadas com a promulgação da Lei Maria da Penha (11.340/2006). Houve então no Brasil ao longo do século XX uma transposição da complacência com os passionais para o recrudescimento das penas, sem que se discutissem mais a fundo as condições psicopatológicas que fomentam esses atos.

É importante, pois, resgatar estudos psicopatológicos oriundos da psiquiatria clássica, muitos deles com inspiração psicanalítica, que demonstraram que os crimes passionais se associam aos quadros clínicos como a erotomania e o delírio ou paranoia de ciúme, incluídos nas chamadas psicoses passionais. Contudo, não é possível delimitar estrita-

1. Este texto é um excerto retrabalhado da tese “Os crimes no triângulo amoroso” defendida pela autora em 2008, no Instituto de Medicina Social da UERJ. Foi apresentado no Congresso do Círculo Brasileiro de Psicanálise, “A Psicopatía da vida cotidiana” em 2010.

mente um “tipo passional”. Sujeitos que cometem esses crimes podem ter diagnósticos ligados tanto à psicose, à paranoia, quanto às neuroses graves e até manifestações de uma dita “perversão narcísica” (EIGUER, 2003). Existe desse modo certa permeabilidade entre essas manifestações clínicas, apesar de ter havido na literatura jurídica a tentativa de se fazer diagnósticos escritos a respeito das paixões violentas, sobretudo classificando-as como expressão inequívoca da perversão (RABINOWICZ, 1931; DE GREEFF, 1973). Essa tendência vinha mais de uma tentativa de eliminar a impunidade desses “crimes de exceção” (ARREGUY, 2011), do que de uma compreensão aprofundada da psicopatologia do ato passional violento.

Procurarei então retomar os postulados de Clérambault (1999), de Freud (1996; 1932) e de Lagache (1977; 1979; 1986) a fim de delinear algumas raízes inconscientes em crimes passionais.

Os estudos sobre a erotomania e o delírio de ciúme fundamentaram alguns parâmetros para se compreender a criminalidade na esfera amorosa. Clérambault (1999) foi pioneiro ao incluir a erotomania e o ciúme como componentes dos “delírios passionais”; hipótese corroborada por Lagache (1977). Com base em autores como Sérieux e Capgras [*Les folies raisonnantes* – 1909], Dide [*Les idéalistes passionnés* – 1913] e Ribot [*La logique des sentiments* – 1907] e no próprio Clérambault (1999), Lagache distingue a presença do delírio de interpretação nas manifestações paranoicas do delírio de reivindicação ou “que-relante” nas passionais.

Na definição das psicoses passionais, aponta que o delírio passional se iniciaria por um choque ideoafetivo, ao contrário do delírio paranoico que teria um surgimento difuso e impreciso (LAGACHE, 1977, p.138). Orgulho, despeito, ciúme, sentimento de desonra, cólera e desespero seriam os componentes afetivos mais comuns nos passionais, podendo levar à *passagem ao ato violento* em face de uma relação passional

duradoura (no sentido de ser fixada e rígida) e desproporcional. Outra característica marcante é a “ideia fixa” em relação ao objeto, obsessivamente recorrente nas ideações e delírios passionais (*ibid.*).

Clérambault (1999) balizou a atitude passional delirante no erotômano pelo fato de atribuir ao outro, objeto de sua paixão, um enamoramento súbito por ele mesmo, sem que houvesse nenhuma contrapartida factual para essa suposição. Definiu essa atitude como um “postulado fundamental”. Do ponto de vista descritivo, os erotômanos ficam aderidos a uma dada figura, às vezes alguém que nem conhecem. Pode ser uma pessoa famosa ou que viram apenas uma vez, afirmando terem percebido através de um simples olhar ou de um gesto ingênuo que aquela pessoa os amava. Lagache (1977) provê uma síntese das principais características subjetivas na erotomania:

Desse postulado fundamental derivam um certo número de temas: o objeto não pode ter alegria sem o pretendente; o objeto é livre, seu casamento não vale. A esses temas vistos como evidentes se acrescentam os seguintes temas derivados: vigilância contínua do objeto, trabalhos de aproximação da parte do objeto, simpatia quase universal que suscita o romance em curso (LAGACHE, 1977, p.138, tradução da autora)

Nesse tipo de afecção, é esperado que o sujeito não aceite a recusa do objeto em amá-lo, muitas vezes, gerando reações agressivas inconformadas.

Antes de Clérambault (1999), Freud (1996) já havia falado da erotomania e de outros quadros patológicos associados a manifestações passionais e à paranoia, ao conceituar sobre o caso Schreber. Ele construiu quatro fórmulas de uma linguagem inconsciente elucidativa dos conflitos psíquicos envolvidos no delírio, nomeadamente, na paranoia persecutória, na paranoia de ciúme, na megalomania e na erotomania. Para Freud (1996), o elemento gerador do delírio

dependeria de contradições na gramática inconsciente responsáveis por tamponar a *ferida narcísica* e a bissexualidade recalcada.

Na erotomania haveria uma inversão do sujeito da ação, de modo a projetar o próprio desejo amoroso no objeto; processo sintetizado na seguinte fórmula: “*Eu noto que ela me ama. Eu não o amo – eu a amo porque ELA ME AMA*” (FREUD, 1996, p.71). Os delírios de perseguição na paranoia seriam sintetizados de outra maneira: “*um homem ama outro homem*”; esse sentimento é recalcado e, ao retornar à consciência, a própria ação, através da transposição do verbo em seu antônimo, é substituída de modo a tornar-se tolerável para a consciência, resultando na fórmula: “*Eu não o amo. Eu o odeio*” (*ibid.*). De modo projetivo, a proposição inconsciente se transformaria por sua vez em: “*Ele me odeia, portanto, ele me persegue*” (*ibid.*)

No delírio de ciúme, a equação inconsciente passaria também por uma espécie de inversão: “*Não sou eu quem ama o homem [rival] – ela o ama.*” (FREUD, 1996, p.72), projetando o desejo homossexual recalcado no outro, desejo este travestido de ciúme, em gradações que podem variar da normalidade ao delírio (FREUD, 1932). Na projeção do ciúme, o sujeito é capaz de captar os mais singelos sinais do desejo de infidelidade da companheira – algo que seria rapidamente descartado em manifestações de um ciúme normal – embora a projeção não necessariamente implique na aparição de um nível delirante, como acontece na paranoia de ciúme (FREUD, 1932).

Por fim, na megalomania, a proposição fundadora do sintoma assumiria uma faceta totalizante: “*Não amo de modo algum – não amo ninguém [...] Eu só amo a mim mesmo.*” (FREUD, 1996). Aí haveria uma supervalorização de si próprio como objeto amoroso, narcísico e “hiperinvestido”, recusando todo e qualquer tipo de dependência ou subordinação ao outro.

Enquanto na paranoia persecutória haveria uma inversão do afeto representado pelo

verbo (*eu o amo* substituído por *eu o odeio*, portanto ele me odeia e me persegue), na erotomania o sujeito que ama é quem será substituído. Ao erotômano só resta ser amado. Nas palavras de Freud: “*essas afeições começam invariavelmente não por qualquer percepção interna de amar, mas por uma percepção externa de ser amado*” (FREUD, 1996, p. 71). O mais importante nesse quadro é a potência com que o traço narcísico, em vias de se reafirmar, pode levar a uma conduta criminosa caso o objeto de amor não corresponda à fantasia delirante na demanda de reciprocidade. O erotômano chega a culpar o sujeito, fonte de seu delírio, por não assumir a paixão fantasmática que, de fato, não existe. É comum construir sua fantasia com pessoas famosas, totalmente inacessíveis, afirmando que percebeu “um olhar”, “uma palavra” ou “um gesto” que revelava o intenso amor do outro por si mesmo. Não tolera, enfim, a discrepância entre o desejo do outro e a expectativa onipotente de ser amado.

Fazendo um paralelo com formulações de Racamier (1990) acerca da paranoia, pode-se pensar que a erotomania também esteja associada à projeção da experiência de passividade inconsciente. Ora, o amor narcísico (Freud, 2004) tem como fim o fato de ser amado. Porém, como amar nem sempre condiz com a retribuição do objeto de amor, o sujeito da ação “amar” seria relegado ao outro na medida em que a fantasia de ser amado seria o resultado final de uma ação defensiva bem-sucedida para o sujeito. Na erotomania existe uma reedição da passividade vivida na experiência de satisfação primária com a mãe (FREUD, 1996), em que o sujeito é preservado inconscientemente do risco implicado na ação de amar, dado um suposto investimento materno massivo que impediria a diferenciação do eu. *Objeto perdido* por excelência, o afastamento inevitável do objeto de amor produz uma “ferida narcísica” exacerbada evitada a todo custo pelo erotômano, assim ocorreria uma “estruturação” falha do eu, e suas relações objetais ten-

deriam a malograr. Na erotomania a demanda amorosa é projetada como se proviesse de uma paixão avassaladora do próprio objeto, vítima de um investimento massivo e querelante de um sujeito passivo, destinado exclusivamente a ser amado. A loucura erotômana atinge o apogeu quando o sujeito recebe as negativas do outro, então, a única saída percebida passa a ser destruí-lo. Um exemplo do fenômeno passional violento na erotomania é o filme **Atração Fatal** (1987, EUA), guardadas as devidas reservas. No entanto, a erotomania só aconteceria em alguns poucos criminosos passionais.

Levando em conta a dinâmica psíquica de pessoas que matam ou agridem por ter sido abandonadas ou traídas em casos mais numerosos e comuns, esse ato costuma ser percebido instantaneamente como “justificável”, pois o sujeito afirma ter se sentido lesado pela(o) companheira(o) de outrora. Há a composição de fenômenos descritos como uma “sensação de injustiça sofrida” e o “complexo de inferioridade”, corroborados por De Greeff (1973) e por Lagache (1986) como parte patente da narrativa de criminosos passionais. O psiquiatra forense Maurice Korn (2003) compilou alguns relatos de condenados, em que os sujeitos afirmam-se arrependidos do crime cometido, e dizem com remorso não saber direito o que os moveu.

Mas, mesmo que reação passional violenta surja de uma infidelidade consumada em uma relação real e duradoura, ela se funda nos fantasmas do sujeito, fomentados por um ciúme crescente que impede o luto de objeto e a separação. O ato impulsivo de *assassinar por excesso de amor* conota a ação num rompante de cólera e deve ser visto como uma condição destrutiva multifatorial dependente das circunstâncias do ato, da relação e da história subjetiva.

Edith Jacobson (1985) estabelece um vínculo entre a necessidade de traição e a passagem ao ato em certos pacientes paranoides. A “provocação” de um terceiro se imiscui na

relação dual e leva à emergência de conflitos arcaicos vividos na esfera familiar primitiva, em que um dos pais ou mesmo ambos teriam o funesto costume de desqualificar o filho. A criança, colocada numa posição de inferioridade, daria vazão para suas pulsões destrutivas através de agressões motoras, na tentativa de afirmar sua força, domínio e onipotência narcísica negada pelos pais. O sujeito passional adulto encarnaria repetitivamente esse lugar inferiorizado sempre em vias de revidar qualquer “provocação” de modo impulsivo passando diretamente ao ato violento. Num contexto de ciúme exacerbado típico da paranoia, haveria então uma necessidade inconsciente de ser traído(a) (Jacobson, 1985), dada a busca compulsiva por relações trianguladas, em que um terceiro sempre estaria à espreita. A passagem ao ato homicida naquilo que chamei outrora de *crimes no triângulo amoroso* (ARREGUY, 2011) pode ser então compreendida a partir da presença de uma *potencialidade passional* (AULAGNIER, 1979), também passível de atualizar um *potencial psicótico* (AULAGNIER, 1975), em que as influências do meio cultural costumam ser facilitar a irrupção da violência em casais.

A diferença entre a paranoia de ciúme e a psicose passional do tipo erotômana estaria na possibilidade ou não de “triangulação” da estrutura psíquica, como bem mostra Melanie Klein (1991) ao definir os mecanismos da inveja e do ciúme. Nas psicoses passionais os aspectos narcísicos exclusivamente diádicos seriam predominantes. Na paranoia, haveria uma interiorização do terceiro, embora este deva ser eliminado. Segundo Aulagnier (1975), na paranoia, a função paterna é internalizada pela criança, porém de modo depreciativo, fixando afetos de rivalidade e hostilidade salientados pela mãe. A ambivalência afetiva é intensificada na medida em que os pais estabelecem uma relação de guerra íntima, em que existe relação sexual, contudo a simbolização dessa relação é desqualificada. O coito é concebido pela criança

como uma forma de violência, donde se desenvolveriam fantasias paranoides em que o sujeito se sentiria traído pela mãe, mas seria impedido de identificar-se positivamente ao pai, na medida em que ela o denigre perante o filho. Na paranoia os fantasmas da sexualidade e das origens seriam fundidos com a angústia de morte, pois o sexo seria concebido pela criança de forma sádica (FREUD, 1995) em que o pai se manteria na posição paradoxal de *perseguidor-perseguido* (AULAGNIER, 1975). Ademais, a criança seria incitada a odiar o pai uma vez que a imagem paterna é maculada pela mãe, identificando-se negativamente a ele, principalmente quando a conspurcação materna se funda na realidade, ou seja, quando o pai de fato agride a mãe diante da criança.

Essa relação querelante, composta de agressão, disputa e difamação, seria repetida pelo sujeito com seus futuros objetos amorosos. A presença real ou imaginária de um rival odiado seria então condição essencial para integrar o triângulo amoroso no modelo paranoico. No campo literário, o clássico romance *Otelo* de Shakespeare representa os efeitos da imaginação delirante ligada à suspeita de traição e à passagem ao ato homicida, ilustrando o padrão do homem que mata a mulher supostamente adúltera.

Lagache (1986), em seu tratado sobre o ciúme, *La jalousie amoureuse*, explorou detalhadamente a hipótese da existência de um ciúme homicida (*jalousie meurtrier*). Segundo Lagache (1986), no protótipo do crime passional em casais heterossexuais a mulher é, na maioria das vezes, a vítima. Já quando a mulher comete o crime, em geral o alvo prioritário do ataque é a rival, e não o marido ou amante traidor. Desse modo, haveria um emparelhamento entre a atuação criminal de homens e mulheres, pois ambos, preferencialmente, atacariam um terceiro do sexo feminino, seja a amada infiel, seja a rival da mulher traída. Essa constatação faz supor que a mulher representa com mais intensidade o objeto a ser eliminado, já que a relação

primitiva com a mãe reconduz situações de abandono ou rejeição inconscientes vivenciadas de forma demasiadamente castradora na infância de sujeitos que se tornam criminosos passionais. A quebra na identificação materna primária com alto teor narcísico de idealização, sexualização e violência seria, portanto, intolerável. A mulher no triângulo amoroso violento remeteria à figura de uma mãe tirânica percebida inconscientemente como objeto amado, mas traidor por excelência. Embora a resolução edípiana seja diferente em cada sexo, em ambos, a mãe encarnaria o objeto perdido para o pai, ou para uma função terceira (BALIER, 2005) que o valha, seja o trabalho, os irmãos, um ideal, ou tudo aquilo que se interpõe na relação exclusividade entre mãe e bebê.

Nos crimes passionais, há de todo modo questões atreladas a um terceiro termo, real ou fantasiado, que tem o poder de incitar a dúvida e a insegurança em relação ao amor de objeto. A função de incitação do ciúme por um terceiro foi ironizada por Machado de Assis no romance *Dom Casmurro*. Machado recorre ao estilo intertextual quando usa a expressão “*Uma ponta de Iago*” para descrever a atitude de José Dias, espécie de agregado fuxiqueiro que estimula “a primeira mordida de ciúme” em Bento Santiago, ao atribuir “*olhos de cigana oblíqua e dissimulada*” a Capitu. José Dias afirmou ainda que Capitu vivia interessada por qualquer “peralta” que passasse pela rua. Essa fala abriu a mais viva ferida de ciúme em Bentinho, reatualizando a fala anterior, numa construção traumática que remete à definição freudiana do trauma constituído *a posteriori*. *Otelo*, de Shakespeare, também entra em quadro delirante a partir de uma incitação externa do ciúme, produzida pela intriga de Iago. Esse personagem representa a “terceira pessoa” que ocupa a função maledicente de instigar o ciúme e a subsequente construção vingativa. A diferença é que Bento se fixa numa dúvida passional, da qual não consegue se desencilhar, ao contrário de Otelo que mata por

aderir à certeza da traição. Assim, aquilo que o outro diz – no contexto literário: Iago ou José Dias – pode eliciar uma ação violenta, dependendo da susceptibilidade do agente, ou ainda, de sua fragilidade narcísica e das condições psíquicas que possui para refrear o desejo homicida. Em *Dom Casmurro*, o protagonista desiste de assassinar seu filho, que desconfia ser bastardo, ao planejar dar-lhe veneno, justamente por sua predisposição melancólica à dúvida. Bento consegue se conter e vai ruminar sua dor através da escrita, tentando “unir as pontas da vida”, da velhice à adolescência, através da elaboração narrativa em primeira pessoa. Então, ele os afasta, mãe e filho, e sofre com a perda. Otelio, ao contrário, transita para o ato criminal, apegando-se a uma certeza fundada numa verdade delirante.

Esses romances mostram a combinação entre fatores psíquicos e sociais em que a diferença que estabelece a condição do crime depende em grande parte do contexto, já que o outro enquanto um terceiro maledicente influencia no crime. Configuram tragédias amorosas compostas de solidão, idealização, projeção, agressividade, rivalidade e, sobretudo, de *passagens ao ato* como tentativa de assegurar a existência subjetiva.

Enfocando o papel da cultura como terceiro termo internalizado enquanto ideal a ser seguido com a exigência de um gozo moral sádico, o psicanalista brasileiro, Porto-Carrero (1934) assinalou a existência de crimes passionais em que o supereu coletivo teria o papel de impelir, direta ou indiretamente, o supereu individual a cometer um crime. Esse autor define o “*delito passional por influência indireta do meio*” da seguinte maneira: (...) *engloba os indivíduos que, por Super-Ego [sic] vacilante, sofrem a sugestão difusa do ambiente e transformam o seu Super-Ego, à feição do Super-Ego coletivo. Assim, o indivíduo civilizado da cidade, que levaria aos tribunais, em qualquer capital, a quem lhe assacara (sic) injúrias impressas e assim ficaria satisfeito na sua honra e bem*

visto pelos seus concidadãos – esse mesmo indivíduo, transportado a regiões sertanejas onde a injúria se lava com sangue, ver-se-ia obrigado a matar o insultador; até porque os habitantes da região se ririam dele, se acaso levasse a questão aos tribunais. Assim, os crimes passionais podem estar apoiados na lógica da honra, através da atribuição da desgraça ritual configurada pejorativamente pelo “estigma do corno” (ARREGUY, 2007). A intriga advinda de um terceiro teria o poder de fazer um “curto-circuito” no equilíbrio psíquico precário do sujeito com tendências passionais (AULAGNIER, 1979; Amaral, 2000). Mesmo contando com a influência indireta do meio, por injunções superegoicas coletivas sarcásticas e gozadoras, a responsabilidade subjetiva é inalienável. A perspectiva de que todo crime comporta uma forma de gozo amplia a teoria do “criminoso por sentimento de culpa”, proposta por Freud (1996), e explorada por autores de diferentes períodos e grupos psicanalíticos, como Reik (1973), Lacan (1966) e Bergler (1969). De um modo ou de outro, a ação criminal faz pensar numa tendência sádica, mas, a necessidade de autopunição pela culpa inconsciente os faria associar o gozo sádico de modo secundário a um gozo masoquista primário, este mais diretamente atinente ao embate subjetivo com a Lei. Bergler (1969) afirma que a punição falha em prevenir e eliminar o crime, pois é justamente esse constrangimento externo que os criminosos buscam. O “criminoso por sentimento de culpa” é um sujeito que deseja inconscientemente ser punido, dado o ódio inconsciente voltado contra o próprio *eu*. A agressividade de fundo masoquista (BERGLER, 1969) seria, portanto, uma forma predisponente em casos passionais típicos, em que há uma maturação prolongada e conflituosa, diferindo da concepção de um crime frio e calculado, como seria o crime conjugal “por dinheiro”. Mijolla-Mellor (1995) diferenciou os crimes passionais dos “crimes conjugais”, como se segue:

O crime conjugal não se confunde com o crime passionnal no sentido que se tem o costume de dar ao termo, pois se o homicida mata, não é por amor decepcionado transformado em ódio, mas a fim de se desembaraçar de um companheiro castrador e desinvestido que lhe barra o caminho para levar a cabo uma outra empreitada amorosa (MIJOLLA-MELLOR, 1995, p.59, tradução da autora)

Esses crimes conjugais estão relacionados ao interesse financeiro na eliminação do(a) companheiro (a), por vezes, combinada previamente com o(a) amante. Costumam ser casos em que o marido é morto pelo amante para ficar com a mulher e, ambos, desfrutarem da herança. Nos crimes conjugais os traços perversos seriam pregnantes, envolvendo uma perspectiva de lucro, ou seja, certo ganho financeiro com o assassinato do terceiro, mais incômodo do que odiado. O *expert* psiquiatra Scherrer (1980) periciou caso exemplar em que o amante mata o marido e fica com a esposa herdeira. Ela passa a viver com assassino de seu marido e a sustentá-lo com o dinheiro recebido da herança logo após o fato do amante homicida ter cumprido pena.

No intuito de aprofundamento do diagnóstico diferencial, há também casos dados como “pseudopassionais” (LAGACHE, 1979), em que o assassinato é premeditado e estaria relacionado à paranoia típica e à ausência de ciúme. O surgimento da agressividade depende de uma disputa factual pelo objeto de amor na idade adulta, conformando uma espécie de “acerto de contas” tardio, *a posteriori*. Um exemplo de “pseudopassional” descrito por Lagache (1979) é o caso Fuget, que apresentarei resumidamente. Logo quando nasceu, seus pais estavam se divorciando; Fuget recebeu o nome paterno, porém aos seis anos foi renegado pelo pai e sofreu um processo de contestação de paternidade. Foi criado pela mãe e pelos avós maternos, que não falavam do pai para ele. No decorrer da vida, Fuget constituiu um histó-

rico de agressões em sua “ficha criminal”. Separou de seu primeiro casamento, que durou três anos, com uma cena de violência, por incompatibilidade de humor e por brigas envolvendo dinheiro, deixando sua filha com a ex-mulher. Foi condenado por abandonar sua primeira família sem pensão alimentícia. Casou-se novamente, buscando amantes após uns oito anos de casado. Então, a violência “pseudopassional” surgiu na relação com uma de suas amantes.

Fuget tentou assassinar Martin, marido de sua amante, com três tiros após este tê-la agredido. Até aí poderia ser considerado um passionnal típico que teria cometido o crime por honra, incitado pela intriga da esposa ofendida. Entretanto, Fuget havia comprado a arma com certa antecedência, parecendo ter aguardado a oportunidade “correta” para eliminar o rival, uma vez que o casal encontrava-se em franco conflito. Pode-se levantar a dúvida acerca da presença ou não do fator passionnal, pois houve a provocação de Martin que bateu publicamente na esposa, amante de Fuget, dando a ele a prerrogativa para passar ao ato criminal. A tentativa de assassinato que cometeu contra Martin reproduz uma situação que parece estar ligada aos fantasmas decorrentes de suas frustrações infantis. É como se ele quisesse resgatar a imagem da “mulher-mãe”, ao proteger a amante contra um “marido-pai” tirânico. Ora, Fuget tentou eliminar o rival e não o objeto de amor, pois não tinha ciúme da amante, que designava apenas como “amiga”.

Esse caso pseudopassional guarda relações notórias com a paranoia típica (MIJOLLA-MELLOR, 2007). Fuget era autodidata, consciente de seus atos e, retroativamente, projetou seu ódio no marido representante do pai, reatualizando o sofrimento em relação à rejeição paterna, já que o marido legítimo agrediu a esposa, amante de Fuget. Os tiros contra Martin conotam assim uma tentativa de recobrar o ódio do pai que abandonara e humilhara a ele mesmo e a sua própria mãe. O autor do crime

execra qualquer relação positiva com o pai, mas se comporta de alguma maneira como ele, de modo identificado, pois o próprio Fuget também abandonara sua família (LAGACHE, 1979, p.65). Lagache descreve que Fuget apresentava conflitos com a autoridade no trabalho, desencadeando querelas com colegas, competindo e buscando posições de destaque. Suas reações violentas tinham uma função liberatória e justiceira. Ele teria atacado Martin premeditadamente, embora de certo modo, para além de se vingar, quisesse livrar a amante do conflito com um marido tirânico.

Sem a menor pretensão de esgotar o tema do diagnóstico diferencial de criminosos passionais, concluiríamos com a seguinte constatação: afora os erotômanos, em que a dualidade narcísica seria predominante, um fator comum nesses crimes é a impossibilidade de superar a triangulação da relação amorosa, depreciada pelo outro e encarnada pelo sujeito, através de passagens ao ato consideradas justificáveis, dada a incitação e indulgência cultural ainda muitas vezes presente nesses crimes.

Abstract

This paper emphasizes the main diagnosis criteria to the understanding of violent passion as defined by classical psychiatry, mainly through fundamental psychopathology and psychoanalytical knowledge. We turn to Clérambault and Freud's conceptual formulations, which gave basis to the diagnosis field of violent passions, and then increase these with contemporary psychoanalytical views. Another approach is through the description of a clinical and criminal case studied by Daniel Lagache, where the webbing between paranoia and jealousy, together with violence during the love act, makes one think about an hybrid kind of passion, defined by its opposite as pseudopassion. As a motto to the understanding of these concepts, some phenomenological aspects of the acting out on the tragedy of passion through literary examples well known on the works of Machado de Assis, as Don Casmurro, and Shakespeare's Othello.

Keywords: *Passionate crimes, Psychopathology, Psychoanalysis, Literature.*

Referências

- AMARAL, Mônica. G. T. O mal-estar na psicanálise entrelaçado com a regressão da subjetividade contemporânea: o que a desmedida do amor passional e o funcionamento-limite têm a dizer? *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.34, n.2, 2000, p.319-343.
- ARREGUY, Marília Etienne. O estigma do corno e a cultura da violência em casais. *Série Estudos em Saúde Coletiva*, n.223, dezembro. Disponível em: www.ims.uerj.br/sesc, 2007.
- ARREGUY, Marília Etienne. *Os crimes no triângulo amoroso: violenta emoção e paixão na interface de psicanálise e direito penal*. Curitiba: Juruá, 2011.
- AULAGNIER, Piera. La scène 'entendu' et sa mise-en-scène dans la paranoïa. In *Violence de l'interprétation*. Paris: PUF, 1975.
- AULAGNIER, Piera. *Les destins du plaisir: aliénation – amour – passion*. Paris: PUF, 1979.
- BALIER, Claude. La tiercéité à l'épreuve de la psychocriminologie. *Revue Française de Psychanalyse – Le tiers analytique*, t.69, n.3, p.703-715, 2005.
- BERGLER, Edmund. Crime and punishment; Differential diagnosis between "normal" and "neurotic" aggression; Mystery fans and the problem of "Potential Murders. In *Selected Papers*. New York: Guine & Stratton, 1969.
- CLÉRAMBAULT, Gaëtan Gatian de. Os delírios passionais: erotomania, reivindicação e ciúmes. *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*, v.II, n.1, mar./1999, p.146-155. PUC-SP/UNICAMP, 1921.
- DE GREEFF, Etienne. *Amour et crimes d'amour*. Bruxelles: Charles Dessarts, 1973.
- DUTRA, M. C. Bechelany. *As relações entre psicose e periculosidade: contribuições clínicas da concepção psicanalítica de passagem ao ato*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH, UFMG, 1999.
- EIGUER, Alberto. *Le pervers narcissique et son complice*. Paris: Dunod, 2003.
- FERRI, Enrico. *O delicto passional na civilização contemporânea*. São Paulo: Saraiva, 1934.
- FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)*, v.I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Sobre as teorias sexuais das crianças. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)*, v.IX. RJ: Imago, 1995.
- FREUD, S. Relato autobiográfico sobre um caso de Dementia Paranoide. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)*, v.XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. À guisa de introdução ao narcisismo. Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)*, v.1. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- FREUD, S. Quelques types de caracteres dégagés par le travail psychanalytique. In *Oeuvres Complètes. Psychanalyse*, v.XV. Paris: PUF, 1996.
- FREUD, S. De quelques mécanismes névrotiques dans la jalousie, la paranoïa et l'homossexualité. *Revue Française de Psychanalyse*. T.5, n.1, 1932, p.301-401.
- FREUD, S. Des Types libidinaux. In *Oeuvres Complètes*, v.XIX. Paris: PUF, 1995.
- JACOBSON, Edith. "Passage à l'acte et besoin de trahison chez les patients paranoïdes". In *Les dépressions, états normaux, névrotiques et psychotiques*. Paris: Payot, 1985, p.306-321.
- KLEIN, Melanie. Inveja e gratidão. In *Obras Completas*, v.3. RJ: Imago, 1991.
- KORN, Maurice. *Ces crimes dites d'amour*. Paris: L'Hartmann, 2003.
- LACAN, J. (1950). Introduction théorique aux fonctions de la psychanalyse en criminologie. In *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.
- LAGACHE, Daniel. Passions et psychoses passionnelles. In *Oeuvres*, v.1. Paris: PUF, 1977.
- LAGACHE, Daniel. Erotomanie et jalousie. In *Oeuvres*, v.I. Paris: PUF, 1979.
- LAGACHE, Daniel. Contribution à l'étude des idées d'infidélité homossexuelle dans la jalousie. In *Oeuvres*. v.I. Paris: PUF, 1979.
- LAGACHE, Daniel. *La Jalousie Amoureuse*. Paris: PUF, 1986.

LAGACHE, Daniel. Contribution à la psychologie de la conduite criminelle. In *Oeuvres*, v.2. Paris: PUF, 1979.

MIJOLLA-MELLOR, Sophie de. *Meurtre familial. Étude psychanalytique sur Agatha Christie*. Paris: Dunod, 1995.

MIJOLLA-MELLOR, Sophie de. *La paranoïa. Que sais-je?* Paris: PUF, 2007.

PORTO-CARRERO, J. V. *A psicanálise do crime passionnal*. Arquivos de Medicina Legal e Identificação, v.IV, n.9. Rio de Janeiro, 1934, p.165-174.

RABINOWICZ, Léon. *Le crime passionnel*. Paris: Librairie de Sciences Politiques et Sociales, 1931.

RACAMIER, Paul-Claude. La paranoïa revisitée. *Perspectives Psychiatriques*, 29eme année, n.21/I, (nouvelle série), 1990, p.8-21.

REIK, Theodor. *Le besoin d'avouer: psychanalyse du crime et du châtement*. Paris: Payot, 1973.

RINALDI, Alessandra de A. *A sexualização do crime no Brasil: um estudo sobre a criminalidade feminina no contexto de relações amorosas (1890-1940)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Univ. Estado do Rio de Janeiro/UERJ, 2004.

SCHERRER. (1980). Le crime passionnel. In *Aproche clinique de la Psychiatrie*, t.3, p.490-535. Villeurbane: SIMEP.

RECEBIDO EM: 15/02/2012

APROVADO EM: 22/02/2012

SOBRE A AUTORA

Marília Etienne Arreguy

Professora Adjunta II – Psicologia, Educação e Humanidades na Universidade Federal Fluminense – UFF. Doutora em Saúde Coletiva pelo IMS-UERJ e em Pesquisas em Psicanálise e Psicopatologia pela Universidade de Paris Diderot – UP7. Associada à Associação Internacional de Interações da Psicanálise e Associada ao Fórum do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

Endereço para correspondência:

Rua do Russel, 496/510 - Glória
22210-010 - Rio de Janeiro/RJ
E-mail: mariliaetienne@id.uff.br

Tempo e memória

Time and memory

Miriam Elza Gorender

Resumo

Este trabalho procura uma melhor compreensão dos mecanismos do esquecimento e da memória, enfatizando a importância não apenas do que é lembrado, mas, principalmente, de como a possibilidade de esquecer é fundamental para a formação de nossas memórias. Há uma ênfase no conceito da memória enquanto construto, e na aplicação deste conceito à Psicanálise.

Palavras-chave: Memória, Esquecimento, Temporalidade, Repetição, Borges.

Pois, agora que sei disso, tratarei de esquecê-lo o mais depressa possível.

In Um Estudo em Escarlate
CONAN DOYLE

Santo Agostinho de Hippo, no século V, comentou que ele sabia muito bem o que o tempo era – até que alguém perguntasse.

Julio Eduardo de Castro (CASTRO, 2008, p.61) sintetiza o tempo como um conceito/construto que atravessaria praticamente todos os saberes, populares, míticos, das ciências humanas ou duras. Este construto conceitual não é uniforme, variando grandemente a depender do ângulo por onde se tenta vê-lo. Darei um exemplo do tempo visto pela física, retirado de artigo da Scientific American, para demonstrar brevemente como há conceituações do tempo que fogem totalmente do esperado pelo chamado senso comum:

Matematicamente, o tempo é um espaço unidimensional, usualmente presumido como contínuo, ainda que possa ser quantificado em discretos “cronons” como quadros num filme.

O fato de que o tempo pode ser tratado como uma quarta dimensão não significa que é idêntico às três dimensões do espaço. O tempo e o espaço participam da experiência diária e da teoria física de formas distintas. ... Por outro lado, muitos físicos acreditam que

nas menores escalas de tamanho e duração, o tempo e o espaço podem perder suas identidades separadas. – P.D.

Por convenção, a flecha do tempo aponta para o futuro. Isto não implica que a flecha se move para o futuro, não mais que a agulha de um compasso apontando para o norte indicaria que o compasso estaria se deslocando para o norte. Ambas as flechas simbolizam uma assimetria, não um movimento. A flecha do tempo denota uma assimetria do mundo no tempo, não uma assimetria ou fluxo do tempo. Os rótulos “passado” e “futuro” podem legitimamente ser aplicados a direções espaciais, mas falar do passado ou do futuro é tão sem sentido como se referir a o para cima ou o para baixo.

A conclusão mais direta é que tanto passado como futuro estão fixados. Por esta razão, os físicos preferem pensar no tempo como posto na sua totalidade – uma paisagem do tempo, análoga a uma paisagem (*timescape, landscape*) – com todos os eventos passados e futuros localizados ali juntamente... Resumindo, o tempo para o físico não passa ou flui (DAVIES, 2002, p.42-43)

Já Jô Gondar (GONDAR, 1996, p.70), em seu notável trabalho sobre a multiplicidade de tempos na metapsicologia, afirma que “a história da filosofia e da ciência clássicas é, paradoxalmente, uma história da recusa do tempo”. Cita Einstein, quando este diz que “o tempo não está na física”, e quando numa carta a Michele Besso chega a escrever: “Para nós, físicos convictos, a distinção entre presente, passado e futuro não é mais que uma ilusão, ainda que tenaz” (GONDAR, 1996, p.70). Para a ciência, o tempo é obstáculo à formulação de leis eternas e universais. Para a filosofia, está no caminho da busca às verdades eternas e absolutas. E a Psicanálise? Gondar (1996, p.68-69) faz notar de saída que o tempo só passa a interessar à investigação em Psicanálise quando é capaz de colocar o sujeito em questão, ou seja, ao participar de sua produção ou esfacelamento. Além disto, enquanto outros saberes buscam a eternidade como modelo do tempo, Freud sempre defendeu a visão do tempo enquanto finitude.

Como isto se coaduna com a questão da atemporalidade do inconsciente?

Dizer que o inconsciente é indestrutível ou atemporal não é a mesma coisa que dizer que é imutável. Isto se fixou como um dogma a respeito do qual não se pode questionar sem que alguém levante a voz para reafirmá-lo, “mas é atemporal”!

Vemos certamente na clínica a indestrutibilidade do desejo inconsciente, mas vemos também que este obedece à seta orientada do tempo, uma vez que está permanentemente aberto ao surgimento de novos desejos que vêm coexistir com todos os que os antecederam.

A concepção do inconsciente “atemporal” como um inconsciente não sujeito a mudanças o aproxima perigosamente da ideia de uma alma imortal, e o transforma em uma verdadeira vaca sagrada. O que é que observamos na clínica e que Freud denominou como atemporal? O fato de que no inconsciente não há nada que possa corresponder

ao conceito de tempo. Na verdade, a questão do tempo é o divisor de águas mais preciso na diferenciação entre os sistemas consciente e inconsciente, como visto no artigo sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. Gondar (1996, p.69) lembra que a construção das tópicos do aparelho psíquico não corresponde a uma espacialização, mas a uma distinção de lugares que não se baseia em localização, mas em modos de funcionamento. Desta forma, o princípio de realidade, característico do sistema consciente, baseia-se no reconhecimento dos paradoxos e da causalidade. Ambos se relacionam e dependem diretamente do conceito de tempo para a própria existência, especialmente a causalidade que implica vir a causa sempre antes do efeito, relação, portanto, puramente temporal.

O inconsciente, por sua vez, movido pelo princípio do prazer, não reconhece causalidade, paradoxo ou morte. Ou seja, não tem em seu funcionamento a possibilidade do reconhecimento do conceito de tempo.

Não há sequer na mente consciente uma imagem que possa corresponder ao tempo em si. Em toda e qualquer circunstância na qual o tempo possa estar envolvido, sua representação, tanto imaginária quanto simbólica, é equivalente à do espaço. O tempo para nós é sempre e apenas um espaço de tempo, um intervalo de tempo mensurável enquanto medida espacial. Falamos em tempo longo ou curto, estabelecemos uma linha de tempo, atribuímos ao tempo uma velocidade no transcorrer que, subjetivamente variável, de fato não existe. O transcorrer do tempo é mais bem representado por uma sequência de cenas que se justapõem e por vezes se superpõem. Um dos artifícios escolares para o aprendizado por parte de crianças do tempo e da causalidade são as peças ou cartas com cenas que, se colocadas na ordem correta, descrevem uma ação ou história. Nada impede, no entanto, que possam ser embaralhadas novamente e colocadas em qualquer ordem ou misturadas com outras sequên-

cias, exatamente como ocorre em nosso inconsciente.

Proponho agora uma questão. Há, em alguma instância da psique, uma representação própria ao tempo? Há, como vimos, um construto conceitual de grande complexidade, vinculado inclusive aos diversos modos de funcionamento das tópicas. Mas pode alguém representar o tempo em si? Toda representação temporal é realizada, como vimos, através de espacialização, sequencialização, etc. Mas que instrumentos temos, psiquicamente falando, para perceber a existência do tempo? O que o faz tão fundamental na construção do sujeito? Nossa única forma de percepção do tempo é através das águas turvas da memória. É somente pela comparação entre o percebido no presente e a memória do passado que podemos ter noção de mudança, de intervalo e de diferença. Nossa memória certamente não é em si linear, mas implica em uma representação do tempo a ser ordenado, embora este seja a cada momento sujeito a retranscrições e ressignificações. Lembremos que Lacan não apenas introduz o tempo no processo de subjetivação, mas o faz essencial a este. O tempo, e a memória que o possibilita, é o que permite o estabelecimento de diferenças.

Mas vamos acrescentar um pouco de leveza ao relato. Falemos de Lethe e Mnemósine. Mnemósine, mãe das musas, era a personificação da memória para os gregos, e Lethe o espírito do esquecimento. Ambas estão associadas a rios antagônicos. O beber das águas de Mnemósine outorgava uma memória total, enquanto que o beber do Lethe (cujas águas passavam pela caverna de Hypnos, personificação do sonho) produzia o esquecimento absoluto. Os gregos saudavam Mnemósine como benfeitora e invocavam seus favores. Plínio considerava uma bênção a possibilidade de ter uma memória extraordinária, e escreve:

“A memória, um bem absolutamente indispensável para a vida, é difícil dizer quem a teve mais sobressalente, sendo tantos que

alcançaram glória através dela” (apud QUIROGA, 2011, p.22). Quanto a Lethe, era evitada, e os mortos deviam beber de suas águas para esquecer sua vida pregressa, requisito para a reencarnação.

Diz Norberto Bobbio, em *O Tempo da Memória*, que “Dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. E eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos” (BOBBIO, 1997, p.30). Concordaria a Psicanálise com Bobbio? Diria que em parte. A Psicanálise certamente se ocupa da memória, não apenas a partir do “Projeto” no qual Freud especula sobre o mecanismo neuronal da memória, mas principalmente a partir do momento em que escreve que os neuróticos sofrem de reminiscências. Mas eu acrescentaria que para a teoria psicanalítica, e para a constituição do sujeito, não apenas é importante o que lembramos. É fundamental o que esquecemos.

Plínio considera uma virtude ter uma memória extraordinária. Jorge Luis Borges, que em 7 de junho de 1942 publica pela primeira vez, na seção Artes e Letras do jornal argentino “La Nación”, o conto Funes, o Memorioso, tem uma visão mais profunda e revela a memória enquanto maldição. Neste conto descreve a Irene Funes, que aos 19 anos, depois de uma queda de um cavalo, ao mesmo tempo fica paralisado e adquire uma memória absoluta. Assim o descreve Borges:

Num rápido olhar, nós percebemos três taças em uma mesa; Funes, todos os brotos e cachos e frutas que se encontravam em uma parreira. Sabia as formas das nuvens austrais do amanhecer de trinta de abril de 1882 e podia compará-los na lembrança às dobras de um livro em pasta espanhola que só havia olhado uma vez e às linhas da espuma que um remo levantou no Rio Negro na véspera da ação de Quebrado. Essas lembranças não eram simples; cada imagem visual estava ligada a sensações musculares, térmicas, etc. Podia reconstruir todos os sonhos, todos os entresonhos. Duas ou três vezes havia reconstruído um dia in-

teiro, não havia jamais duvidado, mas cada reconstrução havia requerido um dia inteiro. Disse-me: *Mais lembranças tenho eu do que todos os homens tiveram desde que o mundo é mundo*. E também: *Meus sonhos são como a vossa vigília*. E também, até a aurora; *Minha memória, senhor, é como depósito de lixo*. Uma circunferência em um quadro-negro, um triângulo retângulo; um losango, são formas que podemos intuir plenamente; o mesmo se passava a Ireneo com as tempestuosas crinas de um potro, com uma ponta de gado em um coxilha, com o fogo mutante e com a cinza inumerável, com as muitas faces de um morto em um grande velório. Não sei quantas estrelas via no céu (BORGES, 1972, p.120).

Borges afirma que este conto é uma grande metáfora da insônia. Quase ao final do conto diz que para Funes era muito difícil dormir, já que dormir era desligar-se do mundo. “Então me perguntei, suponhamos que há uma pessoa que não possa esquecer nada do que havia percebido, e é sabido que isto aconteceu com James Joyce, que no curso de um dia pôde expor Ulisses a milhares de coisas. Pensei em alguém que não pudesse esquecer estes eventos e que ao final morresse destruído por sua memória infinita” (QUIROGA, 2011, p.20-21).

Sobre seu breve encontro imaginário com Funes, Borges dirá ainda: “Havia aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, contudo, que não era muito capaz de pensar” (BORGES, 1972, p.124). Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos.

A partir de 1920 começaram a surgir relatos cientificamente documentados de sujeitos com memória extraordinária, sendo o primeiro o do russo Solomon Shereshevskii, estudado pelo psicólogo Alexander Luria, o qual publicou “A mente de um mnemonista: um pequeno livro sobre uma vasta memória, o sujeito S”. Após estudar S por um período de 30 anos, Luria não conseguiu encontrar

um limite para sua memória. No entanto S, como Funes, era bastante inepto para o raciocínio lógico (QUIROGA, 2011, p.24-27). A incapacidade para categorizar e abstrair e a inutilidade de uma categorização sem sentido são demonstradas também por Borges, com humor, em *O idioma analítico de John Wilkings*, ao citar a enciclopédia chinesa supostamente apócrifa *Empório celeste de conhecimentos benévolos*:

Em suas páginas remotas está escrito que os animais se dividem em: a) pertencentes ao Imperador; b) embalsamados; c) amestrados; d) leitões; e) sereias; f) fabulosos; g) cães soltos; h) incluídos nesta classificação; i) que se agitam como loucos; j) inumeráveis; k) desenhados com um pincel finíssimo de pelo de camelo; l) etcétera; m) que acabam de quebrar o jarro; n) que de perto parecem moscas (BORGES, apud QUIROGA, 2011, p.39).

O maior problema de S. não era lembrar, mas sim esquecer. Como Funes, que lembrava até os detalhes mais insignificantes e terminou seus dias em um quarto na escuridão, S. não podia esquecer coisas que já não eram necessárias, e estas lembranças se transformaram em um tormento. Tentou escrever em um quadro-negro para depois apagá-lo, mas ao dirigir-se ao quadro-negro os números ou dados que havia apagado podiam surgir de novo. Afinal deu-se conta de que a única maneira de apagar memórias não desejadas era evitando-as voluntariamente. Ao ler um texto, S tinha que lutar contra uma avalanche incontrolável de imagens e associações disparada por cada palavra. Em particular, a poesia requer um sentido figurativo, a ideia sugerida pelas palavras mais além de seu sentido literal e da imagem precisa que evocam por si mesmas. Não é então de estranhar que para S. a poesia fosse um pesadelo (LURIA apud QUIROGA, 2011, p.49-53).

Quanto então precisamos esquecer para que possamos lembrar? Sabemos que há vá-

rios tipos de memória. Algumas lembranças duram segundos ou minutos, outras podem durar anos. Em geral, quanto mais breve a memória, menos retemos dela. Alguém sem a possibilidade de transformar memórias de curto em longo prazo será como o personagem do filme *Amnésia*, ou o paciente HM (citado em mais de 2.500 artigos científicos) que teve ambos os hipocampus destruídos, passando a viver num eterno presente. Quanto a nós, retemos apenas pequena parcela destas memórias breves. O restante jamais será guardado. São como água que escorre pelas mãos. E a maioria das memórias de curto prazo se dilui irremediavelmente, mas a perda mais dramática de informação começa ainda antes, com a chamada memória sensorial. Não percebemos o mundo de uma vez e inteiro. Por exemplo, nosso campo visual enxerga com detalhes apenas uma pequena área de cada vez, do tamanho da unha do polegar visto com o braço estendido. Nossos olhos se movimentam continuamente, e a memória gerada dura apenas uma fração de segundo. Desta memória ultrabreve nossa mente forma as imagens do que vemos. O não lembrar deste processo é condição necessária para a formação de nosso mundo sensorial, que sempre será um construto, assim como o tempo.

E na análise, quanto precisamos esquecer para chegar às nossas lembranças inconscientes? Para a criação de um passado ressignificado precisamos desinvestir todo o conjunto insistente de memórias que mantemos como muros de uma confortável prisão. As memórias vinculadas à repetição e formação sintomática devem primeiro ser postas em xeque e ao final abandonadas. O não recorrer a uma memória é certamente uma das formas do esquecimento. É preciso que criemos um espaço vazio de memórias, um bloco mágico a ser preenchido, e que nele nos lancemos, um tempo vazio como Gondar o descreve a partir de Hölderlin, “vazio de toda ordenação e de qualquer conteúdo material ou mnemônico” (GONDAR, 1996,

p.82-87) e que chama de Áion, ou Eon como oposto a Chronos, tempo ordenado da lei e da determinação e encadeamento. Áion neste caso é o tempo caótico da estranheza, vinculado paradoxalmente à compulsão à repetição que impõe a ideia de algo “fatídico e inescapável, que nos subjuga a partir de nós mesmos”. Assim como o esquecimento é necessário à memória, este tempo que nos vem da pulsão de morte é fundamental para que, a partir do vazio e da estranheza, surja a fagulha da criação e da vida.

Abstract

This paper endeavors to reach a better understanding of the mechanisms of memory and of forgetfulness, underlining the importance not only of what is remembered but, especially, of how the possibility of forgetfulness is paramount to the formation of our memories. There is an emphasis in the concept of memory as a construct, and in the application of this concept to Psychoanalysis.

Keywords: *Memory, Forgetfulness, Temporality, Repetition, Borges.*

Referências

BOBBIO, N. *O tempo da memória*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

BORGES, J. L. Funes, o memorioso. In *Ficções*. São Paulo: Abril, 1972.

CASTRO, Julio Eduardo de. A psicanálise e o tempo. In *Psicanálise & Barroco em Revista* v.6, n.3: p.60-74, Rio de Janeiro: UNIRIO, jul.2008.

DAVIES, Paul. That mysterious flow. In *Scientific American*. Set./2002, p.40-47. New York.

GONDAR, J. A multiplicidade de tempos na metapsicologia. In Katz, C.S. (organizador). *Temporalidade e Psicanálise*. Petrópolis: Vozes, 1996, p.67-87.

QUIROGA, R. Q. *Borges y La memoria*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana S.A., 2011.

RECEBIDO EM: 05/03/2012

APROVADO EM: 12/03/2012

SOBRE A AUTORA

Miriam Elza Gorender

Médica. Psicanalista. Membro do Círculo Psicanalítico da Bahia. Professora adjunta do Departamento de Neurociências e Saúde Mental da UFBA. Doutora em Psicanálise pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

Endereço para correspondência:

Rua Humberto de Campos, 144/203
Centro Médico da Graça
40150-130 - Salvador/BA
Tel.: (71) 3247-5435
E-mail: miriamgorender@gmail.com

Um falso não todo¹

A false not-all

Patricia Léon

Resumo

“Um falso não todo”: o texto agrega novas pretensões ao debate sobre a sexualidade feminina iniciado em 1925 em torno da questão da primazia do falo proposta por Freud e levada por Lacan para além da castração – a partir da elaboração de outro espaço, o do não todo fálico. Mas a questão fora encoberta por dois erros: o primeiro, um erro lógico, que apresenta uma falsa equivalência estrutural entre o pré-edípico e o não todo fálico; o outro, erro “tópico”, situa de uma maneira errônea a devastação mãe-filha e, a partir desse ponto, conceitua uma dominância da mulher enquanto mãe e uma clivagem mãe-mulher que procede de um falso não todo equivalente à incompletude. Assim, a primeira parte deste trabalho resgata em Freud o que seria na realidade o pré-edípico e busca tratar o problema representado pela confusão entre o que seria uma condição inaugural que dá acesso a certas possibilidades de gozo e em que consiste o espaço do todo fálico e do acesso ao feminino visando desconstruir falsas suposições. A segunda parte se orienta a partir dos diálogos entre Wandla (14 anos) e sua mãe em *O Despertar da Primavera* de Wedekind. Este trabalho busca redefinir a fronteira entre o registro da devastação mãe-filha e o do não todo, propondo a leitura da devastação tal como um fechamento dentro da demanda, ilusória, de uma transmissão possível de uma essência do feminino (que poderia não passar pelo falo). A lógica do não todo contradiz esta falsa ideia, pois é a partir deste impossível a transmitir (apoiando-se sobre a função do falo) que a abertura em direção ao feminino pode acontecer. Mas se o “estrago da relação mãe-filha”, a devastação, é, ao contrário, pensada como uma prova que deve ser atravessada para que esta ilusão de constituir “um todo” seja superada, “acabamos dando consistência ao todo, isolando o acesso ao feminino no circuito fechado da relação mãe-filha”, o que encobre o real do fracasso, conduz a uma concepção de amor acobertando a impossibilidade da relação sexual e, procedendo de uma outra devastação, aquela que fecha para uma mulher a porta do encontro com um homem.

Palavras-chave: Devastação, Não todo fálico, Sexualidade feminina.

Não é sem razão que a questão do feminino permanece sendo um terreno propício ao erro e, portanto, à pesquisa. O debate sobre a

sexualidade feminina, iniciado em 1925 em resposta à elaboração freudiana da primazia do falo para ambos os sexos², se depara, a

1. N.T. : Artigo originalmente publicado como: Un faux pas-tout: Léon, Patricia, “Un faux pas-tout” in *Psychanalyse*, n.11, Ramonville Saint-Agne, Éditions Érès, 2008. Traduzido por: Elisa Renno dos Mares Guia.

2. Este debate concerne aos protestos de alguns analistas que se opuseram à ideia do desenvolvimento psicosexual da menina regido da mesma maneira que no menino, pela primazia do falo. Alexandre Abraham, Karen Horney, Hélène Deutsch, Ernest Jones, Mélanie Klein, entre outros, partem de uma concepção do falo enquanto objeto parcial e conseqüentemente de uma concepção de castração operando em diferentes momentos do desenvolvimento, opondo-se, assim, às teses freudianas da primazia do falo para ambos os sexos. Porém, para confirmar esta oposição, encontramos também algumas teses que argumentam a existência de um gozo primário feminino ligado a um conhecimento erógeno da vagina que acontece com bastante antecedência na vida sexual da

partir do ensinamento de Lacan, com outras ressonâncias, outras maneiras de “repetir” os mal-entendidos que continuam circulando sem fazer muito barulho. Entretanto, compensa esforçar-se para dissipá-los ou, ao menos, extrair questões que irão nos permitir prosseguir na direção correta.

Este texto toma, desde o início, o drama de Wedekind, *O despertar da primavera*, como bússola inspiradora, mais precisamente os diálogos entre a jovem Wandla e sua mãe. Esta peça de teatro abordada por Freud e Lacan busca mostrar, por um lado, como é falso dizer que o pré-edipiano freudiano encontrara, finalmente, sua lisibilidade com o “não todo fálico”; e, por outro lado, como seria falso supor uma espécie de equivalência estrutural entre o pré-edipiano e o “não-todo-fálico”. Podemos tentar identificar a partir de quais ideias esta superposição pôde se consolidar.

Este texto possui duas partes. A primeira busca identificar o ponto que nos faz vacilar, ou até mesmo emperrar, a lógica do “não-todo-fálico” no universo do todo que ela pretende contrariar. Na segunda parte, a leitura de algumas passagens extraídas da peça de Wedekind, nos levará a identificar como a ideia do “todo” cobre “o impossível da escrita da relação sexual”, sobretudo por uma determinada maneira de conceituar a dominação da mulher enquanto mãe e assim como a clivagem mãe-mulher é resultante desta concepção.

Para introduzir a primeira parte é importante pensar que vias foram ou poderiam ser empregadas para negligenciar ou contrapor, seguindo os passos de Lacan, a virada essencial feita por ele próprio em seu semi-

menina. O leitor pode buscar mais informações na revista *Psychanalyse* n.8, para ler na parte “A estrutura”, redigida por Fabienne Guillen, as teses e os principais autores deste debate chamado de “a querela do falo”. N.T.: Guillen, Fabienne, “La querelle du phallus” em *Psychanalyse*, n.8, Ramonville Saint-Agne, Éditions Érès 2006, p.65-72.

nário *Mais, Ainda*, indo além das fórmulas do desejo, lado masculino e lado feminino, formalizados em 1958 para corroborar a inscrição da diferença sexual nos seres falantes³. Ao mesmo tempo, é preciso dizer que em tais fórmulas, Lacan já atravessara uma concepção masculina do falo. Ao formalizar o desejo da mulher pelo matema, ele indica que seria pela via da falta fálica que a mulher se encontraria na maior proximidade com o inconsciente do Outro.

O passo dado por Lacan no seminário *Mais, ainda* permite traçar uma fronteira entre o registro do desejo no campo das identificações sexuais, registro que deixou Freud no enigma do feminino, o continente negro – “*Was Will das Weib?*”: o que quer uma mulher? – em outro espaço, um além do fálico, um “não todo” fálico.

Este passo dado por Lacan lhe permitiu indicar um gozo suplementar, que não pode se reduzir a um “pequeno algo a mais” do lado do desejo feminino. Não se trata de uma elaboração redobrando as fórmulas do desejo, e sim de outra lógica regida pela existência do gozo. O falo enquanto signifi-

3. Encontramos uma formalização do desejo do homem e da mulher em “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache” (em *Écrits*, Paris, Seuil, 1966). Neste texto, Lacan critica a personologia segundo Daniel Lagache, ele distingue o desejo feminino que opera a partir do Outro enquanto barrado, do desejo histórico situado em uma dialética que trata de sustentar a prevalência de um Outro não barrado. Quanto ao desejo masculino, uma mulher é para o homem causa de seu desejo; para ele a única maneira concedida para alcançar seu parceiro sexual, que é o Outro, é pela intermediação deste *a* causa de seu desejo – trata-se do fantasma. A função do falo (Φ) na sexuação enquanto significante que dá razão ao desejo é formulada: “A função (Φ) do significante perdido, ao qual o sujeito sacrifica seu falo, as formas $\Phi(a)$ do desejo masculino, $\mathcal{A}(\varphi)$ do desejo da mulher levam-nos ao final de análise, cuja aporia Freud nos legou na castração” (LACAN, 1998, p.690).

N.T.: LACAN, Jacques, “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade” em *Escritos*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998, p.690.

cante do gozo introduz a disparidade entre o gozo masculino e o gozo feminino: existe uma oposição de duas lógicas, uma do todo fálico e outra do não todo fálico. Com este passo a mais, o alcance das fórmulas do desejo é reduzido e a questão da castração encontra, assim, seus limites. De maneira precisa, a castração não seria mais obrigação. Para aquilo que é do feminino, trata-se de outra coisa. O outro gozo não exclui a referência ao falo, muito pelo contrário, ela é necessária, mas ela pode se situar somente em outra lógica, não conjunta.

Lacan exprime claramente: “Esse negócio da relação sexual, se há um ponto desde onde isto se poderia esclarecer, é justamente do lado das damas, na medida em que é da elaboração do não todo que se trata de romper o caminho. É meu verdadeiro tema deste ano, por trás desse *Mais, Ainda*⁴, e é um dos sentidos do meu título. Talvez que assim eu chegue a fazer aparecer algo novo sobre a sexualidade feminina” (LACAN, 1985, p.78-79).

Esse outro gozo é uma maneira de abordar o gozo próprio da mulher, mas também de compreender de outra maneira o infinito que se abre através da assunção do “não existe relação sexual”: “Há um gozo, já que nos atemos ao gozo, gozo do corpo, que é, se posso me exprimir assim [...] *para além do Falo*. [...] Há um gozo dela, desse *ela* que não existe e não significa nada [A mulher]. Há um gozo dela sobre o qual talvez ela mesma não saiba nada a não ser que o experimenta – isto ela sabe. Ela sabe disso, certamente, quando isso acontece. Isso não acontece a elas todas” (LACAN, 1985, p.100).

A famosa frigidez

Se a mulher nada sabe sobre este outro gozo, trata-se de um gozo que ela experimenta e do

qual ela não fala. Como abordá-lo além dos testemunhos de êxtase dos místicos em que Lacan encontra algumas referências? De maneira um pouco surpreendente, Lacan evoca a frigidez como uma das possíveis manifestações desse outro gozo: “Se simplesmente ela o experimentava, ela não sabia nada dele, o que permitiria muitas dúvidas para o lado da famosa frigidez” (LACAN, 1985, p.101).

A pretendida frigidez, para retomar o tom irônico de Lacan, seria reinterpretada a partir da perspectiva desse outro gozo, desta clínica do não todo. Não somente na ordem da defesa, mas como outra maneira de compreender um além do falo, cifra de uma transigência que dá acesso à outra sensibilidade, à outra forma de ausência, não somente como uma insensibilidade restringida.

De fato, nos lembramos que em seu texto “Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina” (LACAN, 1998, p.734), Lacan já havia lançado outra interpretação sobre frigidez, a de uma defesa ligada à castração simbólica: a mulher petrificada em uma identificação imaginária ao falo se encontra na impossibilidade de ter acesso à mascarada, aquela que pela presença do Outro da transferência pode finalmente se libertar, permitindo assim uma ascensão do papel sexual. Ou seja, graças à transferência é possível deixar de se identificar imaginariamente ao falo, abrindo assim uma via de acesso à mascarada. Podemos ver a qual ponto especificamente feminino não é possível fazer uma equivalência ao masculino. Se o tratamento pode alçar a frigidez, seria enquanto “desvendamento do Outro interessado na transferência que pode modificar uma defesa comandada simbolicamente” (LACAN, 1998, p.741)

Esta versão entra em contradição com aquela da frigidez como uma manifestação da existência de outra “maneira de gozar” sobre a qual seria impossível falar, por ser impossível fixá-la em um limite. Lacan supera ou introduz outra maneira de pensar a frigidez em seu seminário *Mais, Ainda*. Tal-

4. N.T.: Nesta passagem do seminário livro XX, Lacan utiliza a palavra *Encore*, que significa *Ainda* em português. Este seminário intitulado *Encore* na língua francesa foi traduzido para o português pela versão da editora Jorge Zahar como *Mais, Ainda*, 1985.

vez não se trate de uma substituição e sim de dois tipos de frigidez que devem ser diferenciadas: uma se trata de uma defesa, de um abaixo da mascarada. A outra seria um além, “manifestação” do “gozo suplementar”. Esse duplo registro, não necessariamente exclusivo, pode nos dar uma direção para delimitarmos do que se trata este outro gozo, a se diferenciar de todo gozo primário, pré-verbal, pré-genital.

Do irredutível de uma transmissão

Sem dúvida e apesar da ambiguidade e da dificuldade em descrever este outro gozo e de abordá-lo enquanto gozo próprio a mulher, é preciso considerar os traços deixados pelo Outro sexo até restituir o surgimento desta noção em psicanálise. É surpreendente que, em seu texto “Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina”, Lacan (1998) localize em dois momentos os desvios deste debate no centro da questão da divisão mulher-mãe. Pensamos que a maneira pela qual tratamos tal divisão serve também para ilustrar aquilo que fazemos do limite e do atravessamento. De que tratamos quando falamos de universo do todo fálico e do não todo fálico com relação à diferenciação entre mãe e mulher?

Não é impensável que o desdobramento entre mulher e mãe, desdobramento realmente legítimo, possa, dentro da psicanálise, acabar mascarando ou abolindo o mais-além que estava destinado a ser alcançado, a revelar-se. Se pensarmos a ultrapassagem de um todo fálico por um lado e pelo outro, como fazer para não cair na armadilha de fazer desses dois termos, mulher e mãe, a diferenciação factícia de duas incompletudes que acabariam entrando em acordo com uma visão positivista da castração? Como compreender aquilo do feminino que não se deixa totalizar em um desejo da mãe, aquilo que dele escapa, ou aquilo que delineia um além do simbólico no gozo da mãe? A mãe, enquanto Outro primordial, pode se passar ou não por mensageira junto ao seu bebê

deste mais-além do fálico? O desejo feminino, enquanto tal, representa a ausência da mãe? É disso que se trata? Aquilo que transborda, excede, se ausenta por um lado, separa ou descompleta necessariamente o outro? Lacan remarca que a psicanálise se perdeu dentro deste debate.

Digamos que, de início, trata-se de demarcar se esse impossível de se representar, de inscrever a relação sexual, pode encontrar sua porta de entrada, sua maneira de ser transmitido à criança no *filet du féminin*, dando lugar a emergência deste Outro, ao nunca diferente, Outro que continua sendo Outro, ou se, no recobrimento deste impossível das metamorfoses, das mentiras e dos silêncios que sempre fazem obstáculo a todo acesso ao real. Se o real é antinômico a toda veracidade, devemos evitar formalizar uma síntese da ordem de duas incompletudes nesta clivagem mãe – mulher obstruindo o impossível de ser representado nesta clivagem. Assim, Lacan (1998) denuncia “uma promoção *conceitual* da sexualidade feminina” através de uma teoria que se orienta progressivamente em direção às frustrações vindas da mãe: “Uma noção de carência afetiva, ligando sem intermediação às falhas reais dos cuidados maternos os distúrbios do desenvolvimento, é reforçada por uma dialética de fantasias das quais o corpo materno é o campo imaginário” (LACAN, 1998, p.734).

Mas também convém se perguntar, nos sugere Lacan, « ... se a mediação fálica drena tudo o que pode se manifestar de pulsional na mulher, notadamente toda a corrente do instinto materno. Por que não dizer aqui que o fato de que tudo o que é analisável é sexual não implica que tudo o que é sexual seja acessível à análise?” (LACAN, 1998, p.739).

A partir dessa questão, o caminho está aberto para pensar o limite de onde parte Lacan, para pensar o além do falo. Notemos que, se ele utiliza a palavra “instinto”, que ele recusa o tempo todo – ele sempre fala de pulsão –, seria para nos aproximar da maneira pela qual ele vai implicar o gozo nesta secção

entre libido e a natureza, para dar peso ao ir-redutível de uma transmissão sobre a qual ele não cessa de insistir. O limite imposto pelo falo designa a impossibilidade da escritura da relação sexual; tal limite inclui, assim, a unidade mãe – bebê, a entrada da criança na vivacidade enquanto objeto primordial, mas também que o senso não é somente suplência ao real do sexual, ele designa também um além – o sexual é inacessível ao senso (BRUNO, 2007). Esta inacessibilidade da análise do real do sexo pelo senso não impede uma abertura, outra maneira de impor limites.

Um antagonismo pouco elucidado

Uma vez trabalhada essa fronteira, que permite traçar um inventário da confusão entre aquilo que provém do desenvolvimento e aquilo que é da ordem da estrutura, Lacan se pergunta sobre o lugar que a questão do gozo feminino tivera nesse debate. E ele conclui que esse lugar se reduz ao antagonismo pouco elucidado entre o gozo clitoriano e a satisfação vaginal. O mistério continua, assim, redobrado de opacidade por aquilo que ele nomeou de “invioladas trevas do orgasmo vaginal” (LACAN, 1998, p.737). O gozo propriamente feminino encontra assim a sua pré-história na psicanálise neste antagonismo trivial. As analistas mulheres como Josine Müller, Lou Andréas-Salomé, Karen Horney, Hélène Deutsch quiseram insistir, mesmo se o fizeram de maneira um pouco restrita (uma certa maneira de ousar que encobre a timidez dessa iniciativa), sobre o fato de que ali existia um outro gozo, um gozo específico da mulher. Valor alusivo, sem dúvida, mas que não deve ser negligenciado, sob o qual devemos reconhecer não somente o papel devastador, mas, também sob outro plano, um papel que contribuiu em certo sentido para assinalar o caminho que restava e que ainda resta a ser percorrido sobre esta questão.

Sobre este trivial antagonismo, Lacan contrapõe a fórmula “A mulher não existe” para designar todo um campo que se abre para o gozo, acrescentando uma dimensão ao lugar do Outro: o Outro não é somente este lugar onde a verdade balbucia, ele me-

rece representar aquilo com que a mulher necessariamente possui relação: o gozo do Outro está fora da linguagem, fora do simbólico. “A mulher tem relação com S(A barrado), e já é nisso que ela se duplica, que ela não é toda, pois, por outro lado, ela pode ter relação com Φ ” (LACAN, 1985, p.109).

Retomemos então a nossa questão partindo de uma constante: se esta equivalência estrutural entre o pré-edipiano e o não todo tem o seu direito, é porque ela se apoia, em parte, na premissa de um gozo primário, aparentado a um tempo cronológico e não estrutural, gozo que re-envia ao tempo arcaico de um corpo a corpo mítico com a mãe. Esta falsa equivalência entre o pré-edipiano e o não todo fálico alimenta-se da polêmica em torno do amor mãe-filha e de uma possível transmissão de uma a outra essência da feminilidade. A continuidade entre “a devastação” e “o não todo” faz equivaler a dimensão não fálica do não todo ao encontro do Outro gozo. Este último pode invadir o sujeito enquanto gozador superegoico mortífero, ela pode manifestar-se na injunção do gozo do superego, mas no não todo fálico o apagamento do limite não pode se reduzir progressivamente na obscuridade deste gozo.

A maneira pela qual iremos acompanhar a peça de Wedekind, sobre a qual Lacan fizera um comentário em 1974⁵, irá permitir apenas a leitura de pontos de obstinação em que esta lógica do todo se confina. No prefácio de *O despertar da primavera* Lacan diz que Wedekind antecipa amplamente Freud pela ilustração do que seria o inconsciente. Ele também dirá que esta peça ilustra como *o irrisório encontro do real faz objeção “à ideia do todo”*, do Um, a esta realidade psíquica sustentada pelo gozo dito fálico, gozo fora do corpo, localizado, sintonizado ao significante com o qual o inconsciente nos entretém. A mulher do fato de que não existe A mulher, mas as mulheres, não é toda sujeito do inconsciente. A mulher, não pode se escrever sem barrar o “A”.

5. Lacan escrevera o prefácio de “O despertar da primavera” em 1974.

Vejamos a maneira pela qual Lacan introduz neste prefácio tal lógica, de que a própria mulher faz objeção à ideia de um todo.

Que o que Freud identificou daquilo que ele chama de sexualidade, faça furo no real, é que toca naquilo do que ninguém se sai bem, não nos preocupemos mais. [...]

Eu indiquei a ligação de tudo isso com o mistério da linguagem e com o fato de que seja propondo o enigma que se encontra o sentido do sentido.

O sentido do sentido é o que se liga ao gozo do menino como proibido. Certamente este nome não seria para interditar a relação dita sexual, mas para petrificá-lo na não relação que ele equivale no real.

Assim faz função de real, daquilo que se produz efetivamente, o fantasma da realidade ordinária. Para qual se desliza na linguagem aquilo que ele veicula: a ideia do todo, o que, portanto, faz objeção ao mais irrisório encontro do real (LACAN, 2001, p.562).

O pré-edipiano

A elaboração freudiana sobre “o que querem as mulheres” possui uma história. Pouco a pouco foram impostos os limites de suas primeiras generalizações com relação ao complexo de Édipo na menina e seus destinos. Ele chega a reformular sua posição através deste suplemento de liberdade e não pela teoria construída. Somente a clínica autoriza. “É a mãe delas que elas amaram de início e não o pai, tudo deve ser revisto”, diz Freud em 1931; ou ainda “Não podemos compreender a mulher se não levarmos em consideração esta fase de apego pré-edipiano à mãe” (FREUD, 1986, p.160).

As vias já indicadas por Freud – o constante da bissexualidade humana, a sexualidade infantil polimorfa, a primazia do falo – exigem outra organização face à descoberta da incidência deste período na vida da mulher. Em suma, Freud é obrigado a se interrogar de outra maneira sobre aquilo que seria do feminino nas mulheres. Além das questões de representações explícitas: às mulheres o feminino, aos homens a “masculinidade”, às

mulheres a passividade, aos homens a atividade. A forte ligação da menina com a mãe dissolve a equivalência entre o Édipo da menina e o Édipo do menino. A “desaparição dessa grande ligação com a mãe” na pequena menina destinada a ceder o lugar ao pai e a permitir a este abrir o caminho em direção à escolha de objeto definitivo, o homem, não é equivalente para a menina àquilo que é, para o menino, o amor pela mãe. As relações libidinosas da pequena menina por sua mãe são ricas em conteúdo e em complexidade. Freud nos conta que: “Nunca é fácil revelar a existência da formulação desses desejos sexuais precoces; o que se exprime de maneira mais clara é o desejo de fazer um filho à mãe, corresponde a colocar no mundo uma criança para ela. [...] O interessante destas investigações reside nos surpreendentes *trouvailles* de detalhes que elas nos trazem. É assim que, por exemplo, descobrimos que a angústia de ser morta ou envenenada – que pode formar mais tarde o núcleo de uma paranoia – é relacionada com a mãe desta época pré-edipiana” (FREUD, 1986, p.161).

Vemos nesse mesmo texto como Freud leva em consideração esta época pré-edipiana se apoiando naquilo que ele havia deduzido dos *estados fictícios* de organização pré-genital. Mas ele não retorna ao fato de que seria somente em um movimento de retroação com relação ao complexo de castração em sua relação com o complexo de Édipo que tais estados tomam seu valor de relação de objeto.

O que sinaliza o afastamento da mãe e da filha, sob forma de hostilidade, encontra sua raiz no complexo de castração. A pequena menina responsabiliza sua mãe pela sua falta de pênis. Para ela a sua castração é uma infelicidade individual. É somente depois, em um segundo tempo, que a privação da mãe, que sua castração irá permitir inserir a falta no simbólico da lei. Seu amor fora endereçado à mãe fálica; com a descoberta de que a mãe é castrada, torna-se possível deixá-la enquanto objeto de amor, de forma que os motivos da hostilidade, acumulados desde muito tempo, assumam o controle.

Assim, segundo Freud, se o destino da feminilidade se realiza somente no encontro com o homem, é importante insistir no

fato de que a identificação com a mãe está no centro da ligação pré-edipiana da filha com a mãe, e que Freud não cessa de ressaltar esse ponto como decisivo para o futuro da mulher. “A identificação na mulher, permite reconhecer duas vertentes: o pré-edipiano que repousa na terna ligação à mãe e a toma como modelo, e aquela que mais tardiamente, oriunda do complexo de Édipo, procura eliminar a mãe e a substituir pelo pai. As duas contam bastante para o futuro, estamos certamente no direito de dizer que nenhuma das duas vertentes não é superada de maneira suficiente durante o desenvolvimento. Mas é a fase da tenra ligação pré-edipiana que é decisiva para o futuro da mulher; é nela que se preparam as aquisições das qualidades com as quais ela irá mais tarde satisfazer seu papel na função sexual e cumprirá suas inestimáveis realizações sociais. É também nesta identificação que ela adquire o interesse pelo homem; que faz de sua ligação edipiana com sua mãe um estado muito amoroso. Mas em seguida não é, com muita frequência, que o filho obtém aquilo que ele havia procurado para si mesmo. Temos a impressão de que o amor do homem e o amor da mulher são separados por uma diferença de fase psicológica” (FREUD, 1986, p.180) Nesta formulação de Freud, muito pouco citada, vemos que somos enormemente habituados a falar da mãe e do pré-edipiano para acentuar seu efeito devastador. A maneira pela qual a identificação com a mãe é evocada, como condição de partida do desejo, é que dá abertura, em um certo sentido, às vias que conduzem ao gozo.

Sob essas perspectivas, como ler a questão da potência maternal?

O *Versagung*

Bem no início de seu ensinamento, Lacan afirma que a importância da ligação do humano com a mãe supre uma insuficiência vital: a ferida introduzida pelo efeito da prematuração específica do humano. O desmame já seria um recobrimento da angústia primordial que liga a criança à vida. Lacan diz que o que reencontramos enquanto traço da resolução do complexo do desmame é a estrutura da imago materna e que, se for

preciso definir a forma mais abstrata em que encontramos essa estrutura, deveríamos caracterizá-la desta forma “uma assimilação perfeita da totalidade do ser. Sob essa fórmula de aspecto um pouco filosófico, reconheceremos as seguintes nostalgias da humanidade: miragem metafísica da harmonia universal, (...), utopia social de uma tutela totalitária, todas saídas da obsessão do paraíso...” (LACAN, 1997, p.30).

Por que esse paraíso perdido, imemorial, continua a nos acompanhar sob este fundo de nostalgia de um gozo todo que, em suma, encontraria no gozo feminino seu direito de retorno? Será que esse direito de retorno de que falamos, ou o que dizemos de uma palavra que será impregnada de toda a profundidade do silêncio, não se trataria simplesmente de uma condição de partida que dá abertura a uma disjunção incomensurável?

Em seu livro *La fobie, le vivant et le féminin*, Isabelle Morin (2006), a partir da leitura do livro de Catherine Millot, *Abîmes ordinaires*, introduz a questão da relação entre o acesso ao gozo feminino, o consentimento ao feminino e “a condição de um certo abandono da defesa que permite ao sujeito evocar e suportar o eco da relação originária com a mãe. Trata-se da relação do bebê, não separado do Outro, antes do trauma da experiência de insatisfação primordial” (MORIN, 2006, p.317). A autora mostra como Catherine Millot aborda as experiências de êxtase deste gozo mítico ao qual ela não pode ter acesso, a não ser após um momento de abandono, de solidão racial que alivia a angústia primitiva que é a defesa. A conformação do fantasma como deleção da mãe ilustra “como a defesa contra o feminino se inicia em uma desvalorização do gozo vivido com a mãe que precede a resolução edipiana, para valorizar o gozo fálico. Esta recusa do feminino se situa no momento da sexuação, e a análise deve conduzir à resolução desta recusa, para introduzir o feminino propriamente dito, este relacionado ao gozo suplementar” (MORIN, 2006, p.322).

Esta dupla fonte de “abaixo da defesa” e de um “além do falo”, que havíamos destacado precedentemente com relação à questão da frigidez, pode ser novamente introduzida seguindo a ideia de recusa. Mas não no sentido de uma resolução que deve ser obtida, e sim de uma condição necessária que se abre em direção ao desejo e as vias, aos modos de gozo, à sua ilimitada indiferenciação.

A condição da recusa

Outra linha divisória entre o pré-edipiano e o não todo fálico se dá a partir desta maneira de compreender a recusa. A recusa enquanto condição de partida e de abertura para as identificações nos permite pensar como o sujeito, frente ao encontro com a coisa materna, consente em recusá-la ou em se deixar sugar por ela, se subtrair ou se abrir à vontade do gozo do Outro. Tal escolha será a base das condições de gozo do sujeito.

Lacan em seu seminário *A Transferência* nos incita a retornar à utilização do termo de *Versagung* na obra de Freud, com o intuito de revisar o seu uso em psicanálise a partir de sua tradução para “frustração”. A palavra original, *Versagung*, possui uma conotação que vai bem mais além de toda frustração concebível. A mãe insere a criança na demanda articulada, a demanda é demanda de satisfações de necessidades e como tal ela encontra a recusa, o *Versagung* (“*die Versagung*”), que vai dar lugar às primeiras identificações. Mas a demanda é também demanda de amor. A mãe, através da alternância de sua presença e de sua ausência, é o primeiro Outro, aquele por quem a criança capta a disparidade própria do simbólico e com isso o real além da mãe. De que maneira, senão através daquilo que é da sua feminilidade, ela pode se oferecer como Outro irredutível permitindo à criança emancipar-se? O *Versagung* é para a criança este operador que introduz a evasão do todo simbólico. A identificação é, ao mesmo tempo, causa e efeito do desejo, o desejo é impensável sem esta condição, sem esta possibilidade de recusa. Se, de fato, a criança

não possuía a possibilidade de se recusar essa servitude ao Outro, a articulação que faz laço de seu desejo ao desejo do Outro seria profundamente devastada, mortificada. Graças a esta condição de recusa, o desejo, em sua dependência estrutural ao desejo do Outro, não perde sua radicalidade.

Em 1912, em seu texto “Sobre os tipos de entrada na neurose”, Freud (1998) examina os fatores que desencadeiam a neurose. A questão não se instala nas diferentes formas de adoecimento, e sim nos fatores que o desencadeiam. Nas quatro configurações descritas por Freud, o conflito se situa entre a libido e a satisfação. Freud remarca que o desencadeamento da neurose está ligado a alguns elementos: ao fato de que as coisas *não são pensadas de acordo com as aspirações do sujeito*, é a recusa pela qual o sujeito é introduzido no conflito, e a certa incapacidade de se adaptar às exigências da realidade. Não seria então a *Versagung* que faz adoecer, e sim a abstinência, pois, para ela, o sujeito se interdita de superar, de dialetizar a *Versagung*.

Podemos dizer que a mãe porta a transmissão desta *Versagung* primordial e é neste ponto que se articula sua posição estrutural de Outro primordial. A *Versagung* deve então ser lida como possibilidade de uma recusa que toca a estrutura própria da palavra. Trata-se da instauração de um espaço reservado ao centro da promessa. A *Versagung* implica o fracasso da promessa e a falta de uma promessa na qual tudo já estava renunciado. Trata-se de um dizer privado, o de-dito⁶, que inclui bem a promessa induzida pela linguagem na realização do desejo e da decepção concomitante quanto à pulsão. A relevância do pré-edipiano toma seu valor aí, a partir desta condição de recusa que dá as condições de início das defesas e das identificações.

6. *Dé-dit*.

No seminário *O inverso da psicanálise* (LACAN, 1992), podemos ler a maneira pela qual esta condição de recusa aporta um estatuto particular à mãe, dá acesso a um campo de exploração a partir da questão da repetição. O que nos permite compreender e diferenciar essa expansão que não inclui o seu limite, incomensurável, que se abre para o não todo pré-edipiano:

Não se trata apenas de falar das interdições, mas simplesmente de uma dominância da mulher na condição de mãe, e mãe que diz, mãe a quem se demanda, mãe que ordena e que institui ao mesmo tempo a dependência do homezinho.

A mulher permite ao gozo ousar a máscara da repetição. Ela aqui se apresenta como o que é, como instituição da mascarada. Ela ensina seu pequeno a se exibir. Ela conduz ao mais-de-gozar porque mergulha suas raízes, ela, a mulher, como a flor, no gozo mesmo. Os meios do gozo são abertos pelo seguinte princípio – que ele tenha renunciado ao gozo fechado e alheio, à mãe (LACAN, 1992, p.73-74).

Se a mulher, como a flor, mergulha suas raízes do gozo, vemos de que se trata, são as imersões ilimitadas do gozo, do universo diversificado.

A questão é complexa e merece um estudo que realmente ultrapasse os jargões precedentes. Lacan fala aqui da divisão entre mãe-mulher colocando ao que concerne o gozo da mulher. Por um lado, “a máscara” (a palavra não é gratuita) da repetição permite a fixação do limite remarcando assim a irrupção do gozo. Por outro lado, o gozo de ousar, aberto às mil maneiras de manifestação e que define o particularmente feminino, não teria limite.

* * *

Nesta segunda parte, como anunciamos previamente, iremos nos orientar a partir do

texto de Wedekind (1974), *O despertar da primavera*.

“Por que você me fez um vestido tão longo, mãe?” Com esta frase, por este reproche a jovem Wendla dirige-se à sua mãe, começa o drama de Wedekind, *O despertar da primavera*.

Em sua intervenção sobre esta obra na Sociedade das Quartas-Feiras em Viena, em 1907, Freud destaca o mérito desta peça de teatro: “Nós não podemos deixar de pensar que Wedekind tenha um profundo entendimento sobre a sexualidade. Para se convencer basta ver como seu texto explicita diálogos de caráter sexual implícitos” (FREUD, 1907).

A peça conta a história de alguns adolescentes, meninos e meninas, tocados pela sexualidade e pelo emaranhamento desta à vida e ao chamado da morte. Esses adolescentes estão cientes de um saber sobre eles próprios, doloroso... que eles entraram em um impasse: o amor, o sexo, a verdade, Deus ou o ateísmo? Como sair disso?

Para resumir a história, algo na verdade impossível; Melchior e Moritz são dois amigos. Moritz “escolhera” a morte, Thanatos, seguindo o passo de Eros, a sequência de eventos face aos quais ele não poderá se distanciar, o que o impeliu a tomar essa decisão.

Segundo os dizeres de Lacan, Moritz consegue se excetuar desta lógica do todo, a qual é qualificada de menina por Melchior, mesmo se é *no além*, no mundo dos mortos que ele encontra seu lugar.

Melchior encontrara através do Homem mascarado a maneira de se reconciliar com a vida. O homem mascarado, a quem o autor dedica a peça (sutildade, mas que fala de Wedekind, para advertir o lugar deste Homem mascarado na trama do drama), se revela a Melchior no momento em que este hesita entre a vida e a morte. Ele convida Melchior, digamos assim, para fazer parte das coisas, naturalmente o que não é possível sem um atravessamento: aceitar “a aposta da transferência”, sair da reclusão a qual a castração se reduz somente a duplicação do

todo simbólico, realizado na fascinação pela morte.⁷

Em seu todo, poderíamos dizer, para retomar a palavra de Lacan, a peça ilustra bem aquilo que falha, é para cada um! E essa falha não acontece sem o despertar dos sonhos, sem a mediação do fantasma, ou seja, sem a parte que retorna ao saber inconsciente, cada um deve achar uma solução. Em face dessa aspiração, o que não corresponde nem a uma bipartição de natureza dada pela autonomia, em face desta aspiração a ser definida, a encontrar-se homem ou mulher, a desejar em homem ou em mulher, cada um deverá inventar sua solução.

Mas, havíamos dito, o saber inconsciente não diz tudo. Sobretudo ele não diz nada do sexo feminino, pois o feminino escapara ao significante. O sujeito, homem ou mulher, dispõe apenas do falo para se orientar em relação ao real do gozo.

Naquilo ao que concerne Wendla, a personagem principal, ela encontra Melchior, engravida dele e morre durante uma tentativa de aborto. Conjunção infeliz desta errância de Eros com a sexualidade e a reprodução.

Talvez seja importante entender a tonalidade de Freud ao falar sobre a peça para justificarmos a escolha de ler o texto explícito de diálogos, e particularmente os diálogos entre a jovem Wendla e sua mãe, na maneira pela qual o inconsciente, pela lógica de Um, trata o impensável da relação sexual. Freud diz que: “Eu considero uma notação muito refinada da parte de Wedekind, que mostra em Melchior e Wendla uma aspiração ao amor objetual sem escolha de objeto, pois eles não são minimamente apaixonados um pelo outro. O fato de que os pais de Wendla, a masoquista, não batem nela prova igualmente

que Wedekind não se deixa enganar pelos habituais clichês, senão ele a teria apresentado como uma menina que apanha em sua infância. Ela reclama do contrário, de não ter sido suficientemente punida. É verdade que, de maneira geral, os que apanharam de maneira severa na infância não se tornam masoquistas” (FREUD, 1907, p.103).

Esta alusão feita por Freud ao masoquismo de Wendla não deixa de nos evocar as fórmulas mais tarde lançadas por ele sobre a superposição entre masoquismo e posição feminina. De maneira radical, ele introduz a noção de masoquismo feminino. Mas notemos a passagem, pois não nos ateremos a este ponto, que esta superposição não designa o ser feminino e sim um lugar de objeto no casal sexual. Trata-se de uma “posição característica da feminilidade, que significa ser castrado, submeter-se ao coito, ou dar a luz”. Na peça de Wedekind, vemos enunciar-se claramente o laço entre o fantasma masoquista com o desejo edipiano. Esse desejo, Freud o formaliza sob a fórmula “apanhar do pai”⁸, que é substituído por “ser amado” no senso genital. Wendla não apanha de seu pai, mas ela o fantasia. Freud remarca este fato. Wendla insiste em saber como sua amiga Martha apanha: com o quê? Quando? Ela chega a propor a sua amiga substituí-la para poder apanhar. Mas o sentido dos diálogos mostra bem que aquilo que acontece através deste fantasma é uma interrogação sobre o casal sexual e sobre em que consiste a particularidade de um posicionamento feminino de um casal. O caminho traçado nos diálogos da peça com relação ao “masoquismo de

7. Expressão de Pierre Bruno. Em sua análise da peça de Wedekind, ele dá ao Homem mascarado o lugar de agente da castração para Melchior (“*Le complexe paternel: la masque et la toile*”, em Pierre Bruno e Marie Jean Sauret, *Problèmes de psychanalyse, Symptôme et Savoir*, APJL, 2006, p.155-160)

8. N.T.: No texto original encontramos a expressão “être battu par son père”, que traduzido ao pé da letra seria “ser batido pelo seu pai”, o que não possui coerência na língua portuguesa. A expressão “être battu” será utilizada alguma vez pela autora, mas não utilizaremos “ser batido”, que apesar de pouco coerente corresponderia melhor à ideia que a autora (e também Freud) busca transmitir, e sim “apanhar”.

Wendla” pode ser resumido da seguinte maneira: Martha, uma das meninas do grupo, conta que apanha de seu pai, a partir disso elas supõem e colocam em questionamento o gozo dos pais ao baterem em seus filhos, para enfim chegarem à questão: “Você sabe se você, você terá filhos? Você quer?”

A sutileza com a qual o diálogo mostra o deslizar, a substituição no inconsciente da posição de apanhar do pai por aquela de formular a aspiração feminina de ser amada por um homem. Vale a pena fazermos uma parada aqui:

Ato I, cena 3.

Wendla: – Com o que te batem, Martha?

Martha: – Vejamos. Oh, qualquer coisa [...]. Penso que com tudo aquilo com que eles encontrem seu prazer, com o que não assopre palavra. Se um dia eu tiver filhos, irei deixá-los crescer como uma erva danada em nosso jardim de flores. [...]

Wendla: – Você sabe se você os terá?

Martha: – Se você os tivesse, Wendla, o que você preferia, meninos ou meninas?

Wendla: – Os meninos, os meninos.

Martha: – Eu também. Preferia vinte meninos a três filhas. [...]

Se eu não fosse uma menina até então, certamente não gostaria de me tornar uma agora.

Wendla: – Eu acredito em você, Martha, uma questão de gosto! Tenho alegria todos os dias por ser uma menina. [...]

Mesmo assim eu gostaria de ter apenas meninos! [...]

Deve ser mil vezes mais exaltante ser amada por um homem do que por uma menina!(WEDEKIND, 1974, p. 55).

Wendla ilustra bem aquilo que ela procura através de seu esforço em imaginarizar a posição feminina através da máscara do masoquista – é simplesmente esta substituição de “apanhar” por “ser amada”, aquela que não possuiu outra função que não seja a de fazer suplência ao “não existe relação sexual”, para formular segundo Lacan.

Esse diálogo coloca em cena a questão de o que é ser uma mulher para um homem em um casal sexual, graças à mediação do fantasma masoquista que permite se aproximar e fazer ressurgir tal questão no inconsciente. Questão que se atém ao fato de que não existe, no inconsciente, escritura possível da relação sexual.

Outro exemplo de Wedekind, pela oposição mulher-filha, nos é apresentado por outra figura de mulher, em outra peça de sua autoria, *Lulu*. Trata-se da mulher fatal, a mulher que encarna o “saber sobre Eros”, “a tirania feminina”, aquela em que a única política existente é o erotismo... Destino transfigurador onde o extremo se realiza a cada vez, em cada encontro com a morte do homem, o que, por outro lado, dá uma razão a mais para argumentar a não existência de A mulher. Mesmo este personagem de quem Wedekind se serve pra exprimir a potência *alegre ou desastrosa de Eros* não faz nada além de apresentar a perspectiva daquilo que é da ordem da realização do fantasma erótico: matar o homem. Lulu em sua feminidade extrema também não é A mulher; sua questão se junta à questão de Wendla, mas pela via do erotismo: o que é uma mulher em um casal sexual? A mascarada indexa alguma coisa de especificamente feminino.

Wedekind apresenta esta mulher como grande dançarina, por quem diríamos que os outros não existem: “Ela se embriaga de sua própria beleza, pela qual podemos dizer que ela morre de amor”⁹. Mas, sobretudo, no momento em que um dos homens se pergunta o que ela tem, como podemos fixar o seu ser mulher? A resposta que nos é dada

9. Wedekind, F. *Lulu*, versão francesa e adaptação por Pierre Jean Jouve. Lausanne: Édition L'Age d'Homme, 1983, p.78. P.J. Jouve, seguindo o exemplo de Alban Berg, fundou em apenas uma tragédia as duas peças de Wedekind: *Espirit de la terre* et *La boîte de Pandora*, que têm em comum a figura de Lulu.

é a seguinte: “Ela já aprendeu desde criança a trocar a sua vestimenta” (WEDEKIND, 1983, p.78).

Lulu pergunta a um homem:

O que você acha de mim?

O homem: – Não seria melhor que eu não dissesse nada?

Lulu: – Eu falava do meu vestido.

O homem: – Sua costureira sabe mais sobre você, que não me é permitido o saber.

Lulu: – Como eu me olho no espelho, eu gostaria de ter sido um homem, meu homem.

O homem: – Você inveja de seu homem a felicidade que você oferece a ele.

Lulu e Wendla são duas maneiras de nos introduzir, a partir da função da mascarada feminina, a nossa questão. Retomemos então os diálogos de *O despertar da primavera* através de alguns cortes, esperando que sua limpidez e sua simplicidade nos ajudem a avançar a questão da não equivalência estrutural entre o pré-edipano e o não todo fálico.

Corte 1.

O reproche à mãe e a dependência da demanda (Ato I, cena 1)

Wendla: Por que você me fez um vestido tão longo, mãe? [...]

Se eu soubesse que você me faria um vestido tão longo, eu teria preferido não ter feito quatorze anos.

Em todo caso o meu vestido de menina fica melhor em mim do que esta camisola de noite. Deixe-me vesti-lo ainda mais uma vez, mãe! Ainda mais um verão (WEDEKIND, 1974, p.14).

O laço entre mãe e filha não é coincidentemente assim revelado nessas linhas que iniciam o drama de Wedekind. Reproche e demanda se articulam nesse diálogo em torno de uma história de vestido. O vestido é, iremos lê-lo desta maneira, uma espécie de

símbolo que permite elucidar o impasse do laço entre mãe e filha neste ponto tão delicado que concerne à transmissão da feminilidade.

Digamos que, apesar dela, a filha espera da mãe um vestido que a vestiria de um anseio fálico, mas, se é o vestido escolhido pela mãe e, sobretudo, se a mãe utiliza este vestido para fantasiar, ao seu bom modo, sobre a promessa de que asseguraria a transmissão da “boa” feminilidade à sua filha, este vestido será muito... muito alguma coisa... muito longo para nossa jovem Wendla... ou não suficientemente, não suficientemente alguma coisa: colorido, fino, moderno... Em todo caso, ele não serve e melhor assim! Nesta demanda de vestir o vestido que indexaria a singularidade da mulher, “o vestido-reproche” ou “o vestido-aspiração”, já apareceria como um espaço que cria fronteira, separação, face ao estrago de incondicionalidade de seu amor, do recobrimento ou da superposição da feminidade de cada uma.

E nesse sentido que não é sem razão que vemos aparecer sob a obra de Wedekind, nesse fundo de reproche endereçado por Wendla à sua mãe, a palavra que é tão familiar para os lacanianos: ainda! “Mãe, deixe-me o vestir [meu vestido], o antigo, não esse que você acabou de dar-me, o meu vestido de menina, ainda mais uma vez, ainda mais um verão somente” (WEDEKIND, 1974, p.17).

Poderíamos sem dúvida dizer muitas coisas sobre essa passagem de ser menina a tornar-se mulher marcada por esta mudança, por este tempo de suspensão que Wendla introduz e ao qual sua mãe consente, como se fizesse amenamente o tornar-se mulher de sua filha que se deixará, enfim, ser apropriada:

A mãe: Sei somente dizer. Guardarei-te bem como você é, minha criança [...] Vai; vai e guarde seu vestido de penitência no armário! E em nome do céu coloque novamente o seu vestido de menina. Na ocasião, eu irei acrescentar na barra uma bainha, da largura de uma mão (WEDEKIND, 1974, p.17-18).

Revelar sob este fundo de reproche e de demanda a palavra “ainda” não é supérfluo. “... Ainda”, nos diz Lacan, “é o nome próprio desta falha de onde, no Outro, parte a demanda do amor” (LACAN, 1985, p.13). “Ainda”, é a palavra que se impõe para frear esse caminho onde a recusa e os dons da mãe se inscrevem no inconsciente da criança, fazendo, por um lado, espelhar a feminilidade, e por outro lado, se confrontar no lugar de um insondável enigma, a sombra de uma obscura ameaça. Mas se é verdade que o amor demanda o amor, este amor entre mãe e filha pode ser prisioneiro da ilusão de uma transmissão possível da feminilidade, da essência da feminilidade. É este limiar entre o insondável da demanda e a impossibilidade de representar a feminilidade que pode estar sem cessar sobre o ponto de ser atravessado. É neste limiar que o poeta nos interpela.

Lacan nos diz que se a mulher se interessar como tal pela castração ela irá, do mesmo modo, ingressar nos problemas do homem. “Claro que, para ela também, existe a constituição do objeto *a* do desejo. [...] Ela então também quer o objeto, e mesmo um objeto enquanto um objeto que ela não possui. É exatamente o que Freud nos explica, sua reivindicação do pênis continuará essencialmente ligada a sua relação com a mãe até o final, ou seja, à demanda. É na dependência da demanda que o objeto *a* se constitui para a mulher” (LACAN, 2004, p.233).

A mulher enquanto ser falante também deve passar pelo assujeitamento de suas necessidades à demanda. É a mãe quem introduz a criança à demanda articulada, nós o havíamos dito anteriormente, ela é este Outro primordial que faz a passagem da satisfação das necessidades para a demanda articulada. A questão é então introduzida no por que e no como se dá essa correlação entre o transbordamento na demanda endereçada à mãe e a inexistência de A mulher. É necessário rebater um sob o outro? E convergir os dois destinos em direção a somente um caminho, não importa a qual preço? Con-

vertê-los em um curto-circuito, e seria a isto que daríamos o nome de devastação? Mas, sobretudo, como mostrar a não dependência dos dois registros para falar sobre o topos do feminino?

A devastação

Talvez seja possível formular o próprio da devastação como a assimilação da mãe e da filha em uma demanda insondável de transmissão da feminilidade.

Em 1972, em “O aturdido”, Lacan (2003) o define desta maneira: “... a elucubração freudiana do complexo de Édipo, que faz da mulher peixe na água, pela castração ser nela ponto de partida (*Freud dixit*), contrasta dolorosamente com a realidade de devastação que constitui, na mulher, em sua maioria, a relação com a mãe, de quem, como mulher, ela realmente parece esperar mais substância que do pai – o que não combina com ele ser segundo, nessa devastação”¹⁰ (LACAN, 2003, p. 465). É então na espera, na demanda que está a “subsistência”, e a palavra não é gratuita, existem ressonâncias filosóficas bastante precisas, que a devastação toma sua consistência, estrago insondável, sem limite para uma mulher.

Sem dúvida continua sendo importante de se aplicar, de se retardar nesta decalagem, a única capaz de tornar legível a não equivalência, a não continuidade entre a devastação e o não todo. Uma grave confusão faz com que para alguns psicanalistas prevaleça uma conotação do “não todo” buscando identificá-lo com a devastação.¹¹ Trata-se de um erro

10. LACAN, J. “L’étourdit”, *Scilicet*, n.4, Paris, Seuil, 1973, p.21.

J. LACAN, J. “O aturdido” em *Outros escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, p.465.

11. “A devastação é uma prova que brisa a ilusão tentadora de que a mãe e a filha possuem alguma coisa em comum, uma comunhão de experiência erótica e imagem. Esta ilusão fizera supor uma imagem para dois. A devastação é então a prova efetiva da impossibilidade de uma comunhão de experiência do femini-

de lógica que cria laço entre os dois termos a partir de uma ideia de um não todo, pretendida equivalência ao incompleto, e como oposto ao universal, ao Um. Assim, de acordo com essa leitura, a mulher entra na devastação porque ela é não toda. Se não existe um “patrimônio do feminino”, assim que o autor diz segundo seus próprios termos, por que estabelecer, com o fato de que a mulher não é totalmente submetida à castração, que existe “um ao-lado” ou “um além do falo” (de novo esses termos) uma continuidade que faz da devastação a prova necessária à assunção da feminilidade?

Nossa hipótese, ao contrário, argumenta que a devastação é ilusão, é a submissão a este dever de transmissão e não ilusão trincada dessa possibilidade, de que não é necessário para uma mulher atravessar a devastação no sentido em que falamos de travessia do fantasma. De fato, uma mulher não é incompleta, “ela não possui interior a ser mascarado.” Seu trabalho de tecelagem e de trançar é somente a aproximação ao próprio do feminino alcançado exatamente nesta invenção sempre não anônima do adereço, não o adereço do falso-semblante, alegoria enganadora, armadilha da aparência, mas exatamente a mulher-exterioridade, “cópia de si mesma”: *ikélon* é a palavra que designa em grego o fato de que a mulher é uma semblancia, mas “a semblancia de uma cópia sem modelo” (LORAUX, 1990, p.85-87). Ao invés de se encravar nessa confusão, ao invés de buscar combater a lacuna dando consistência à devastação como uma falsa continuidade, mesmo que por uma espécie de temporalidade, o trabalho analítico deve traçar a fronteira, a separação, a decalagem entre a devastação e o não todo. Neste fechamento na demanda de uma transmissão da impossibilidade de transmitir alguma “essência da feminilidade” e a abertura em direção ao feminino por uma mulher.

Isso quer dizer que não se trata de negar a devastação, e sabemos a que ponto as mães podem surpreender... A imaginação é curta...

então há devastação! Pode haver um gozo da mãe com relação a sua filha que toma o seu acesso à feminilidade como refém, que impede, que barra, que rouba, para dizer em simples palavras, o espaço de sua intimidade.

Ora, existem consequências clínicas importantes que provêm da maneira pela qual nós nos orientamos com relação a essa questão. Se a devastação se inscreve como uma prova que deve ser atravessada, se a orientação do processo analítico vai em direção ao sentido de ultrapassagem da devastação, acabaremos dando consistência ao todo, isolando a feminilidade. Ou pior ainda, o acesso ao feminino no circuito fechado da relação mãe-filha. De acordo com essa lógica, uma mulher é antes de qualquer coisa filha de sua mãe. E mais, seu ser mulher não poderia existir se não fosse por oposição imaginária ao falo enraizado na gratidão ou no ódio pela mãe, seja enfim alguma coisa da ordem do ser mulher contra a sua mãe.¹² A consistência então dada à devastação cobre o impasse e a contradição. O real da falha dessa transmis-

no [...]. A devastação é, para a mulher (a mulher que fala), a experiência daquilo em que o falo funciona *par défaut*, ele não convém ao sexo, ele é inconveniente” (M.-M. Lessana. *Entre mère et fille: un ravage*. Paris, Fayard, 2000, p.401).

12“O acabamento da devastação, que marca a saída da prova da violência persecutória, não é perda, nem dívida, nem separação. Trata-se de um fato que opera um desapego sem substituição, sem resto, sem compatibilidade, sem transmissão, sem negociação, sem troca, sem condição: é uma deserção. Se fazer inscrever uma cicatriz que custará como traço da filha no corpo da mãe [...]. A marca cicatrizante (*le ravinemet*), revelando uma certa “pele” à imagem, encobrirá de decência o gozo sexual materno, ponto de obscenidade que causará horror. [...] A partir da cicatriz materna, marca do desapego e da deserção, um homem poderá ser designado e tanto que é respondedor, para a menina, deste envelopamento de decência de obscenidade da mãe. (M.-M. Lessana, *Entre mère et fille: un ravage*, idem, p.401.

são da feminidade abre-se para o feminino no sentido de que se trata de transmitir o fato de que “na transmissão existe o intransmissível” (PORGE, 2005, p.208-209). Este intransmissível exige a referência ao falo, não quer contornar o falo na aspiração de ter acesso a um feminino puro.

O que Lacan indica com o não todo fálico é, na verdade, um espaço diversificado que, apoiando-se no fálico, se abre para uma outra lógica, que não se reabsorve no universal, que não faz parte do todo, nem para completar, nem para descompletar. A clínica da devastação seria então a clínica da maneira pela qual o falo é contornado pela aspiração de mascarar a impossibilidade de suportar esse intransmissível da feminilidade. A função limitada do falo pode ser transmitida pela mãe somente se ela mesma, através da invenção da sua feminilidade, deixa para a criança a possibilidade de se confrontar com a castração, a sua própria castração. É também a maneira de passar do todo ao não todo, pela vizinhança com outras experiências de vida, com um gozo suplementar que não está submetido à castração. O não todo implica esta dupla dimensão, por um lado, um apoio sob o falo do fato de que a mulher é sujeito falante, por outro lado, este acesso a um gozo outro não submetido à castração.

Se a mulher entra na devastação, não é porque ela não está toda inscrita na função fálica. É porque ela se engana, dando a ilusão de uma “possível transmissão da feminilidade em se passando pelo falo”. A mulher, confrontada a sua solidão, não deve ser nada mais do que tecelã do seu próprio vestido.

Corte 2.

Nós devemos amar um homem com toda a força de seu coração (Ato II, cena 2)

Wendla: – Mãe... não fique brava, mãezinha, não fique brava! A quem neste mundo colocar esta questão que não seja você? Diga-me, diga-me, como tudo isso acontece? Por favor,

mãe querida, diga-me! Diga-me! Tenho tanta vergonha de mim.

A mãe: – Wendla, eu não posso. Não posso tomar isso sobre mim.

Wendla: – Rápido, mãe, não posso mais esperar.

A mãe: – Para ter um filho... temos com um homem... O homem com quem sejamos casadas... devemos o *amar*... o amar eu te digo como podemos amar um homem... devemos amá-lo com toda a força *de todo seu coração*, como... não o podemos dizer (WEDEKIND, 1974, p.47-48).

A maneira de responder da mãe, sua maneira de assumir a responsabilidade de informar Wendla sobre o sexual pode ser entendida como deslocamento necessário que impede a via de emancipação da filha à deferência da toda potência materna. E do fato de que a mãe “autorize” o amor por um homem e nesse amor a coragem necessária ao desejo de separar-se dela. É certamente melhor do que dizer à sua filha: nenhum desejo poderá ser mais forte do que o meu amor por você.

Mas, neste intervalo de normalidade, também é possível ler a maneira pela qual o ser da mulher é orientado pela mãe a encontrar no amor a sua maior realização, nessa perspectiva aberta pela mãe, nessa conjunção, nessa promessa de uma aspiração ao amor como ideal supremo: “Devemos *amá-lo*... amar o homem com *toda a força de seu coração*.”

Reencontramos o amor e também a perda do amor como laço supremo da inscrição da castração para uma mulher. Desde que ela entenda o amor por um homem como um destino, como o seu “verdadeiro destino de mulher”, este amor não seria também para ela devastação? Lacan utiliza esses termos. Mas é importante ressaltar a maneira pela qual a peça mostra o amor enquanto recobrimento do impossível da relação sexual. Não teria aqui um novo espaço a ser apoiado, um distanciamento a ser preservado a fim de que a queda do ideal, como o seu reverso de

depreciação, não feche a porta ao real do encontro contingente do amor? Lacan fala do novo amor.

Se emancipar da castração não implicaria para uma mulher se abrir para uma outra realidade que não seja de encontrar uma substituição para a sua “substância de mulher” na religião do homem? Religião do homem que não deve ser confundida com a posição de uma mulher que consente em ser o objeto causa do desejo de um homem, a ser o seu sintoma, seu lugar de exílio e de abrigo do impossível da relação sexual.

Vemos nessas linhas de Wedekind como a mãe, ao invés de assumir sem saber as coisas sexuais, o impossível de transmitir o gozo sexual, re-envia sua filha ao amor por um homem enquanto identificação ao seu ser mulher. Lembremos que o comentário de Freud sobre essa peça também compartilha um pouco desse sentido: “Eu considero por uma observação bastante fina da parte do autor que mostra em Melchior e Wendla uma aspiração ao amor objetal sem escolha de objeto, pois não é sem razão que eles estão apaixonados um pelo outro.”

Além disso, sabemos que a parte que regressa à mulher, ser o falo de um homem enquanto ela não o possui, aquilo que falta ao Outro, ser mulher em função de sua relação com a castração, uma falta fálica, é uma configuração de estrutura do desejo feminino. Ser o falo designa o lugar da mulher na relação sexual, enquanto objeto de desejo, mas isso não impede de se perguntar: seu ser de mulher deve ser reduzido a ser a encarnação do falo?

Poderíamos dizer que a lógica do não todo não se orientaria por esse efeito de superposição entre a devastação com a mãe e a devastação com o homem. Em contrapartida, na clínica do todo fálico, fundada sobre o ideal e a exceção, as coisas se passam como se uma das “devastações” enveloparia a outra, como se uma fosse matriz da outra, como se a história com a mãe pudesse se interpretar em filigrana na história com o homem.

Corte 3.

Você não me disse tudo (Ato III, cena 4)

Wendla: – Ô mãe, por que você não me disse tudo!

A mãe: – Você não vai morrer, minha criança! Você não tem hidropisia. Você tem uma criança minha filha! Você tem uma criança! Oh! Me fazer isso, a mim!
Wendla: – Mas eu não te fiz nada!

A mãe: – Oh! você não irá negar, e mais, Wendla! Eu sei tudo... Wendla, Wendla, o que você fez?

Wendla: – Eu não sei mais, Deus sabe o quê! Nós estávamos deitados no feno... eu nunca amei nesse mundo nenhum outro ser que não seja você, você mãe. Ô mãe, por que você não me disse tudo (WEDEKIND, 1974, p.86).

Este “dizer tudo”, atrás do grito, censura, chamado a mãe, quer colocar novamente no lugar a conformidade entre o saber e os “fatos”, a ideia de um todo possível. O impossível se reduz a um espaço onde o dizível e o indizível fazem parte de um só todo, a linguagem se confunde com a pulsão de morte.

Esse chamado se rebate enfim sobre o único amor pela mãe: “Eu não amei neste mundo nenhum outro ser que não seja você, você mãe.” Esta ideia de todo abole a distância introduzida pelo real não sabido, que é o real do sexo.

Abstract

This paper gives a new impetus to the debate on feminine sexuality, which opened in 1925 around the primacy of the phallus as set out by Freud, and which Lacan takes to an area that is beyond the phallus-with the elaboration of another space, the phallic not-all. This debate has become stuck in two errors: the first, a logical error, sets out a false structural equivalence between the pre-oedipal and the phallic not-all; the other, a “topological” error, situates the mother/daughter ravage erroneously and thereby, conceptualizes a dominance of woman as mother and a splitting between mother and woman that proceeds from a “false not-all”, which is equivalent to incompleteness. The first part of the article goes back to the pre-oedipal in Freud, since it gives the girl the conditions for opening the space of the phallic not-all; the pre-oedipal, however, is not to be confused with the not-all. The second part takes its orientation from the dialogues between fourteen-year-old Wendla and her mother in Wedekind’s play *Spring’s Awakening*. Here, this paper redefines the border between the register of the mother/daughter ravage and that of the not-all; she proposes to read ravage as an enclosure within the illusory demand that the essence of femininity be transmitted (without the phallus) whereas the not-all is based on the premise that it is impossible for such a transmission to open up a way to the feminine; it relies on the limited function of the phallus. Yet if ravage is postulated, on the contrary, as a test that must be gone through, in order to get beyond this illusion, «one ends up by making the whole consist by isolating the access to the feminine in the closed circuit of the mother-daughter relation”; this covers over the real of the failure and leads to a conception of love that covers up the impossibility of the sexual relation, and proceeds from another ravage: the one that closes the door through which a woman could encounter a man.

Keywords: Ravage, Phallic not-all, Feminine sexuality.

Referências

- BRUNO, Pierre “L’occulte et le réel. Critique de l’initiation”. *Psychanalyse*, n.10. Toulouse, Érès, 2007.
- BRUNO, Pierre Sauret, Marie Jean “Le complexe paternel: la masque et la toile”. In *Problemes de psychanalyse. Symptome et savoir*. APJL, 2006, p.155-160.
- FREUD, Sigmund, L’intervention de Freud sur L’éveil du printemps est extraite des Minutes de la réunion à la société psychologique du mercredi à Vienne, en 1907.
- FREUD, Sigmund. (1912 c). *Sur les types d’entrée dans la névrose, Névrose, psychose et perversion*, trad. fr. J. Laplanche, Paris, PUF, 1973; OCFP, XI, 1998.
- FREUD, Sigmund “La feminité” (1931), conferência XXXIII, em *Nouvelles conférences d’introduction à la psychanalyse*. Paris: NRF-Gallimard, 1986, p.161.
- LACAN, Jacques. “Les complexes familiaux dans la formation de l’individu” em *Autres Ecrits*. Paris: Seuil, 2001.
- LACAN, Jacques. *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 30.
- LACAN, Jacques. “L’étourdit”, *Scilicet*, n.4. Paris: Seuil, 1973.
- LACAN, Jacques. “O aturdito” em *Outros escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- LACAN, Jacques. *Le séminaire “L’envers de la psychanalyse, livre XVII*. Paris: Seuil, 1975.
- LACAN, Jacques. *Le séminaire, livre XX, Encore*. Paris: Seuil, 1975.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, Jacques. “Propos directifs pour un congrès sur la sexualité féminine”, dans *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.
- LACAN, Jacques. “Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina” em *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.734.
- LACAN, Jacques. “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache”. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.

LACAN, Jacques. “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade” em *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. “Préface à l’éveil du printemps”, em *Autres Écrits*. Paris: Seuil, 2001.

LACAN, Jacques. *Le séminaire, livre X: l’angoisse*. Paris : Édition du Seuil, 2004.

LESSANA, M.-M. *Entre mère et fille: un ravage*. Paris: Fayard, 2000.

LORAUX, Nicole. *Les enfants d’Athéna*. Paris: La découverte, 1990.

MORIN, Isabelle. *La phobie, le vivant, le féminine*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, coll “Psychanalyse”, 2006.

PORGE, Érik. *Transmettre la clinique psychanalytique. Freud, Lacan aujourd’hui*. Toulouse, Érès, coll. “Point hors ligne”, 2005.

WEDEKIND, Frank. *Léveil du printemps*. Traduit de l’allemand par François Regnault, préface de Jacques Lacan. Paris: Gallimard, coll. “Le Manteau d’Arlequin. Théâtre français et du monde entire”, 1974.

WEDEKIND, Frank. *Lulu*, versão francesa e adaptação por Pierre Jean Jouve. Lausanne: Éd. L’age d’homme, 1983.

RECEBIDO EM: 15/02/2012

APROVADO EM: 22/02/2012

SOBRE A AUTORA

Patrícia Léon

Psicanalista em Paris. Membro da APJL (Association de Psychanalyse Jacques Lacan), atua no serviço de psiquiatria adulto do EPS-Erasme, França.

Endereço para correspondência:

30, rue Lecourbe
75015 - Paris/França
Tel.: (33) 1473-45797
E-mail: patricia.leon@wanadoo.fr

Algumas considerações sobre o objeto na psicanálise de Winnicott e Lacan: do objeto transicional ao objeto pequeno a

Some thoughts about the psychoanalysis object of Winnicott and Lacan: from the transitional object to the little a object

Pedro Teixeira Castilho

Resumo

Este trabalho busca demonstrar a construção winnicottiana do objeto transicional para, em seguida, percorrer o caminho que leva ao objeto pequeno a desenvolvido por Jacques Lacan. A legalidade desta comparação é plausível se levarmos em consideração as referências de Lacan a Winnicott no seu *Seminário, livro 4: a relação de objeto*. O psicanalista francês abre caminho para esta aproximação porque o objeto transicional, assim como também o objeto pequeno a, não pertence à mãe e tampouco ao bebê. Procura-se na obra de Winnicott e de Jacques Lacan evidenciar o lugar de não pertencimento dos dois objetos.

Palavras-chave: Objeto a, Objeto transicional, Impossibilidade, Perda, Extração.

Pretendo demonstrar o percurso de formulação e de construção da noção de objeto nas teorias de Winnicott e de Jacques Lacan. Este texto aponta as semelhanças e as diferenças nas construções teóricas destes dois autores. Lacan sabia que Winnicott escreveu seus trabalhos na perspectiva de um pediatra com postura psicanalítica que procura obter, no quadro do tratamento dos comportamentais psíquicos, esclarecimentos acerca das condições “suficientemente boas” do desenvolvimento emocional compatível com a idade cronológica das crianças pequenas. Sendo assim, a hipótese deste artigo é demonstrar que a concepção de objeto transicional de Winnicott é a porta de entrada para Lacan desenvolver a concepção de objeto pequeno a.

Winnicott e o objeto transicional

O que o distingue de imediato da abordagem da tradição ortodoxa da psicanálise é uma percepção que pode ser inserida na noção de relacional. Isso quer dizer que, em seus

primeiros meses de vida, a criança pequena depende da mãe como aquela que cuida dele, que atende às suas necessidades (físicas e emocionais) e não complementa seu comportamento pelos cuidados maternos que ele representa uma abstração errônea quando a pesquisa psicanalítica a considerar um objeto de investigação independente, isolada de qualquer pessoa de referência, a mãe não é uma pessoa de referência, porque o bebê não a tem como uma alteridade.

A assistência com que a mãe mantém o bebê em vida não se conecta ao comportamento infantil como algo secundário, mas está fundida com ele de uma maneira que torna plausível supor, para o começo de toda uma vida humana, uma fase de intersubjetividade indiferenciada, não havendo propriamente falando uma intersubjetividade, porque não há duas subjetividades ou dois sujeitos.

Portanto, para Winnicott, isso se refere ao que é designado na teoria freudiana com

o conceito de “narcisismo primário”. Não só o bebê deve alucinar, tomando o comportamento cuidadoso materno como uma emanção da própria onipotência, mas, também, a mãe perceberá todas as reações de seu filho como elemento único do ciclo de ação. Essa unidade originária do comportamento, reciprocamente vivenciada, suscita a questão com que Winnicott se ocupou principalmente durante sua vida: Como se constitui o processo de interação através do qual mãe e filho podem se separar do estado do indiferenciado ser-um, de modo que eles aprendem a se aceitar e amar, afinal, como pessoas independentes?

A formulação da questão já indica que desde o início Winnicott concebeu o processo de amadurecimento infantil como uma tarefa que só através da cooperação, que não passa pela intersubjetividade de mãe e filho, pode ser solucionada em comum: visto que ambos os sujeitos estão incluídos inicialmente, por meio de operações ativas, no estado do ser-um simbiótico.

Eles, de certo modo, precisam aprender como diferenciarem-se em seres autônomos. Por conseguinte, os conceitos que Winnicott emprega para caracterizar as diversas fases desse processo de amadurecimento são sempre designações, não só do estado psíquico de um dos implicados, da criança, mas também da constituição respectiva da relação entre mãe e filho; o progresso que o desenvolvimento infantil há de tomar deve conduzi-lo a uma personalidade psicologicamente sã, sendo perceptível nas modificações da estrutura de uma construção interativa, não nas transformações da organização do potencial pulsional do indivíduo.

Para caracterizar a primeira fase, isto é, aquela relação de comunidade simbiótica que principia logo depois do nascimento, Winnicott aduz principalmente a categoria de dependência absoluta; ela significa que os dois parceiros de interação dependem aqui, na satisfação de suas carências, inteiramente um do outro, sem estar em condições de uma

delimitação individual em face do respectivo outro. Pois, por um lado, a mãe vivenciará o estado carencial precário do bebê como uma necessidade de seu próprio estado psicológico, uma vez que ela se identificou com ele no curso da gravidez; daí a atenção emotiva dela estar talhada para a criança de modo tão integral que ela aprende a adaptar sua assistência e cuidado, como por um ímpeto interno, aos seus interesses cambiantes, mas como que co-sentidos por ela própria (WINNICOTT, 1978, p.83).

A essa dependência precária da mãe, que carece, segundo a suposição de Winnicott, do reconhecimento protetor da própria mãe, corresponde, por outro lado, o completo estado de desamparo do bebê, ainda incapaz de expressar por meios comunicativos suas carências físicas e emotivas. Não estando em condições de uma diferenciação cognitiva entre ela mesma e o ambiente, a criança se move, nos primeiros meses de vida, num horizonte de vivências cuja continuidade só pode ser assegurada pelo auxílio complementar de um parceiro de interação. Na medida em que a libertação das tensões pulsionais e também o conforto no contato corporal fazem parte das qualidades, necessárias à vida, desse mundo indiferenciado de experiências, o bebê depende desamparadamente de que a mãe lhe demonstre amor através das formas de “colo” *holding* (Winnicott, 1982, p.37), exigidas pelas carências. Só no abrigo físico representado pelo “colo” o bebê pode aprender a coordenar suas experiências motoras e sensoriais em torno de um único centro de vivência, chegando assim ao desenvolvimento de um esquema corporal; por isso, uma vez que compete à atividade de “colo” uma importância extraordinária para o desenvolvimento infantil, em algumas passagens Winnicott chamou o estado de fusão também de “fase do colo” (WINNICOTT, 1982).

Como a mãe e a criança dependem uma da outra nessa fase de unidade simbiótica, esta só pode chegar, portanto, a um termo

quando ambas obtêm para si um pouco de independência. Para a mãe, esse empuxo de emancipação principia no momento em que ela pode voltar a ampliar seu campo de atenção social, porque sua identificação primária e corporal com o bebê começa a fluidificar; o retorno às rotinas do cotidiano e a nova abertura para as pessoas de referência familiares impelem-na a negar a satisfação direta das carências da criança, ainda espontaneamente intuídas, deixando-a só por intervalos maiores de tempo. A essa “des-adaptação graduada” da mãe corresponde, pelo lado do bebê, um desenvolvimento intelectual que provoca, juntamente com a ampliação dos reflexos condicionados, a capacidade de diferenciar cognitivamente o próprio ego e o ambiente. Na idade média de seis meses, ele começa a entender sinais acústicos ou ópticos como índices de futuras satisfações de carências, de sorte que pode suportar progressivamente a ausência da mãe em curtos períodos. Se desse modo a pessoa da mãe passa a ser vivenciada pela primeira vez como algo no mundo que não está sob o controle da própria onipotência, então isso significa para a criança, ao mesmo tempo, uma percepção germinal de sua dependência: ela sai da fase da “absoluta dependência” porque a própria dependência em relação à mãe entra em seu campo de visão, de modo que ela aprende agora a referir seus impulsos pessoais, positivamente, a certos aspectos da assistência materna (WINNICOTT, 1982).

Nesse novo estágio de interação, ao qual Winnicott anexa o conceito de “independência relativa”, ocorrem todos os passos decisivos no desenvolvimento da capacidade infantil para a ligação; é por isso que ele lhes dedicou a maior e, além disso, a mais instrutiva parte de suas análises. Elas dão a entender como se constitui na relação entre mãe e filho aquele “*ser-si-mesmo em um outro*”, o qual pode ser concebido como padrão elementar de todas as formas maduras de amor.

Para a criança, resulta do processo de desilusão, iniciado quando a mãe já não pode

estar à sua disposição em virtude de novo aumento de sua autonomia de ação, um grande desafio, difícil de ser vencido: se a pessoa fantasiada até então como parte de seu mundo subjetivo escapa gradativamente de seu controle onipotente, ela precisa começar a chegar a um “reconhecimento do objeto como um ser com direito próprio”. A criança pequena é capaz de resolver essa tarefa na medida em que seu ambiente social lhe permite a aplicação de dois mecanismos psíquicos que servem em comum à elaboração afetiva da nova experiência; o primeiro dos dois mecanismos foi tratado por Winnicott sob a rubrica de “*destruição*”, o segundo é apresentado por ele no quadro de seu conceito de “*fenômeno transicional*”.

Em resposta à percepção gradual de uma realidade que resiste a estar disponível, o bebê desenvolve logo uma disposição para atos agressivos, dirigidos primariamente à mãe. Winnicott não concebe a agressividade em termos de frustração, há toda uma teoria de Winnicott a respeito das raízes da agressividade. Percebida agora também como independente, como que para rebelar-se contra a experiência do desvanecimento da onipotência, ele procura destruir o corpo dela, vivenciado até aqui apenas como fonte de prazer, aplicando-lhe golpes, mordidas e empurrões. Nos enfoques interpretativos convencionais, essas erupções de agressividade infantil são colocadas na maioria das vezes numnexo causal que ocorre devido à experiência da perda do controle onipotente. Para Winnicott, ao contrário, elas representam em si ações oportunas, através das quais o bebê testa à maneira inconsciente se o objeto, afetivamente investido em alguma medida, pertence de fato a uma realidade influenciável e, nesse sentido, “objetiva”. O bebê não agride a mãe para objetivá-la, ele a “objetiva” como resultado da sobrevivência da mãe à agressão do bebê. Se a mãe sobrevive a seus ataques destrutivos sem revidar, ele se desloca praticamente, de certo modo, para um mundo no qual existem ao lado dele

outros sujeitos. Nesse sentido, os atos destrutivos com base nos quais a criança pode chegar a um reconhecimento da mãe, isento de ambivalência, como “um ser com direito próprio”: se ela suporta seus atos destrutivos como pessoa capaz de resistência, chegando até mesmo a lhe dar, com negativas, ensejos a erupções de fúria, então ele se torna capaz, através de integração de seus impulsos agressivos, de amá-la sem fantasias narcisísticas de onipotência. Na ligação que surgiu agora, a criança pode reconciliar sua afeição pela mãe ainda alimentada de forma simbólica, com a experiência da autonomia desta:

Durante esse tempo, a mãe é necessária, e ela é necessária por causa de seu valor de sobrevivência. Ela é uma mãe-ambiente e, ao mesmo tempo, uma mãe-objeto, o objeto do amor excitado. No último papel, ela é repetidamente destruída ou danificada. A criança integra gradualmente esses dois aspectos da mãe e gradualmente se torna capaz, ao mesmo tempo, de amar a mãe sobrevivente com ternura (WINNICOTT, 1975, p.133).

Se concebemos, dessa maneira, o primeiro processo de desligamento da criança como o resultado de manifestações de comportamento agressivo, considerando-a um modelo instrutivo: com efeito, só na tentativa de destruição de sua mãe, ou seja, na forma de uma luta, a criança vivencia o fato de que ela depende da atenção amorosa de uma pessoa existindo independentemente dela, como um ser com pretensões próprias. Para a mãe, inversamente, isto significa, no entanto, que também ela tem de aprender primeiro a aceitar a independência de seu defrontante, se quer “sobreviver” a seus ataques destrutivos no quadro do seu espaço de ação novamente alargado: a carga agressiva da situação requer dela que compreenda as fantasias e desejos destrutivos de seu filho como algo que vai contra os seus próprios interesses e que, por isso, só compete a ele, como uma pessoa já autonomizada. Se, pelo

caminho assim traçado, um primeiro passo de delimitação recíproca é bem-sucedido, a mãe e a criança poderão saber-se dependentes do amor do respectivo outro, sem terem de fundir-se simbioticamente uma na outra. Para Winnicott, somente uma mãe psicótica se confundiria com seu filho. Nos casos normais é o filho que tem a mãe como um objeto subjetivo.

Winnicott afirma então, numa parte complementar de suas análises, que a criança está tanto mais em condições para essa primeira forma de equilíbrio entre autonomia e simbiose quanto menos distorcido é o desdobramento de um segundo mecanismo de elaboração: ele o apresenta com base numa concepção teórica marcada pelo conceito de “objeto transicional”. O fenômeno empírico que Winnicott tem em vista consiste na forte inclinação das crianças de poucos meses de idade para contrair uma relação afetivamente investida com objetos de seu ambiente material: tais objetos, sejam partes de brinquedos, pontas de travesseiros ou o próprio dedo polegar, são tratados como uma posse exclusiva, amados temporariamente com ternura, mas também destruídos com paixão. O objeto transicional representa a primeira posse “não-ego” da criança, tem um caráter de intermediação entre o seu mundo interno e externo. Em Winnicott o conceito de objeto ou fenômeno transicional recebe três usos diferentes: um processo evolutivo, como etapa do desenvolvimento; vinculada às angústias de separação e às defesas contra elas; representando um espaço dentro da mente do indivíduo. O objeto transicional é algo que não está definitivamente nem dentro nem fora da criança; servirá para que o sujeito possa experimentar com essas situações, e para ir demarcando seus próprios limites mentais em relação ao externo e ao interno. O objeto transicional está situado em uma zona intermediária, na qual a criança se exercita na experimentação com objetos, mesmo que estejam fora, sente como parte de si mesma. Para explicar a constituição

do objeto transicional, Winnicott remonta ao primeiro vínculo da criança com o mundo externo, a relação com o seio materno (WINNICOTT, 1976, p.70). No princípio, a criança tem uma ilusão de onipotência, vivenciando o seio como sendo parte do seu próprio corpo. Mas, uma vez alcançada esta onipotência ilusória, a mãe deve, idealmente, ir desiludindo a criança, pouco a pouco, fazendo com que o bebê adquira a noção de que o seio é uma “possessão”, no sentido de um objeto, mas que não é ele (“pertence-me, mas não sou eu”). O objeto transicional ocupa um lugar que Winnicott chama de ilusão. Ao contrário do seio, que não está disponível constantemente, o objeto transicional é conservado pela criança. Ela é quem decide a distância entre ela e tal objeto. Como os fenômenos transicionais “representam” a mãe, é essencial que ela seja vivenciada como um objeto bom.

Winnicott aponta algumas características que são comuns aos objetos transicionais: a criança afirma uma série de direitos sobre o objeto; o objeto é afetuosamente ninado e excitadamente amado e mutilado; deve sobreviver ao ódio, ao amor, e à agressão. É muito importante que o objeto sobreviva à agressão, possibilitando à criança neutralizá-la, dando-lhe, posteriormente, um fim construtivo, ao notar que esta não destrói os objetos. A ligação e o afastamento do objeto transicional deixam em cada sujeito uma marca: fica na mente do indivíduo um espaço que, assim como o objeto transicional, é intermediário entre o interno e o externo. É nesse espaço que se produzem muitas das atividades criativas do homem, como as artes, a música, etc. que “representam” o mundo interno para o exterior e, em certo sentido, “representam” a realidade para si mesmo.

Winnicott enxerga a chave para uma explicação da função desses objetos transicionais no fato de os parceiros de interação da criança também os classificarem num domínio da realidade perante o qual a questão da ficção ou realidade se torna irrelevante;

como que por acordo, tácito, eles são situados num domínio “intermediário”, do qual os implicados não precisam mais discernir se pertence a um mundo interno de meras alucinações ou ao mundo empírico das circunstâncias objetivas:

Em relação ao objeto transicional, há por assim dizer uma espécie de acordo entre nós e o bebê de que nós nunca colocaremos a questão: ‘Você imaginou isso ou foi-lhe apresentado de fora’. É importante que uma decisão nesse ponto não seja esperada. A questão não é para ser formulada (WINNICOTT, 1975, p.23)

Se se considera em conjunto a fase evolutiva em que ocorre a descoberta desses objetos referenciais intermediários, então é natural supor primeiramente que eles representam formações substitutivas para a mãe, perdida na realidade exterior; visto que lhes cabe ontologicamente uma espécie de dupla natureza, a criança pode utilizá-los praticamente aos olhos dos pais para continuar a viver suas fantasias, originárias de onipotência depois da experiência de separação e, ao mesmo tempo, testá-las na realidade de maneira criativa.

Contudo, nesse modo de emprego lúdico e examinador da realidade, vem à luz também que a função dos objetos transicionais não pode limitar-se a assumir simbioticamente o papel da mãe vivenciada no estado de fusão; a criança não somente se refere aos objetos escolhidos por ela com ternura simbiótica, mas também os expõe repetidas vezes a ataques furiosos e a tentativas de destruição. Winnicott crê poder concluir daí que os objetos transicionais seriam de certo modo elos de mediação ontológica entre a vivência primária do estar fundido e a experiência do estar separado: no relacionamento lúdico com os objetos afetivamente investidos, a criança tenta amiúde lançar pontes simbólicas sobre o abismo dolorosamente vivenciado da realidade interna e externa. A circunstância de que está associado a isso, ao mesmo tempo,

o começo de uma ilusão intersubjetivamente aceita faz com que Winnicott dê um passo a mais, chegando a uma tese com consequências profundas e dificilmente sintetizáveis: porque aquela esfera de mediação ontológica deve sua constituição à solução de uma tarefa que continua a subsistir para os homens ao longo de sua vida, ele é o lugar psíquico da gênese de todos os interesses que o adulto demonstrará pelas objetivações culturais. Não sem senso para agudezas especulativas, Winnicott diz:

Afirmamos aqui que a tarefa de aceitação da realidade nunca é totalmente completada, que nenhum ser humano está livre da pressão de relacionar realidade interna e externa, e que a libertação dessa pressão é oferecida por um domínio de experiência intermediária [...] não colocada em questão (arte, religião, etc.). Esse domínio intermediário está em continuidade direta com o domínio lúdico das crianças pequenas, que estão ‘perdidas’ no seu jogo (WINNICOTT, 1975, p.23-4).

Se a mãe soube passar pelo teste de seu filho, tolerando os ataques agressivos sem a vingança de privá-lo do amor, então, da perspectiva dele, ela pertence de agora em diante a um mundo exterior aceito com dor; pela primeira vez, como foi dito, ele terá de tomar consciência agora de sua dependência em relação à dedicação dela. Se o amor da mãe é duradouro e confiável, a criança é capaz de desenvolver ao mesmo tempo, à sombra de sua confiabilidade intersubjetiva, uma confiança na satisfação social de suas próprias demandas ditadas pela carência; pelas vias psíquicas abertas dessa forma, vai se desdobrando nela, de maneira gradual, uma “capacidade elementar de estar só”. Winnicott atribui a capacidade da criança pequena de estar a sós, no sentido de que ela começa a descobrir de maneira descontraída “sua própria vida pessoal”, à experiência da “existência contínua de sua mãe confiável”: só na medida em que “há um bom objeto na realidade

psíquica do indivíduo”, ele pode se entregar a seus impulsos internos, sem o medo de ser abandonado, buscando entendê-los de um modo criativo e aberto à experiência.

Lacan com Winnicott

É no *Seminário, livro 4: a relação de objeto* que Lacan recorre a Winnicott para fortalecer o seu argumento, numa controvérsia com os pós-freudianos, acerca da dialética mãe-bebê. Assim, torna-se necessário evidenciarmos nosso ponto de partida: o conceito de objeto. Neste seminário de 1956-57, ao comentar o artigo winnicottiano “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”, Lacan recorre primeiramente às observações efetuadas por Winnicott acerca do papel exercido pela função materna na apreensão da realidade.

Nesse sentido, para Lacan, Winnicott surge como aquele que propõe a noção de objeto transicional, permitindo a Lacan apresentar as diferenças entre os registros imaginário, simbólico e real, no que diz respeito aos conceitos de desejo, demanda e necessidade. É a partir do seminário *A relação de objeto* que Lacan começa a construir o que, mais tarde, ele considera a sua maior contribuição à teoria psicanalítica, que é o objeto *a*. Lacan, em seu retorno a Freud, parte do conceito de *objeto perdido*, assim como também se inspira no conceito de objeto transicional de Winnicott.

A partir daí, Lacan formula um conceito próprio de objeto. Winnicott é, portanto, citado por Lacan por se diferenciar dos psicanalistas pós-freudianos, na medida em que Winnicott não se afasta dos preceitos freudianos: “Winnicott observa simplesmente, em primeiro lugar, que no interior de uma tal dialética é inconcebível que qualquer coisa possa se elaborar que vá além da noção de um objeto estritamente correspondente ao desejo primário” (LACAN, 1995, p.34). Do ponto de vista lacaniano, se a relação mãe-bebê fosse meramente dual, não conduziria a nada além da noção de um objeto correspondente, sen-

do, dessa maneira, impossível diferenciar o objeto alucinado da apreensão real do objeto de satisfação. Notemos também que, apesar da diferença na concepção da relação mãe-bebê, os dois psicanalistas se aproximam, na medida em que consideram que a natureza do objeto transicional não é nem interior nem exterior ao sujeito. A diferença se daria quando, no argumento lacaniano, a transicionalidade não é considerada apenas uma característica de alguns objetos num momento específico do desenvolvimento infantil e, sim, o próprio efeito da inserção da linguagem na apreensão humana da realidade.

O objeto pequeno a de Lacan

Nessa linha, as contribuições de Jacques Lacan com a noção de objeto pequeno a há uma diferente perspectiva na relação mãe-bebê. Neste sentido, procuraremos demonstrar que para o psicanalista francês o objeto pequeno a faz parte da relação mãe-bebê. No entanto, para Lacan, será necessário partir do ponto iniciado por Winnicott ao que concerne o objeto transicional. No meu entender, o trabalho de Jacques Lacan é de dar continuidade à construção teórica do psicanalista inglês. Na última parte do *Seminário, livro 10: a angústia*, Lacan se dedica a demarcar a experiência corporal a partir de novas categorias para os objetos. Lacan faz uma extração dos objetos oral, anal e genital – objetos herdados de Freud, e que, anteriormente, foram utilizados pelo movimento psicanalítico inglês, que tem como maior representante Melanie Klein –, dando a eles uma nova formulação. A sexualidade constitui-se em torno do buraco, da falta que circunda o vazio do objeto. Sendo assim, de que tratam os objetos parciais em Lacan? Esses objetos valem por serem caducos, restos destinados a não fazerem parte da mãe e tampouco do bebê. A noção de simbiose cai por terra por trazer uma impossibilidade de preenchimento na relação mãe-filho. Estes são objetos que pertencem, simultaneamente, ao Outro e ao sujeito. Quando Lacan apresenta sua lista de

objetos, ele insiste em dizer que é o objeto “no Outro” e não “do Outro”. Lacan considera que o objeto oral é o resto da necessidade no Outro, o excremento é o resto da demanda no Outro. Que o olhar é a potência no Outro, e a voz é o desejo no Outro. Lacan diz “no Outro” porque esse objeto é separado do organismo do sujeito. Nesse sentido, só podemos pensar essa separação porque um sujeito pode ser visto. Isso quer dizer que esse espaço só se constitui com a condição de que o corpo e os objetos estejam elididos. Desse modo, há um outro espaço que interessa a Lacan, que é a objetividade e, como poderemos verificar, não é mais uma objetividade simbiotizante.

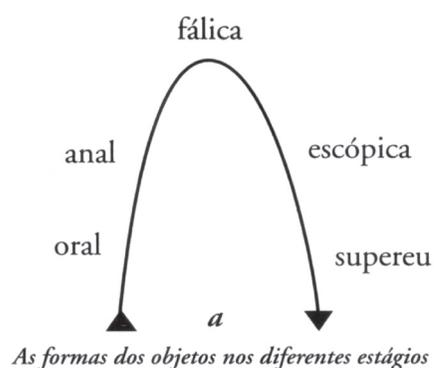
O que é esquecido (...) – esquecimento que obriga a essas formas de suplementação que enfatizo, a propósito do artigo de Winnicott – é que um dos pontos mais essenciais da experiência analítica, e isso desde o começo, é a noção da falta do objeto (LACAN, 1995, p.35).

Na teoria dos estádios oral e anal, certos objetos se condensam na relação libidinizada, o que Lacan traduz em termos de objeto *a*, como mais-gozar. A partir daí, esses objetos permanecem escondidos como objetos comuns, mas esses objetos são anteriores ao objeto comum, e, também, anteriores à imagem. É uma exterioridade que o sujeito não pode apreender de forma especular e imaginária.

Esses objetos, ao mesmo tempo em que marcam sua presença no campo do desejo, apontam para a fixação de um gozo que insiste; a única tradução subjetiva desses objetos é a angústia. É aí que esses objetos incidem de uma maneira não compartilhada, não comunicável e mais íntimo do sujeito. É essa a maleabilidade das zonas que contornam o corpo, como cicatrizes indeléveis, a partir da ausência de significação da relação mãe-bebê.

Lacan propõe construir os objetos-causa como não especularizáveis – não podemos

capturá-los no campo do espelho. Eles escapam do campo do visual. Surge, então, algo que não pode ser sintetizado como imagem – objeto-causa da angústia, objeto *a*, vazio que é marcado pelo desejo do Outro que humaniza o sujeito falante, a falta do Outro, que erotiza o vazio do objeto. Para Lacan, esse objeto é irrepreensível seguindo-se as leis normais do campo visual. O objeto *a* pode tamponar todos os orifícios, e o desejo do Outro aparece na margem, na borda, obstruindo esse buraco, com o qual o encontro é de estrutura. Os modos de apresentação dos objetos estão correlacionados um com os outros, existindo uma maturação do objeto *a*.



As formas dos objetos nos diferentes estágios. Fonte: LACAN, 2004, p.320.

Quando considera o objeto oral, no *Seminário, Livro 10: A angústia*, Lacan concebe uma clivagem entre o mamilo, o bico do seio, e o seio como nutridor. Existe uma questão ligada ao mamilo, que está vinculada ao desejo erótico, e uma questão ligada ao seio nutridor, que pode ser pensada como o ponto de angústia que se ergue sobre a satisfação de alimento, esperada do seio. O grafo parte do objeto oral, o seio, na função de desmame. O objeto oral é o paradigma da função de corte entre o sujeito e o outro – a mãe-bebê – neste caso, o seio se separa do corpo da criança e não do corpo da mãe. Trata-se de um corte anterior à castração edipiana. O seio ocupa um lugar de objeto do qual o sujeito deve se soltar, objeto a ser perdido, renunciado. É o seio que cai quando o sujeito faz soltá-lo.

Pertence ao sujeito, embora esteja no corpo da mãe. Dessa maneira, tem caráter amboceptor, estando do lado de quem suga e do lado de quem é sugado. A realidade do sujeito passa a ser o objeto caído do Outro. O seio e as fezes são objetos destinados a cair, têm o caráter de perda, no qual o objeto se dessubstancializa.

A passagem da pulsão oral para a anal é anterior, e traz a relação com a demanda do Outro. O objeto fezes faz surgir a demanda do Outro. É o resto da demanda do Outro que ele pede enquanto objeto anal – excremento enquanto objeto de demanda do Outro, que vale por ser objeto de troca com o Outro, em forma de pedido do Outro. Se, no nível oral, o sujeito solta ou não o seio, no nível anal, o Outro demanda do sujeito as fezes, podendo esta ser fonte de nojo ou ter o caráter de um presente: objeto agalmático – a permanência do objeto como algo, coisa que circula, báscula, não mais o sujeito que solta, mas um objeto que se solta para o desejo do Outro. Logo, é um objeto do dom que Outro demanda, criando uma dialética cheia de regras, que circula e bascula. O sujeito pode ou não se identificar com esse objeto, submetido à demanda da oblatividade do Outro. Lacan privilegia a abordagem do objeto anal na perspectiva do ideal, ou seja, da sublimação.

No alto do grafo surge o falo, sempre parcial, pois, em sua detumescência, pode faltar. Esse objeto está inserido no corpo e passa a ter uma fisiologia, sendo construído a partir da natureza evanescente da ereção. É daí que ele tem função central: o falo acena para o que não está resolvido na cópula sexual, sendo aproveitado quando está tumescendo. É a imagem do corte e da separação, na possibilidade da falta do instrumento, que funciona para a efetivação do desejo, sendo mais significativo por sua queda do que por sua presença. Ele é a entrada da negatividade do objeto de desejo. O fato de o objeto de desejo poder faltar lança o sujeito no desejo e, nesse ponto, é a alternância que permite o encontro sexual e a afetivação da libido.

Nesse seminário, propõe-se a função da detumescência no lugar da castração. Por isso, de maneira geral, preocupa-se com as particularidades anatômicas dos corpos em relação aos órgãos:

Afasta-se de toda mitologia, de toda dramaturgia do Édipo... e se os objetos emergem aqui como única, e ao mesmo tempo se multiplicam em relação às listas tradicionais, é porque estão desligados de toda retroação edípica. A separação que encontramos em alienação e separação é considerada como tal, independente de uma separação anatômica anterior à incidência do Outro (MILLER, 2007, p.55).

Na tumescência e detumescência do falo, existe um registro a partir da retroação dos objetos perdidos, oral e anal. É porque há uma retroação, primeiro no nível anal e depois no nível ideal, que o sujeito percebe que perdeu algo dele. Nesse ponto, podemos lembrar uma passagem do texto do pequeno Hans, em que ele diz que o pênis pode se atarraxar e desatarraxar-se, demonstrando que há um objeto cortado, anterior ao campo do simbólico. É aí que se pode pensar que esses objetos não podem fazer parte da partilha ou da concorrência, pois eles não são especularizáveis. Isso quer dizer que eles são anteriores aos objetos comuns, que podem ser compartilhados.

Na lição XIX desse mesmo seminário, pode-se perceber o que se destaca na desedipianização da castração, produzindo um estatuto da castração relativo ao organismo, à detumescência e à copulação. Nesse sentido, o obstáculo conceitual da castração passa a ser uma questão sobre o funcionamento do órgão.

O valor do termo separação substitui a castração. Surge, então, uma desmitologização da psicanálise. Esses objetos requerem um corte que não é simbólico. Isso quer dizer que são anteriores aos objetos comuns, funcionando como objetos escondidos. O fato

de que sejam anteriores aos objetos comuns, aos objetos que podemos compartilhar, implica que eles sejam anteriores ao simbólico. Não somente esses objetos são anteriores aos objetos comuns, mas são, também, exteriores à imagem. É uma exterioridade de antes, que o sujeito não apreende de forma especular, em que se formam o *moi* e o *Je*. Por isso, ele faz uma distinção do objeto no Outro como anterior ao objeto do Outro. O que Lacan permite pensar, na utilização da separação, consiste em partir da demanda do Outro para remeter o objeto *a* à dimensão de causa de desejo. Em relação a isso, a pulsão escópica é reveladora.

A pulsão escópica alude à figura da estátua de Buda. Lacan observa suas pálpebras, através das quais seria difícil descobrir seu sexo: seria ele homem ou mulher (LACAN, 2004). Esse olhar de Buda é a articulação do desejo à imagem. Cria-se o desejo como ilusão, um ponto vazio, que não é especularizável. O olhar é abordado, a partir do budismo, ligando a ilusão à concepção de desejo como ilusão. Dizer que o desejo é uma ilusão é dizer que não tem suporte.

Uma diferença nítida entre o olho e o olhar começa a ser delineada pela psicanálise, o começo do desejo como ilusão é o vazio não-especular do objeto. É o olhar tomado na função de agalma que cria o desejo, é da falta da falta de objeto que surge o desejo. Além de sua ausência fazer sua presença, é a presença da falta do objeto que move o sujeito. O sujeito olha para elidir o fato de que tem algo que não vê, sem perceber que o mundo olha para ele. Para que o sujeito veja, é necessário que tenha algo que não vê.

Se não se sabe se Buda é homem ou mulher, é por causa do ponto de anulação do seu olhar. As pálpebras são um espelho da ilusão: há algo de engano e de miragem no uso da pulsão escópica. A experiência búdica tem uma referência ao espelho sem superfície, onde nada se reflete, dando lugar ao que se revela na imagem. No olhar situado na escultura de *Bodhisattava* não existe abertura

dos olhos, a pálpebra está quase fechada, deixando passar um fio branco de olhos. As pálpebras preservam a fascinação do olhar, ao mesmo tempo em que indica algo do sujeito. Trata-se de uma figura visível que evita o invisível, ponto em que o desejo e a angústia coincidem. O olhar do Outro só se torna objeto de reconhecimento a partir do momento em que existe uma subjetivação da imagem, dando vida, como um brilho no olhar, um momento nulo, o instante zero (LACAN, 2004). É por isso que podemos compreender o fato de o vampiro não se reconhecer no espelho. Na parábola do conde de Wladostock, o vampiro não se reconhece no espelho exatamente porque não existiu um Outro para criar a ilusão de seu desejo e da imagem do seu eu (*moi*): “O desejo é ilusório. Por quê? Porque se dirige sempre para o outro lugar, para um resto, para um resto constituído pela relação do sujeito ao outro que vem se substituir aí” (LACAN, 2004, p.276).

O desejo do Outro oculta a castração, o ponto zero, ausente de qualquer significação, buraco esvaziado de gozo que se suporta pela castração, em termos lacanianos. Esse objeto parcial de Lacan é o suporte do sujeito na formação imaginária de seu desejo, a “falta do Outro como aquela que me vê” (LACAN, 2004).

Estes dois últimos objetos, o olhar e a voz, acrescentados por Lacan, estão situados no nível do desejo. Eles estão ligados diretamente à divisão do sujeito a partir da fração libidinal que se pode subtrair do corpo. Como foi trabalhado neste capítulo, podemos perceber uma crítica do próprio Lacan ao “estádio do espelho”, uma vez que o valor do olhar e da voz vieram recobertos pela reação imaginária. Nesse ponto, o objeto não se reflete. O reconhecimento que se estabelece a partir da imagem, agora, se dá pelo desconhecimento suscitado pelo objeto *a*.

Vimos que Lacan, no *Seminário, Livro 10: A angústia*, coloca a disjunção do Édipo e da castração. A separação passa a ocupar o lu-

gar da castração e do falo, surgindo um ponto de incongruência na identificação com o Pai. A retroação do Édipo, como formalizou Freud, a partir de Karl Abraham, supunha que esses diferentes estágios (oral, anal e fálico) adquirissem sentido e valor a partir do ponto edípico que a proibição do Pai confere ao sujeito. Quando Lacan volta ao tema, ele propõe que não é o desejo e a lei que trazem o sujeito, mas sim a separação dos órgãos. O objeto é anterior ao desejo e à lei. Nesse sentido, o objeto está anterior ao desejo; quer dizer, anterior à função paterna a que o desejo está vinculado. Lacan, assim, questiona o estatuto do pai como *Nome-do-Pai*.

A voz rompe com o jogo sintático de uma voz passiva e ativa. Não podemos pensar a partir da noção de mensagem e receptor. Abandonamos, então, a hipótese de uma gramática da voz. A partir desse momento, a voz passa a ser algo anterior à articulação da fala. Por meio desse encontro da voz com o corpo, está a equívocidade da fala. O objeto da pulsão invocante é a voz. Nessa versão da pulsão, há um se fazer ouvir que se dirige ao Outro. É aí que se pode evidenciar que o desejo do homem é o desejo do desejo do Outro. Sem sombra de dúvida, a voz é o que resta quando se é despojado das identificações, o desejo seria, então, uma história da voz. É pelo fato de não existir uma mensagem invertida, que vem do Outro, que podemos pensar em uma história da voz. A voz marca o campo do desejo: “Os ouvidos são, no campo do inconsciente, o único orifício que não se pode fechar” (LACAN, 2004, p.184).

É pelo fato de o orifício não ser mais fechado que escutamos o que nos dá prazer e aquilo que está mais além do prazer. É nesse orifício do corpo que a voz incide, trata-se, portanto, de uma caixa de ressonância para a recepção da força da voz. É dessa maneira que o objeto voz surge para delimitar o silêncio que é anterior à voz. O silêncio que ninguém ouviu, mas que todos escutaram.

É nesse sentido que devemos pensar a voz. Ela é a última instância do Outro. O ca-

ráter da voz é etéreo. Ele é o sopro do shofar, um sinal de presença do desejo do Outro. Ele marca a aliança entre o Deus Yahveh e o povo judeu. É com o shofar que há um sinal do encontro com a voz do Outro. A tradição do verbo é, agora, a transmissão de uma voz.

A partir desses demarcados até aqui, podemos começar a construir uma nova maneira de se pensar a questão da identificação, delineada a partir da divisão do Outro. O que Lacan se pergunta no *Seminário, Livro 10: A angústia* é de que lado está o objeto. Quando se debruça sobre esse tema, há um deslocamento do Édipo para o objeto. Não se determina o *infans* pela proibição, mas sim pela separação. Quando Lacan introduz o objeto voz, é à voz de Yahveh que traz a referência da tradição judaica, na *Bíblia* e nos rituais, bem como as referências talmúdicas, especialmente à cerimônia do Yom Kippur, no qual se escuta o som do shofar. Com relação ao objeto voz, Lacan investiga o shofar, primeiro instrumento de sopro na história da civilização judaico-cristã, que emite um som contínuo, fora de qualquer tom. Isso seria representado no shofar, chifre de carneiro usado nas sinagogas para integrar a comunidade judaica. Na história do judaísmo, esse instrumento estabeleceu o pacto entre o povo hebreu e Yahveh, e é tocado para comemorar duas ocasiões: o aniversário do mundo e a presença de Deus.

No *Seminário, Livro 10: A angústia*, Lacan comenta o texto de Theodor Reik, *Le rituel, psychanalyse des rites religieux*, sobre o shofar, que é tocado três vezes na sinagoga, depois do Rosh Hashanah (aniversário do mundo) e no Yom Kippour (a presença de Deus), dia do grande perdão, primeiro dia do ano do calendário judeu. O som tem a função de renovar a aliança com Deus, emocionando a todos por representar a voz de Deus, seu rugido, referindo-se às tábuas da Lei, aos seus mandamentos, e inscrevem o sujeito na cultura. Nesse ponto, o dispositivo voz é o lugar do que existe de mais real do Outro,

onde se insere no campo do enigma do Outro e em que momento pode intervir tal tipo de objeto, a voz, que acreditamos conhecer bem, sob o pretexto de que conhecemos seus restos, na forma das vozes extraviadas da psicose, seu caráter parasitário, como imperativo interrompidos do supereu? (LACAN, 2004, p.321).

No *Seminário, Livro 10: A angústia*, o shofar é o ponto de amarração para a elaboração do objeto voz. Trata-se de um mugido, tendo algo de primitivo também em sua fabricação, que não é refinada. O instrumento é quase que apenas retirado do animal, produzido com parte de seu corpo, é seu chifre, seu osso. O som evoca o grito do Pai como marca do que Freud chamou de recalque originário, ou recalque propriamente dito. Nesse ponto, o shofar representa o momento solene em que Deus dita a Moisés os dez mandamentos, surgindo, aí, a aliança entre o povo Judeu e seu Deus, gesto que funda a Lei.

Para os judeus, é familiar o mugido do shofar, por três vezes repetido, no encerramento da celebração de Rosh Hashanah. A *Bíblia* refere-se, explicitamente, à “voz do shofar”: um som estarrecedor que, após a cerimônia de reconhecimento, lembra aos fiéis a vigência e a aliança com Yahveh. Para todos os efeitos, eles ouvem a voz de Deus. Uma voz isolada, ao mesmo tempo vazia e cheia de sentido, tanto que basta para renovar o pacto, ela possui o sentido absoluto da aliança: uma voz caída.

Podemos partir do fato de que a função da fala é o que confere um sentido às funções do sujeito. Essa fala enlaça um ao outro do significado – ou, antes, o “a significar”, o que resta a significar – e o significante; e esse enlace comporta sempre um terceiro termo, que é a voz. Se dizemos que não se pode falar sem voz, nada a dizer disso, podemos inscrever no registro da voz o que é resíduo, resto da subtração da significação ao significante. E podemos também, numa primeira abordagem, compreender a voz como tudo

o que, do significante, não concorre ao efeito de significação. É isso que um esquema bem simples de Lacan comporta. A voz aparece na sua dimensão de objeto quando é a voz do Outro. O que conta aí? O que conta é que essa voz vem do Outro. A esse respeito, a voz é a parte da cadeia significante não passível de ser assumida pelo sujeito como “eu”; é subjetivamente atribuída ao Outro.

Esse som traz como marca uma mediação evanescente entre a expressão mítica e a palavra articulada em um discurso. Uma voz transgressora que se apresenta seguida do discurso articulado da palavra do *Nome-do-Pai*. Theodor Reik prolongou as teorias totêmicas de Freud, fazendo uso do tema da psicologia da religião, ao lado de Karl Abraham. As passagens de Reik sobre o shofar nos levam a ver que esse som do corno, que se faz ouvir na sinagoga, quando da renovação do pacto do povo eleito com Yahveh, é a referência do psicanalista. Esse som não é a Palavra de Deus, mas um mugido de touro, ou de bode, feito para lembrar a morte do Pai e o pacto que se deve seguir. A voz ressoa em um vazio que é o vazio do Outro, não moldada, senão articulada, afônica, ressoando nos ecos do real, por onde a verdade se transmite.

O sujeito monta um fantasma pelo qual a voz lhe retorna, passando a manipular os objetos fantasmáticos onde a voz é o primeiro; a voz que suscita a angústia a partir do encontro com o Outro, marcando uma anterioridade lógica ao estágio oral. Retornando ao grafo dos cinco estágios da constituição dos objetos, Lacan diz dos vínculos do estágio oral com as manifestações primárias da voz. O sujeito ouve a voz de um desejo que ele não sabe. A voz é a única forma do objeto *a*, que articula o desejo do sujeito com a vinda do Outro. Nesse ponto, teríamos o que se distingue, no seminário, como a marca da identificação. Ela se estabelece em um esquema que Lacan propõe como divisão – o que nos permite ler que o Outro é o Outro porque existe um resto. Isso quer dizer que

há algo que não é significante e que está separado do corpo.

A esse respeito, a voz vem no lugar do que é do sujeito propriamente indizível, e que Lacan chamou seu “mais de gozar”, com a castração; quer dizer que não se escuta a voz no real, que aí somos surdos. Onde está, então, a instância da voz? E, se é feito um pacto, é a entrada no simbólico tanto para o judeu quanto para o Deus que firmou esse pacto. Então, é um Deus sobre o qual a lei também incide e marca seu desejo. Esse Deus é a voz, pois só resta a voz do shofar, um grito angustiante e angustiado, pois o shofar soa a cada vez que o humano e a divindade selam um pacto. Destacamos que há, na voz, qualquer coisa que escapa ao efeito instrumental. E é precisamente que o sujeito se ligue ao Outro: o que o sujeito liga ao Outro é a voz no campo do Outro.

Esse corno de carneiro, chamado de shofar pelos hebreus, é mencionado por Lacan no *Seminário, Livro 10: A angústia* como o objeto voz. Diante do som profundo desse corno, pode-se perceber algo que é *transmitido*, mas que não pode ser mais que um som puro, não significante. É por isso que são os objetos tomados da demanda – o objeto oral e o objeto anal – que vieram ao primeiro plano na análise, antes deste objeto do desejo, que é a voz. Há voz a partir do fato de que o significante gira em torno do objeto indizível. E a voz, como tal, emerge a cada vez que o significante se quebra, para agregar esse objeto ao horror.

A problemática da voz é ontológica. Há uma reivindicação do problema da voz e da sua “gramática” como um problema metafísico fundamental e, conjuntamente, como estrutura originária da negatividade. Ela é, antes, a possibilidade da impossibilidade da existência em geral, do esvanecimento de todo referir-se e de todo existir. É apenas no modo puramente negativo, em que se tem a experiência da impossibilidade radical. Segundo uma tradição que domina toda a reflexão ocidental sobre a

linguagem, dos gramáticos antigos ao fonema, na moderna fonologia, aquilo que articula a voz humana, em linguagem, é de pura negatividade. Uma vez que tem lugar na voz, a linguagem tem lugar no tempo. Ela é cronotética. É nesse ponto que encontramos a voz como um objeto separado do corpo. Existem objetos que são partes desprendidas do corpo, cuja estrutura é uma borda. É pelo fato de esses objetos terem sido separados do corpo que eles exercem a função de resto. Se Lacan partiu da angústia para construir os objetos separados do corpo, é porque esses objetos não podem estar no campo do significante.

Em face de um corpo especular que habita a linguagem e a representação, ergue-se um corpo como resto. Esse resto faz uma ação de corte, separando-se do corpo especular. Diferentemente de uma ação de castração, agora, surge a separação de objetos perdidos. Os órgãos se separam do corpo não mais como uma ameaça de castração ou uma ação dialética do significante fálico. Surgem órgãos que se desprendem do corpo. Essas separações são mutilações de partes do corpo, algo anterior à simbolização fálica. Porque são objetos separados do corpo anterior à significação. Aí, a lista de objetos é independente da referência da castração e do desenvolvimento. Saímos do corpo especular para o campo dos objetos soletrados do corpo. Nos termos de Lacan:

A voz onde o que diz, mas não pode responder por isso. Para que ela responda, devemos incorporar a voz como alteridade do que diz [...] lembremos aqui essa forma de identificação cujo primeiro modelo é a voz e a respeito da qual falamos de incorporação (LACAN, 2004, p.319).

Assim, para concluir, é importante demonstrar que estamos saindo dessa posição secundária, por si só, ressitua a construção cujo princípio deve ser buscado na dimensão do objeto *a*.

À guisa de conclusão

Nesse sentido, podemos dar um novo valor ao termo princípio; isso quer dizer que o princípio está no nível do órgão que apaga toda a dramaturgia edípica. A partir daí, podemos começar a apagar o complexo de Édipo como um conceito fundamental da psicanálise. Essa afirmação de que o Édipo não seria mais um conceito fundamental da psicanálise, juntamente com a tentativa de encontrar outras maneiras de se pensar a questão do princípio, que, certamente, nos leva para a origem, pois, nesse ponto, separaram-se o Édipo e a castração, o que demonstra a anterioridade do objeto.

Podemos, então, formular que o objeto transicional de Winnicott e o objeto pequeno *a* de Lacan demonstram algo anterior à proibição do desejo. No *Seminário, Livro 10: A angústia*, propõe-se chegar a um estatuto do anterior ao desejo e anterior à lei. É uma tentativa de desvincular a realidade psíquica ressignificando a sua verdadeira causa. Isso quer dizer que com a construção do objeto transicional e do objeto *a*, como trabalhamos, evidencia que o que restou foi um resto caído.

Abstract

This work searches the construction of Winnicott of his transitional object. Following this issue, this work will be led to the object little a developed by Jacques Lacan. The legacy of these two conceptions is the lacanian reference to Winnicott. The French psychoanalyst opens one possibility for this comparison because both objects don't belong either to the mother or to the child. We will attempt showing that this object is not part of anyone. Then we will determinate this object's clinical character.

Keywords: Object a, Transitional object, Impossibility, Loss, Extraction.

Referências

ABRAHAM, K. *Teoria psicanalítica da libido – sobre o caráter e o desenvolvimento da libido*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

BIBLIA SAGRADA. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

FREUD, S. 2003. Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico. Trabajos sobre metapsicología y otras obras. In: FREUD, S. Introducción del narcisismo. Trabajos sobre metapsicología Pulsiones y destinos de pulsión. La represión. Lo inconciente. Complemento metapsicológico a la doctrina de los sueños. Duelo y melancolía. Apéndice a los trabajos sobre metapsicología (*Obras completas v.14*). Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

FREUD, S. Projeto para una Psicología Científica. In: FREUD, S. *Obras completas*. v.1. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

FREUD, S. Moisés y la religión monoteísta. Esquema del psicoanálisis y otras obras. In Freud, S. Moisés y la religión monoteísta. Análisis terminable e interminable. Construcciones en el análisis (*Obras completas v.23*). Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

LACAN, J. *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LACAN, J. “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. “Lettre à Winnicott”. In: *Ornicar*. Paris: Revue du Champ Freudien, n.33, p.7-10.

LACAN, J. *O Seminário, livro 10: a angústia*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão brasileira de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACAN, J. *Le Seminaire. Livre X. L'angoisse*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

WINNICOTT, D. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D. Aspectos clínicos metapsicológicos da regressão dentro do *setting* psicanalítico. In *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

WINNICOTT, D. Preocupação materna primária. In *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

WINNICOTT, D. Distorção do ego em termos de verdadeiro e falso *self*. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

WINNICOTT, D. Os objetivos do tratamento psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

WINNICOTT, D. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

WINNICOTT, D. Dependência no cuidado do lactente, no cuidado da criança e na situação analítica. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

WINNICOTT, D. Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de opostos. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

WINNICOTT, D. A criatividade e suas origens. In *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D. O uso de um objeto e relacionamento através de identificações. In *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D. “A Observação de Bebês numa Situação Padronizada”. In: *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, D. “Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais”. In: *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, D. “Para Jacques Lacan”. In: *O gesto espontâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

RECEBIDO EM: 20/01/2012

APROVADO EM: 27/01/2012

SOBRE O AUTOR

Pedro Teixeira Castilho

Mestre em literatura e Psicanálise – UFMG.

Doutor em Teoria Psicanalítica – UFRJ.

Pós-Doutorando em Psicologia Clínica pela USP.

Bolsista da Fapesp.

Endereço para correspondência:

Rua São João Evangelista, 389/402 - São Pedro

30330-140 - Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3223-9054 - Cel.: (31) 9979-3422

E-mail: ctcastilho@ig.com.br



Vulnerabilidade das pessoas em cumprimento da pena à luz da psicologia

Vulnerability of persons serving a sentence into the light of psychology

Stetina Trani de Meneses Dacorso
Lilian Meneses Dacorso

Resumo

O presente artigo procura trazer à luz questões que permitam a discussão das condições psicológicas de pessoas que cumprem pena em casas de detenção. O sistema prisional sempre é objeto de discussão. A proposta das autoras é oferecer elementos à luz da Psicanálise de forma a possibilitar que a discussão possa ser mais efetiva e aprofundada quando o foco for a preocupação com as condições psicológicas dos detentos.

Palavras-chave: Sistema prisional, Vulnerabilidade psíquica, Castigo, Educação, Trabalho.

A sociedade é sempre o produto de conflitos, de paradoxos, ela é cheia de contradições, fruto da invenção social, da negociação e da elucidação.

EUGENE HENRIQUEZ

Esclarecimentos

Este artigo, em sua maior parte, é a reprodução de uma palestra realizada em agosto de 2011. Fomos convidadas para apresentar o tema: *Vulnerabilidade das pessoas em cumprimento de pena à luz da Psicologia*, convite este feito a duas psicanalistas. O tema se incluía num conjunto de apresentações do 1º Seminário de Capacitação para Conselheiros da Comunidade de Juiz de Fora e Região.

O assunto é delicado para nós psicanalistas. Envolve discussões sobre Lei, transgressão e cultura, interiorização da Lei, punição, culpa e muitas outras questões. Decidimos publicá-lo pelo debate que provocou quando apresentado e acreditamos que, assim, deixamos em aberto o espaço para debates.

A mídia vincula notícias sobre mudanças no Código Penal, mudanças na estrutura das casas de detenção e outras tantas decisões a

cada crime hediondo e/ou fuga e/ou violência nestes espaços presidiários.

Sigmund Freud, no texto “Análise Terminável e Interminável” (FREUD, 1979), define que existem três profissões impossíveis: política, educação e análise. As leis são realizadas para um coletivo, a educação deve atender a necessidades de mercado sendo também para um todo e a análise lida com o sofrimento provocado em cada um por sua exigência pulsional em conflito com as exigências de amor e da cultura. Os seres humanos reagem mal e de forma violenta a qualquer movimento que implique em limitação, impedimento ou punição à satisfação de seus desejos particulares.

Esta palestra foi realizada para um público de 250 pessoas de todos os níveis sociais, incluindo advogados, diretores de casa de detenção, agentes presidiários e pessoas da comunidade que fornecem alguma assistência aos presídios, estagiários de psicologia, direito, assistência social.

Eu, você, Nós, a Lei e o sofrer...

Iniciemos pela compreensão da constituição da subjetividade de um ser humano na relação com seu meio ambiente. Quando nascemos o fazemos inseridos numa família que já possui suas regras, todas as crianças necessitam de um mínimo de regras para sua sobrevivência: usar o troninho; falar para poder solicitar e se comunicar, horários para dormir e comer. Estas e muitas outras que mudam de acordo com o meio familiar: o que é certo e errado; o que pode e não pode; como funciona o sistema de castigos e premiações; quais são as exigências inquestionáveis e quais podem chegar a ser discutidas. Como afirmamos anteriormente, vai variar de grupo familiar para grupo familiar.

Depois de alguns anos de vida, todos nós já possuímos alguma independência e ampliamos nossos horizontes: escolinha, clubes, casa de coleguinhas; dando pulos de décadas: faculdade, barzinhos, viagens, clubes, hotéis; a questão tão preocupante dos dias atuais que é a direção no trânsito e tantas outras que afetam as famílias em sua preocupação com os adolescentes. Podemos deduzir que aquilo que se aprendeu em casa será estendido ao coletivo. As regras da casa são menores que as do coletivo, é óbvio. Porém, na medida em que se aprendeu que existem regras que devem ser obedecidas para a convivência grupal, este sentido de regras para melhor viver é ampliado para um todo maior.

Naturalmente, vocês podem estar se perguntando como encontramos tantas pessoas que burlam, transgridem, enfim, cometem atos considerados hediondos pelo restante das pessoas, sendo necessária a entrada em cena do Código Jurídico, das Leis de um país, da comunidade. Isto ocorre porque não basta ter sido educado, existe também o livre arbítrio e as patologias psíquicas de determinadas pessoas que assim se constituem. Por esta razão, podemos afirmar que o sujeito delinquente existe e atua nos espaços democráticos.

Toda cultura, todo momento sócio-histórico-cultural possuiu e possui seu sistema de

regras e leis. À medida que o mundo e a cultura mudam, procura-se adequar na medida do possível as leis a este novo *modus vivendi*.

Michel Foucault, filósofo e epistemólogo francês, fez um histórico do sistema de punição e castigos desde tempos remotos em sua obra *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1977). Vamos sintetizar muitas análises e momentos históricos para podermos chegar ao nosso foco de hoje. Mas é importante termos uma visão histórica da questão que analisamos. No nosso caso particular, optamos por pinçar alguns temas neste assunto tão amplo e complexo: corpo, castigo, isolamento, suplícios e educação. Reconhecemos que existem outros tão importantes quanto estes, mas nos estenderíamos em demasia.

Podemos iniciar com um histórico rápido da punição feita aos transgressores. Uma das primeiras formas de punição conhecida em nossa história é o suplício. Punição que mais parecia um teatro, fazendo com que o acusado ficasse exposto em praça pública e sofresse torturas equivalentes ao crime cometido. Quanto maior o crime, maior a dor que o acusado devia sentir. O povo assistia em clima de euforia, gritando ao carrasco que infligisse mais dor (FOUCAULT, 1977). Aos poucos a cena muda. Passaram a cobrir o rosto do acusado como se isto fosse menos humilhante. O espetáculo de teatro ganha menos peso, o detento passa numa carroça por toda a cidade para que todos vissem como era penoso ir contra as regras. Os reformadores, revoltados com estas cenas que nada contribuía para a diminuição dos crimes, lutavam por uma forma diferente de punição, algo que não expusesse tanto o condenado e contribuísse para o processo de re-educação.

Começaram a surgir as casas de detenção, que tinham como objetivo re-educar, isto é, moldar o sujeito que melhor conviesse à sociedade. A prisão surge para proteger a comunidade de perigos intencionais, o bem-estar das pessoas internadas não estava em questão. A prisão foi desde o início

uma forma de modificação dos indivíduos, de condicionamento que funciona através da privação da liberdade. É uma forma de se obter um saber clínico sobre os condenados, estudá-los, avaliá-los, entrar em seu íntimo para saber como funciona sua mente, de que são feitos estes sujeitos (FOUCAULT, 1977).

Foucault em *Vigiar e Punir* (1977) analisa que durante a época clássica o corpo foi descoberto como objeto e alvo de poder, corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil e cujas forças se multiplicam. O autor cita o livro *O homem-máquina*, de La Mettrie, que usa em uma parte de sua obra o que Descartes descreveu e filósofos e médicos continuaram. Em outra parte o livro é técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Este livro é uma redução materialista da alma e um adestramento do corpo. Estes métodos é que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. São estes métodos que Foucault vai chamar de “disciplinas”. Os processos disciplinares já existiam há muito tempo: nos conventos, exércitos, nas oficinas. As “disciplinas” se tornaram, no decorrer do século XVII e XVIII, formulas gerais de dominação. Ao encarcerar, ao retirar do convívio social, ao tornar dócil, vemos a reprodução de uma sociedade maior: quartel restrito, escola sem indulgência, uma oficina sombria (GOFFMAN, 1974).

Foucault (1977) vai analisar que a sociedade disciplinar possui uma singularidade que reside na existência do desvio diante da norma. Para “normalizar” e “normatizar” o sujeito moderno foram desenvolvidos mecanismos e dispositivos de vigilância, capazes de interiorizar a culpa e causar no indivíduo remorsos pelos seus atos. Frisamos que esta culpa interiorizada no sujeito pode ser tra-

balhada sob vários paradigmas: religioso, moral, psíquico, amoroso, psicanalítico etc. Em decorrência do objetivo do tema, optamos pela leitura foucaultiana de disciplinas e normatização com a articulação ao social.

Foucault (1975) vai citar o Panóptico, um mecanismo arquitectônico penitencial – considerado ideal – desenhado pelo filósofo e jurista Jeremy Bentham em 1785, cujo objetivo era controlar sem ser visto e também ser menos dispendioso em termos financeiros já que podia utilizar um número bem menor de funcionários. Servia para domínio da distribuição dos corpos: criança aprendendo a escrever; prisioneiro a ser corrigido; um louco e sua loucura. O panoptismo é a observação integral por parte do poder disciplinador da vida do sujeito. Vigiar o tempo inteiro sem que se veja o observador. O mais importante do que vigiar o tempo inteiro, era que o mesmo se soubesse vigiado. O objetivo não era a punição, mas que todos se sentissem mergulhados num campo de visibilidade. Assim cada um toma por sua conta as limitações. Foucault acrescenta que o Panóptico era uma grande ficção, porque se fazia a ronda em horários variados, se punham algumas pessoas para gritar de forma a que todos tivessem a certeza que alguém burlou e estava sendo punido severamente no mesmo corpo dantes vigiado. O efeito dessa Grande Ficção é que é importante.

O poder é visível e inverificável. É visível porque o detento vê a torre que o vigia, é inverificável porque ele nunca deve saber se está sendo observado, mas tem a certeza de que sempre pode sê-lo. A arquitetura é feita de tal forma que se possa controlar o interior, olhar, vigiar e dominar. Quem sabe que está submetido a um campo de visibilidade retoma por sua conta as limitações do poder, as faz funcionar espontaneamente sobre si mesmo. Inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis, torna-se o princípio de sua sujeição. Este é o modelo Panóptico (FOUCAULT, 1977).

Nasce, assim, uma política das coerções, uma anatomia política e mecânica do poder: domínio sobre o corpo do outro para que opere como se quer. Fabricam-se corpos exercitados e dóceis. As disciplinas organizam as celas, lugares, fileiras, criam espaços arquitetônicos, funcionais e hierárquicos. Realizam fixação e permitem circulação. Marcam lugares, indicam valores, garantem obediência e melhor economia de tempo e gestos. Regem disposição de móveis; prédios; salas; colégios; quartéis; disciplina dos espaços; fila; controle de horários.

“Arte do bom adestramento” se relaciona com a correta disciplina, já o dizia Kalhau- sen no início do século XVII (FOUCAULT, 1977). Assim, temos as punições por desvios de qualquer ordem, tempo, sexualidade, corpo, maneira de ser. As punições foram copiadas do modelo judiciário: multas, açoites, masmorra. E várias outras formas.

Vamos fazer um parêntese, e falemos um pouco do CORPO. Aparentemente o corpo é de domínio pessoal, é um bem que nos pertence. Ora, mas o corpo produz dor. Aqui temos duas questões muito sérias: corpo e dor. E se acrescentarmos mais uma: considerarmos o corpo como um envelope? Mas do quê? Da alma, do espírito, da inteligência... Enfim, qualquer coisa que não seja tão material e que ao mesmo tempo faça parte do ser humano e esteja ligado irremediavelmente a este envelope-pele-corpo (ANZIEU, 1989). A dor desde tempos remotos tem sido considerada um bom mote pra educar, fazer ceder, alcançar uma pureza de alma, uma elevação do espírito, um domínio sobre si mesmo, uma calma das paixões corpóreas, e podemos continuar ao infinito. Assim, agindo sobre o corpo alcançamos este bem mais precioso que está dentro... O corpo é uma arma de controle de populações. Basta que olhemos o mundo à nossa volta para percebermos como este corpo é assediado, seduzido, manipulado, mutilado...

Retomando os pontos que levantamos até agora, fomos da educação das crianças até o

social e falamos rapidamente de leis, transgressões e pinçamos o corpo no nosso raciocínio.

Ampliemos um pouco o nosso leque de raciocínio. Houve um tempo mítico – que não temos como precisar e cada corpo teórico tem sua explicação e constructo – enfim, houve este tempo, quando o número de pessoas aumentou, seja uma horda, vila, família, clã, comunidade... não importa. O número aumentou e não era mais possível que tudo funcionasse livremente. A primeira delas foi a proibição do Incesto. Com esta proibição se criam as regras de relação de parentesco, propriedades e a exogamia. Para que as pessoas possam sobreviver juntas é necessário leis e códigos. E aliado, um sistema de punição para quem não obedecesse. Aqui o sagrado, e/ou divino, sempre teve um peso muito importante no sentido de fazer os seres humanos terem medo e obedecer. O importante é frisar o sistema de castigo, aqui entra a DOR. Existe um ditado popular que diz: sem dor, sacrifício e/ou sofrimento não tem efeito e/ou valor... O sofrimento enaltece, purifica, valoriza algo, enobrece. Quando o divino/sagrado tinha uma primazia nesta ordem social, a Fé das pessoas provocava o castigo porque elas não duvidavam. Conhecendo as sanções, elas aconteciam. Por exemplo: não pode andar onde o pajé (representante e contato íntimo do sagrado) acabou de pisar, se o fizer vai morrer, ou perder as pernas, ou nunca mais andar (FREUD, 1979). Bastava alguém dizer que o sujeito estava pisando em terreno proibido e o castigo acontecia sem intervenção das pessoas.

Com o crescimento das sociedades, e quando os vencedores dos conflitos de guerra perceberam que era melhor manter vivos os vencidos para fazê-los de escravos, fez-se necessário sofisticar o sistema de controle de prisioneiros e domesticá-los. Porque a vingança poderia ocorrer a qualquer momento. Não basta que o corpo ceda, é necessário que o espírito também fique domesticado. Os suplicios e castigos com as várias formas que

o ser humano inventou ao longo da humanidade até chegar às penas de prisão, é uma mutação técnica! É a passagem de uma arte de punir a outra (FOUCAULT, 1977).

Encontramos as disciplinas de Foucault. Adestramento das massas, dos corpos, das mentes. Surge todo um processo de avaliação: sagrado/não sagrado; normal/anormal; saúde/doença; certo/errado. E sempre presente a questão: qual a melhor forma de melhorar esta “anomalia”, seja ela de que ordem for?

Neste ponto vamos voltar nosso olhar para a infância do ser humano. Todos nós nascemos dependentes e frágeis. Precisamos que o outro cuide de nós para podermos continuar vivos, literalmente. E antes que se levante a dúvida se estou me referindo às famílias razoavelmente organizadas, deixe-me esclarecer que me refiro a qualquer ambiente onde um ser vai ser minimamente cuidado para sobreviver. A nossa dependência física e emocional nos faz demandar a atenção daqueles que percebemos serem fundamentais às nossas necessidades. Seja sendo inteligente, educado, esperto, servil, obediente, desobediente, bom, mal, saudável, doente. Todos conhecem aqueles alunos que têm dificuldade de estudar – por vários motivos – e não podendo ser o primeiro da sala, será o mais bagunceiro, o “puxa-saco” da professora. Pode-se chamar a atenção de várias formas: o mais violento; o que mais mata; o que mais se droga; o mais esperto...

Trazemos da infância a marca da necessidade de cuidado, proteção de alguém superior a nós: pai, mãe, professora, líder, chefe. A cadeia de pessoas às quais devemos certa obediência e ansiamos pela admiração/amor é enorme. E também trazemos a marca de saber o quanto é doído termos um desejo, uma necessidade, uma vontade que alguém impede de satisfazer. E acatamos por nossa dependência.

As crianças sentem quando os pais sempre tão carinhosos proíbem uma brincadeira, comportamento ou fala. E elas sentem muito. No início todas as crianças ficam com

medo de perder os pais, depois de perder seu amor e depois “percebem” que os pais ficam chateados, mas permanecem ali. Não estou incluindo aqui os pais que ultrapassam os limites seja lá em que direção... Quando os progenitores veem esta percepção de seus filhos, os castigos começam a ficar mais sofisticados: sem mesada, sem shopping, sem presentes, sem saída e em alguns casos ficar preso no quarto por um bom tempo, e em outros a surra...

O desprazer, a frustração, a dor psíquica e em muitos casos a dor física.

Não é só uma questão de provocar dor e depois a subjugação do outro... Há também o dado de que o corpo realiza aquilo que se processa dentro. É o corpo que atua os desejos errados construídos dentro, faz-se necessário moldar o espírito, o caráter, a alma, a vontade, os desejos, para que o dentro comande o corpo de forma correta, de acordo com o paradigma de controle que se esteja usando.

Como já dissemos, aqui entram as guerras, as torturas, inquisições e muitas outras coisas que se pode acrescentar enquanto “mazelas e sofrimentos corporais” para se alcançar e domesticar o dentro. Ações de todos os tipos e com inúmeras finalidades são efetivadas sobre o corpo do outro. Articulemos tudo que analisamos até o momento com o que consideramos ser uma contribuição para a diminuição de violência nos presídios, uma menor vulnerabilidade psíquica dos detentos e, talvez, uma diminuição de reincidência.

Considerações finais

No fim do século XVII, quando a punição se tornou parte velada do processo penal, o corpo começou a ser utilizado como instrumento de privação, de obrigações e de interdições. É sempre do corpo que se tratava, de suas forças, de suas utilidades, docilidades, submissões. A alma era também utilizada para a correção, o castigo deveria atuar sobre o coração, o intelecto e a vontade (MEDEIROS, 1996). Tudo se torna julgado: as pai-

xões, os instintos, as anomalias, os efeitos do meio ambiente, a hereditariedade. Julga-se o que fizeram, mas também o que são. Um crime é cometido porque traz vantagens; para o castigo ter efeito basta que o mal que cause ultrapasse o bem que o culpado retirou do crime. A lembrança da dor pode evitar a reincidência, é a certeza de ser punido que desvia o homem do crime (SYKES, 1969).

O suplicio se inseriu na prática judicial porque é revelador da verdade e agente de poder. O castigo vem em consequência de uma desobediência de regras. A solidão que também é usada como forma de punição é vista como instrumento positivo de uma reforma pela reflexão que suscita e pelo remorso que não pode deixar de vir (MEDEIROS, 1996).

Não está em discussão se as leis são justas ou injustas. Se as pessoas merecem ou não o tipo de julgamento. Se os motivos são aceitáveis ou não. Se houve avaliação de um perito sobre o psiquismo do condenado, no que se refere às patologias. Todos estes pontos são importantes e merecem outra pesquisa. O foco em análise é a vulnerabilidade de pessoas no sistema de punição, que é o encarceramento.

O encarceramento retira o ser humano do convívio com outros do coletivo e o coloca isolado e na maioria das vezes com pessoas que cometeram transgressões piores que a dele. Os pensadores de várias áreas, desde tempos memoráveis, consideram o presídio uma escola de transgressões. Ali estão os transgressores, os que vão tentar impor naquele restrito espaço as suas leis, os mais fortes dominam os mais fracos e os “bons alunos” aprendem rápido, até para poderem sobreviver. E o sistema de controle e cuidados daquele espaço nem sempre é eficiente no sentido de organização e cuidados locais.

O processo de admissão do detento é uma despedida e o começo de um processo que pode ser marcado pela nudez. Despedida de um mundo de liberdade de escolha e decisões. Começo de um mundo que não é permitido falar, apenas quando perguntado. A

nudez provém do esvaziamento do sujeito de suas identidades (SYKES, 1969). Ao entrar para a Instituição carcerária perde os suportes de sua identidade pessoal e social (MEDEIROS, 1996).

O isolamento, a ociosidade, a ausência de objetivos tornam a mente mais comprometida. Menos capaz de pensar e evoluir. Não é nosso objetivo discutir sobre a punição do encarceramento. É o que temos em nossa sociedade! Mas a questão é como o ser humano pode tirar algum proveito deste, digamos, “castigo”. COMO? Aqui entramos num terreno delicado, porque não são todos que são beneficiados pela possibilidade de estudo, ou um tipo qualquer de ocupação, enfim, alguma atividade onde o tempo não fique ocioso.

Toda produção implica no uso de um potencial humano que se expressa através: das artes de todos os tipos; produção de um artefato qualquer e de qualquer ordem; do ensino... O sujeito encarcerado não utiliza o potencial, que por acaso possui, o seu tempo ocioso o fará aprender aquilo que circula no ambiente: transgressores e formas de transgressão.

Se não existe, aliado ao processo de reclusão, algo que leve o sujeito punido a um processo de construção, as chances de ressocialização ficam praticamente impossíveis e árduas, porque é um processo solitário.

A ociosidade constante torna atraente QUALQUER motivação e/ou solicitação do meio. Na nossa perspectiva a ociosidade deveria deixar de existir.

Novamente repito que não é possível focar a questão da detenção com um único olhar. Temos a constituição psíquica do punido; o crime/transgressão cometido; o preconceito da sociedade em relação ao ex-presidiário; a dinâmica do espaço onde ele cumpre pena; companheiros de cela e prisão; a idade; possibilidades de aprendizagem de um ofício que permita a sobrevivência pós-cárcere. Senão ficamos considerando uma questão tão delicada como esta de forma muito superficial.

APUNIÇÃO, em todos os tempos, traz embutida em si a possibilidade de REEDUCAR!

Se no ambiente de detenção não há espaço para reeducar com outros valores, se a reeducação é feita com outros transgressores-punidos, e o ambiente é de ociosidade com o exercício dos mesmos atos que levaram ao encarceramento, acreditamos em grande porcentagem de reincidência.

Freud, em “O Mal-Estar na Civilização” (1979), se refere ao trabalho como uma técnica única na vida que prende o indivíduo firmemente à realidade. Fornece um lugar seguro na realidade e comunidade humana. Desloca grandes quantidades de componentes libidinais, narcísicos, agressivos e eróticos, inclusive para os relacionamentos humanos a ele vinculados (FREUD, 1979).

Naturalmente o trabalho escolhido livremente vai constituir fonte de prazer e satisfação especial. O que não é o caso no contexto que estamos a pensar, mas podemos utilizar a representação psíquica de um obrar nestas condições.

Sabemos que citamos vários pontos que necessitam investigação. A intenção é possibilitar que possamos pensar com cuidado e profundidade. O assunto é delicado e difícil. E tornamos a repetir, com vários fatores em jogo. Não basta dizermos o que seria ideal. Porém insistimos na leitura de um sujeito produtivo, já que o objetivo é punir para reeducar.

Se deixarmos ver aos homens que o crime pode ser perdoado e que o castigo não é sua continuação necessária, nutrimos nela a esperança de impunidade. Nada torna mais frágil o instrumento das leis que a esperança de impunidade, a eficácia das penas deve ser apoiada sobre a vaidade que estava na raiz do crime (SYKES, 1969, p.56).

Abstract

This paper seeks to throw light on the issue of Psychological conditions meet by people at the house of detetion. The prison system is always object to discusssion. The authors' objective is to offer elements from a psychoanalytical point of view, in order to enable a discussion that may be more detailed and effective, specially when the focus is a concern with the psychological conditions of prisoner.

Keywords: Prison system, Psychic vulnerability, Punishment, Education, Work.

Referências

ANZIEU, D. *Eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.

CORBIN, A, COURTINE, J-J, VEGARELL, G. *A história do corpo*, 3. As mutações do olhar. O século XX. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. A história da violência nas prisões. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREUD, S. Totem e tabu. In FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1979, v.XIII.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1979, v.XXI.

FREUD, S. Análise terminável e interminável. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1979, v.XXIII.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MEDEIROS, N. *Corpo e prisão*. Sexualidade matada ou negada? Belo Horizonte, 1996. Obra mimeografada e cedida.

SYKES, G.M. *Crime e sociedade*. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

RECEBIDO EM: 22/03/2012

APROVADO EM: 29/03/2012

SOBRE AS AUTORAS

Stetina Trani de Meneses e Dacorso

Psicóloga. Psicanalista. Mestre em Letras-Literatura Brasileira CES-JF. Mestre em Psicologia AWU-USA. Membro Efetivo e Psicanalista do Círculo Brasileiro de Psicanálise-Seção RJ. Presidente do Círculo Brasileiro de Psicanálise 2010-12. Professora titular do Curso de Psicologia-Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Membro Efetivo do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBP-RJ).

Lilian Meneses Dacorso

Psicóloga. Psicanalista da SOBRAP-JF. Psicologia Jurídica Ciclo-Ceap-BH.

Endereço para correspondência:

Stetina Trani de Meneses e Dacorso

Rua Padre Nobrega 35/201 – Paineiras
36016-140 – Juiz de Fora/MG
Tel.: (32)32158830
E-mail: stetina-dacorso@ig.com.br

Lilian Meneses Dacorso

Rua Padre Nóbrega 35/201 – Paineiras
36016-140 – Juiz de Fora/MG
Tel.: (32)9197-8134
E-mail: ldacorso@ig.com.br

Queixas de aprendizagem — contribuições de outras disciplinas e da psicanálise

*Complaints about learning
– contributions of other subjects and of Psychoanalysis*

Vera Esther Ireland

Resumo

Este trabalho aborda a questão de queixas de aprendizagem e algumas formas de abordá-las. Três linhas de pensamento são sucintamente consideradas: a da Medicina/Psiquiatria/Neurologia, a da Psicopedagogia e a da Psicanálise. Defendendo a versão psicanalítica, quatro de seus conceitos ou dimensões são explorados: a pulsão epistemofílica, a inibição intelectual, a produção do pensamento e a produção do conhecimento.

Palavras-chave: Queixa, Aprendizagem, Psicanálise.

Introdução

É com certa frequência que a clínica psicanalítica recebe crianças, pré-adolescentes e adolescentes, cujos pais trazem queixas relacionadas a problemas na escola. O adulto que traz o rebento raramente menciona o termo “problemas de aprendizagem” e jamais ouvi a expressão “transtorno de aprendizagem”. Este último é um termo especializado do CID-10 (2003) e do DSM-IV (1994), a que nos reportaremos mais adiante. Às vezes, já nos chegam com o diagnóstico pronto, em sigla mesmo: TDHA, embora não saibam muito bem o que seja isso. Mas geralmente a queixa é formulada com palavras simples, do cotidiano: “a criança/adolescente está mal em Matemática, ou em História, ou em Língua Portuguesa”, ou o que seja; há risco de reprovação (reforço escolar ou professor particular já foram tentados, mas o problema continua). A própria criança ou adolescente às vezes diz que “sabe a resposta, mas na hora da prova ‘dá um branco’”. Um ou outro, mais desafiador, simplesmente informa que “não gosta de ir à escola”.

É, também, com bastante frequência que o/a analista, ao recebê-los, já desconfia que é

só esperar ou perguntar algo que vêm mais coisas: o/a filho/a que trazem tem medos, ou tiques, ou ainda faz xixi na cama, ou ainda dorme na cama dos pais, ou é muito preguiçoso, ou não faz tarefas, ou está a ponto de ser expulso da escola porque “apronta” muito, ou não se alimenta bem (come demais ou de menos). Em síntese: a queixa inicial é sobre o mundo escolar da criança, mas é só esperar um pouquinho para se acabar chegando à neurose – a mãe ou pai tampouco fala de “neurose infantil”, porque o termo é especializado também. Em casos mais graves, chega-se a outras pistas do que pode estar acontecendo com o/a jovem paciente – por exemplo, um quadro beirando a psicose (FREUD, 1924) ou a tendência antissocial (WINNICOTT, 1987).

Veja por outra fomos instadas a fornecer um “atestado” (ou “declaração”) para se anexar a algum processo judicial já em curso ou prestes a acontecer. E por mais que tentássemos, em situações específicas, esclarecer a inconveniência disso para o interesse da criança/adolescente, não pudemos deixar de fornecê-lo – principalmente quando a mãe e/ou pai eram médicos e acreditavam piamente

no poder salvador do CID-10. Mas, nesses casos, apelamos para o manual acima referido, assinando-o como psicóloga (que sou, mas não como psicanalista, que também sou).

Neste trabalho proponho-me a explorar três campos de abordagem para esses casos – o da Medicina-Psiquiatria-Neurologia, o da Psicopedagogia e o da Psicanálise, detendo-nos um pouco mais nesta última, que, ainda, dividiremos em quatro subitens, conforme será visto mais à frente. O argumento central é o de que cada um desses campos de abordagem tem seus próprios méritos e usos, podem até ser superpostos em um mesmo tratamento, mas vão crescendo em termos de complexidade de processos com que se cuida de um paciente. Assim, defendemos que a psicanálise corresponde melhor ao também complexo funcionamento do psiquismo humano, mesmo que, em certos casos, se alie à Medicina/Psiquiatria/Neurologia e/ou à Psicopedagogia.

1. A visão médico-psiquiátrica-neurológica sobre a questão da aprendizagem

Remetendo o leitor ao CID-10 e ao DSM-IV para uma visão mais ampla, daremos aqui apenas alguns exemplos de classificações diagnósticas desses manuais, geralmente usados pelos que adotam a visão médico-psiquiátrica-neurológica no tratamento de crianças/adolescentes em fase de escolarização. Pelo CID-10, na categoria dos “transtornos específicos das habilidades escolares” (F81), há os transtornos de leitura, do soletrar, das habilidades aritméticas, transtornos mistos das habilidades escolares e transtorno do desenvolvimento das habilidades escolares, não especificado. Já o DSM-IV fala de transtornos da aprendizagem, que incluem: da leitura, da matemática, da expressão escrita e transtorno da aprendizagem sem outra especificação. Há profissionais da saúde que, adotando essas classificações diagnósticas, rapidamente prescrevem fármacos – como, por exemplo, a famosa Ritalina (Metilfenidato) para Transtornos de Déficit de Atenção e

Hiperatividade/TDAH – e pronto! Resolvido “o problema”!

A hipótese com que trabalhamos pode ser chocante para alguns interessados na temática em discussão, pois postulamos que a psicanálise não trata de doenças ou transtornos da forma como rezam o CID e DSM. A psicanálise trata (com teoria e métodos próprios) de neurose, psicose, perversão e estados fronteiros, que subjazem a diversos sintomas, inclusive os da área da aprendizagem (escolar ou alhures). Comunicar isso aos pais, ou convencê-los, já seria outra história. Os pais geralmente têm pressa, querem que “o problema” seja resolvido rapidamente, com o menor custo financeiro possível. E a psicanálise não pode fazer tal promessa, pois o seu modo de trabalhar é profundamente respeitoso do ritmo que o sujeito, em sua singularidade, tem a nos comunicar (BION, 1994) e, nas palavras de Freud (1914) “recordar, repetir e elaborar”.

Antes de adentrar o que consideramos ser a contribuição da Psicanálise para essa temática, apresentamos aqui, sucintamente, o que nos parece ser uma área intermediária entre a visão médico-psiquiátrica-neurológica e a visão psicanalítica: tal área seria a Psicopedagogia, em algumas de suas várias formas.

2. A visão da psicopedagogia

Ao invés de “transtornos”, em pedagogia, em psicologia e em psicopedagogia, geralmente se prefere o termo “dificuldades” ou “problemas” de aprendizagem. Em termos teóricos, Piaget e Vygotsky são sempre lembrados. Vejam-se, por exemplo, Weiss (1997), Pain (1985), Stefanini e Cruz (2006). Além disso, não é incomum, para a psicopedagogia, trabalhar, para dificuldades específicas, com termos comuns à medicina-psiquiátrica-neurologia (para certos casos, com a fonoaudiologia), tais como: dislexia, disgrafia, disortografia, disartria e dislalia (alterações da linguagem, falada ou escrita) e discalculia (alterações na capacidade de executar operações aritméticas e matemáticas). Pain (1985)

também usa esses termos ao falar sobre fatores orgânicos e específicos relacionados a problemas de aprendizagem, mas, além disso, também usa o termo oligotimia social (1985, p. 12-13) que, conforme Carvalho (2009), foi criado por Pichón Riviere para diferenciar de oligofrenia: enquanto este último termo se refere mais à deficiência mental, oligotimia

aplica-se quando a criança tem seu desenvolvimento emocional comprometido devido a carências afetivas, sem apresentar retardo mental ou qualquer outra deficiência. Trata-se de uma dificuldade de natureza médica, educacional e social (CARVALHO, 2009).

Alguns autores (declaradamente psicopedagogos ou não) são explicitamente afiliados ao método clínico de Piaget, com trabalhos importantes na área, como Carraher (1989). Há os que aplicam baterias de testes psicopedagógicos, fazem visitas à escola da criança, “orientam” os professores do paciente, etc. Outros autores exploram as várias tradições em que se funda a psicopedagogia – por exemplo, Bossa (2000). Há obras que são pródigas em vinhetas clínicas de base analítica, como a de Rubinstein (1999). Outros ressaltam a conciliação do ensino piagetiano com a psicanálise, dentre os quais, considero de importância fundamental o trabalho de Pain (1985, 1987). Diga-se, de passagem, que, mesmo não se tratando de psicopedagogia, nem sequer de considerações sobre dificuldades, problemas ou transtornos de aprendizagem, o movimento contrário também pode ser encontrado: partindo-se da psicanálise para entender o funcionamento psíquico infantil, há quem busque interlocução com Piaget – ver, por exemplo, Rey (1991).

Pain nos parece ter uma visão bastante importante tanto em extensão (seu ensino é pródigo nas interlocuções entre o singular e o social) quanto em profundidade de compreensão analítica. Iniciemos uma rápida passagem pelo ensino de Pain com as

citações a seguir, quando esta autora fala dos fatores que compõem o problema de aprendizagem:

[O sentido amplo] da patologia da aprendizagem (...) supõe um desvio mais ou menos acentuado do quadro normal, mas aceitável, e que responde às expectativas relativas a um sujeito que aprende. Alguns aspectos do desvio podem assinalar-se na articulação mórbida precisa que a determina, mas *outros são de caráter normativo e ideológico* e, na maioria dos casos, ambos os fatores contribuem, como é evidente no caso dos “erros de ortografia” (PAIN, 1985, p.27, grifos nossos).

E mais à frente:

É claro que *uma análise socioeconômica das superestruturas educativas* nos permite compreender por que o sujeito acaba sendo alienado da ignorância, mas precisamos ver qual estrutura possibilita a disfunção da inteligência, e como isso acontece (PAIN, 1985, p.27-28, grifos nossos).

Nessa análise, vale ressaltar um dos aspectos que Pain aborda – a diferenciação entre *problemas de aprendizagem* e aqueles que se produzem no âmbito da escola, isto é, os *problemas escolares*. Neste último caso, menciona, por exemplo, resistência às normas disciplinares, má integração no grupo de pares, desqualificação do professor, além da possibilidade de que tais manifestações sejam *formações reativas diante de uma entulhada e mal-elaborada transição do grupo familiar ao grupo social* (PAIN, 1985, p.13, grifos nossos). Pain defende, ainda, que a aprendizagem “é um lugar de articulação de esquemas” (1985, p.15) em que

coincidem um momento histórico, um organismo, uma etapa de inteligência e um sujeito associado a outras tantas estruturas teóricas de cuja engrenagem se ocupa e preocupa a epistemologia; referimo-nos principalmente

ao *materialismo histórico* [Marx], à *teoria piagetiana da inteligência* e à *teoria psicanalítica de Freud*, enquanto instauram a ideologia, a operatividade e o inconsciente (PAIN, idem, colchetes e grifos nossos).

Pain busca abranger a vastidão deste lugar de coincidências, pela descrição de quatro dimensões: (1) biológica, (2) cognitiva, (3) social, e (4) egoica. Na primeira, biológica, Pain (1985, p.15-16) apoia-se em Piaget e fala em tipos de conhecimento, tais como: o das formas hereditárias programadas; o das formas lógico-matemáticas, e o das formas adquiridas pela experiência.

Na segunda dimensão, cognitiva, Pain apoia-se primeiramente em Gréco [1956, apud Pain (1985), p.15-16] e fala, ainda, em tipos de conhecimento tais como: (a) o da aquisição de condutas novas trazidas por ensaio e erro, (b) o da aprendizagem da regulação que rege as transformações dos objetos e suas relações mútuas e (c) o da aprendizagem estrutural, vinculada ao nascimento das estruturas lógicas do pensamento. Neste último tipo de conhecimento, seu apoio mais distintivo é o de sua filiação teórica a Piaget.

Na terceira dimensão, social, Pain considera o par ensino-aprendizagem. Diz ele:

Tal processo compreende todos os comportamentos dedicados à transmissão da cultura, inclusive os objetivados como instituições que específica (escola) ou secundariamente (família) promovem a educação. Através dela o sujeito histórico exercita, assume e incorpora uma cultura particular, na medida em que fala, cumprimenta, usa utensílios, fabrica e reza segundo a modalidade própria de seu grupo de pertencimento (PAIN, 1985, p.17-18).

Na última dimensão, Pain considera o processo de aprendizagem como uma dimensão do ego. Lembrando os princípios de prazer e de realidade postulados por Freud (1911), Pain (1985) ensina, por exemplo, que

a aceitação do real perante o princípio do prazer é levada a efeito mediante a *função sintética do ego*, já que este é capaz de pensar e, portanto, de adiar o cumprimento de um ato e de antecipar as condições em que este ato é possível (PAIN, 1985, p.19).

Em outro momento, ainda lembrando Freud (1930[1929]), Pain postula que, no processo de aprendizagem como função egoica, “foi preciso escolher entre a pulsão e a civilização, e a civilização venceu” (PAIN, 1985, p.18-19). E mais à frente:

O pensamento associativo permite, então, resolver a pressão dos impulsos ao oferecer às demandas pulsionais vias que levam a satisfações substitutivas, permitindo, além disso, interpolar, entre a necessidade e o desejo, o adiamento que supõe o trabalho mental (idem, *ibidem*).

Ainda se reportando ao que se entrelaça nos problemas de aprendizagem, Pain apresenta outra formulação, em que descreve quatro fatores: orgânicos, específicos, psicógenos e ambientais. Limitando-nos aqui aos psicógenos, Pain se apoia particularmente nos textos “Inibições, sintomas e angústia” (FREUD, 1926) e “Tipos de aquisição da neurose” (FREUD, 1912).

Finalmente, lembramos que Pain [em PARENTE (2000)] alerta para a necessidade de nos comprometermos com a defesa do direito da criança à inteligência e com a necessidade de

devolver [à criança] (porque em algum momento de sua vida deve tê-lo experimentado) o interesse de aprender, o interesse por si mesma, o interesse de poder ser sujeito de uma ação inteligente. De poder dizer: eu sei, eu me apropriei deste conhecimento (PAIN apud PARENTE, 2000, p.24-25).

Como parece ter ficado evidente pelas citações utilizadas, a psicopedagogia se inspi-

ra, também, no que ensina a psicanálise. É a esse tema que nos dedicaremos a partir de agora.

3. A visão psicanalítica

Anteriormente mencionamos nossa hipótese de que a psicanálise não trata de dificuldades/ problemas/transtornos de aprendizagem. Trata, sim, de neurose, psicose, perversão e estados fronteiros (*borderlines*), que estão se manifestando via sintomas, inclusive os que aparecem na área da aprendizagem. Acrescentamos, ainda, que há muitas psicanálises, cada qual com seu modo de trabalhar, desde que respeitados os cânones freudianos.

Vamos priorizar aqui, muito sucintamente, quatro conceitos/dimensões da psicanálise que, cremos, podem ajudar na discussão do tema relativo à aprendizagem: (a) a pulsão epistemofílica, (b) a inibição intelectual, (c) a produção do pensamento, (d) a produção do conhecimento.

3.1 A pulsão epistemofílica

Nos “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”, Freud (1905) postula uma pulsão sexual desde a infância, com a qual ele vai relacionar, especialmente no “Segundo Ensaio” (1905), a pulsão epistemofílica, isto é, uma pulsão do saber ou do conhecimento, que, embora não sendo talvez tão específica, nem se atendo apenas à sexualidade, tem nesta a sua base. Vejamos sua afirmação¹:

Ao mesmo tempo em que a vida sexual da criança chega a sua primeira florescência, entre os três e os cinco anos, também se inicia nela a atividade que se inscreve na *pulsão de saber ou de investigar*. Essa pulsão não pode ser computada entre os componentes pulsio-

nais elementares, nem exclusivamente subordinada à sexualidade. Sua atividade corresponde, de um lado, a uma *forma sublimada de dominação* e, de outro, trabalha com a energia escopofílica. (...) *Não são interesses teóricos, mas práticos, que põem em marcha a atividade investigatória na criança*. A ameaça trazida para suas condições existenciais pela chegada conhecida ou suspeitada de um novo bebê, assim como o *medo de que esse acontecimento traga consigo a perda de cuidados e de amor*, torna a criança *pensativa e perspicaz*. (FREUD, s/d, grifos nossos).

Freud, depois de 1905, não continua, em níveis mais profundos, a explorar o conceito da pulsão epistemofílica. Volta a ele poucas vezes, por exemplo, em 1910 e 1913. Em 1910, Freud usa termos como “instinto de pesquisa”, “instinto de investigação”, “sede de conhecimento”, “um único instinto que adquiriu uma força exagerada, como aconteceu com a ânsia de conhecimento de Leonardo...”, mas de modo algum chega a realmente se interessar pela pulsão epistemofílica de modo isolado. Na verdade, Freud trabalha mais com, digamos, “blocos pulsionais”: de conservação (ou do ego) *versus* sexuais; de vida *versus* de morte. Também fala em componentes pulsionais, em pulsões parciais, em fusão/desfusão de pulsões, mas seu interesse mesmo está em construir bases amplas para se entender/trabalhar com o conceito puro e simples de “pulsão”, importante para o seu arcabouço teórico como um todo.

Melanie Klein, apoiando-se em Freud, mas criando seu próprio modo de trabalhar, já deu um destaque maior à pulsão epistemofílica. Pesquisando as formas com que crianças pequenas lidam com a questão do conhecimento, Zimerman (2004) nos traz, de forma resumida, o que segue:

Klein correlacionou a ‘pulsão de saber’ com a pulsão sádica de controlar e dominar, em que o conhecimento seria um meio de controlar a ansiedade. Dessa forma, ela estudou

1. Por termos usado, neste trabalho, a versão eletrônica das Obras Completas de Freud (Imago, s/d), ficamos impossibilitados de colocar o número da página de cada citação.

a curiosidade inata da criança, utilizada para conhecer o mistério do interior do corpo da mãe (1921), e a relacionou com as funções intelectuais (1931) (ZIMERMAN, 2004, p.156).

Gostaríamos de lembrar que, de toda a forma, a pulsão epistemofílica nos acompanha por toda a vida. Trata-se de uma incessante busca pelo conhecimento, movida pelo desejo e sujeita a percalços. Mas trazemos aqui uma afirmação de Briton (2003), que julgamos importante:

Considero a pulsão epistemofílica (*Wissentrieb*) como estando no mesmo nível que as outras pulsões e como sendo independente delas; em outras palavras, penso que o *desejo pelo conhecimento existe lado a lado com o amor e o ódio*. (...) *Contrariamente a Freud e a Klein*, não penso no *Wissentrieb* como uma pulsão componente e sim como uma *pulsão com componentes*. *A exploração, o reconhecimento e a crença estão entre esses componentes*. Podem ser pensados como a contraparte mental de funções biológicas básicas (...). *Penso que acreditamos em ideias de maneira semelhante a como “investimos” os objetos*. *Uma crença é uma fantasia investida das qualidades de um objeto e acreditar é uma forma de relação objetal*. Penso que a crença, como ato, é no domínio do conhecimento o que o vincular-se é no domínio do amor. A linguagem da crença está claramente moldada na linguagem de um relacionamento. Abraçamos crenças ou rendemo-nos a elas; sentimos às vezes que as traímos. Há momentos que estamos nas garras de uma crença, aprisionados por elas, perseguidos ou possuídos por ela. Só renunciamos às nossas crenças mais profundas, assim como renunciamos aos nossos relacionamentos mais profundos, através de um processo de luto (BRITON, 2003, p.27-28, grifos nossos).

Briton não está falando em crença no seu sentido comum, muito associado à “crença religiosa”. Ele fala de “crença em ideias”, se-

jam quais forem. Mas há, também, um lado diferente – quase o contrário do que foi dito até agora. É o caso de uma espécie de embotamento do desejo de conhecer – a inibição intelectual –, que trataremos a seguir.

3.2 A inibição intelectual

Em “Inibições, sintoma e ansiedade”, Freud (1926[1925]) faz primeiramente uma distinção entre sintoma e inibição, depois ameniza essa distinção, volta a fazê-lo, mas o resultado que particularmente nos interessa é sua afirmação de que “*a inibição é a expressão de uma restrição de uma função do ego*. Uma restrição dessa espécie pode ter causas muito diferentes” (FREUD, s/d, grifo nosso).

E mais à frente (FREUD, 1926):

A análise revela que quando atividades como tocar piano, escrever ou mesmo andar ficam sujeitas a inibições neuróticas, isso ocorre porque os órgãos físicos postos em ação – os dedos ou as pernas – se tornaram erotizados de forma muito acentuada (IDEM).

Como antes mencionado, desde muito cedo em seus escritos, Freud já tinha chamado a atenção para a necessidade de se considerar a existência da sexualidade infantil, em suas ora sutis, ora ruidosas formas de manifestação (1905, 1907, 1909 etc.). O que gostaríamos de destacar agora é que na citação acima (1926), Freud dá, como exemplo, a erotização de órgãos como os dedos, que, submetidos a inibições neuróticas, podem particularmente comprometer atividades escolares (como escrever), mas sabemos que “escrever” é dado apenas como ilustração – isto é, as inibições neuróticas podem comprometer a capacidade de escrever, ler, de estudar o que quer que seja, de frequentar a escola e, assim, sucessivamente.

Novamente dito, Melanie Klein vai partir de Freud e elaborar mais sobre esse tema. Em seu literalmente primeiro trabalho (1919), depois publicado como parte I do

texto “O desenvolvimento de uma criança” (1921) sob o título de “A influência do esclarecimento sexual e do relaxamento da auto-ridade no desenvolvimento intelectual das crianças”, Klein apresenta seu primeiro caso – Fritz, que na verdade era seu filho Eric. Esse trabalho foi considerado por Klein “não como um tratamento, mas como um caso de ‘educação com feições analíticas” (KLEIN, 1996, Nota da Comissão Editorial Inglesa, p.21). Mas nas elaborações que faz sobre “o caso Fritz”, remetemos o leitor para o que Klein escreve com o subtítulo “Perspectivas pedagógicas e psicológicas” (KLEIN, 1996, p.40-46), talvez um texto precursor da psicopedagogia.

Em outro trabalho, Klein (1923) mostra sua dedicação ao problema da inibição intelectual. Em suas palavras (KLEIN, 1996):

É fato bem conhecido pela psicanálise que no medo de fazer prova, assim como nos sonhos em que a pessoa passa por um teste, a ansiedade é deslocada de algum elemento sexual para um elemento intelectual. (...) Sadger (1920) demonstrou que o medo de fazer prova, tanto no sonho quanto na realidade, é o medo da castração. (...) Dou o nome de *inibição* às diferentes formas e gradação de repulsa ao aprendizado, desde a relutância explícita até aquilo que parece apenas “preguiça” e que não seria reconhecido pela criança, nem por aqueles à sua volta, como aversão à escola (KLEIN, 1996, p.82, grifo nosso).

Klein também se interessa pelo ego e seu desenvolvimento em diferentes momentos de sua obra (ver, por exemplo, Klein, 1930 e 1958). Fazemos tal afirmação porque, para explorar o tema geral deste artigo, também levamos em conta a importância do ego, pois, como sabemos, Freud (1911, 1926) postula o ego como sede do pensamento/conhecimento e como sede dos afetos – tais como prazer, sofrimento, ansiedade, angústia, que, com toda certeza, permeiam o mundo das crianças com “transtornos”, “problemas” ou

“dificuldades” de aprendizagem. Em relação aos afetos, a afirmação de Freud, em sua segunda teoria da angústia é, de certo modo, cabal: “podemos legitimamente apegar-nos com firmeza à ideia de que *o ego é a sede real da ansiedade*” (FREUD, s/d, grifo nosso).

Freud interessou-se pelo ego desde muito cedo em seus trabalhos – por exemplo, no “Projeto” (1895). Nesse e em outros textos – por exemplo, em 1911, Freud cria os conceitos de ego-prazer e ego-realidade. Conforme afirma Ireland (2011):

Em 1911, Freud afirma que *tal como o ego-prazer nada pode fazer a não ser querer* [de-sejar], *trabalhar para produzir prazer* [esta é uma noção interessante: o prazer não vem gratuitamente] e *evitar o desprazer* [este pode ser imposto ao ego, pode vir de fora ou de dentro do próprio sujeito], *assim o ego-realidade nada necessita fazer a não ser lutar pelo que é útil e resguardar-se contra danos*. Laplanche e Pontalis também lembram (1992, p. 141) que *ego-prazer e ego-realidade não são duas formas radicalmente diferentes do ego, antes definem dois modos de funcionamento das pulsões do ego, segundo o princípio do prazer e segundo o princípio de realidade* (IRELAND, 2011, p.40, grifos e colchetes nossos).

Quanto à concepção do ego como sede do conhecimento (pensamento, saber, educação), lembramos que o ego pode ser visto, primeiramente, como ligado à consciência. Pois, como diz Freud (1923): “Ora, todo o nosso conhecimento está invariavelmente ligado à consciência. Só podemos vir a conhecer, mesmo o Ics., tornando-o consciente” (FREUD, 1923, p. 32). É na primeira tópica que a aproximação entre ego e consciência se faz de modo mais presente, questionada depois na segunda tópica, em que o ego é concebido a partir de uma dimensão também inconsciente.

Para a reflexão sobre o ego enquanto responsável pelo pensamento/conhecimento, passemos aos dois próximos itens.

3.3 A produção do pensamento

É uma declaração de obviedade dizer que a investigação de como se processa o pensamento e o conhecimento é comum a várias ciências e às humanidades em geral, mas propomo-nos aqui a enveredar pelo que a psicanálise tem a dizer, iniciando com Anzieu (2002). E embora nos consideremos ainda dando os primeiros passos na compreensão de Bion, continuaremos com uma trajetória a partir desse autor, pois já desenvolvemos, de certa forma, uma paixão pelo estudo de sua obra, que, decerto, traz implicações para o tema principal deste artigo.

Anzieu (2002) já nos alerta que “pensar é subordinar o princípio de prazer ao princípio de realidade, *daí ser penoso pensar*” (ANZIEU, 2002, p.15-16, grifo nosso). Um pouco mais à frente, alerta-nos novamente:

Palavras, coisas, fantasias são três ordens de realidade: mundo exterior, regido por leis; mundo da fantasia, regido por cenários; mundo da língua, regido por regras: essas três ordens têm estatutos epistemológicos diferentes. O mundo dos pensamentos, caracterizado pela reflexividade e pela reflexão, tenta refletir esses três mundos e refletir sobre eles. Pode ocorrer que sejam diferenças que suscitam no espírito a emergência do pensar como tentativa, senão reduzi-las, ao menos de conter a tensão que o dilacera (Idem, p.17-18).

Wilfred Ruprecht Bion – médico, psiquiatra, psicanalista – tem sido considerado um dos autores mais criativos e originais (LINO DA SILVA, 1988; REZENDE, 1995; MELTZER, 1998; ZIMERMAN, 2004; FIGUEIREDO, 2009). Apoiado em Freud, filiado inicialmente à corrente kleiniana, Bion foi, aos poucos, construindo sua própria obra, em que, dentre outros aspectos, sua teoria sobre o pensamento é um dos destaques. Nesse sentido, Bion (1994), por exemplo, inverte a noção convencional até mesmo usada por Freud: não há um aparelho mental onde se criam e organizam os pensamentos, são

os pensamentos que levam à criação de um aparelho... para pensar os pensamentos, os quais têm existência mesmo antes de haver um aparelho psíquico que lhes dê conta.

Colocado em outras palavras: para Bion, o pensar é uma atividade que depende de dois desenvolvimentos mentais: o primeiro – o dos pensamentos, que exigem a criação de um aparelho para com eles lidar; o segundo é o próprio desenvolvimento desse aparelho. Há, assim, uma pequena nuance em relação a Freud (1911), que tinha conceituado a necessidade de um aparelho psíquico que desse conta do excesso de estímulos mentais. É o próprio Bion (1994) quem afirma que “o pensar passa a existir para dar conta dos pensamentos” (BION, 1994, p.128) e não o contrário.

Bion é um autor difícil, mas instigante, provocativo a que o leitor pense. Já no primeiro parágrafo da Introdução ao seu livro *Aprender com a Experiência* (1991), alerta: *Na clínica psicanalítica, principalmente com pacientes que revelam sintomas de distúrbios de pensamento, torna-se claro que a psicanálise acrescenta uma dimensão aos problemas, senão a sua solução* (BION, 1991, p.11).

Bion (1994) trabalha com a noção de que os pensamentos podem ser classificados, “conforme a natureza de sua história evolutiva” (idem, p.128). Para esse autor, existem:

(a) **protopensamentos (ou pré-concepções)**, que ficam à espera de um pensador. Em suas palavras (1991, p.125): o termo [pré-concepção] representa o estado de expectativa. Equivale à variável em lógica matemática ou à incógnita em matemática. Tem o atributo que Kant atribui ao pensamento sem conteúdo, no que é pensável, mas incognoscível. Em outro momento (1994, p.128), Bion afirma que a pré-concepção pode ser entendida por analogia ao que Kant chama de pensamentos vazios. Meltzer (1998) vai dizer que alguns conceitos propostos por Bion – por exemplo, “função alfa” e “função beta” – são também conceitos vazios, aos quais Bion se dedicará a preencher com sig-

nificados durante os próximos anos de sua obra.

(b) **concepções**, que seriam propriamente pensamentos. Bion diz (idem, ibidem) que a concepção “advém da união da pré-concepção às impressões sensíveis pertinentes”. Diz, na sequência (p.125-126), que se vale da “frase [última mencionada] como óbvio modelo implícito”. Esse modelo é o que Bion chama de continente/contido (ou contido), grafados, respectivamente, como ♀ e ♂, chamando a atenção para a sua formulação de que “a abstração do relacionamento da pré-concepção com as impressões sensíveis é ♀ com ♂”, e não o contrário (♂ com ♀). Tentando-se colocar tal formulação tão complexa em termos até simplistas, o que Bion quer descrever como continente/contido é a relação vincular que existe, por exemplo, entre analista/analizando, ou entre mãe e bebê. O continente é o lugar que acolhe, suporta, ajuda a nomear/transformar as necessidades psíquicas (objetos internos, angústias, etc.) e devolvê-las metabolizadas ao paciente/bebê (o contido ou contido), que colocou, fantasisticamente no continente, tais necessidades. Há, então, por um lado, uma referência ao conceito kleiniano de identificação projetiva (reconhecido por Bion), enquanto, por outro, há um destaque para a função primordial do analista (♀ com ♂, e não o contrário), que se verá em situações em que o paciente repetirá sua relação primitiva com a própria mãe. Quanto à união da pré-concepção às impressões sensíveis, Bion está também trabalhando com o que Freud ensina desde o início de sua obra (1895, por exemplo), mas há uma sutilidade proposta: sem desprezar o que Freud ensina sobre a experiência de satisfação, Bion vai dar destaque à experiência de frustração. Em suas palavras:

Registrarei o termo “pensamento” à união de uma pré-concepção com uma frustração. O modelo que proponho é o de um bebê cuja expectativa de um seio se une a uma “realização” de um não-seio disponível para satis-

fação. Essa união é vivida como um não-seio, ou seio “ausente” dentro dele. O passo seguinte será o bebê tolerar frustração. Depende de que a decisão seja fugir da frustração ou modificá-la (BION, 1994, p.129).

E mais à frente: “A incapacidade de tolerar a frustração poderá obstruir o desenvolvimento dos pensamentos e da capacidade de pensar” (Idem, p.131). Por outro lado, ao estudar Bion, Rezende (1995) explica: “Ora, modificar a frustração é papel do pensamento” (REZENDE, 1995, p.47).

(c) **conceitos**, que seriam, por exemplo, as abstrações algébricas. Trata-se, aqui, da capacidade de correlacionar concepções, desenvolver pensamentos abstratos e assim por diante.

A obra de Bion como um todo (e mesmo uma parte dela, tal qual sua teoria do pensamento) está muito além do que nosso próprio conhecimento pessoal no momento e o escopo deste artigo poderiam elucidar. Mas trazemos, ainda, como fecho a este item, uma citação de Meltzer (1998), pedindo desculpas por ser tão longa:

Algo se esclarece quando lembramos que Bion está também expandindo o conceito de Freud de complexo de Édipo, assinalando a importância da esfinge no mito e sugerindo que sob o problema da *hubris*, significando o orgulho insolente determinado a descobrir a verdade a qualquer preço. Com essa expansão do conceito, Bion preenche uma brecha importante entre o pensamento de Freud e o de Melanie Klein, a saber, a importância da curiosidade infantil ou, como ela gostava de denominá-la, do “impulso para conhecer” no desenvolvimento da criança. Mas Bion está, também, modificando o conceito de Melanie Klein, que concebia a curiosidade como primeiramente dirigida para os conteúdos do corpo da mãe (...). Em nenhum momento, mais do que Freud, ela reconhece que a sede de conhecimento seja em si mesma uma força propulsora que busca alimento para a mente

(...). Bion aproxima-se disso ao falar do “impulso de curiosidade do qual depende todo o aprender”. (...)

Não obstante, Bion é capaz de chamar a atenção para um aspecto muito interessante do problema do aprender, a capacidade de perguntar “por quê?” algo está se passando, seja no objeto, seja na relação ou no estado mental, e não apenas pergunta “o quê?” é isso (...) (Meltzer, 1998, p.50-51).

Além de uma teoria do pensamento, Bion desenvolveu, também, uma teoria psicanalítica do conhecimento.

3.4 A produção do conhecimento

Admitimos nossa dificuldade de compreender a teoria do conhecimento se apelarmos apenas para a leitura do próprio Bion em que essa teoria se apresenta – como, por exemplo, seu *Aprender com a Experiência* (1991) – que já lemos várias vezes, sempre nos debatendo com o uso até certo ponto abusivo que Bion faz de símbolos, fórmulas e procedimentos parecidos aos das “ciências físicas, que podem ser matematizadas” (MELTZER, 1998, p.59). Assim, recorreremos a seus comentaristas, tais como Zimerman (2004), Meltzer (1998) e Grimberg et alli (1973). Nas palavras de Zimerman (2004):

A experiência da prática psicanalítica deixou claro para Bion que os pensamentos são indissociáveis das emoções e que, da mesma forma, é imprescindível uma função vinculadora que dê sentido e significado às experiências emocionais. Esse vínculo entre os pensamentos e as emoções – sempre presentes em qualquer relação humana – foi denominado por Bion como vínculo K (inicial de *knowledge*), ou seja, o vínculo do conhecimento (ZIMERMANN, 2004, p.156).

O vínculo K, coerente com o postulado bioniano referente à sua ligação com o mundo emocional, é parte de um trio, em que os afetos por ele destacados são o amor (vínculo

L, de *love*) e o ódio (vínculo H, de *hate*). Nas palavras de Grimberg (1973),

[K] é utilizado para referir-se ao vínculo entre um sujeito que busca conhecer um objeto e um objeto que se presta a ser conhecido. O vínculo K representa um vínculo ativo e refere-se a uma experiência emocional com um colorido particular que difere do colorido emocional representado pelo vínculo L ou o vínculo H. Esse particular matiz emocional está expresso pelo sentimento doloroso que pode ser discernido na pergunta “como pode X (o sujeito) conhecer algo?”; pode ser formulado como a dor ou a frustração inerentes ao conhecer (GRIMBERG, 1973, p.127-128).

E mais à frente:

É necessário distinguir a “posse de um conhecimento” como resultado da *modificação* da dor no vínculo K, em cujo caso o conhecimento obtido servirá para novas experiências de descobrimento, da “posse de um conhecimento” utilizado para *evitar* a experiência dolorosa (Idem, p.129).

Para complicar um pouco mais, ao tempo em que a genialidade de Bion também se manifesta, ainda há a possibilidade de que os vínculos K, L e H se apresentem sob a forma negativa: -K (menos K), -L (menos L) e -H (menos H). Novamente nas palavras de Grimberg (1973):

[A] esquivar à dor pode estar a serviço da atividade chamada “vínculo -K” (menos K), estado emocional em que todos os fatores sugeridos para K estão invertidos. Os fatores em -K (menos K) são, do ponto de vista emocional, a inveja e a voracidade, e em termos de continente-contido constituem uma relação mutuamente despojadora e destrutiva, na qual os significados e as emoções são ativamente despojados de vitalidade e sentido; e, portanto, não haverá descobrimento nem desenvolvimento possível (Grimberg, 1973, p.129-130).

Há vários outros aspectos na obra de Bion – como, por exemplo, os conceitos de “elementos alfa” e “elementos beta” – que ainda seriam importantes para a discussão do tema deste trabalho, mas felizmente seremos salvos pelo gongo do limite de páginas a que estamos submetidos. Todavia, vale lembrar o fato de que estas são questões que, no que tange à compreensão dos transtornos, distúrbios, problemas e dificuldades de aprendizagem, muitos de nós, que lidamos com a pedagogia, com a psicologia, com a psicopedagogia e com a psicanálise, talvez precisemos nos colocar com mais frequência.

Considerações finais

O título deste artigo, a propósito, tentou escapar do que entendemos como uma armadilha: a proliferação de termos que se referem ao tratamento do que consideramos um mesmo fenômeno: transtornos, problemas, dificuldades... de aprendizagem... escolar. Não nos era viável, neste momento, sequer passar pelo que a psicologia ensina sob o título de “Teorias de Aprendizagem” que, de certa forma, também embasam muito do que se produz na teoria e na prática de profissionais da área educacional e da área Psi. Tampouco pudemos sequer passar pelo que a psicanálise ensina sobre nossa dificuldade de aceitar o não saber, tão importante.

Tentamos apenas dar pistas daquilo que nos interroga em nossa prática clínica e docente mais imediata. Para tal, organizamos algumas categorias de reflexão, conforme mostram os subtítulos deste artigo, além de formularmos uma hipótese de trabalho a partir do que consideramos ser a especificidade da psicanálise. Em última instância, focamos no nosso próprio compromisso com a aprendizagem. Nesse sentido, finalizamos com um poema de Brecht intitulado *Louvor do Aprender*:

Aprende o mais simples! Pra aqueles/
Cujo tempo chegou/Nunca é tarde de-
mais!/Aprende o abc, não chega, mas/

Aprende-o! E não te enfades!/Começa!/
Tens de saber tudo!/Tens de tomar a chefia!
Aprende, homem do asilo!/Aprende, homem
na prisão!/Aprende, mulher na cozinha!/
Aprende, sexagenária!/Tens de tomar a che-
fia! Frequenta a escola, homem sem casa!/
Arranja saber, homem com frio!/Faminto,
pega no livro: é uma arma./Tens de tomar a
chefia. Não te acanhes de perguntar, compa-
nheiro!/Não deixes que te metam patranhas
na cabeça:/Vê còs teus próprios olhos!/O que
tu mesmo não sabes/Não o sabes./Verifica a
conta:/És tu que a pagas./Põe o dedo em cada
parcela,: Como aparece isto aqui?/Tens de to-
mar a chefia.

Abstract

This paper deals with complaints about learning, as well as some forms of approaching them. Three lines of thoughts are briefly considered: that of Medicine/Psychiatry/Neurology, that of Psycho-pedagogy and that of Psychoanalysis. Defending a psychoanalytical approach, four of its concepts are explored: the epistemological instinct, the intellectual inhibition, thinking and the knowing.

Keywords: *Complaints, Learning, Psychoanalysis.*

Referências

- ANZIEU, D. *O pensar – do eu-pele ao eu-pensante*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BION, W. R. *Aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- BION, W. R. Uma teoria sobre o pensar. In BION, W.R. *Estudos psicanalíticos revisados* (second thoughts). 3. ed. revisada. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- BOSSA, N. A. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BRECHT, B. In “*Lendas, Parábolas, Crônicas, Sátiras e outros Poemas*”. Trad. Paulo Quintela. Disponível em www.citador.pt/poemas. Acesso em 10/2/2012.
- BRITON, R. *Crença e imaginação – explorações em psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- CARVALHO, R. E. *Dificuldades na aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica*. Disponível em: www.aprenderafazer.com.br/eventos_2006/rio_janeiro/material/txt_reflex_rosita_edler.doc – Acesso em 16/3/09.
- CID-10/*Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde*. Organização Mundial de Saúde, 2003.
- CARRAHER, T. N. (Org.) *Aprender pensando*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- CARRAHER, T. N. *O método clínico: usando os exames de Piaget*. São Paulo: Cortez, 1989.
- DSM-IV/*Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. American Psychiatric Association (APA), 1994.
- FIGUEIREDO, Luís Claudio. *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2009.
- FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas (ESB)*. Edição eletrônica CD-Rom. Rio de Janeiro: Imago, s/d.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). *ESB*, v.VII. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. O esclarecimento sexual das crianças (1907). *ESB*, v.IX. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. Sobre as teorias sexuais das crianças (1908). *ESB*, v.IX. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). *ESB*, v.X. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância (1910). *ESB*, v.XI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911). *ESB*, v.XII. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. Tipos de desencadeamento da neurose (1912). *ESB*, v.XII. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. A disposição à neurose obsessiva (1913). *ESB*, v.XII. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. O ego e o Id (1923). *ESB*, v.XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. Inibições, sintoma e ansiedade (1926[1925]). *ESB*, v.XX. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930[1929]). *ESB*, v.XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- GRIMBERG, L; SOR, D; BIANCHEDI, E.T. *Introdução às ideias de Bion*. Rio de Janeiro: Imago, 1973.
- IRELAND, V. *Vida universitária: prazeres e sofrimentos*. Brasília: Liber Livro, 2011.
- KLEIN, M. O desenvolvimento de uma criança (1921[1919]). In Klein, M. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1021-1945)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KLEIN, M. O papel da escola no desenvolvimento libidinal da criança (1923). In Klein, M. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1021-1945)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KLEIN, M. A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego (1930). In Klein, M. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1021-1945)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KLEIN, M. Sobre o desenvolvimento do funcionamento mental (1958). In KLEIN, M. *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- KUPFER, M.C. Problemas de aprendizagem ou estilos cognitivos? Um ponto de vista da psicanálise. In

RUBISTEIN, E. (org.). *Psicopedagogia – uma prática, diferentes estilos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

LINO DA SILVA, Maria Emília. *Pensando o pensar com W.R. Bion*. São Paulo: M.G. Editores, 1988.

MELTZER, D. *O desenvolvimento kleiniano III: o significado clínico da obra de Bion*. São Paulo: Escuta, 1998.

PAIN, S. *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985 (4. ed. pela Artmed, 1992).

PAIN, S. *A função da ignorância*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987, dois volumes.

PARENTE, S. M. B. A. (Org). *Encontros com Sara Paín*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

REZENDE, Antonio Muniz de. *Wilfred R. Bion: uma psicanálise do pensamento*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

REY, J.H. Fenômenos esquizoides no paciente fronteiro (*borderline*). In SPILLIUS, E. B. (ed.) *Melanie Klein Hoje: desenvolvimentos da teoria e da técnica*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, v.1, p.208-233.

RUBISTEIN, E. (org.). *Psicopedagogia – uma prática, diferentes estilos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

STEFANINI, M.C.B.; CRUZ, S.A.B. Dificuldades de aprendizagem em suas causas: o olhar do professor de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. *Educação*, janeiro-abril, ano/vol. XIX, n.058, PUC-RS, Porto Alegre, 2006.

WEISS, M.L. *Psicopedagogia clínica – uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

WINNICOTT, D.W. A tendência antissocial (1956). In WINNICOTT, D.W. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ZIMERMAN, David E. *Bion: da teoria à prática – uma leitura didática*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOBRE A AUTORA

Vera Esther Ireland

Psicanalista da SPP-Sociedade Psicanalítica da Paraíba/Círculo Brasileiro de Psicanálise. Psicóloga. Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Educação. Professora aposentada (atualmente colaboradora) da Universidade Federal da Paraíba.

Endereço para correspondência:

Av. Umbuzeiro, 480 - Manaíra
58038-180 - João Pessoa/PB
Tel.: (83) 3247-1235
E-mail: veraireland@yahoo.com.br

RECEBIDO EM: 15/02/2012

APROVADO EM: 22/02/2012



Resenha do livro “Dimensões do despertar na psicanálise e na cultura”

Denise Maurano, Heloneida Neri, Marco Antonio Coutinho Jorge (orgs.)
Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011.

Rafael Ribeiro Mansur Barbosa¹

O que é o aparelho psíquico para a psicanálise senão um aparelho de defesa? Tanto a fantasia fundamental de um neurótico quanto a construção delirante de um psicótico visam proteger o sujeito da crueza, o não-senso, do Real. No entanto, essa proteção não sai de graça. O preço que se paga por ela pode ser comparado a um sono embriagante, no qual o sujeito se encontra aprisionado em um automatismo de repetições que o arrastam em alienações imobilizadoras. Como, então, pode o sujeito se proteger das emergências do Real, sem que, para isto, tenha que pagar o preço do adormecimento?

Criar condições de possibilidade para o despertar, ainda que apenas por alguns momentos, é uma das mais importantes funções de um trabalho de análise, e é a tarefa primordial da arte, da literatura e de várias outras manifestações da criação humana. Nesse sentido, o despertar é correlato de fim de análise e consequência inerente à travessia da fantasia.

O despertar em suas mais diversas dimensões constituiu o tema abordado no I Colóquio Internacional do Corpo Freudiano, realizado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2007. Os treze trabalhos ali apresentados, entremeados por três conferências proferidas por Alain Didier-Weill, foram compilados pelos psicanalistas Denise Maurano, Heloneida Neri e Marco Antonio Coutinho Jorge e estão disponíveis em um livro publicado pela editora Contra Capa – *Dimensões do Despertar na Psicanálise e na Cultura*.

As três conferências de Alain-Didier Weill funcionam quase que como a “espinha dorsal” do livro. Na primeira, o psicanalista francês, que foi analisando e supervisionando de Lacan durante mais de uma década, nos traz várias questões relevantes, das quais se destaca a responsabilidade do analista que é a de saber introduzir a escansão siderante, o equivalente de um chiste, para levar ao despertar. Do mesmo modo, a responsabilidade do analisando com seu próprio despertar é introduzida tal qual lhe foi indagado pelo próprio Lacan: como, num tratamento analítico, indicar um caminho no qual o analisando possa, estruturalmente, renunciar à denegação?

Em seu segundo pronunciamento, Alain Didier-Weill faz uma abordagem da música. Se a psicanálise permite ouvir significantes inconscientes, a música permite que se escute a articulação que há entre os significantes puros que são as notas musicais, sendo esta articulação denominada ritmo. Mas há uma hipótese necessária para que, da música, se possa ouvir um ritmo. Essa hipótese é a de que um terceiro ouvido em nós o ouve e, ao ouvi-lo, ele ouviria uma pulsação que é o que gera o tempo, que não existe em si mesmo.

O tema da música também é abordado no livro por Jean-Michel Vivès, que, ao contrário de Didier-Weill – que faz alusão a um terceiro ouvido e, portanto, a um mais-de-ouvir –, aponta para a importância estruturante que há em um menos-de-ouvir. Para Vivès, é fundamental que na constituição do sujeito

1. Médico. Psiquiatra. Psicanalista. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da UERJ.

haja aquilo que ele denomina de um “ponto surdo”, ponto no qual o Outro não é escutado. É somente nesse silêncio do Outro que o sujeito pode se constituir enquanto tal.

No terceiro encontro, Didier-Weill analisa a influência dos filósofos gregos pré-socráticos sobre a obra de Freud e Lacan, para indicar as consequências de Freud ter se filiado a Empédocles e Lacan ao *logos* de Heráclito. Dentre essas consequências destaca-se o fato de Freud ter tido predominantemente uma concepção dualista da pulsão, ao passo que em Lacan é estabelecida uma continuidade entre as pulsões. Este monismo acha-se encarnado em sua obra de várias formas como, por exemplo, na Banda de Moebius, figura topológica que Lacan utiliza para ilustrar a estrutura mesma do sujeito do inconsciente.

O despertar da sexualidade é o tema trazido por Denise Maurano, inspirada na peça *O Despertar da Primavera*, escrita por Frank Wedekind em 1891, e à qual Lacan dedicou um breve escrito em 1974. É digno de nota que esta peça já havia sido objeto de uma longa discussão em 1907 na Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras, tendo suscitado inúmeros comentários por parte de Freud. Para a autora, o despertar da primavera equivale ao despertar do sonho, ao se deslocar do desejo de dormir que se afina com o “não querer saber” do recalamento. Em sua peça, Wedekind ilustra, sem saber, o desejo de despertar como despertar do desejo enquanto desejo do Outro, o que implica uma desconstrução e não ocorre sem riscos – na peça um adolescente comete suicídio. A conclusão é de que o processo psicanalítico apresenta-se como uma estratégia pela qual o sujeito é convocado a dar um passo para além do Outro. Um despertar que, contudo, traz turbulência e insegurança, já que é no Outro que a subjetividade se ancora.

Dando sequência a um trabalho anterior, Marco Antonio Coutinho Jorge aborda o conjunto da obra freudiana como uma proposta para desconstruir os sentidos dados, abrir portas e viajar no desconhecido, sendo

assim, essencialmente, uma obra sobre o despertar. Nesse sentido, o rápido desinteresse de Freud pela hipnose talvez tenha a ver com o fato de ele ter descoberto quanto o sujeito, desde sempre e sem sabê-lo, está hipnotizado. O método analítico, ao acionar a associação livre, supõe a possibilidade de o sujeito ter acesso aos significantes a partir dos quais ele se constituiu e com os quais fixou sua fantasia fundamental. Fantasia esta que é construída de modo a proteger o sujeito do desejo do Outro, mas que tem, por outro lado, um caráter alienante, hipnotizante – já que, subsequentemente, rouba desse mesmo sujeito o que quer que ele experimente que não se adapte a esse molde fantasístico.

A professora de literatura portuguesa e psicanalista Nadiá Paulo Ferreira lança um olhar psicanalítico sobre a poesia de Fernando Pessoa. Segundo Nadiá, o recalcado retorna como estranhamento de si mesmo na obra ortônima, e como pluralidade na obra heterônima. O poeta português, ao saber da existência em seu ser de algo que permanece indomável e que insiste em atormentá-lo, encontra solução para esse turbilhão subjetivo na invenção de heterônimos. A dilaceração subjetiva, provocada pelo desabrochar desses múltiplos eus, leva à necessidade de inventar um mestre. O ato de inventar um mestre, entretanto, não é apaziguador, já que faz com que Fernando Pessoa esbarre com o real impossível da castração. Nesse sentido, Pessoa inventa um mestre não para vir em suplência ao Nome-do-Pai, interditor do acesso à Verdade, mas sim para tornar sem efeito sua função, que é introduzir a Lei, inaugurar o desejo e limitar o gozo.

Despertar, silêncio e fim de análise são o tema de Laéria Fontenele. Em sua prática como analista, Freud foi obrigado a reconhecer que a leitura literal do saber inconsciente não era suficiente para levar um trabalho analítico a seu termo. Assim, os neuróticos se mantêm fixados em suas posições sintomáticas a despeito de conhecerem suas razões. O passo adiante dado por Freud foi a

constatação de que algo trabalha em silêncio na repetição – a pulsão de morte. Foi apenas com o ensino de Lacan que se tornou possível elaborar teoricamente como em uma análise é possível ir além do que Freud chamou de “rochedo da castração”, que se refere, em última instância, ao repúdio ao feminino. A “construção da fantasia” é aquilo com o que o sujeito pode contar para afastar-se do que lhe é mais íntimo, e, por isso mesmo, estranhamente familiar.

A elaboração de Lacan o levou a demonstrar que o final do tratamento analítico conduz à subjetivação da morte. Dessa forma, Lacan atribui maior responsabilidade ao analista pelo final de uma análise do que Freud o fez. O final de análise está associado ao chamado a um significante novo, e, enquanto experiência do despertar, produz um esvaziamento de gozo por evidenciar os limites da lógica fálica; por isso, reposiciona o sujeito em relação ao seu sintoma, confrontando-o com o silêncio do *nonsense*. Essa experiência, no entanto, exige a criação de uma nova forma de dizer, ao mesmo tempo em que o silêncio da estrutura é impossível de ser integralmente dito; falta pelo menos um significante, o que coloca um limite à transmissão da experiência do despertar, já que ela requer uma forma de expressão para além do código. Na psicose, Lacan encontra o logro integral dessa experiência na obra de James Joyce que, ao alcançar a forclusão do sentido, é salvo de sua psicose. Na neurose, por outro lado, muito embora o final de análise

compreenda o desengajamento do gozo-do-sentido, não produz a forclusão do sentido, mas sim o seu limite. O exemplo paradigmático que Laéria Fontenele nos traz é a obra de Guimarães Rosa, cujas três margens de criação ilustram que os tempos contraditórios da fantasia necessitam de artifícios para sua travessia. Esta resulta, nas palavras de Lacan, em elevar a impotência à impossibilidade lógica, posto que pelo impossível se mede o real.

Com um estilo de escrita quase poético, Tania Rivera lança mão de um caso clínico para retomar o profícuo diálogo entre arte e psicanálise, ao abordar o despertar na transferência e na teoria. A transferência se dá como uma repetição do passado no presente, mas o psicanalista crê que da pura repetição compulsiva, circular, algo determina que um pequeno desvio de rota se produza abrindo um novo caminho. Tania vem nos lembrar que esse descentramento do sujeito que a psicanálise teoriza e promove, a produção artística o efetua, em seu próprio campo, e, mais agudamente ainda, a partir da virada do século XX, no mesmo momento em que surge a psicanálise.

Dimensões do Despertar na Psicanálise e na Cultura traz ainda vários outros textos de grande interesse, como o de Giancarlo Ricci sobre o despertar e a escuta. Neste, podemos pinçar a frase com a qual encerro essa resenha, altamente representativa do que se pode concluir na leitura do livro: “O despertar não é, pois, uma passagem de um estado a outro; trata-se antes de um rearranjo estrutural”.



Em torno da Ding-nidade ética de Alberto Giacometti, na “forma de ver” de Paulo Proença

Renata Mattos

*O mundo me espanta cada dia que passa,
mais e mais. Ele tornou-se mais vasto,
mais maravilhoso, mais imponderável,
mais belo.*

ALBERTO GIACOMETTI

A arte não é outra coisa que uma forma de ver.

ALBERTO GIACOMETTI

Há algo, nas profundezas do gosto, que move a estética, a ética, a vida em sua vertente de criação. Um limite sutil entre o belo e o real, o sujeito e o vazio, o desejo e a pulsão de morte. É com esses fios que Paulo Proença tece uma reflexão instigante, poética, crítica, analítica e filosófica num livro que se faz ensaio sobre a arte do escultor e pintor suíço Alberto Giacometti – artista que se espantava e se maravilhava com a diferença mínima e, portanto, absoluta de cada coisa, cada cena, cada pessoa, cada experiência vivida, por mais banal que pudesse aparentar. A mínima diferença. Radical. Singularizadora. O traço único, unário, que faz o insondável real de cada coisa ganhar sua força. Daí, Paulo percorre escritos e imagens giacomettianas, nunca invasivo, escutando – analista advertido que é – o desejo e o que o desejo indica: real pulsante, impossível que ganha forma, evidenciando enigmáticamente sua dignidade sempre em causa por não ser passível de ser de todo representada. A verdade da falha, do que escapa, do que põe em movimento o

desejo do sujeito. “Tudo me ultrapassa”, diz Giacometti (1990, citado por Proença, 2010, p.26) numa frase ímpar que muito bem poderia sintetizar sua *estética*. Nisso, há ética. E uma ética particular, que não se restringe apenas ao “artístico”, posto que toca o mais primordial do humano, e que, em suas confluências e divergências com a psicanálise, aponta para o que há de mais pungente e vivificante na experiência clínica: o saber-fazer com o que nos escapa.

Em torno de Alberto Giacometti – Arte, ética e psicanálise, publicado em 2010 pela Companhia de Freud, é um retrato comentado do trabalho de um artista que caminhava no “fio perigoso das coisas”, como poderia assim definir o cineasta Michelangelo Antonioni, e de um psicanalista que não cede ao desejo de acompanhá-lo, igualmente equilibrista, num exercício “a olhos vistos” de recolher migalhas e transformá-las em letras, objetos, em algo a “dar a ver” e a ler. Se o *labor* de Giacometti partia de encontros com “pedaços do real”, tal qual a assertiva la-

1. Psicanalista. Doutora em Pesquisa e Clínica em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

caniana já no final de seu ensino, na década de 1970, para fazer saltar aos olhos a dignidade absoluta da Coisa presentificada em cada um, coisa ou gente, material e imaterial, Paulo resgata nesse artista a capacidade de se surpreender com a vida e com a incapacidade irrestrita de representá-la pelo ato artístico, seja o da escultura, o da pintura, ou pelo ato de escrita de inscrever aquilo que escapa até mesmo à arte. Nos “Escritos” de Giacometti, do qual Paulo se serve com fartos e belíssimos extratos, o analista vai se deparar, com uma clareza por vezes excessiva e vertiginosa, com o modo pelo qual o artista se deixa ser tocado pelas idiosincrasias do vivido, pelas singularidades quase imperceptíveis que cada objeto revela a cada momento.

Giacometti não fecha os olhos a essas revelações cotidianas, não deixando escapar que isso que chamamos de realidade é uma construção nunca de todo finda, que cabe à realidade psíquica lhe dar contorno, congruência, e, mesmo, possibilidade de fruição. Ora beirando a angústia, ora o entusiasmo e o maravilhamento, Giacometti avança e cria. Seguindo esses movimentos demasiadamente próximos do real, Paulo Proença dança entre o desvelar e a reflexão que mais enigmas propõe, contando com interlocutores caros à própria estética giacomettiana, Heidegger, Jean Genet, Freud e seu Michelangelo, Lacan, e, ainda, outros contrapontos estilísticos que vão dando o tom da música que tal livro cria, E. E. Cummings, Ferreira Gullar, Picasso, Walter Benjamin, Baudelaire, Matisse, Duchamp, Drummond, Prévert... Todos igualmente dançando em torno da coisidade da Coisa, no espaço do olhar, que ali se cria como espacialidade do próprio sujeito do inconsciente, *parlêtre*.

Mais que isso, coisidade que se impõe como função desejante, organizando, por um lado, a linguagem e a relação do sujeito para com ela, e, por outro, colocando renovadamente rupturas face à aparência das coisas, fazendo eclodir o caráter real daquilo que nos cerca, do que vivemos e do que somos

– caráter precário em si mesmo, que remete ao que Giacometti (1990, citado por Proença, 2010, p. 34) conseguia pôr em palavras como “o perigo de desaparecimento das coisas”. O que o leva a afirmar que “Não se vê jamais as coisas, vê-se sempre através de uma tela” (Idem). Tal assertiva é de uma proximidade tal com a lógica freudiana da fantasia, revisitada por Lacan a partir do conceito de objeto *a*, em especial do *olhar* como objeto *a* que podemos, mais uma vez, encontrar na voz do artista uma verdade sobre o sujeito que antecipa o psicanalista. O sujeito, diz Lacan, é uma resposta ao real, ele lida com peças escolhidas da realidade, vivendo-as, assim, como concluiria Proença com Giacometti, sob uma certa “forma de ver”.

Atento a essa forma de ver giacomettiana, na tensão entre o olhar e o que nos olha, entre o que Giacometti vê, aquilo que lhe impacta e o que ele cria, dando a ver o “jamais visto”, Paulo Proença, escritor *flâneur*, aceita o desafio implícito da psicanálise de reinventá-la a cada vez, a cada caso, a cada reflexão, perguntando-se, a partir do enigmático campo escópico, o que é a ética do sujeito. Ética “rasgada” por um vazio que faz pulsar o desejo. Desejo que, face ao desencaixe dos objetos e das coisas, posto que há uma Coisa que é para sempre perdida, exige alguma criação possível. “Ninguém mais do que o artista sabe o que é esse desacordo, o desencaixe, e mais do que isso, o não-encaixe das coisas no mundo em sua desarrumação no tempo e no espaço – na impossibilidade da relação sexual feita obra”, nos elucida Proença (2010, p. 202). E, se pensarmos clinicamente, o que seria essa criação senão a recriação da própria vida, do próprio mundo, através da ótica do sujeito que pode, assim, compartilhar o que vê e ser tocado por aquilo que o olha?

Há algo, nas profundezas do gosto, que Giacometti, com sua obra, denuncia e que Paulo Proença, com seu corajoso livro, não nos deixa – a nós, analistas ou não – perder de vista:

Na verdade, seguindo Giacometti em seus passos, a partir da aparente simplicidade de seus procedimentos, não precisamos ir tão longe para percebermos os fundamentos do que procurou apresentar, uma vez que *a-fundam* no que já é achado (...) no dia a dia de cada um de nós. Por exemplo – como as flores sobre a mesa na exposição de Braque observada por Giacometti –, uma cesta de frutas na cozinha é o suficiente para causar uma certa aflição em quem a observa com acuidade. A experiência do tempo é algo que podemos utilizar como sugestão àqueles que querem testemunhar uma subversão do próprio objeto empírico sobre si mesmo no devir. Pelo amarelo da banana que repousa sobre a maçã e as peras, salta aos olhos o espetáculo das manchas surgindo e construindo os desenhos e marcas “daquela” banana. Uma banana nos olha e nem sabemos disso (PROENÇA, 2010, p.204).

É dessa verdade vertiginosa – necessariamente esquecida – que se faz arte, ética, *vida* e psicanálise.

Referências

Proença, P. *Em torno de Alberto Giacometti – Arte, ética e psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010.



Normas de Publicação¹

1. Serão publicados apenas trabalhos inéditos de Psicanálise e textos de colaboradores convidados pela Comissão Editorial. Entendem-se como inéditos os que não foram publicados, nem no todo nem em parte, em periódicos, capítulos de livros nem em anais de eventos.
2. Os trabalhos serão publicados em língua portuguesa ou em língua estrangeira. Ficará a cargo do autor a tradução para o português do resumo dos trabalhos enviados em outro idioma.
3. Poderão também ser publicados:
 - 3.1 Reflexões sobre a Psicanálise, articulando-a com outras áreas do conhecimento;
 - 3.2 Casos clínicos;
 - 3.3 Entrevistas;
 - 3.4 Resenhas;
 - 3.5 Ensaios.
4. A estrutura dos trabalhos deverá estar de acordo com as normas abaixo:
 - 4.1 Todo trabalho deverá ser obrigatoriamente acompanhado de:
 - 4.1.1 Folha de rosto com o título do trabalho, nome dos autores e titulação. No corpo do trabalho não deverá constar o nome dos autores, com o objetivo de manter o anonimato na avaliação feita pelo corpo editorial.
 - 4.1.2 Título em português e em inglês no corpo do trabalho.
 - 4.1.3 Resumo expressando o conteúdo, salientando os elementos novos e indicando sua importância. Deverá ser colocado antes do texto e não deve exceder a duzentas e cinquenta palavras.
 - 4.1.4 Palavras-chave, de três a cinco, que identifiquem o conteúdo, para a completa descrição do assunto e, quanto à localização, após o título.
 - 4.1.5 *Keywords* deverá vir após o *Abstract*.
 - 4.1.6 Referências. Citadas como no exemplo a seguir:
 - 4.1.6.1 Registrar as referências em ordem alfabética conforme os exemplos, observando os detalhes de dois pontos, abreviaturas e vírgulas, bem como qualquer outro assinalado abaixo:

1. Normas atualizadas para as próximas edições.

a) De livro

AUTOR. *Título em itálico*: subtítulo. Edição. Local (cidade) de publicação: Editora, ano de publicação. Exemplos: CERVO, A. L. *Metodologia Científica*: para uso dos estudantes universitários. 2.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. PIMENTEL, D. *O sonho do jaleco branco*: saúde mental dos profissionais de saúde. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2005.

b) de capítulo de livro

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In Autor do livro. *Título em itálico*: subtítulo. Edição. Local (cidade) de publicação: Editora, ano de publicação. Número do volume (se houver). Intervalo das páginas.

Exemplos:

FREUD, S. Sobre a psicoterapia [1905]. In FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1989. v.VII, p.239-251.

LAMBOTE, M. C. O tempo anunciador. In LAMBOTE, M. C. *Estética da melancolia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000, p.103-109.

PIMENTEL, D. Interfaces entre a Psicanálise e Psiquiatria. In PIMENTEL, D.; ARAUJO, M.G. (organizadoras). *Interfaces entre a Psicanálise e Psiquiatria*. Aracaju: Círculo Brasileiro de Psicanálise, 2008, p.9-13.

c) de artigo de revista

AUTOR. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*, local de publicação (cidade), número do volume, número do fascículo, páginas inicial e final, mês e ano. Exemplos:

PIMENTEL, D; VIEIRA, M.J. Perfil e saúde mental dos psicanalistas. *Psychê*, São Paulo, n.15, p.155-165, jun.2005.

BERNARDES, W.S. Condenação, desmentido, divisão. *Reverso*, Belo Horizonte, v.26, n.51, p.115-122, set.2004.

d) Outros modelos de referência, consulte os editores ou o *site* do Círculo Brasileiro de Psicanálise.

5. Tabelas e gráficos deverão ser enviados em separado, numerados, com as respectivas legendas e indicação da localização no texto entre dois traços horizontais.
6. As citações deverão estar acompanhadas de suas fontes, com as respectivas páginas.
 - 6.1 Direta: Quando é extraído um trecho literal, copiado fielmente do original. Neste caso é obrigatório colocar sobrenome e ano da obra, além da página.

As citações diretas podem ser de dois tipos, conforme o número de linhas.

6.1.1 Até três linhas

Aparece incorporada ao texto, entre aspas.

Ex.a) Como diz Pontalis (1998, p.274): “Nossas memórias para serem vivas, nossa psique, para ser animada, devem se encarnar”.

Ex.b) “O objetivo da análise é preparar o paciente para a autoanálise” (GREEN, 1988, p.302).

6.1.2 Mais de 3 linhas

Devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor (tamanho 10) e espaçamento simples. Não há necessidade de colocar entre aspas.

Ex.: Conforme Freud (1919): Recusamo-nos decididamente a transformar em propriedade nossa o paciente que se entrega a nossas mãos em busca de auxílio, a conformar o seu destino, impor-lhe nossos ideais e, com a soberba de um Criador, modelá-lo à nossa imagem, nisso encontrando prazer (1999, p.424).

6.2 Indireta: texto baseado na obra do autor consultado.

Ex. a) Diversos autores citam a importância do estudo das perversões para entender as psicopatias da vida cotidiana (CLAUVREUL, 1990; DOR, 1991; ANDRÉ, 2003; CORRÊA, 2006).

Ex. b) A concepção médica de oposição, entre o normal e o perverso, se desfaz, segundo Corrêa (2006), à medida que o inconsciente vai sendo revelado.

Ex. c) Para a psicanálise, o Sujeito não seria natural como queria Sade, seria um Sujeito irremediavelmente dividido, como demonstrou Freud, ao que Lacan acrescenta que isso aconteceria pela relação dele, Sujeito, com a linguagem (LACAN apud LEITE, 2000).

7. Usar o mínimo de notas de rodapé, sendo que as referências do texto devem vir no corpo do texto.
8. Cabe ao Conselho Consultivo de cada sociedade participante do CBP o exame e aprovação dos trabalhos, em primeira instância, de seus respectivos sócios, e o encaminhamento à Comissão Editorial, já dentro das normas de publicação da revista, que decidirá sobre a sua publicação de acordo com a programação da revista.
9. A Comissão Editorial reserva-se o direito de recusar os trabalhos que não se enquadrem nas normas citadas ou não tenham qualidade editorial.
10. Os originais deverão ser enviados em duas vias, devidamente numeradas e rubricadas, com espaço simples, fonte Times New Roman tamanho 12, não excedendo 8 laudas. O título do trabalho deve conter no máximo dez palavras e o tamanho da fonte 14, em negrito.
 - 10.1 Os originais deverão ser encaminhados também em mídia eletrônica no Word 1997-2003.
 - 10.2 Os autores deverão enviar os originais para a sede do Círculo Brasileiro de Psicanálise, com carta dirigida aos editores, autorizando a publicação e ratificando ser um trabalho inédito.

A carta deve conter o título do trabalho, nome do(s) autor(s) com sua titulação acadêmica e institucional, e o endereço físico e eletrônico do autor principal.

10.3 Os trabalhos deverão ser enviados para:

Revista Estudos de Psicanálise

Rua Maranhão, 734/3º andar – Santa Efigênia

CEP: 30150-330 – Belo Horizonte/MG

Tel.: (31)3223-6115 – Fax: (31)3287-1170

E-mail: cpmg@cpmg.org.br – Site: www.cpmg.org.br

Roteiro de avaliação dos artigos

1. Título claro e preciso sobre o conteúdo do artigo.
2. Resumo claro e preciso sobre o conteúdo do artigo, contendo no máximo 250 palavras.
3. Palavras-chave adequadas ao conteúdo, em número máximo de cinco.
4. *Abstract e Keywords* conforme instruções.
5. Normas para citações e referências conforme instruções.
6. Relevância do tema.
7. Clareza de pensamento.
8. Consistência e coerência na fundamentação teórico-metodológica do trabalho.
9. Linguagem, considerando objetividade, estilo e correção.
10. Aspectos éticos de acordo com a Resolução CNS 196/96 sobre privacidade e anonimato das pessoas envolvidas, e declaração de conflitos de interesses.
11. O artigo deverá conter conclusão ou considerações finais.

